

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
DOUTORADO**

**ANA LÚCIA PEREIRA**

**FAMÍLIAS QUILOMBOLAS: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca - Estado do Tocantins**

**Araraquara/SP  
2012**

**ANA LÚCIA PEREIRA**

**FAMÍLIAS QUILOMBOLAS: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca - Estado do Tocantins**

**TESE DE DOUTORADO**

**Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de doutor.

**Araraquara/SP**

**2012**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Fundação Universidade Federal do Tocantins  
Campus Universitário de Palmas  
Biblioteca Central Prof. José Torquato Carolino**

P436f Pereira, Ana Lúcia

Famílias Quilombolas: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca - Estado do Tocantins. / Ana Lúcia Pereira. – Araraquara/SP, 2012.  
309p.

Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.  
Orientador(a) – Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca.

1.Famílias Quilombolas. 2. Políticas Públicas. 3. (In) Segurança Alimentar e nutricional. 4. Vulnerabilidade Social. 5. Comunidade Mumbuca. I. Título.

**CDD 305.8**

**Bibliotecário: Paulo Roberto Moreira de Almeida  
CRB-2 / 1118**

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.**

**ANA LÚCIA PEREIRA**

**FAMÍLIAS QUILOMBOLAS: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca - Estado do Tocantins**

**TESE DE DOUTORADO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de doutor.

Aprovada em:

---

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira (UFES)

---

Profa. Dra. Claude Lépine (UNESP - MARÍLIA)

---

Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli (UNESP-AR)

---

Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello (UNESP-AR)

---

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca (UNESP-AR)

---

Aos meus pais

José Pereira e

Maria Izabel de Castro Pereira

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus pela vida;

Ao meu orientador Dagoberto José Fonseca pelos questionamentos, sugestões, incentivo e apoio durante todo o processo de desenvolvimento da pesquisa;

Ao companheiro Francisco Gonçalves Filho pelo tempo, amor, paciência e dedicação;

Ao Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira pelas sugestões e reflexões no processo de desenvolvimento da pesquisa de campo;

À toda a minha família que se constitui de pai, mãe, irmãos, irmãs, primos, primas, tios, tias, sobrinho e sobrinhas, por ser a minha fortaleza, um verdadeiro fã-clube que acredita e torce sempre pela minha vitória;

Às tias Jovelina, Maria, Isabel e Luzia pelas orações e apoio espiritual;

Aos primos José Miguel Sabino e Osvaldo Sabino pela base de apoio na cidade de Araraquara;

À Denilda, Elaine, Fábio, Rose, Chico Daher, Adriano, Francisco, Wellington, Márcio, Paulo e Iramar pelo apoio na cidade de Palmas;

Aos moradores da Comunidade Mumbuca pela acolhida, pela confiança que depositaram em meu trabalho de pesquisa e por me permitir a possibilidade da aprendizagem e da experiência;

Aos Agentes de Pastoral Negros do Brasil pela oportunidade de luta;

À Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais do CONSEA, por me despertar para a necessidade de uma investigação científica sobre segurança alimentar e nutricional em área de quilombo;

À Universidade Federal do Tocantins por tornar viável essa pesquisa tendo em vista o investimento na formação doutoral dos docentes e apoio financeiro via CAPES;

Ao corpo docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara pela oportunidade de formação e troca de experiências;

Ao Henrique Fernandes pela eficiência e humanização do trabalho no setor de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara;

Aos amigos Dora, Mahinga, Márcia, Zacharias, Alonso e Nogueira por me acompanhar de perto mesmo longe.

*“Há uma coisa pulsante nesta cultura negro-africana que eu acho que continua sustentando a nós todos. Esse ethos faz com que encontremos formas de sobrevivência nas condições mais dramáticas.”*

Sueli Carneiro

## RESUMO

A pesquisa na Comunidade Mumbuca, situada na cidade de Mateiros no Estado do Tocantins tem como objetivo compreender a dinâmica das relações entre Estado (políticas públicas) e sociedade (Comunidade Mumbuca), no que se refere à identidade étnico-racial da comunidade, sua situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, bem como as políticas públicas desenvolvidas no período de 2003 a 2010. Verifica-se através da metodologia da pesquisa etnográfica, com a utilização dos instrumentos de coleta de dados baseados em entrevistas semiestruturadas, observação direta e formulário de investigação social que a comunidade habita esta localidade há mais de um século. Historicamente praticava uma economia de subsistência baseada na agricultura, na criação de animais e no extrativismo. O estudo verifica também que, no que se refere à insegurança alimentar e nutricional, a utilização da escala EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional, permitiu averiguar o grau de insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios, atestando a não existência de um único domicílio em situação de segurança alimentar. As políticas públicas recentes, tais como a criação do Parque Estadual do Jalapão; o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo e a potencialização da reorganização produtiva local em torno do capim dourado e do turismo vem impactando a cultura e organização da comunidade sem necessariamente melhorar a qualidade de vida da maioria desta população. A demora na titulação definitiva do território e a falta de equacionamento do conflito entre a área de preservação ambiental do Parque Estadual e da produção efetiva de alimentos das famílias, conforme a tradição e organização produtiva local têm agravado a situação de vulnerabilidade social dos moradores da comunidade.

**Palavras-Chave:** Famílias Quilombolas; Políticas Públicas; (In) Segurança Alimentar e nutricional; Vulnerabilidade Social; Comunidade Mumbuca.

## ABSTRACT

This research was made in Mumbuca Community, in the city of Mateiros in the State of Tocantins; we need to understand what the dynamics of relationships between state (public policy) and society (Mumbuca Community) in relation to ethno-racial community, their situations of social vulnerability and food insecurity and nutrition, as well as public policies developed in the period 2003 to 2010. It is through the methodology of ethnographic research with the use of instruments to collect some information based on semi-structured interviews, direct observation and forms of social research that the community of this locality has a century more than. Historically practiced as a subsistence economy based on agriculture, animal husbandry and harvesting. The study also notes that, in relation to food and nutrition insecurity, using the scale EBIA-Brazilian Scale of Food Insecurity and Nutrition, allowed to ascertain the degree of food insecurity, moderate and severe in households, confirming the absence of a single household food security situation. Recent public policies, such as the creation of the Jalapão State Park, the community's recognition as a remnant of Quilombola organization and enhancement of local production around the Capim Dourado and tourism is impacting the culture and organization of the community without necessarily improving the quality of life of the majority of this population. The delay in definitive titling of the territory and the lack of addressing the conflict between environmental preservation area of the State Park and the effective production of food by families, according to local tradition and organization of production have exacerbated the situation of socially vulnerable community residents.

**Key-words:** Quilombolas Families; Public Policies; Food (In)Security and Nutrition; Social Vulnerability; Mumbuca Community.

## RÉSUMÉ

La recherche dans la communauté Mumbuca, que se situe dans la ville de Mateiros dans l'Etat de Tocantins vise à comprendre la dynamique dans les relations entre l'Etat (politiques publiques) et la société (communauté Mumbuca), en se référant sur l'identité ethno-raciale dans la communauté, de sa situation de vulnérabilité sociale et d'insécurité alimentaire et nutritionnelle, ainsi que les politiques publiques employées dans les périodes entre 2003 et 2010. On vérifie grâce à la méthodologie de recherche ethnographique, avec l'utilisation des instruments de collecte des données basées sur des entretiens semi-structurés, l'observation directe et formulaires de l'enquête sociale que la communauté habite cette localité a plus d'un siècle. Historiquement pratiquait une économie de substance basée sur l'agriculture, l'élevage et la récolte. L'étude vérifie également, par rapport à l'insécurité alimentaire et nutritionnelle, l'usage de l'échelle EBIA – Echelle Brésilienne de l'insécurité alimentaire et nutritionnelle, a permis de déterminer le degré de l'insécurité alimentaire, modéré et grave dans les ménages, attestant la non existence d'aucun ménage en situation de sécurité alimentaire. Les récentes politiques publiques, tels que la création du Parc de l'État de Jalapão ; la reconnaissance de la communauté comme un vestige de Quilombolos et la potentialité de la réorganisation productive locale au tour de l'herbe d'or et de tourisme provoquant un impact sur la culture et l'organisation de la communauté sans nécessairement améliorer la qualité de vie dans la majorité de cette population. Le retard dans la titularisation des titres définitives du territoire et le manque de questionnement du conflit entre la zone de préservation de l'environnement du Parc d'État et de la production effective des aliments de familles, conformément à la tradition et à la production locale ont aggravé la situation de vulnérabilité sociale des habitants de la communauté.

**Mots-clés :** Familles Quilombolas ; Politiques Publiques ; (In) Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle ; Vulnérabilité Sociale ; Communauté Mumbuca.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

1 - SERRA GERAL DO TOCANTINS.....	85
2 - FOGO NA ESTRADA NO PERÍODO DA SECA .....	96
3 - ADOBE.....	98
4 - ARQUITETURA DAS CASAS.....	101
5 - FOGÃO A LENHA.....	102
6 - ÁGUA DO POÇO ARTESIANO .....	103
7 - CABAÇA USADA PARA ARMAZENAR ÁGUA.....	104
8 - PRODUTOR AOS 74 ANOS DE IDADE COLHE LARANJA.....	115
9 - DOCES COMERCIALIZADOS NA LOJA DA ASSOCIAÇÃO .....	116
10 AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMUNIDADE MUMBUCA.....	143
11 - MORADORES DE MUMBUCA OBSERVAM A AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	145
12 - O CAPIM DOURADO NO CAMPO .....	147
13 - TELHADO FEITO COM A PALHA DE PIAÇAVA.....	163
14 - PILÃO PRODUZIDO NA COMUNIDADE MUMBUCA .....	164
15 - JOVEM ARTESÃ PRODUZINDO UMA CESTA.....	165
16 - JOVEM ARTESÃO RETIRANDO A SEDA DO BURITI.....	166
17 - CAMINHÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS E EXTRATIVISTAS DO POVOADO DA MUMBUCA.....	172
18 - RESTAURANTE E POUSADA.....	180
19 FAIXA DE RECEPÇÃO NA ENTRADA DO POVOADO.....	184
20 - DIVULGAÇÃO - FESTA DA COLHEITA DO CAPIM DOURADO 2010 .....	185
21 – CAMPO DE FUTEBOL.....	232

## LISTA DE FIGURAS

1 - LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS .....	23
2 - COMUNIDADE MUMBUCA NA REGIÃO DO JALAPÃO .....	26
3 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATEIROS .....	27
4 - ESTRADAS QUE LIGAM PALMAS AO MUNICÍPIO DE MATEIROS.....	93
5 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL SOBREPOSTAS AO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE MUMBUCA .....	136

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PROGRAMAS E AÇÕES DE SAN VOLTADAS PARA POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA E PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS PREVISTAS NO ORÇAMENTO PLURIANUAL 2008/2011 MONITORADAS PELO CONNSEA.....	65
QUADRO 2 - TIPOS DE FAMÍLIAS ENCONTRADAS NA COMUNIDADE MUMBUCA .	112
QUADRO 3 - CALENDÁRIO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PASTORIL E EXTRATIVISTA.....	129
QUADRO 4 - PROPOSTA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS QUE ESTÃO EM CONFLITO COM O PARQUE NACIONAL DA NASCENTE DO RIO PARNAÍBA; PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO E ESTAÇÃO ECOLÓGICA SERRA GERAL DO TOCANTINS.....	144
QUADRO 5 - RECREAÇÃO E LAZER NAS FALAS DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA NO ANO DE 2003 E 2010 .....	232
QUADRO 6 - PERGUNTAS DA ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EBIA) ÀS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS DO POVOADO MUMBUCA NA CIDADE MATEIROS – TOCANTINS .....	252
QUADRO 7 - PONTOS DE CORTE PARA A CLASSIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO QUANTO À SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR .....	252
QUADRO 8 - PRESENÇA OU NÃO DE RESIDENTES MENORES DE 18 ANOS. NOS DOMICÍLIOS DO POVOADO MUMBUCA NO ANO DE 2011.....	254
QUADRO 9 - CLASSIFICAÇÃO DOS DOMICÍLIOS DO POVOADO MUMBUCA QUANTO À SITUAÇÃO DE (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ANO DE 2011.....	255

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PELO TOTAL DE PESSOAS, NÚMERO DE CRIANÇAS E TEMPO DE MORADIA NA COMUNIDADE MUMBUCA NO ANO DE 2011 .....	209
TABELA 2 - GRAU DE SATISFAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA EM RELAÇÃO AO ACESSO ÀS POLÍTICAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, MORADIA, SANEAMENTO, BENS DURÁVEIS, RECREAÇÃO E LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA O ANO DE 2003.....	211
TABELA 3 - GRAU DE SATISFAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA EM RELAÇÃO AO ACESSO ÀS POLÍTICAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, MORADIA, SANEAMENTO, BENS DURÁVEIS, RECREAÇÃO E LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA O ANO DE 2010 .....	212
TABELA 4 - SAÚDE: TIPOS DE ATENDIMENTO E LOCAIS DE ACESSO QUE FORAM POSSÍVEIS ÀS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA NO ANO DE 2003 .....	213
TABELA 5 - SAÚDE: TIPOS DE ATENDIMENTO E LOCAIS DE ACESSO QUE FORAM POSSÍVEIS ÀS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA NO ANO DE 2010 .....	215
TABELA 6 - SAÚDE PRIVADA: ACESSO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA A PLANOS DE SAÚDE/ATENDIMENTO PARTICULAR NOS ANOS DE 2003 E 2010 .....	217
TABELA 7 - EDUCAÇÃO: OFERTA E LOCAIS DE ACESSO QUE FORAM POSSÍVEIS ÀS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA NO ANO DE 2003 .....	219

TABELA 8 - EDUCAÇÃO: OFERTA E LOCAIS DE ACESSO QUE FORAM POSSÍVEIS ÀS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA NO ANO DE 2010 .....	220
TABELA 9 - HABITAÇÃO: QUANTIDADE DE CÔMODOS NA MORADIA DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA PARA OS ANOS DE 2003 E 2010 .....	222
TABELA 10 - HABITAÇÃO: TIPO DE CONSTRUÇÃO DA MORADIA DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA PARA OS ANOS DE 2003 E 2010 .....	223
TABELA 11 - HABITAÇÃO: QUAL O TIPO DE ENERGIA UTILIZADA NA MORADIA DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA PARA OS ANOS DE 2003 E 2010...	224
TABELA 12 - TIPO DE ÁGUA PARA BEBER NAS MORADIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA NOS ANOS DE 2003 E 2010.....	225
TABELA 13 - TIPO DE ÁGUA PARA OUTROS CONSUMOS DOMÉSTICAS UTILIZADA NAS MORADIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA NOS ANOS DE 2003 E 2010.....	226
TABELA 14 - CONDIÇÕES SANITÁRIAS: DESTINAÇÃO DO LIXO DAS MORADIAS DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA NOS ANOS DE 2003 E 2010.....	227
TABELA 15 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS UTILIZADAS NAS MORADIAS DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA PARA OS ANOS DE 2003 E 2010 .....	228
TABELA16 - ACESSO A BENS DURÁVEIS NAS MORADIAS DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA NOS ANOS DE 2003 E 2010 .....	229
TABELA 17 - RECREAÇÃO E LAZER DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA NOS ANOS DE 2003 E 2010.....	231
TABELA 18 - ACESSO ÀS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) PELAS FAMÍLIAS DO POVOADO MUMBUCA EM 2003 E 2010 .....	243

TABELA19 - FONTE DE EMPREGO E RENDA DAS FAMÍLIAS DO POVOADO MUMBUCA EM 2003 E 2010 .....249

TABELA 20 - DADOS SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL, REGIÃO NORTE, ESTADO DO TOCANTINS E POVOADO MUMBUCA NO MUNICÍPIO DE MATEIROS, POR DOMICÍLIOS PARTICULARES.....255

TABELA 21 – PREVALÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR PARA O ESTADO DO TOCANTINS POR DOMICÍLIOS PARTICULARES COM RECORTE DE COR OU RAÇA DA PESSOA DE REFERÊNCIA .....256

## LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADTUR	Associação Jalapoeira de Condutores Ambientais; Escola Estadual Estênio Teles das Chagas
AJACA	Associação Jalaponesa de Agricultores
APA-TO	Alternativas para a Pequena Agricultura
CADÚNICO	Cadastro Único
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CDAF	Compra Direita Local da Agricultura Familiar
CDESC	Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
CECAN	Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EBIA	Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização para a Agricultura e Alimentação.
FCLAr	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
FCP	Fundação Cultural Palmares
FECOARTE	Feira de Folclore, Comidas Típicas e Artesanato do Estado do Tocantins
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

GRUCONTO	Grupo de Consciência Negra do Tocantins
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Análises e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MNU	Movimento Negro Unificado
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Piso de Atenção Básica
PACS	Programa Agentes Comunitários de Saúde
PDRS	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável
PEQUI	Pesquisa e Conservação do Cerrado
PERCAD	Programa Estadual de Reflorestamento do Capim Dourado
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PBF	Programa Bolsa Família

PBQ	Programa Brasil Quilombola
PROVIDA	Programa Estadual de Alimentação e Melhoria da Qualidade de Vida
PSF	Programa Saúde da Família
RESEX	Reserva Extrativista
RURALTINS	Instituto do Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECIJU	Secretaria da Cidadania e Justiça
SEDUC	Secretaria da Educação e Cultura
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SEPLAN	Secretaria do Planejamento
SEPPIR	Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial
SETAS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIDOR	Sistema de Dados Orçamentários
SIGPLAN	Sistemas de Informações Gerenciais e de Planejamento
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>23</b>
<b>1 INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E VULNERABILIDADE SOCIAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS</b> .....	<b>32</b>
1.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: REFERÊNCIA ANALÍTICA.....	32
1.2 VULNERABILIDADE SOCIAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO.....	40
1.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM OBJETIVO DE POLÍTICA PÚBLICA.....	52
1.4 MARCO LEGAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR ....	60
1.5 RE-SIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE QUILOMBO .....	66
1.6 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....	70
1.7 PESQUISA DE CAMPO.....	75
<b>1.7.1 Visitas aos órgãos de governo</b> .....	<b>75</b>
<b>1.7.2 Trabalho de campo no Povoado Mumbuca</b> .....	<b>76</b>
1.7.2.1 Entrevistas não-estruturadas.....	76
1.7.2.2 Entrevistas semiestruturada .....	77
1.7.2.3 Formulários: investigação social .....	77
<b>1.7.3 Técnicas de pesquisa</b> .....	<b>78</b>
1.7.3.1 Pesquisa documental .....	78
1.7.3.2 Pesquisa bibliográfica.....	78
1.7.3.3 Pesquisa de campo.....	79
<b>2 TERRITÓRIO DA COMUNIDADE: HISTÓRIA, TRABALHO, PRODUÇÃO E CONFLITOS SÓCIO AMBIENTAIS.</b> .....	<b>80</b>
2.1 HISTÓRIA DE MUMBUCA: MEMÓRIA, TEMPO E ESPAÇO .....	80
<b>2.1.1 Povoado Mumbuca e o norte de Goiás no final do século XIX</b> .....	<b>84</b>
<b>2.1.2 Os caminhos que nos levam ao Povoado Mumbuca</b> .....	<b>90</b>
<b>2.1.3 A organização do espaço residencial no Povoado Mumbuca</b> .....	<b>97</b>
<b>2.1.4 Famílias e filhos do Povoado Mumbuca</b> .....	<b>107</b>
2.2 TERRITÓRIO E TRABALHO: PRODUTO DO MATO E PRODUTO DA TERRA ..	118

2.3 PRODUÇÃO DO ALIMENTO: AGRICULTURA, CRIAÇÃO DE ANIMAIS E EXTRATIVISMO.....	124
<b>2.3.1 Agricultura .....</b>	<b>125</b>
2.3.1.1 Roça de toco .....	125
2.3.1.2 Roça de esgoto .....	126
2.3.1.3 Roça de pasto .....	126
2.3.1.4 Roça de vazante .....	127
<b>2.3.2 Criação de animais .....</b>	<b>127</b>
<b>2.3.3 Extrativismo .....</b>	<b>130</b>
2.4 TERRITÓRIO, CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS E IDENTIDADE QUILOMBOLA.....	131
<b>3 MUMBUCA E O CAPIM DOURADO: ORGANIZAÇÃO CULTURAL E POLÍTICA..</b>	<b>147</b>
3.1 O CAPIM DE VEREDAS: UM PRODUTO DO MATO .....	147
3.2 CAPIM DOURADO E TRABALHO: EXTRATIVISMO, ARTESANATO, COMÉRCIO E TURISMO.....	153
<b>3.2.1 Extrativismo .....</b>	<b>153</b>
<b>3.2.2 Produção do artesanato .....</b>	<b>162</b>
<b>3.2.3 O papel da associação no comércio dos produtos artesanais .....</b>	<b>169</b>
<b>3.2.4 O turismo sustentável .....</b>	<b>176</b>
3.3 A FESTA DA COLHEITA DO CAPIM DOURADO .....	183
<b>3.3.1 O sentido da festa: comunhão, confraternização e alimento .....</b>	<b>188</b>
3.4 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA COMUNIDADE .....	190
<b>3.4.1 Participação nas reuniões da associação .....</b>	<b>193</b>
<b>3.4.2 Participação nas reuniões dos conselhos .....</b>	<b>196</b>
<b>3.4.3 Representação política na Câmara dos Vereadores .....</b>	<b>198</b>
3.5 O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE COMO QUILOMBOLA .....	199
<b>4 ALIMENTAÇÃO: A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE MUMBUCA E A PRESENÇA/AUSÊNCIA DO ESTADO NO PERÍODO DE 2003 A 2010 .....</b>	<b>205</b>
4.1 A COMUNIDADE MUMBUCA COMO PORTADORA DE DIREITOS .....	205
4.2 COLETA DE DADOS NA COMUNIDADE: ENTREVISTAS E FORMULÁRIOS ....	206

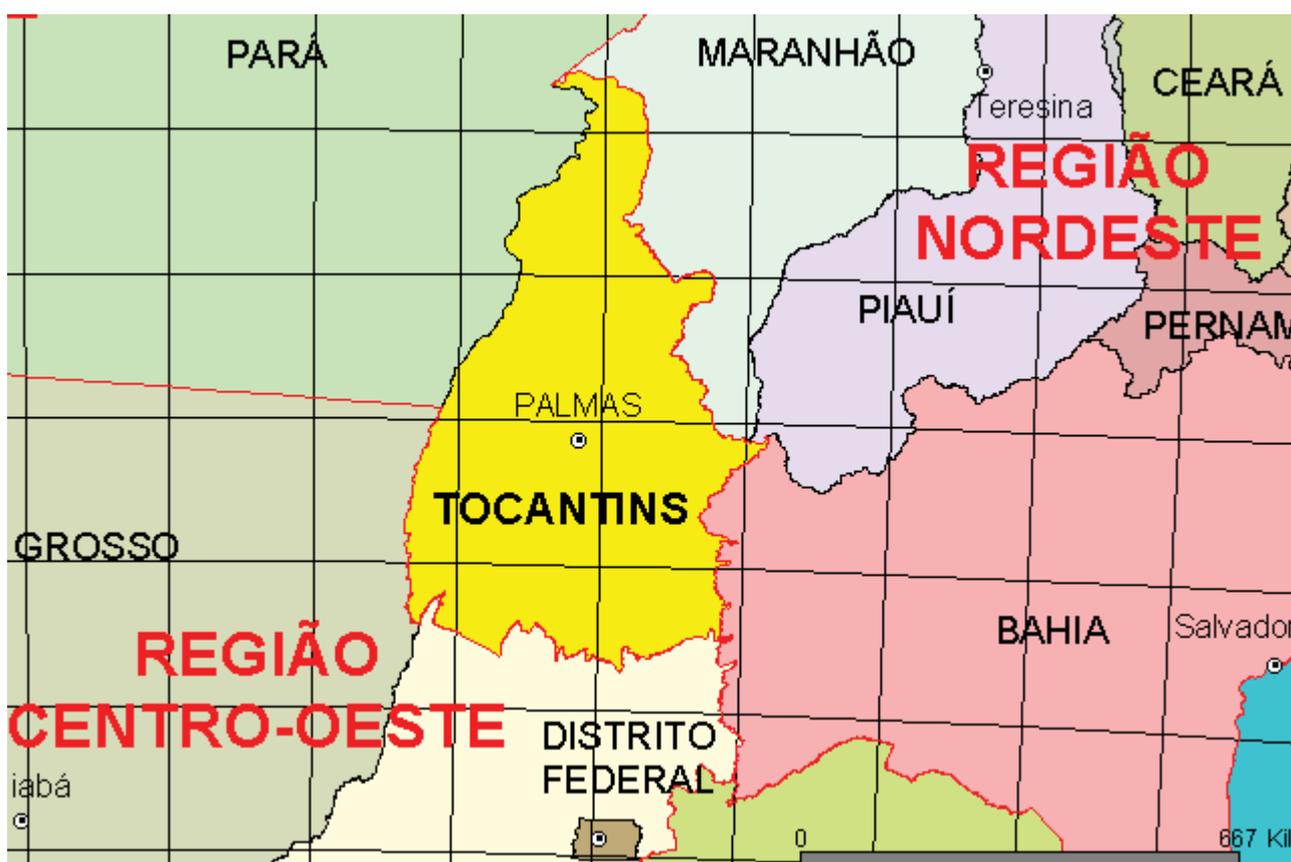
4.3 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS DO POVOADO MUMBUCA.....	208
4.4 GRAU DE SATISFAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA EM RELAÇÃO AO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS EM 2003 E 2010 .....	210
4.5 DESCRIÇÃO E DETALHAMENTO DOS DADOS COLETADOS EM RELAÇÃO AO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS EM 2003 E 2010 .....	213
<b>4.5.1 Acesso à saúde</b> .....	213
<b>4.5.2 Acesso à educação</b> .....	218
<b>4.5.3 Condições de moradia (habitação)</b> .....	222
<b>4.5.4 Condições sanitárias</b> .....	225
<b>4.5.5 Acesso a bens duráveis</b> .....	229
<b>4.5.6 Acesso a recreação e lazer</b> .....	230
<b>4.5.7 Acesso às políticas de segurança alimentar e nutricional</b> .....	236
4.5.7.1 Descrição dos programas e ações .....	237
4.5.7.1.1 <i>Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)</i> .....	237
4.5.7.1.2 <i>Programa Bolsa Família, (PBF)</i> .....	238
4.5.7.1.3 <i>Programa Saúde na Família (PSF)</i> .....	238
4.5.7.1.4 <i>Distribuição de Alimentos a Grupos e Populações Específicas</i> .....	239
4.5.7.1.5 <i>Compra Direta Local</i> .....	240
4.5.7.1.6 <i>Aposentadoria</i> .....	241
4.5.7.1.7 <i>Pensão</i> .....	241
4.5.7.1.8 <i>Cadastro Único</i> .....	242
4.5.7.2 Detalhamento dos dados coletados .....	242
<b>4.5.8 Acesso à geração de emprego e renda</b> .....	248
4.6 ESCALA BRASILEIRA DE MEDIDA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA) ...	251
<b>4.6.1 Descrição da investigação sobre segurança alimentar no Povoado Mumbuca segundo os critérios da Escala EBIA</b> .....	253
4.7 ANÁLISE DOS RESULTADOS SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS E A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO MUMBUCA.....	258
<b>4.7.1 Insegurança alimentar e condições naturais, físicas e geográficas do meio</b> .....	262
<b>4.7.2 Estratégias de sobrevivência das famílias</b> .....	262
<b>4.7.3 Sustentabilidade da família e despesas com alimentação</b> .....	263

<b>4.7.4 Alimentação Inadequada .....</b>	<b>264</b>
<b>4.7.5 Insegurança alimentar grave.....</b>	<b>265</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>267</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>273</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>283</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>293</b>

## INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo foi a investigação da vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional da Comunidade Quilombola Mumbuca, no Estado do Tocantins, região Norte do Brasil.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS



Fonte: SEPLAN/CEU-TO. Mapas Temáticos do Tocantins. República Federativa do Brasil – Mapa Político e Federação. Formato aproximação Estado do Tocantins.

Além disso, esta pesquisa abordou também as políticas públicas desenvolvidas para o enfrentamento dessa realidade nas esferas federal, estadual e municipal.

O interesse por essa temática surgiu em maio de 2007, ocasião em que a discussão sobre segurança alimentar e nutricional nas comunidades quilombolas foi

pautada pelo CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>1</sup>, mais especificamente pela Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>2</sup> das Populações Negras e Povos de Comunidades Tradicionais.

Buscando estabelecer um paralelo entre a violação do direito humano à alimentação adequada e o agravamento da desigualdade social e racial no Brasil, a questão central que se colocou em pauta nessa pesquisa foi: quais são os fatores que tornam as famílias quilombolas da Comunidade Mumbuca vulneráveis socialmente? Nesse sentido, houve outro questionamento que surgiu a partir dessa questão central, qual seja: em que medida esses fatores interferem na situação de insegurança alimentar e nutricional dessas famílias?

Por isso, uma das metas desse trabalho foi conhecer para além dos indicadores sociais, que normalmente representam apenas uma forma de conhecimento lógico, objetivo e sistemático. É preciso se desvencilhar dessa visão limitada do fenômeno social e, a partir disso, considerar como base para a análise, as experiências e vivências da Comunidade Quilombola Mumbuca. Tanto as experiências quanto as vivências foram consideradas frente às disparidades na concentração de renda, na distribuição de terras, no acesso às políticas de atendimento às condições mínimas de cidadania, e ao direito humano e à alimentação adequada.

Tendo como questão central a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar e nutricional relacionada ao componente racial, esta pesquisa insere-se no campo das ciências sociais (sociologia e antropologia).

Em vista disso, a pesquisa fundamentou-se pelo referencial teórico-metodológico de Clifford Geertz, uma vez que é o mais adequado no desenvolvimento do estudo sobre a insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Quilombola Mumbuca. Essa é uma comunidade tradicional, sendo que

---

<sup>1</sup> O CONSEA é o instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para a área da alimentação e nutrição e na formulação de políticas para que o país garanta o direito humano à alimentação adequada. Esse conselho tem suas ramificações nas esferas estaduais e municipais e tem sido um fórum onde a segurança alimentar e nutricional vem se tornando uma questão importante no desenvolvimento de ações para a promoção da saúde, educação e o direito humano à alimentação adequada.

<sup>2</sup> Como o nome da Comissão é muito grande, normalmente utiliza-se a sigla SAN para segurança alimentar e nutricional, ficando "Comissão Permanente de SAN das Populações Negras e Povos de Comunidades Tradicionais".

o comportamento e a ação social dos seus membros estão pautados em contextos culturais específicos e localizados.

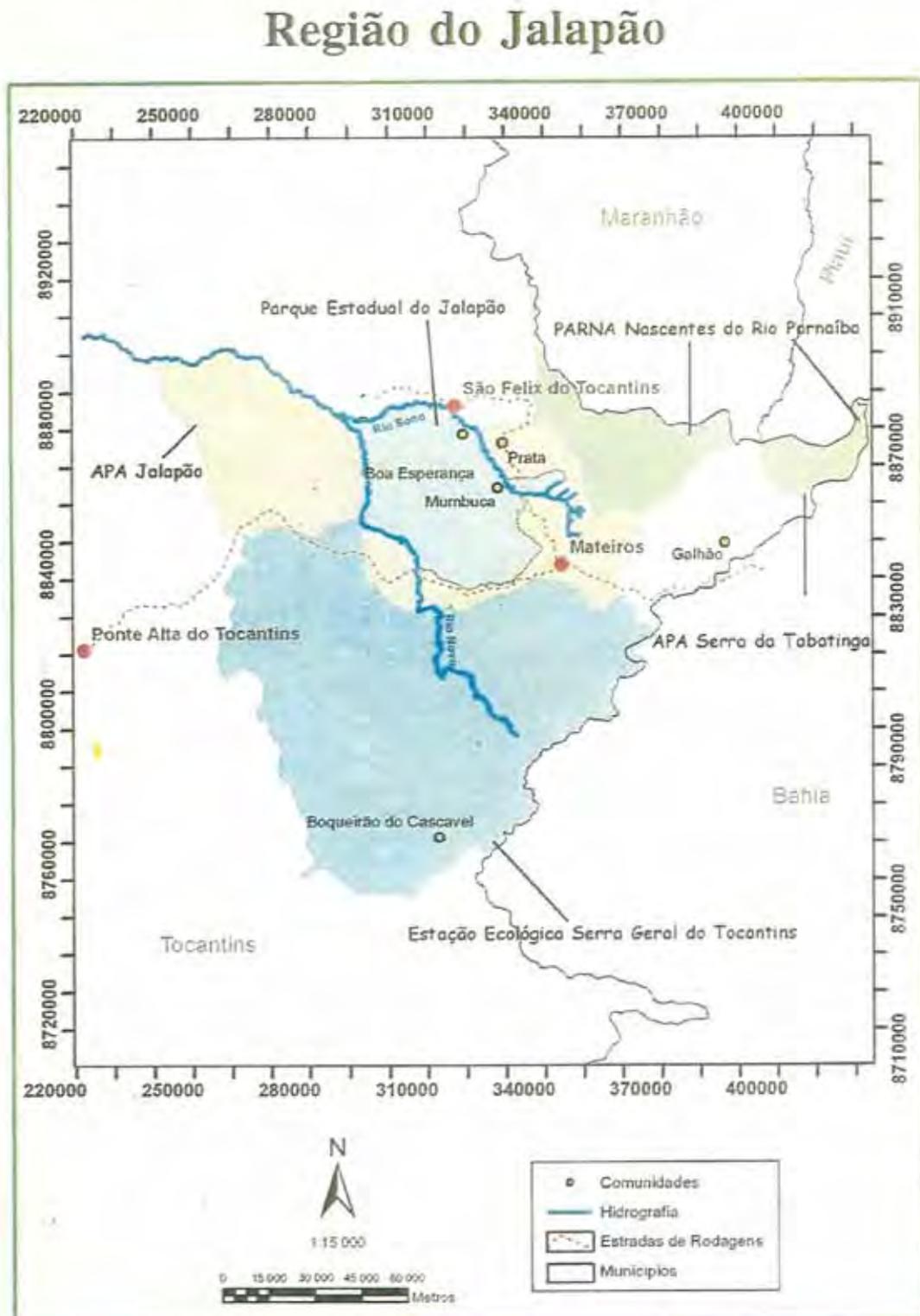
Este texto articula o geral/universal e o particular/local com base no conceito de cultura “como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis.” (GEERTZ, 1978, p. 24):

[...] O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificidades complexas. (GEERTZ, 1978, p. 38).

A opção pelo estudo da Comunidade Mumbuca se deu porque é uma comunidade que está envolvida em uma teia de relações que permite contextualizar a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar e nutricional em âmbito local, estadual, regional e federal. Daí se apresentam três temas pertinentes: defesa do território, construção da identidade étnica e garantia da soberania alimentar.

A Comunidade Mumbuca foi o *locus* privilegiado para o desenvolvimento desta pesquisa. Seu território foi incorporado ao Parque Estadual do Jalapão, criado pela Lei Estadual de 12 de janeiro de 2001.

FIGURA 2 – COMUNIDADE MUMBUCA NA REGIÃO DO JALAPÃO



Fonte: IPHAN, 2011.

O Parque Estadual do Jalapão é uma Unidade de Conservação Integral, que ocupa uma área de quase 150 mil hectares de terra no município de Mateiros. Pela regra legal, nesse parque não é permitida a presença de moradores em seu interior.

Todavia, o fato é que os moradores de Mumbuca residem no local há mais de um século. Em face disso, a criação do Parque gerou uma série de conflitos que deixam a comunidade numa situação de vulnerabilidade social.

A localização da Comunidade Quilombola Mumbuca está inteiramente situada no município de Mateiros, Estado do Tocantins. Esse município faz divisa com os Estados do Piauí, Bahia e Maranhão e concentra a maior região eco turística do Jalapão.

FIGURA 3 – LOCALIZAÇÃO - MUNICÍPIO DE MATEIROS



Fonte: SEPLAN/CEU-TO. Mapas temáticos do Tocantins. Divisão Político Administrativa. Município de Mateiros.

Mumbuca tem população estimada em 150 (cento e cinquenta) pessoas, sendo 42 (quarenta e duas) famílias, distribuídas em 38 (trinta e oito) casas.

A comunidade está com o processo de regularização fundiária formalizado no Incra/TO, possui a Certidão de Auto reconhecimento<sup>3</sup> emitida pela Fundação Cultural Palmares, desde 16 de janeiro de 2006. Ainda assim o território não foi reconhecido e nem titulado.

Dentre as comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares no

<sup>3</sup> Cf. Anexo A, p. 293.

Estado do Tocantins, a Comunidade Quilombola Mumbuca permite "integrar diferentes tipos de teorias e conceitos de tal forma que se possam formular proposições significativas incorporando descobertas que hoje estão separadas em áreas estanques de estudos" (GEERTZ, 1978, p. 56). Por isso, a possibilidade de estudo e conhecimento dos sujeitos históricos que ali residem e da organização social que ali se encontra foi pensada nesta pesquisa na condição de cultura.

Assim como Geertz (1978), para quem o conceito de cultura é essencialmente semiótico, esta pesquisa se propôs a compreender o sistema de símbolos que se articulam no interior da comunidade.

[...] Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado as teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 1978, p. 15).

No estudo dessa comunidade, foi possível observar alguns fatores que interferem na insegurança alimentar e nutricional dos moradores, e também observar como uma comunidade quilombola consciente da violação dos seus direitos se comporta diante do Estado.

É no enfrentamento dos conflitos socioambientais e na sua relação com as três esferas de governo (municipal, estadual e federal), que a Comunidade Mumbuca tornou pública sua concepção de trabalho, suas formas de produzir alimentos, suas maneiras de viver e de se colocar diante do mundo.

Trata-se de uma comunidade que está em conflito com o Estado e estrategicamente se mobiliza para atualizar o seu espaço físico, a sua cultura e sua organização social. Uma comunidade que se encontra em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, porque afirma publicamente a sua identidade como comunidade que interage no plano social, político e econômico sem perder de vista o seu ambiente natural.

Como a questão da vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional é interdisciplinar e multidimensional, foi preciso delimitar os objetivos desta pesquisa na Comunidade Quilombola Mumbuca, buscando compreender o uso da cultura na construção de uma identidade política, em função da preservação

do território, face aos conflitos socioambientais apresentados.

Entendemos nos termos de Morin, que:

[...] A realidade antropossocial é multidimensional; ela contém, sempre uma dimensão individual, uma dimensão social e uma dimensão biológica. O econômico, o psicológico e o demográfico que correspondem às tipos disciplinares especializadas são as diferentes faces de uma mesma realidade; são aspectos que, evidentemente é preciso distinguir e tratar como tais, mas não se deve isola-los e torna-los não comunicantes. Esse é o apelo para o pensamento multidimensional. Finalmente e, sobretudo, é preciso encontrar o caminho de um pensamento dialógico. (MORIN, 2010, p.189).

O desafio maior nesta pesquisa foi estabelecer um diálogo em que a insegurança alimentar e nutricional estivesse relacionada às questões políticas, culturais, ambientais e econômicas, que a comunidade estabeleceu ao longo de sua história. Igualmente, procuramos estabelecer relações da insegurança alimentar e nutricional com as relações étnico-raciais.

Por isso, foi preciso não apenas identificar os aspectos culturais, mas também verificar as relações que se estabelecem na comunidade. Além disso, uma outra meta foi compreender o modo como a comunidade se comporta em relação ao Estado, diante das políticas públicas e como se coloca como comunidade quilombola dentro do Parque.

Em relação, especificamente, aos dados que demonstram a situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional da Comunidade Mumbuca, já existem informações elaboradas pelo poder público do Estado do Tocantins, resultante de pesquisa realizada pela Superintendência do Programa Estadual de Alimentação e Melhoria da Qualidade de Vida (PROVIDA). Essa superintendência é ligada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETAS), que investigou em 2007, a situação da segurança alimentar e nutricional de quatorze comunidades quilombolas do Tocantins, incluindo a Comunidade Mumbuca.

A despeito da pesquisa do PROVIDA, foi considerado apenas o aspecto biológico (saúde e nutrição), portanto, cabem alguns questionamentos: a insegurança alimentar é dada como uma situação *sine qua non* nas comunidades

rurais? Como é percebida nas comunidades quilombolas? Se as políticas públicas existem, porque essa demanda local não foi atendida?

Os conflitos com a criação do Parque Estadual do Jalapão levaram a comunidade a se organizar e pensar a sua própria identidade; passaram a reivindicar os seus direitos, denunciar a violação deles e se mobilizar para responsabilizar o Estado.

Por isso, nem mesmo seria um exagero dizer que a Comunidade Mumbuca tem obrigado o governo a voltar os olhos para a realidade das comunidades quilombolas do Estado. A ausência do Estado é completa na busca de solução para esse conflito que parece ser local, mas é uma luta que se configura em outras comunidades.

A insegurança alimentar e nutricional é vista pelo poder público, na maioria das vezes, tão somente como a quantidade inadequada de alimentos ou de nutrientes que interferem diretamente no peso, no sobrepeso, na altura e na manifestação de doenças crônicas. Na análise, nem sempre é levada em consideração a pessoa, o grupo, a família ou a comunidade que está por trás dos dados estatísticos, trabalhados quase sempre na área da saúde e nutrição.

Acreditamos que a realidade das famílias quilombolas do Estado do Tocantins ainda não foi devidamente pesquisada, sobretudo em seu aspecto humano e social.

Esses dados apresentados pelos órgãos de governo têm de ser questionados, especialmente à luz das deficiências de implementação da política que são detectadas na própria comunidade. Partindo disso, identificar o foco institucional que emperra a demanda local pelo acesso aos direitos, tendo em vista a pressão exercida pela criação do Parque e os conflitos no processo de territorialização.

Essa complexidade de questões foi detalhada e compreendida num contexto de histórias que se entrelaçam e ultrapassam a relação entre Estado e sociedade, no universo das relações socioculturais que se estabelecem na comunidade. As comunidades quilombolas são grupos étnicos (WEBER, 1998), que resistem ao longo de séculos procurando atualizar a sua cultura tradicional, por isso a maior preocupação foi compreender o saber local e interpretar o contexto em que se manifestaram.

Assim, este trabalho apresenta-se estruturado em quatro seções. Na seção 1 “Insegurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade social: considerações teóricas e metodológicas” é apresentada a discussão do quadro teórico e metodológico.

Na seção 2, “Território da comunidade: história, trabalho, produção e conflitos socioambientais”, faz-se uma descrição da comunidade quilombola Mumbuca, com informações relativas aos aspectos histórico, econômico e social.

A seção 3, “Mumbuca e o Capim Dourado: organização cultural e política”, constitui-se na descrição dos aspectos políticos e culturais que envolvem a extração do capim dourado, a produção do artesanato, a festa da colheita do capim dourado e a atividade turística na Comunidade Mumbuca.

Já na seção 4 “Alimentação: a perspectiva da Comunidade Mumbuca e a presença/ausência do Estado no período de 2003 a 2010”, o enfoque é nas políticas públicas, programas, atividades e projetos governamentais que foram implementados na comunidade no período de 2003-2010.

Por fim, constata-se que a Comunidade Mumbuca está organizada social e politicamente como comunidade quilombola e que sua particularidade cultural foi canalizada para a produção do artesanato do capim dourado. Sustenta-se a existência da situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional na maioria dos domicílios pesquisados na comunidade.

# 1 INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E VULNERABILIDADE SOCIAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

## 1.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: REFERÊNCIA ANALÍTICA

Nos últimos anos, o Brasil tem se destacado como um país que tem criado estratégias de sucesso na promoção da segurança alimentar e nutricional. No entanto, estudos realizados pela Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD 2006; 2010), demonstram que, ainda, há muito a ser feito para combater a insegurança alimentar e nutricional no país.

A insegurança alimentar e nutricional se manifesta de forma mais frequente quando se detecta pessoas ou grupos sociais em situação de fome ou desnutrição. Porém, é possível perceber a insegurança alimentar em pessoas ou grupos sociais com sobrepeso, obesidade, restrição alimentar devido a doenças crônicas (hipertensão, diabetes, doença celíaca<sup>4</sup>) e até mesmo em situações de alimentação inadequada.

Muitas vezes a insegurança alimentar e nutricional se liga ao fenômeno da pobreza. Conforme Filgueira (2001), os estudos sobre a pobreza na América Latina foram feitos a partir da construção de indicadores sociais e da evolução de conceitos como pobreza, indigência e necessidades básicas insatisfeitas. Esses conceitos também são utilizados e cruzados no estudo da insegurança alimentar e nutricional no Brasil.

Ainda assim, o fenômeno da insegurança alimentar e nutricional é complexo. Para não confundi-lo com o fenômeno da fome ou da pobreza é necessário a utilização de indicadores como o perfil de consumo das famílias, indigência, saúde, nutrição, mortalidade infantil, acesso a educação, existência de saneamento básico no domicílio, diferenças raciais e de gênero. Assim como a vulnerabilidade social, as manifestações da insegurança alimentar e nutricional são estudadas para que seja

---

<sup>4</sup> Em geral os celíacos têm intolerância ao glúten, proteína integrante do trigo e da cevada no processamento industrial dos alimentos. Para que a doença seja controlada é necessário a reeducação alimentar dos portadores, que na maioria das vezes, não sabem que portam a doença.

possível o levantamento de dados para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

No ano de 2004, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), responsável pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), realizou o primeiro estudo de caráter nacional para avaliar o grau de segurança e insegurança alimentar e nutricional no país. A PNAD “tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País” (PNAD, 2006, p. 13) e apresenta dados do Brasil detalhados por Grandes Regiões e por Estados da Federação. “Em 2004, a PNAD investigou, como temas suplementares, além da segurança alimentar, o acesso a transferências de renda de programas sociais e aspectos complementares de educação” (PNAD, 2006, p. 11).

O suplemento especial sobre segurança alimentar e nutricional foi lançado no ano de 2006 e teve importância fundamental para os fins dessa pesquisa - estabelecer um paralelo entre a violação do direito humano à alimentação adequada e o agravamento das desigualdades étnico-raciais no Brasil - pois os dados apresentados foram relacionados à cor, além de apresentar os conceitos de segurança alimentar e nutricional, insegurança alimentar moderada, leve e grave. Considerando que a PNAD 2009 foi lançada em novembro de 2010, utilizaremos a mesma para estabelecer um parâmetro de avaliação ao longo desses cinco anos.

Outro dado importante, que potencializa a PNAD 2004 para os fins desse estudo, é que foi a primeira edição da pesquisa em que os dados do Estado do Tocantins foram incorporados inteiramente (zona urbana e rural):

Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Consequentemente, para os levantamentos da PNAD, realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada às da Região Centro-Oeste. No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região, em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas nesse período. Entretanto, os resultados de 1992 a 2003 referentes ao

Estado do Tocantins retrataram a sua totalidade, uma vez que agregavam as informações das áreas urbana e rural. Ademais, as estatísticas desse período apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Em 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil. (PNAD, 2006, p. 15).

A publicação do suplemento sobre segurança alimentar aconteceu no ano de 2006, mas a pesquisa foi realizada em 2004. O documento também é um marco porque essa demarcação de tempo é importante visto que em 2003 o Brasil assistiu ao início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, com uma ampla divulgação de que a prioridade seria a erradicação da fome no Brasil. Foi também o ano em que o CONSEA foi reativado; houve a criação da SEPPIR (Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial), do MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e também o Programa Fome Zero. É nesse contexto de intersetorialidade das políticas que a temática da (in)segurança alimentar e nutricional deve ser tratada. O desafio desse estudo é compreender como essa situação se apresenta na Comunidade Quilombola de Mumbuca.

Sendo assim, os dados da PNAD 2004 são de grande importância porque apresentam o diagnóstico da (in)segurança alimentar e nutricional no Brasil no período em que a política foi estruturada. Ao abarcar os dados das zonas rural e urbana do Estado do Tocantins, é de se pressupor que os dados incluíram as comunidades quilombolas e da mesma maneira que seus moradores se autodeclararam como negros, pretos ou pardos.

A pesquisa apresenta o percentual de domicílios brasileiros distribuídos nos tipos segurança alimentar; insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave; percebe-se, portanto, que viviam, em 2004, em situação de insegurança alimentar grave, “11,5% da população preta ou parda, sendo que esta proporção era de 4,1% entre os brancos.” (PNAD, 2006, p. 39).

Outro dado importante, é que o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar grave por regiões do Brasil e por estados da Federação nos permite visualizar a situação do Estado do Tocantins, em que 10,6% da população

preta ou parda encontrava-se, em 2004, em situação de insegurança alimentar e nutricional grave, ao passo que apenas 4,9% da população branca se encontrava em situação similar. Numa comparação dos índices do Estado do Tocantins com os índices do Brasil, vamos perceber que o Tocantins apresenta índices menores de insegurança alimentar para a população preta ou parda em relação ao Brasil e índices maiores de insegurança alimentar grave para a população branca em relação ao Brasil.<sup>5</sup>

A pesquisa apresentou também o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar moderada ou grave por regiões do Brasil e por estados da Federação. O Estado do Tocantins apresenta nesse item um índice menor que o do Brasil para a população preta ou parda (28,2% contra 31%) e índice maior que o do Brasil para a população branca. (18,3% contra 13,2%)<sup>6</sup>.

A PNAD 2004 utilizou a Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA), o que tornou possível mensurar a percepção das famílias em relação ao acesso aos alimentos. Essa escala foi criada originalmente pelo Departamento de Agricultura dos EUA na década de 1990, e foi adaptada e validada no Brasil por pesquisadores da UNICAMP. Segundo Segall-Corrêa e Marin-Leon (2009), a EBIA é uma escala capaz:

[...] não apenas de mensurar a magnitude do problema da insegurança alimentar na população, mas, também, de identificar diferentes graus de acesso aos alimentos: desde a completa satisfação das necessidades alimentares (Segurança Alimentar), até as experiências em níveis de progressiva gravidade de restrição de alimentos. (Insegurança Alimentar Leve, Moderada e Grave) (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009, p. 3).

A insegurança alimentar pode ser leve, moderada ou grave. Quando é considerada leve há apenas a preocupação ou a incerteza do chefe da família de que os alimentos serão suficientes até o final do mês; moderada, quando a família compromete a qualidade do alimento para garantir a quantidade suficiente para todos os seus membros; grave, quando a quantidade dos alimentos é comprometida

---

<sup>5</sup> Cf. Anexos B, p. 294 e Anexo C, p.295

<sup>6</sup>Cf. Anexo D, p. 296.

para os adultos da família e mais grave ainda, quando o alimento das crianças é comprometido, atingindo assim a situação de fome.

Segundo Segall-Corrêa e Marin-Leon (2009), “a validação da EBIA possibilitou contemplar as especificidades e diversidades nacionais, resultando em instrumento de medida aplicável à população brasileira, seja ela rural ou urbana.” (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009, p. 7).

Quando se estuda um grupo social agricultor e/ou coletor, cujas condições produtivas estão ameaçadas, podemos constatar insegurança alimentar e nutricional. Outrossim, quando estudamos comunidades que estão lutando em defesa do seu meio ambiente, a insegurança alimentar pode estar implícita no uso, por parte de grandes fazendeiros, de tecnologias e práticas na produção de alimentos que podem trazer riscos ambientais à comunidade.

No caso da Comunidade Mumbuca, que está enfrentando conflitos socioambientais, o fato de os quilombolas serem impedidos de fazer uso dos recursos naturais e de técnicas tradicionais de manejo, é um forte indicativo da existência da manifestação de insegurança alimentar e nutricional, que está diretamente ligada à “incapacidade de acesso aos alimentos ou aos recursos destinados a produzir esses alimentos.” (VALENTE, 2002, p. 122).

Um dos fatores que foram determinantes para desenvolver o trabalho com uma única comunidade quilombola, se deve às dificuldades de acesso ao conjunto dessas comunidades e também por perceber que, no Tocantins, mais do que agricultores familiares, os quilombolas são conhecidos como artesãos que trabalham com o Capim Dourado. Essa técnica, adquirida dos mais velhos, deu visibilidade nacional e internacional para a Comunidade Mumbuca. Em princípio, essa comunidade nem deveria ser objeto da pesquisa, já que não acreditávamos que ela pudesse estar enfrentando problemas com a insegurança alimentar e nutricional, pois seus produtos são comercializados com preços elevados no mercado. Mas, de outro lado, encontramos uma comunidade vulnerável justamente por se dedicar a uma atividade extrativista e sazonal. Poderia ser essa a hipótese a ser pesquisada, mas um outro fator, observado na pesquisa de campo, colaborou para a essa escolha: o fato da comunidade estar enfrentando restrições quanto ao manejo do solo e às suas práticas tradicionais de sobrevivência por estar localizada dentro do

Parque Estadual do Jalapão, entendendo ser este um importante fator que poderia incidir sobre a insegurança alimentar da comunidade.

As primeiras discussões teóricas sobre insegurança alimentar e vulnerabilidade social das comunidades quilombolas no Brasil foram apresentadas nos dois seminários sobre segurança alimentar e nutricional das populações negras<sup>7</sup>, promovido pelo CONSEA. Esses seminários foram organizados pela Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras. Além disso, esses eventos reuniram representantes do movimento negro, das comunidades quilombolas e das religiões de matriz africana, com o intuito de incorporar à questão racial a construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Assim, a discussão da política de segurança alimentar e nutricional sob o recorte étnico-racial, com foco nas comunidades quilombolas, ocupou um espaço no contexto nacional em 2006, por ocasião do lançamento dos resultados da “Chamada Nutricional Quilombola”, pesquisa desenvolvida pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2008), que teve como objetivo:

[...] avaliar a situação nutricional das crianças quilombolas menores de cinco anos vacinadas na segunda etapa da Campanha Nacional de Vacinação de 2006, visando estabelecer/reestruturar políticas públicas e ações focalizadas para essa população. (MDS, 2008, p. 16).

Os resultados demonstraram que as comunidades quilombolas se encontravam em situação precária de vida, com péssimas condições de moradia e acesso a serviços de água e esgoto. Percebeu-se que é muito baixo o acesso à educação, evidenciado na pouca escolaridade dos pais. Do ponto de vista da nutrição dos menores de 5 anos, ficou estabelecido que se constituem em grupos com altos riscos de desnutrição.

Constatou-se que 57% das famílias quilombolas encontravam-se dentro da classe E (crianças de zero a cinco anos, vivendo em residências desprovidas de

---

<sup>7</sup>O primeiro, na cidade de Brasília em outubro de 2003 e o segundo na cidade de Salvador em novembro de 2006.

instalações e equipamentos mínimos) e que esse grupo populacional encontrava-se incluído entre os 4% mais pobres da sociedade brasileira.

No que concerne à segurança alimentar, um importante fator para o desenvolvimento saudável das crianças, a pesquisa apontou que 7,5% da população de 11 anos ou mais consome menos do que três refeições por dia, indicativo de insegurança alimentar em famílias quilombolas.

Segundo a pesquisa, a situação de insegurança alimentar das famílias de comunidades quilombolas está intimamente relacionada com a ameaça ao domínio e preservação dos seus territórios, porque são nesses territórios que essas pessoas exercem suas atividades tradicionais de subsistência.

A “Chamada Nutricional Quilombola” (2008), pesquisou uma amostra de 60 comunidades quilombolas do Brasil, sendo sorteadas duas no Estado do Tocantins (Comunidade Sucavão, no município de Santa Rosa e Comunidade Barra de Aroeira, no município de Santa Tereza de Tocantins), apontando as mesmas dificuldades das outras comunidades estudadas. Também nesse aspecto o Estado do Tocantins não se diferencia da realidade brasileira.

Outro dado importante é que de julho a dezembro de 2008, foi desenvolvida a pesquisa “Educação alimentar e nutricional: ferramenta básica na construção da segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas do estado do Tocantins”. Este projeto foi aprovado pelo Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição (CECAN) e pela Coordenação Estadual de Alimentação e Nutrição do Estado do Tocantins. Na primeira etapa desta pesquisa foi realizado o diagnóstico de Insegurança Alimentar e Nutricional das famílias quilombolas, ocasião em que a Superintendência do Programa Estadual de Alimentação e Melhoria da Qualidade de Vida (PROVIDA), visitou as 14 comunidades quilombolas até então reconhecidas, no estado do Tocantins, a saber: Barra de Aroeira, Chapada da Natividade, Cocalinho, Malhadinha, Córrego Fundo, Distrito do Morro São João, Kalunga do Mimoso, Lajinha, Lagoa da Pedra, Mumbuca, Povoado do Prata, Redenção, São Joaquim e São José.

Até outubro de 2010 (período eleitoral), os dados dessa pesquisa não estavam à disposição no PROVIDA. A informação disponível era apenas que o relatório estava em fase de conclusão e que a primeira etapa da pesquisa apontou

situação de emergência em duas comunidades: Kalunga do Mimoso e do Albino localizadas nos Municípios de Arraias e Paranã. E que o governo estadual realizou o Projeto “Força Tarefa” em parceria com diversas instituições do Estado e coordenadas pela Secretaria da Cidadania e Justiça, ainda no ano de 2008, com o intuito de solucionar o problema de insegurança alimentar e nutricional nessas duas comunidades.

No entanto, por se tratar também de uma pesquisa acadêmica, foi possível ter acesso ao artigo publicado pelas pesquisadoras contratadas pelo projeto (MONEGO, 2010), que será utilizado nesse trabalho como fonte documental. Os resultados publicados pelas pesquisadoras apontam insegurança alimentar e nutricional em todas as comunidades quilombolas do Estado.

Em novembro de 2010, eram 21 as comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares no estado do Tocantins. Percebe-se, no entanto que apesar do crescimento do número de comunidades quilombolas reconhecidas pelo poder público, permanece a invisibilidade desse segmento na esfera municipal e estadual, ainda que no campo da segurança alimentar e nutricional, todos os indicadores apontam para a vulnerabilidade social das famílias quilombolas.

Apesar da existência do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional pouco tem sido feito para a efetivação do direito humano à alimentação adequada nessas comunidades, por isso a importância de uma pesquisa que aborde a história, a resistência e a luta contra a vulnerabilidade social, a insegurança alimentar e nutricional nas comunidades do Tocantins e, em especial na Comunidade Quilombola Mumbuca.

A partir dos estudos de Morin (2010), se torna possível ver que o fenômeno da segurança alimentar e nutricional se manifesta de forma diferente na pessoa, nas famílias, na Comunidade, no Estado e no país. O importante é buscar as intersecções das diversas manifestações do fenômeno para que se tornem públicas as diferenças e, conseqüentemente, que se concebam proposições diferentes para situações diferentes.

No caso específico da Comunidade Mumbuca uma abordagem que privilegie a história, a resistência e a luta contra a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar e nutricional se traduz em uma maneira de compreender os valores e as

diferenças culturais, que nos termos de Geertz (1978) é o saber local e, nos termos do CONSEA, são concebidos como conhecimentos tradicionais.

Nesta pesquisa, o saber local considerado como uma abordagem interpretativa dos fenômenos culturais que nos permite compreender as ideias a partir de um lugar específico, em contextos e circunstâncias particulares. (GEERTZ, 1978). Já os conhecimentos tradicionais, aqui serão aqueles conhecimentos que são produzidos na Comunidade Mumbuca no momento atual e aqueles que foram transmitidos pelas gerações anteriores, que como tal “consiste tanto ou mais em seus processos de investigação, quanto nos acervos já prontos transmitidos pelas gerações anteriores. Processos. Modos de fazer. Outros protocolos.” (CUNHA, 2009, p. 302).

Daí que o objetivo é colocar à disposição da sociedade brasileira os conceitos, os instrumentos e as informações oriundos dessa comunidade. Com isso, esses dados podem contribuir para uma nova realidade cultural. A discussão pública da diferença pode ser uma porta aberta para a superação da situação de insegurança alimentar e nutricional nas comunidades quilombolas do Tocantins.

## 1.2 VULNERABILIDADE SOCIAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

O conceito de vulnerabilidade social tem sido empregado por pesquisadores que se dedicam ao estudo de temas como a pobreza, o trabalho, a saúde, a violência e outros fenômenos sociais. Esse conceito é utilizado numa tentativa de compreender a relação existente entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos que estão à disposição de uma pessoa, de uma família ou de grupos sociais e o acesso que essa pessoa, família ou grupo social tem às oportunidades sociais, econômicas, culturais que possam vir do Estado, do mercado e/ou da sociedade. Quando o resultado dessa relação é negativo ou se mantém em uma linha de risco, a pessoa, família ou grupo social passa a ser considerado em situação de vulnerabilidade social. Sendo assim, para a superação dos problemas, o resultado tem de ser positivo para que a mobilidade do grupo ou da família seja positiva.

O que mais incomoda quando se pensa no fenômeno da vulnerabilidade social é que alguns grupos sociais que estão em situação de vulnerabilidade social e poderiam se mobilizar positivamente enfrentam dificuldades. Esses obstáculos existem justamente porque não contam com recursos disponíveis do Estado, da sociedade e/ou do mercado justamente porque há uma associação direta e naturalizada entre o fenômeno de vulnerabilidade e o grupo que sofre os seus efeitos. Não é prudente afirmar taxativamente que este ou aquele grupo está vulnerável sem um mínimo de entendimento das variáveis que envolvem todos esses fatores embutidos na formulação do conceito de vulnerabilidade. (FILGUEIRA, 2001<sup>8</sup>).

O conceito começou a ser delineado na década de 1990, quando ganha corpo o novo paradigma do desenvolvimento social e sustentável relacionado ao estudo do fenômeno da pobreza nos países da América Latina. Segundo o autor, a terminologia original era recurso-vulnerabilidade-estrutura e o estudo estava orientado para o interesse em demonstrar as potencialidades de uma abordagem acerca do conjunto de habilidades e de recursos materiais e simbólicos que podem mobilizar as famílias ou os indivíduos (no sentido de mudança de status), sem se apegar a uma noção de capital exclusivamente econômico ou monetário.

Filgueira (2001) afirma que os aspectos mais positivos do novo enfoque provêm do fato de que, em primeiro lugar, diz respeito à importância que a terminologia recurso-vulnerabilidade-estrutura significou para recuperar a longa tradição intelectual dos estudos das diversas disciplinas como a sociologia, a antropologia, a psicologia social, para colocá-las em um contexto de ideias dominadas pela preocupação com o desenho e a instrumentalização das políticas sociais voltadas para a erradicação da pobreza.

Aqui nessa pesquisa se pressupõe que a situação de insegurança alimentar e nutricional das famílias quilombolas não está relacionada somente à situação de pobreza - tendo pobreza como privação de capacidades (SEN, 2000), mas esta é um importante indicador para a proposição de políticas sociais com um viés inter-setorial que promova a justiça, os direitos humanos e a diversidade cultural. No caso

---

<sup>8</sup>Não podemos deixar de registrar que os textos de Busso (2001) e Abramovay et al. (2002), são de fundamental importância para a abordagem da vulnerabilidade social com ênfase nas políticas públicas.

específico da sociologia, Filgueira (2001), afirma que o termo recebeu boa acolhida porque rompeu com o paradigma econômico dominante.

Em segundo lugar, o enfoque assinala e identifica tipos de ativos relevantes para o desempenho dos indivíduos em sociedade, como a noção de capital social. Filgueira (2001), afirma que recurso-vulnerabilidade-estrutura é um enfoque mais inclusivo e abrange certos tipos de ativos provenientes de atributos que operam em diferentes planos, como a demografia ou os regimes de bem estar social.

Em terceiro lugar, o novo enfoque compreende uma promessa tentadora implícita na ideia de ampliação dos instrumentos de ação não monetários da política social, oferecendo vias alternativas ou complementares que poupam o gasto social.

Já em quarto lugar, é que a aplicabilidade do novo marco não se limita ao estudo da pobreza, embora inicialmente tenha sido pensado como um recurso analítico e conceitual para estudar os setores sociais mais desprovidos. É importante ressaltar que a vulnerabilidade social relacionada à insegurança alimentar e nutricional pode ser encontrada em setores sociais com renda média e acesso a bens e serviços. Nesse caso, a obesidade é um bom exemplo porque tem afetado diretamente famílias que, por ter um poder aquisitivo maior e hábitos culturais modernos (as pessoas adultas passam a maior parte do tempo no trabalho ou fora de casa), consomem alimentos manipulados artificialmente, com altas doses de calorias e com poucos nutrientes, os chamados “*fast food*”, sinônimo de má-nutrição.

Em quinto lugar, o enfoque recurso-vulnerabilidade-estrutura abre a possibilidade de estabelecer ligações entre as diferentes abordagens disciplinares incorporando-se ao debate mais geral entre a teoria econômica e as teorias desenvolvidas por outras ciências sociais<sup>9</sup>.

Assim, Filgueira (2001) afirma que, de forma geral, a ideia recurso-vulnerabilidade-estrutura não é nova na sociologia, tendo em vista a tradição de estudos sobre estratificação social e mobilidade social. Normalmente, o que se procura observar quando se estuda a estratificação social ou a mobilidade social,

---

9 Um exemplo de outra tradição teórica que segue essa linha, mas que não desenvolveremos neste trabalho, encontra-se nos estudos de Pierre Bourdieu, que tratou de diferentes objetos de análise como as sociedades tribais, os sistemas de ensino, os processos de reprodução, os critérios de classificação e as lógicas da distinção social. Suas definições para noções operatórias como habitus, campo, capital, reprodução, poder simbólico, entre outras, podem ser fecundas na compreensão de vários aspectos aqui estudados.

são as relações existentes entre o acesso e o ganho de certos status em relação aos outros. O autor cita o exemplo do estudo sobre o impacto do acesso à educação e da sequência causa-educação-ocupação-renda.

No entanto, segundo o autor, sem prejuízo das diferenças terminológicas entre “status” e “ativos” existem diferenças básicas que distinguem os dois tipos de enfoques. Em primeiro lugar, a aproximação de ativos-vulnerabilidade é menos restritiva, abarcando um número mais amplo de ativos em relação aos poucos status considerados tradicionalmente no paradigma da mobilidade social (educação, ocupação, renda e etnia). Em segundo lugar, o enfoque ativos-vulnerabilidade está focalizado na identificação daquelas configurações de ativos propensas à mobilidade descendente (vulneráveis) e não em toda a gama de alternativas de mobilidade.

Para um melhor entendimento da genealogia do conceito de vulnerabilidade e de sua inclusão no enfoque vulnerabilidade-ativos, Filgueira (2001), apresenta uma sucessão de gerações de conceitos e indicadores, e fecha com uma discussão do conceito de vulnerabilidade e de sua articulação com outros conceitos de recurso-vulnerabilidade-estrutura. São três tipos que antecederam o conceito de vulnerabilidade no estudo da desigualdade e da privação extrema na América Latina: indicadores sociais; pobreza e linha de pobreza; necessidades básicas insatisfeitas.

O autor afirma que o deslocamento dos sistemas de estatísticas aos sistemas de indicadores significou um grande avanço da produção de instrumentos de análise. Essa mudança aconteceu em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960 e foi caracterizada pela “intencionalidade da construção das medidas, a organização das mesmas em um corpo com pretensões de cobrir exaustivamente uma ampla gama de dimensões do social, a unificação dos indicadores para fazê-los comparativos no tempo e entre diferentes sociedades.” (FILGUEIRA, 2001, p. 3).

*El desarrollo de los sistemas de indicadores sociales significó al mismo tiempo la posibilidad de desprender del análisis del desarrollo de la región los aspectos propiamente sociales de los aspectos económicos bajo el supuesto de que no necesariamente el avance en ambos planos opera en forma simultánea ni con igual ritmo y que, por lo tanto, medidas tradicionales frecuentemente usadas para la medición del desarrollo económico (PBI, por ejemplo) no podrían*

*confundir-se com indicadores de avanço do desenvolvimento social.* (FILGUEIRA, 2001, p. 3).

*[...] esta primeira geração de variáveis e conceitos, foi importante para os estudos e identificação de los grupos sociales expuestos a una privación social extrema, al permitir: a) diversos tipos de descripción de los factores en que se sustenta, b) estimar su magnitud o incidencia en la sociedad, y c) clasificar países respecto al grado relativo de desarrollo social.* (FILGUEIRA, 2001, p. 4).<sup>10</sup>

A segunda geração de variáveis e conceitos que antecederam o conceito de vulnerabilidade social refere-se à pobreza e linha de pobreza. Embora o autor não se estenda especificamente aos referenciais teóricos em torno do conceito de pobreza, afirma que se trata de uma variável de dois valores (pobre – não pobre), criada intencionalmente como simplificação de uma variável que possui mais de dois valores. Não corresponde a uma dicotomia natural, é criada pelo investigador de acordo com um conjunto de suposições ou hipóteses contidas na noção de linha de pobreza. Por abarcar uma certa correlação entre consumo, renda e condições de vida, o conceito é considerado por Filgueira (2001), como um dos mais importantes pois:

*[...] En un plano más analítico, el concepto de pobreza, permitió establecer una dicotomía relevante que diferencia dos grandes agregados sociales la cual alimentó permanentemente el análisis de una multiplicidad de tópicos de investigación referidos a muy diversas esferas de la sociedad (temas por ejemplo, como empleo, fecundidad y mortalidad, integración social, comportamientos desviados, socialización y así por delante.* (FILGUEIRA, 2001, p. 4).

---

<sup>10</sup>O desenvolvimento de sistemas de indicadores sociais, ao mesmo tempo que significou a possibilidade de libertar a análise do desenvolvimento da região aspectos especificamente sociais de economias sob a suposição de que o progresso não necessariamente opera em ambos os planos simultaneamente e com igual taxa e, portanto, as medidas tradicionais frequentemente utilizadas para a medição do desenvolvimento econômico (PIB, por exemplo) pode ser confundida com indicadores de progresso de desenvolvimento social. (FILGUEIRA, 2001, p. 3).

[...] A primeira geração de variáveis e conceitos, era importante para o estudo e identificação de grupos sociais expostos à privação social extrema, porque permitia: a) diferentes tipos de descrição dos fatores, b) estimar a magnitude ou impacto na sociedade, e c) a classificação dos países no que diz respeito ao grau relativo de desenvolvimento social. (FILGUEIRA, 2001, p.4) (Tradução livre, feita pela autora deste trabalho).

Outro conceito importante, é o Índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas, que, segundo o autor, “*se trata de una forma alternativa de conceptualización y clasificación de la pobreza*” (FILGUEIRA, 2001, p. 4).

*O Índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas é construído a partir da “la selección de un conjunto de indicadores sociales del hogar a partir de los cuales, la ausencia de un nivel suficiente en uno entre todos los indicadores seleccionados constituye un criterio suficiente para calificar el hogar en la categoría “necesidades básicas insatisfechas.”(FILGUEIRA, 2001, p. 4).<sup>11</sup>*

O “Índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas” permitiu aos pesquisadores o reconhecimento de diferentes tipos de estruturas de carências a que estão sujeitos os indivíduos, de acordo com o tipo de variável que é qualificada de “insuficiente”. Além disso, sua maior utilidade foi a construção de uma nova variável relativa à tipologia de “pobres”<sup>12</sup>, que supera aspectos econômicos baseados na renda. A suficiência ou insuficiência na posse ou acesso a bens e serviços básicos, ou do domicílio, é uma medida mais estrutural e menos volátil, que distingue situações diferentes no interior da pobreza, estabelecendo variações entre os pobres recentes, os pobres crônicos e os pobres inerciais<sup>13</sup>.

Não concebemos a possibilidade de estabelecer um gradiente no interior da pobreza quando se trabalha com o conceito de diversidade cultural. Todavia, infelizmente é isso que tem acontecido: muitas vezes o ponto de análise são as

<sup>11</sup>[...] De uma forma mais analítica, o conceito de pobreza, permitiu uma dicotomia significativa e distingue dois grandes aspectos sociais os quais alimentam a análise de uma variedade de tópicos de pesquisa relacionados a muitas diferentes esferas da sociedade (itens por exemplo, emprego, fertilidade e mortalidade, a integração social, comportamentos desviantes, [...] a socialização e assim por diante. (FILGUEIRA, 2001, p. 4). (Tradução livre feita pela autora deste trabalho).

Outro Conceito importante é o Índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas que, segundo, ou autor, “é uma forma alternativa de conceituação e classificação de pobreza” (Filgueira, 2001, 4). O Índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas é construído a partir de uma “seleção de um conjunto de indicadores sociais da família de que a ausência de um nível suficiente entre os indicadores selecionados é um critério suficiente para qualificar a casa a categoria “necessidades básicas”. (FILGUEIRA, 2001, p. 4). (Tradução livre, feita pela autora deste trabalho).

<sup>12</sup> Assim como Fonseca (2009, p. 12-14), concebemos o conceito de empobrecido em oposição ao conceito de pobre, tendo em vista que os “sistemas de espoliação, exploração, expropriação e marginalização operando política, econômica, cultural, simbólica e psicologicamente na sociedade de modo dinâmico”.

<sup>13</sup> Sidekum (2003, p.80), ao trabalhar com os conceitos de diversidade cultural e pobreza nos alerta para o fato de que, com esse gradiente, perde-se a identidade do indivíduo empobrecido reduzindo-o a uma cifra.

condições socioeconômicas e o perfil demográfico estudado<sup>14</sup>. Muitos grupos são considerados aleatoriamente como vulneráveis. Entendemos que está havendo uma saturação do termo (ou um emprego errôneo), e que alguns atores ou grupos sociais são considerados vulneráveis antes mesmo de se pensar quais são os recursos disponíveis e com quem esses atores estão interagindo (Estado/mercado/sociedade). Essa é uma postura que dificulta uma ação no sentido propositivo.

Em sua avaliação, Filgueira (2001), destaca alguns pontos que são importantes para a nossa reflexão e análise. Ele afirma que a sucessiva geração de conceitos e medidas que procuraram identificar, estimar e captar as condições e fatores associados à privação social em suas manifestações mais extremas significou um avanço em termos de uma crescente complexificação conceitual, sem alcançar, contudo, um status teórico medianamente desenvolvido. Destaca também que o tratamento do fenômeno da pobreza teve uma evolução favorável empírica e conceitualmente, permitindo o desenvolvimento de uma série de conceitos, índices e indicadores que procuraram representar o fenômeno da pobreza e a evolução do bem-estar dos setores mais carentes, mas que nenhuma das medidas criadas (linha de pobreza e necessidades básicas insatisfeitas), suprimiu necessariamente a relevância ou a utilidade das anteriores. Todas contribuíram na ampliação do instrumental conceitual para abordar o problema.

O autor comenta que nenhuma das construções de conceitos e medidas se propôs a explicar as causas da pobreza ou da privação, mas ainda assim estas tiveram um impacto como instrumento de desenvolvimento teórico em múltiplas áreas da pesquisa social, embora, em si mesmas, não fossem uma derivação deduzida de nenhuma teoria determinada, nem pertenceram a um corpo mais amplo de conceitos interconectados.

Filgueira (2001) argumenta ainda que essas mudanças no campo teórico e conceitual expressam uma insatisfação com as conceitualizações anteriores que podem ser uma resposta às mudanças da teoria, da empiria também e

---

<sup>14</sup> Discordamos dos estudos de Lewis (1961) que defendeu a existência da cultura da pobreza, cuja estrutura e mecanismos seriam fundamentais para a sobrevivência dos pobres e das gerações futuras dos pobres. O autor estudou cinco famílias moradoras de bairros pobres da cidade do México atribuiu aspectos positivos a esse fenômeno nas nações modernas.

principalmente, ou resultam da percepção de que as mesmas não são capazes de captar as transformações que ocorrem no mundo real. É nesse ponto que o autor nos faz reconhecer que *“No obstante, la difusión de ciertas innovaciones conceptuales, como cualquier otro orden de innovaciones, sería difícil de comprender si no existiera una predisposición a su aceptación.”*(FILGUEIRA, 2001, p.6).

Ao considerar com a realidade social, o autor afirma que:

*En la medida que las consecuencias sociales del nuevo modelo de desarrollo se hicieron más visible a partir de las última décadas, también se incrementó la percepción acerca de que las conceptualizaciones existentes requerían ser revisadas. También, contribuyeron a este clima de opinión los escasos logros alcanzados por las políticas de combate a la pobreza y otro tipo de reformas implementadas en la región. A pesar de más de dos décadas transcurridas en la aplicación de programas específicos de combate a la pobreza en la región, la persistencia del fenómeno así como el escaso éxito de los programas implementados, fueron indicativos de la necesidad de revisar el instrumental conceptual con el que se ha procurado abordar las políticas. [...] Las expectativas excesivamente optimistas de las estimaciones de gobiernos, programas y organismos multilaterales, han mostrado que los fracasos no pueden ser atribuidos apenas a errores de implementación o a la insuficiencia de recursos. Más bien, pusieron en evidencia la complejidad del problema de la pobreza mostrando la multiplicidad de sus determinantes y la inadecuación de los marcos conceptuales para su abordaje. (FILGUEIRA, 2001, p. 6-7).<sup>15</sup>*

Em sua avaliação, Filgueira (2001), reconhece que todas essas medidas são referências obrigatórias na nova literatura sobre o desenvolvimento social, porém se mostraram insuficientes porque não conseguiram responder as perguntas sobre os

---

<sup>15</sup> Na medida em que as consequências sociais do novo modelo de desenvolvimento se tornaram mais visíveis a partir das últimas décadas, também aumentou a percepção de que os conceitos existentes precisavam ser revistos. Também contribuiu para a de opinião, as conquistas das políticas de combate à pobreza e outras reformas implementadas na região. Apesar de mais de duas décadas na implementação de programas específicos de combate à pobreza na região, a persistência e a falta de sucesso dos programas implementados, foram indicativos da necessidade de rever as ferramentas conceituais com os quais se tem procurado abordar esta política. [...] As expectativas excessivamente otimistas e as estimativas de governos, agências multilaterais e programas demonstraram que as falhas não podem ser atribuídas apenas a erros de execução ou recursos insuficientes. Em vez disso, eles enfatizaram a complexidade do problema da pobreza mostrando a multiplicidade de determinantes e a inadequação do marco conceitual para resolver esta questão. (FILGUEIRA, 2001, p. 6-7). (Tradução livre, feita pela autora deste trabalho).

aspectos dinâmicos do fenômeno da iniquidade e da pobreza e por não estabelecer nexos com sistemas conceituais ou teorias mais gerais. É aí que o autor nos leva onde nós queremos chegar. O autor demonstra que são esses os desafios que incentivaram a busca de tipos conceituais originais que permitissem captar a heterogeneidade, a transformação e as dinâmicas endógenas do fenômeno da pobreza.

É nesse momento, segundo o autor, que surge o conceito de vulnerabilidade, que veio recolocar o debate sobre a problemática social escapando da dicotomia pobre – não pobre, propondo a ideia de configurações vulneráveis (suscetíveis de mobilidade social descendente, ou pouco propensas a melhorar sua condição), as quais podem encontrar-se em setores pobres e não pobres.

Filgueira (2001) encerra o seu comentário fazendo um alerta importante para nós, pesquisadores e cientistas sociais. Segundo ele:

*[...] Ciertamente, la noción de vulnerabilidad no es nueva y tradicionalmente ha sido empleada como sinónimo de pobreza, marginalidad o privación. Sin embargo, su significado apeló más al sentido común o a las connotaciones obvias que el término tiene en el lenguaje corriente, que a una definición conceptual apoyada en consideraciones teóricas o articulada con otros conceptos. Cuando se aplican denominaciones diferentes para significar una misma cosa, o cuando un mismo concepto es usado para denominar diferentes cosas, no es posible que los conceptos posean un significado unívoco. En este caso, es más lo que confunden que lo que aclaran. (FILGUEIRA, 2001, p. 7).<sup>16</sup>*

Sendo assim, o autor está nos chamando atenção para o fato de que vulnerabilidade, marginalidade e exclusão são conceitos que se encontram na terceira geração dos que foram empregados para o estudo da pobreza nas sociedades contemporâneas, mas cada um tem sua especificidade, não são sinônimos.

---

<sup>16</sup> [...] Certamente, a noção de vulnerabilidade não é nova e tem sido tradicionalmente usada como sinônimo de pobreza, marginalização e privação. No entanto, seu significado mais apelou para o senso comum ou conotações óbvias que o termo tem na linguagem comum, que uma definição conceitual apoiada em considerações teóricas ou de coordenação com outros conceitos. Ao aplicar a diferentes nomes que significam a mesma coisa, ou quando os mesmos conceitos usados para descrever as coisas diferentes, é possível que os conceitos possuam um sentido único. Neste caso, o que é mais confuso do que esclarecedor. (FILGUEIRA, 2001, p. 7). (Tradução livre, feita pela autora deste trabalho).

Inicialmente o conceito dava ênfase à relação ativos-vulnerabilidade, e depois passou a ser empregado a partir do enfoque estrutura de oportunidades-ativos-vulnerabilidade. Nesse novo contexto, o conceito passou a estabelecer uma relação, de um lado, entre a capacidade que uma família ou um indivíduo tem para se desenvolver em sociedade (essa dimensão pode ser considerada micro ou de caráter particular) e de outro lado, a estrutura de oportunidades que são oferecidas pelo mercado, pelo Estado e/ou pela sociedade (dimensão macro).

*[...] La principal propuesta del documento sugería la necesidad de superar el concepto más bien difuso e inespecífico con que la literatura trataba el tema de la vulnerabilidad social para ser sustituido por la idea de que la vulnerabilidad social debería ser observada como resultado de la relación entre la disponibilidad y capacidad de movilización de activos, expresada como atributos individuales o de los hogares, y la estructura de oportunidades, expresada en términos estructurales. (FILGUEIRA, 2001, p. 8).<sup>17</sup>*

O conceito de vulnerabilidade social se constitui como uma intersecção entre ativos e estrutura de oportunidades. Por isso, todo pesquisador deverá observar os três componentes do conceito:

*El primer componente de la "vulnerabilidad social" refiere a la posesión, control o movilización de recursos materiales y simbólicos que permiten al individuo desenvolverse en la sociedad. (FILGUEIRA, 2001, p. 8).*

*[...]*

*Por otra parte, el segundo componente, está referido a la estructura de oportunidades que provienen del mercado, del estado y de la sociedad. (FILGUEIRA, 2001, p. 9).*

*Por último, en el plano de las instituciones y de las relaciones sociales, se localiza una tercera fuente de cambios. Diferentes formas de asociabilidad, modalidades de acción colectiva, organización y peso de la comunidad y la familia, capital social, redes de interacción, tendencias demográficas y, en general, cambios en las instituciones primordiales de la sociedad, pueden ser señaladas*

---

<sup>17</sup> [...] O objetivo principal do trabalho sugere a necessidade de superar a bastante difusa e inespecífica conceituação que a literatura tem dado ao tema da vulnerabilidade social, que precisa ser substituída pela ideia de que a vulnerabilidade social deve ser observada como resultado da relação entre a disponibilidade e mobilização de ativos, expressa como atributo individual ou de uso doméstico, e a estrutura de oportunidade, expressa em termos estruturais. (FILGUEIRA, 2001, p. 8). (Tradução livre, feita pela autora deste trabalho).

*como una tercera fuente de alteración de la estructura de oportunidades.* (FILGUEIRA, 2001, p. 9).<sup>18</sup>

Considerando que o desafio da nossa pesquisa é detectar a vulnerabilidade social das famílias quilombolas da Comunidade Mumbuca que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional, já diagnosticada pelos órgãos do governo; acreditamos que o objetivo a ser atingido passa pelos esforços seguintes:

a) Identificar as condições concretas vivenciadas pela Comunidade Mumbuca; as alternativas de resistência propostas pela própria comunidade; os valores simbólicos que dão sentido à vida e à existência dessa comunidade. Somente a compreensão e a valorização desse capital cultural poderão ser utilizadas como parâmetro para a criação de novas políticas públicas;

b) Identificar quais são os fracassos das políticas públicas específicas para essas comunidades; avaliar em que modelo de desenvolvimento estas políticas estão sendo implementadas pelos governantes locais (esfera municipal, estadual e federal);

c) Entender a complexidade das relações que se estabelecem na Comunidade Mumbuca expressa na luta interna em prol da manutenção do seu território. Este território que tanto é ameaçado pela legislação ambiental quanto e pela ação violenta de órgãos e instituições do governo estadual responsáveis pela fiscalização local. Além disso, há os movimentos externos que se manifestam na figura dos movimentos sociais que empunham a bandeira da defesa das terras das comunidades quilombolas, agregados às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional voltadas para povos e comunidades tradicionais implementadas pelo governo federal no período de 2003 a 2010.

---

<sup>18</sup> O primeiro componente de "vulnerabilidade social" refere-se à posse de controle, ou a circulação de recursos materiais e simbólicos que permitam ao indivíduo atuar na sociedade. (FILGUEIRA, 2001, p. 8).

[...] Além disso, o segundo componente refere-se à estrutura de oportunidades que vêm do Estado, mercado e sociedade. (FILGUEIRA, 2001, p. 9).

Finalmente, em termos de instituições e relações sociais, está localizada uma terceira fonte de mudança. Diferentes formas de associabilidade, formas de ação coletiva, a organização e o peso da família e da comunidade, capital social, redes de interação, as tendências demográficas e, em geral, as mudanças nas principais instituições da sociedade, pode ser designado como uma terceira fonte alteração da estrutura de oportunidades. (FILGUEIRA, 2001, p. 9). (Tradução livre, feita pela autora deste trabalho).

Esses dados são importantes e devem ser trabalhados de forma combinada, principalmente quando se estudam as comunidades quilombolas, porque o principal capital da comunidade é o capital cultural. O que mobiliza as famílias são as ações sociais que dão sentido a sua existência, principalmente as ações que visam à atualização da identidade do grupo.

É importante conhecer o histórico do conceito de vulnerabilidade social apresentado por Filgueira (2001), para que se possa avaliar como pensamos atualmente, caso contrário, estaremos perpetuando pessoas ou grupos sociais como “naturalmente vulneráveis”, sem nos dedicarmos à análise da estrutura micro (características da comunidade, forma de conceber, de produzir e se relacionar com o alimento) e da estrutura macro (relação que a comunidade estabelece com o Estado, o mercado e a sociedade).

No campo da implementação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, a linha de raciocínio tem levado os agentes sociais a focarem sempre o fator negativo, não abrindo horizontes para a participação dos atores (famílias quilombolas) na proposição da política.

Esforços têm sido feitos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no sentido de uma abordagem da política pública de segurança alimentar e nutricional com um enfoque mais global. No entanto, algumas resistências são encontradas em alguns setores da sociedade civil e também em algumas esferas dos governos federal, estadual e municipal, sobretudo porque uma política de segurança alimentar e nutricional para comunidades quilombolas se relaciona com as questões da posse da terra.

Outro problema existente para a superação da insegurança alimentar e nutricional nas comunidades quilombolas é a concepção de desenvolvimento que está na linha de confronto entre as duas realidades culturais (da comunidade quilombola e do mundo social em que esta se insere). Ainda que setores progressistas da sociedade civil defendam um desenvolvimento rural, econômico, ambiental e ecologicamente sustentável, no plano político esse discurso cai por terra, principalmente quando se evoca um desenvolvimento “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam.” (SEN, 2000, p. 17).

A tese principal deste trabalho é que a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar e nutricional das Comunidades Quilombolas em geral e da Comunidade Mumbuca, em particular, deve-se ao não respeito às diferenças, combinado com a privação de liberdades expressa na ausência do Estado no que tange à prestação de serviços essenciais, como saúde, educação, transporte e infraestrutura.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. [...]. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidades de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. (SEN, 2000, p. 18).

No caso específico da Comunidade Mumbuca é possível acrescentar ainda que a vulnerabilidade social também se manifeste, em si mesma, na estrutura desigual que se estabelece na relação entre a comunidade e o mercado na produção de bens e produtos. É visível a apropriação, por parte do mercado dos meios de subsistência da comunidade, expresso no baixo preço pago pela venda do capim dourado *in natura*;<sup>19</sup> pela venda dos produtos do artesanato e pela exploração inadequada do patrimônio cultural e turístico da comunidade.

### 1.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM OBJETIVO DE POLÍTICA PÚBLICA

A segurança alimentar é um conceito que começou a ser empregado na Europa, a partir da década de 1940, para denominar a capacidade de cada país de produzir sua própria alimentação de forma a não ficar dependente de outros países

---

<sup>19</sup> Ainda que a venda do capim dourado *in natura* seja proibida, percebemos que não há um controle efetivo da associação dos moradores. Essa dificuldade deve-se, entre outros fatores, à dimensão do espaço geográfico em que se processa a extração do produto e pelo fácil acesso de pessoas estranhas à comunidade devido ao trabalho dos órgãos de preservação ambiental e também ao crescimento do turismo.

em caso de problemas de ordem política ou militar. Nesse sentido, o conceito estava ligado à produção dos alimentos e à soberania nacional.

Também na década de 1940, mais precisamente no ano de 1943, em plena ebulição da Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização para Agricultura e Alimentação da Organização das Nações Unidas (FAO/ONU), órgão que naquele momento, estava preocupado com os recursos da agricultura mundial para a garantia da produção e distribuição de alimentos, principalmente em situações de emergência e fome. Naquele momento, a FAO contava com 44 países membros<sup>20</sup>.

Por ocasião da VII Sessão da Conferência da FAO<sup>21</sup>, o conceito de segurança alimentar foi empregado no processo de discussão da assistência alimentar aos países. O uso do excedente de alimentos para a assistência alimentar passou a ser considerado um componente de segurança alimentar (LEHMAN, 1996 apud VALENTE, 2002, p. 41).

Segundo Valente (2002), a crise de escassez ocorrida nos anos 1972-1974 e a realização da Conferência Mundial de Alimentação em 1974 deram uma amplitude mundial ao conceito de segurança alimentar, que passou a ser associado a uma política de criação e manutenção de estoques nacionais de alimentos.

Já na década de 1980, com o agravamento do problema nutricional no mundo, criou-se uma visão de que os problemas da fome e da desnutrição decorriam muito mais da falta de acesso aos alimentos (demanda e distribuição), do que de produção.

Segundo Valente (2002):

A partir de 1983 o conceito evolui rapidamente para incluir componentes de oferta estável e adequada de alimentos e de garantia de acesso e de qualidade. Para tal, reafirma-se a necessidade de redistribuição dos recursos materiais, da renda e de redução da pobreza como mecanismos centrais para a garantia da segurança alimentar. (VALENTE, 2002, p. 41).

---

<sup>20</sup> Hoje a FAO conta com 191 países membros.

<sup>21</sup> Roma, novembro de 1953.

Nessa perspectiva, percebemos que houve um esforço no sentido de que o conceito de segurança alimentar e nutricional pudesse expressar essa necessidade de o Estado mobilizar recursos para que a oferta de alimentos fosse estável, ou seja, que não fosse abalada em período de crise. Isso é possível fazer se houver uma política de abastecimento e uma política de controle para os preços dos alimentos.

Mais ainda, o conceito teve que abarcar também a ideia de que não basta a oferta ser estável, é preciso ser adequada. Esse termo é bastante apropriado quando inserido no contexto desta pesquisa, porque aqui se defende a ideia de que não basta comer, a comida tem que respeitar a pessoa que come, por isso tem que ser adequada às diferenças culturais, regionais, locais e individuais.

O conceito evolui no aspecto de expressar também a necessidade de o Estado garantir a toda população o acesso aos alimentos de qualidade, incluindo a água. A evolução do conceito reside na mudança do enfoque que se confronta diretamente com a realidade que se apresenta no país, onde o acesso aos alimentos e a satisfação de outras necessidades básicas esteve sempre ligado à renda. O conceito de segurança alimentar e nutricional evolui também por ser propositivo, à medida que reforça a ideia de que a redução da pobreza, a redistribuição dos recursos materiais e da renda é fundamental para a garantia da segurança alimentar e nutricional.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, as discussões em torno da segurança alimentar ultrapassaram a dimensão econômica e biológica e passaram a tocar em questões culturais, questões de justiça, equidade, ambientais e de direitos.

Segundo Valente (2002), em 1992, a Conferência Internacional de Nutrição, promovida conjuntamente pela FAO e OMS, conferiu uma face humana ao conceito de segurança alimentar e nutricional:

[...] onde, além do componente de segurança alimentar entendido como oferta e acesso à alimentação de qualidade, incorporam-se a assistência básica à saúde (abastecimento de água, saneamento, saúde pública) e o cuidado provido no lar aos membros da família (carinho, atenção, preparo do alimento, aleitamento materno, estimulação psicossocial, informação, apoio educacional, etc). (VALENTE, 2002, p. 42).

É possível perceber que, até 1992, a discussão em torno da temática da segurança alimentar e nutricional estava restrita ao campo da produção, da distribuição e do acesso aos alimentos (o aspecto econômico). O que Valente (2002), chama de face humana do conceito é o que entendemos por aspecto sociocultural. Justamente esse é o aspecto que vamos priorizar em nossa pesquisa.

O alimento (concebido como comida) tem um valor simbólico que perpassa toda a vida de uma pessoa. Os hábitos alimentares são aprendidos socialmente, o paladar é educado desde o ventre materno e, assim como o nosso nome, é herdado no interior de nossa família. Todos esses valores foram agregados ao conceito e isso foi um avanço.

O final da década de 1990 foi marcado por um processo de mobilização social, em defesa da segurança alimentar como uma questão de direito econômico, social e cultural, culminando na consolidação do enfoque do direito à alimentação enquanto direito humano. Segundo Valente (2003, p. 4):

[...] a clarificação do conteúdo deste direito humano está contida no Comentário Geral nº 12, do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais:

“[...] o direito à alimentação adequada é indivisivelmente ligado à dignidade inerente à pessoa humana e é indispensável para a realização de outros direitos humanos consagrados na Carta de Direitos Humanos. Ele é também inseparável da justiça social, requerendo a adoção de políticas econômicas, ambientais e sociais, tanto no âmbito nacional como internacional, orientadas para a erradicação da pobreza e a realização de todos os direitos humanos para todos.” (CDESC, 1999).<sup>22</sup>

No Brasil, a formulação do conceito de segurança alimentar e nutricional esteve sempre ligado à luta contra a fome e a miséria e em defesa da vida e da dignidade humana. Essa luta tem sido ainda travada isoladamente por aqueles que lutam pela sobrevivência ou pelos movimentos sociais que denunciam as injustiças e as mazelas da fome e da má nutrição e também pelos pesquisadores e especialistas que se dedicam aos estudos do fenômeno da pobreza e da fome.

---

<sup>22</sup> VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, v.12, n.1, p.51-60, jan-jun 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/08.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2012.

O precursor dessa luta no Brasil foi Josué de Castro que, em 1946, publicou a sua mais importante obra, *Geografia da Fome*, demonstrando que o fenômeno da fome não é um dado natural, é um fenômeno político e social, e como tal, deve ser enfrentado com políticas públicas. Seu pensamento inspirou muitos pesquisadores<sup>23</sup> e a maior parte das ações no campo da segurança alimentar e nutricional que foram implementadas no Brasil até os dias de hoje.

No campo das políticas públicas, podemos dizer que alguns esforços foram feitos na década de 1940, com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), e na década de 1970, com a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, ligado ao Ministério da Saúde. No entanto, somente na década de 1980 é que o conceito de segurança alimentar passa a ser uma referência dentro do Ministério da Agricultura.

Segundo Valente (2002):

[...] Àquela época foi elaborada uma proposta de “Política nacional de Segurança Alimentar” para atender às necessidades alimentares da população e atingir a autossuficiência nacional na produção de alimentos, incluindo a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar dirigido pelo Presidente da República e composto por ministros de Estado e representantes da sociedade civil. (VALENTE, 2002, p. 42).

Dentre as ações que marcaram os debates em torno do conceito de segurança alimentar e nutricional na década de 1980, podemos citar também a realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1986, como um desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde. A importância dessa Conferência reside na mobilização em prol da proposta de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição e de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.

Segundo Valente (2002):

---

<sup>23</sup> Não podemos deixar de citar a importante obra de Antônio Cândido, **O parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista**, que foi publicada pela primeira vez em 1964, fruto de uma pesquisa realizada no interior de São Paulo entre os anos de 1948 a 1954. Em sua obra, Antônio Cândido dedica um capítulo específico para a descrição da alimentação e dos recursos alimentares do caipira.

O conceito de segurança alimentar ampliava-se, incorporando às esferas da produção agrícola e do abastecimento, as dimensões do acesso e da qualidade dos alimentos, bem como das carências nutricionais. Começava-se a falar então de segurança alimentar e nutricional. (VALENTE, 2002, p. 42).

Há que se destacar também que na Constituição Federal de 1988, promulgada após uma grande mobilização da sociedade civil para garantir direitos sociais, o tema da segurança alimentar, aparece no Artigo 208, inciso VII, que trata do “atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Se partirmos do princípio de que o Artigo 208 trata da Educação como um direito social, a alimentação – nesse caso entendida como merenda escolar, que estava no campo da assistência social, passa a ser um programa suplementar do governo federal<sup>24</sup>, considerado pré-requisito para a garantia da Educação como o primeiro direito social a ser garantido pelo Estado.

A década de 1990 foi considerada importante para a consolidação do conceito de segurança alimentar e nutricional no Brasil. A primeira iniciativa partiu da sociedade civil e teve como protagonista o Partido dos Trabalhadores que elaborou uma proposta de política nacional de segurança alimentar e nutricional, a qual incorporava todas as discussões feitas anteriormente. Essa proposta foi entregue em 1991 ao Governo Collor e, em 1993, ao governo Itamar Franco.

Essa iniciativa política provocou duas reações por parte do governo Itamar Franco. Em maio de 1993, o governo decretou a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), composto por governo e sociedade civil e, ainda no mesmo ano, “de forma absolutamente inédita na história do país, reconheceu o círculo vicioso formado pela fome, a miséria e a violência e definiu o seu enfrentamento como prioridade do governo”. (VALENTE, 2002, p. 46).

A articulação política entre o governo e a sociedade civil propiciou a realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), que, em julho de 1994, reuniu mais de 2.000 pessoas. “O relatório final

---

<sup>24</sup> Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que está sob a responsabilidade do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

refletiu a preocupação do povo brasileiro com a concentração de renda e de terra como um dos principais determinantes da fome e da miséria no país.” (CONSEA, 1994a, apud VALENTE, 2002, p. 46).

Segundo Valente (2002):

[...] nesse período, construiu-se o conceito brasileiro, segundo o qual, segurança alimentar e nutricional consiste em garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. (VALENTE, 2002, p. 48).

Atualmente existe um grande esforço do CONSEA para que esse conceito “brasileiro” de segurança alimentar e nutricional seja adotado por todos os países membros da FAO. É um conceito brasileiro por duas razões fundamentais: a) porque o Brasil (na pessoa de Josué de Castro) foi o primeiro país a conceber a fome como um fenômeno social; b) porque o Brasil foi o primeiro país a inserir “nutricional” ao conceito de segurança alimentar, superando as diversas pressões de setores representativos do agronegócio que, descartando o “nutricional”, tornaram-se escravos da produção de alimentos baseados em uma única fonte (a soja e o milho, por exemplo).

No ano de 1995, com o início do governo Fernando Henrique Cardoso, o CONSEA foi extinto e substituído pelo Programa Comunidade Solidária, vinculado à Casa Civil. Nesse período, a questão da segurança alimentar e nutricional deixa a agenda política para ser retomada somente no novo milênio com a ascensão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva ao poder.

Em 2003, o CONSEA é restituído como um conselho de caráter consultivo de assessoramento direto ao Presidente da República. A participação da sociedade civil é de 2/3 e do governo, 1/3. Essa participação social vai imprimir um caráter mais dinâmico à pauta do CONSEA, com a introdução de diversos temas, com pouca influência no conceito de segurança alimentar e nutricional que havia sido deliberado em 1994.

O destaque desse novo CONSEA foi a participação social, o debate e a efetivação dos marcos legais da política de segurança alimentar e nutricional.

Segundo Burlandy (2011):

O Consea realizou a II e a III Conferência Nacional de SAN (em 2004 e 2007, respectivamente), além de encontros nacionais (em 2006 e 2009), com o objetivo principal de formular diretrizes para a Política Nacional de SAN. O próprio conceito que pautou a II Conferência foi formalizado na Lei Orgânica em 2006 (Losan): *Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis* (grifos da autora). (BURLANDY, 2011, p. 67).

A intersecção entre o conceito de segurança alimentar e nutricional e o conceito de diversidade cultural, combinado com práticas alimentares ambientalmente sustentáveis já nos permite refletir sobre a realidade social das comunidades quilombolas, tendo como base empírica a Comunidade Mumbuca.

Segundo Langon (2003):

A *diversidade cultural* (a diversidade de *identidades culturais*) não difere radicalmente do processo biológico de diversificação. Ela é a riqueza de caminhos diversos para enfrentar, de modos diferentes, desafios também parcialmente diferentes. O desaparecimento *dessa diversidade* significaria o desaparecimento da capacidade humana de dar respostas variadas ao novo; seria a ruptura de uma das condições de possibilidade de reprodução da vida *humana*. O desaparecimento de uma dessas *identidades culturais* representa o *empobrecimento* de humanidade enquanto fecha um dos caminhos abertos, enquanto faz perder uma das possibilidades. A *riqueza* humana depende da preservação da diversidade de suas *identidades culturais* e de cada *identidade cultural*. (grifos do autor). (LANGON, 2003, p. 79).

O que nos preocupa é que a insegurança alimentar e nutricional incide particularmente nos grupos em que se manifestam as diferenças culturais, étnicas e raciais. O que se verifica é que a diferença potencializa a desigualdade, na maioria

das vezes expressada em situação de insegurança alimentar e nutricional, porque a sociedade dominante se comporta como se houvesse uma cultura única.

Sendo assim, se as diferenças são concebidas somente no campo abstrato, dificilmente poderão gerar uma ação social no sentido de mudar essa realidade. Isso fica evidente principalmente quando percebemos que a cada dia que passa as práticas alimentares tradicionais estão sendo substituídas por hábitos alimentares baseadas no consumo de produtos industrializados, preferencialmente aqueles que ocupam espaço na *mídia* televisiva.

#### 1.4 MARCO LEGAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

A escolha do estudo das comunidades quilombolas tem relação direta com a necessidade de trazer à tona a discussão em torno da questão das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em contextos específicos. No processo de criação dos marcos legais das políticas de promoção da igualdade racial, definem-se algumas prerrogativas relacionadas à realização do direito humano à alimentação. Nessa perspectiva, destacamos o decreto 4.886, de 20 de novembro de 2003, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Em suas diretrizes constata-se o:

Estabelecimento de parcerias entre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, os Ministérios e os demais órgãos federais, visando garantir a inserção da perspectiva da promoção da igualdade racial em todas as políticas governamentais, tais como, saúde, educação, desenvolvimento agrário, segurança alimentar, segurança pública, trabalho, emprego e renda, previdência social, direitos humanos, assistência social, dentre outras.<sup>25</sup>

Outro importante instrumento, utilizado principalmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Fundação Cultural Palmares, é o decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras

---

<sup>25</sup> Cf. Anexo do Decreto 4.886 de 20 de novembro de 2003, Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, item IV, diretrizes, incorporação da questão racial no âmbito da ação governamental.

ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Segundo a Instrução Normativa nº 16, de 24 de março de 2004, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária:

Art. 3º. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

O Brasil é signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 07 de junho de 1989, tratado internacional que foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002.

A Convenção 169 da OIT tem importância para as comunidades quilombolas porque utiliza o termo “terras” incluindo o conceito de território “o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma” (Art.13, 2).

Nesse sentido, entendemos que a Convenção 169 da OIT é importante no processo de reivindicação do direito humano à alimentação adequada dos povos e comunidades tradicionais e na introdução do conceito de desenvolvimento sustentável como uma opção de desenvolvimento para o nosso país.

Com o intuito de compreendermos o conceito de povos e comunidades tradicionais, territórios tradicionais e desenvolvimento sustentável, baseamo-nos no artigo 3º do decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Art. 3º. Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

O marco legal para a discussão do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil é a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 – a LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional) e a própria Constituição Brasileira, que, depois de aprovada a Emenda Constitucional nº 64, de 05 de fevereiro de 2010, incluiu em seu Artigo VI, a alimentação como um dos direitos sociais, fundamentais à pessoa humana. Esse marco legal é fruto de um trabalho de mobilização do CONSEA, em torno da necessidade de pautar a segurança alimentar e nutricional como prioridade do Estado Brasileiro.

Segundo a LOSAN (2006):

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Importante trazer para a nossa análise a complexidade da situação de insegurança alimentar e nutricional:

[...] situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural. (CONSEA, 2006, p. 4).

Na pesquisa de campo realizada na Comunidade Quilombola Mumbuca foi possível auferir a situação de insegurança alimentar e nutricional no que tange ao consumo de alimentos de duvidosa qualidade. Esse dado indica um aumento do consumo de alimentos com alto teor de calorias e/ou um aumento no consumo de

alimentos de questionável qualidade, principalmente a ingestão de líquidos a base de pó solúvel, doces e balas que são doadas às crianças da comunidade pelos turistas que visitam o Povoado<sup>26</sup>. Há uma substituição progressiva de alimentos naturais para alimentos industrializados.

Ao questionar as famílias sobre os efeitos da criação do Parque Estadual do Jalapão na produção de alimentos, muitos depoimentos apontam as dificuldades encontradas tanto para o cultivo da terra e quanto para a criação de gado: “*Não pode mais fazer roça de toco, roça de brejo*” (Morador 1); “*Não pode tirar roça, não pode tirar um pau, não pode destruir*”(Morador 26); “*Antes colocava o gado em uma certa área e hoje é limitado. Não pode derrubar roça, tem que ser 10 metros longe do córrego e aí a terra já ta seca.*” (Morador 4). Os moradores sentiram o impacto das ações que visam à preservação do Parque em confronto com o modo tradicional de vida da comunidade.

A fiscalização com o intuito de preservar o Parque Estadual do Jalapão, além de exagerada, tem impedido a comunidade de caçar animais que, segundo eles, eram fonte de alimento em tempos passados (a anta, por exemplo). Segundo depoimentos, a caça não era predatória porque respeitava o ciclo vital da natureza e, portanto, o equilíbrio ambiental.

Já a extração do capim dourado, incentivada pelo aumento do turismo local e pela falsa impressão de que é a única fonte de renda da comunidade, tem sido feita de forma predatória. É um produto que tem sido comprado por um baixo preço dentro da comunidade e vendido a preços abusivos por atravessadores. Essa prática não traz retorno monetário para a comunidade.

Segundo o documento - *Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional* (2004):

Dois outros conceitos estão fortemente relacionados ao de SAN: o Direito Humano à Alimentação e a Soberania Alimentar. O direito à alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade, que foram definidos por um pacto mundial, do qual o Brasil é signatário. Esses direitos referem-se a um conjunto de condições necessárias e essenciais para que todos os seres humanos, de forma igualitária e sem nenhum tipo de discriminação, existam, desenvolvam suas capacidades e participem plenamente e dignamente da vida em

---

<sup>26</sup> Cf. Tabela 17 - Recreação e lazer das famílias da Comunidade Mumbuca no ano de 2003 e 2010.

sociedade. Cada país, por sua vez, tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos. (CONSEA, 2004, p.4).

O Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, desde março de 1968, mas somente a partir da publicação da nova Constituição Federal em 1988, houve o reconhecimento de que as populações negras brasileiras devem ser livres, tratadas com dignidade, justiça e equidade. Sendo assim, quando pensamos no conceito do direito humano à alimentação e à soberania alimentar, *sem nenhum tipo de discriminação* entendemos que cabe ao Estado brasileiro impedir que uma pessoa oriunda da população negra sofra qualquer tipo de discriminação no acesso ao alimento saudável.

Nessa mesma linha de raciocínio, o princípio da soberania alimentar pressupõe que cada país tem o direito de definir suas *próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população*. É inadmissível que as comunidades quilombolas estejam constantemente ameaçadas pelo emprego de venenos nas práticas agrícolas feitas pelos fazendeiros vizinhos (é o caso da produção da soja no Estado do Tocantins e do cultivo de eucaliptos no Estado do Espírito Santo); ou pela utilização de organismos geneticamente modificados (como a ameaça às sementes crioulas no Rio Grande do Sul).

Entendemos que a soberania alimentar brasileira, ligada à segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas depende, dentre outros fatores, da execução das políticas que estão relacionadas ao artigo 68 do ADCT que estabelece que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, e aos artigos 215 e 216 da Constituição Brasileira, que tratam respectivamente, da proteção das manifestações culturais afro-brasileiras; e do patrimônio cultural brasileiro, que deve ser promovido e protegido pelo poder público, os bens de natureza material e imaterial.

No quadro abaixo, algumas ações previstas no orçamento plurianual 2008/2011:

**QUADRO 1 - PROGRAMAS E AÇÕES DE SAN VOLTADAS PARA POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA E PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS PREVISTAS NO ORÇAMENTO PLURIANUAL 2008/2011 MONITORADAS PELO CONSEA**

<b>Código do Programa</b>	<b>Denominação do Programa</b>	<b>Órgão</b>	<b>Código da Ação</b>	<b>Denominação Ação 2008</b>	<b>Unidade Executora</b>
1427	Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar	MDA	8358	Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas	MDA
0172	Cultura Afro-Brasileira	MinC	8053	Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira	F.C. Palmares
0172	Cultura Afro-Brasileira	MinC	6621	Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo	F.C. Palmares
0172	Cultura Afro-Brasileira	MinC	6531	Promoção de Intercâmbios Culturais Afro-Brasileiros	F.C. Palmares
0172	Cultura Afro-Brasileira	MinC	8069	Pesquisas sobre Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro	F.C. Palmares
0172	Cultura Afro-Brasileira	MinC	2A86	Proteção aos Bens Culturais Afro-brasileiros	F.C. Palmares
1141	Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania	MinC	2948	Capacitação para Ampliação do Acesso à Produção, Fruição e Difusão Cultural	MinC
1145	Comunidades Tradicionais	MMA	6230	Gestão Ambiental em Terras Quilombolas	SDS/MMA
1336	Brasil Quilombola	SEPPPIR	8936	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas	MDA
1336	Brasil Quilombola	SEPPPIR	8957	Apoio ao Desenvolvimento da Educação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos	FNDE/MEC
1336	Brasil Quilombola	SEPPPIR	1642	Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos	INCRA
1336	Brasil Quilombola	SEPPPIR	6440	Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos	SEPPPIR
1336	Brasil Quilombola	SEPPPIR	8215	Atenção à Saúde das Populações Quilombolas	FNS/MS
1336	Brasil Quilombola	SEPPPIR	8589	Capacitação de Agentes Representativos das Comunidades Remanescentes de Quilombos	F.C. Palmares

Fonte: CONSEA, 2010. Orçamento de Segurança Alimentar e Nutricional pelo CONSEA (PPA 2008-2011). Planilha produzida pelo CONSEA com dados fornecidos pela Secretaria de Orçamento Federal/Ministério do Planejamento - SIAFI/SIDOR/SIGPLAN - Ministério do Planejamento.

O quadro 1 prevê algumas ações e programas de SAN voltadas para as comunidades quilombolas e para a população afro-brasileira (termo utilizado pelo Ministério do Planejamento). Os dados da planilha foram retirados do site do CONSEA e constituem-se em dados parciais da planilha original fornecida pela Secretaria de Orçamento Federal/Ministério do Planejamento. Esses dados serão

utilizados na seção 4, quando serão discutidas as ações, programas e políticas públicas que estão sendo implementadas na Comunidade Mumbuca.

### 1.5 RE-SIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE QUILOMBO

Segundo Andrade, et al. (2010), a palavra “quilombo” tem origem nos termos “kilombo” (kimbundo) ou “ochilombo” (umbundo), presente também em outras línguas faladas ainda hoje por diversos povos bantos que habitam a região de Angola, na África.

A obra conhecida, *Palmares, a Guerra dos Escravos*, de autoria de Décio Freitas, publicada em 1971, trouxe grande visibilidade para a temática. O termo “quilombo” se consolidou como um espaço onde se residiam os negros que conseguiam fugir da escravidão e permaneciam isolados da sociedade.

Segundo Almeida (2002), tratava-se de um conceito jurídico-formal, composto por elementos descritivos, construído pelo Conselho Ultramarino em 1740: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões.” (ALMEIDA, 2002, p. 47).

Nessa perspectiva, concebe-se a dupla face da escravidão: dominação/resistência, mas o conceito de quilombo é relativo à organização política em confronto com o poder colonial. Na concepção de Almeida (2002), essa ideia de isolamento está superada porque outros estudos. Reis e Gomes (1996) mostraram que os quilombos só se mantiveram ao longo do tempo porque interagiram em seu ambiente e também no espaço urbano da colônia, produzindo os seus meios de subsistência e comercializando os seus produtos.

Compartilhamos com Oliveira (2005), a concepção de que o movimento negro foi personagem principal na apropriação do conceito de quilombo e na sua re-significação nos diversos contextos de luta contra as desigualdades étnico-raciais no Brasil, desde a década de 1930. O processo se iniciou quando a Frente Negra Brasileira encabeçou o movimento de luta contra a discriminação racial e passou a conceber a organização política dos quilombos (o mais conhecido era o Quilombo dos Palmares), como um exemplo de pura democracia. O discurso era que “Palmares foi a primeira experiência de democracia no Brasil”.

Na década de 1940, Abdias do Nascimento (1914 - 2011), se destacou como líder do movimento “quilombismo”, que propunha a mobilização política da população negra nas Américas, pautado justamente na negação do conceito de quilombo como um espaço de escravo fugido, e sua afirmação como um espaço de liberdade.

Na década de 1970, o Movimento Negro Unificado (MNU) e outros grupos sociais negros no país retomam, já dentro do movimento de redemocratização brasileira, impulsionado pela luta da sociedade civil, intensifica a luta contra o racismo no Brasil. Estes são movimentos sociais negros que se inspiraram justamente na concepção revolucionária do Quilombo dos Palmares. Foi o ativista do movimento negro gaúcho Oliveira Silveira (1941 – 2009), que imprimiu a ideia de Zumbi dos Palmares como herói nacional, e do dia 20 novembro, como Dia Nacional da Consciência Negra.

Essa é uma ideia que se fortalece na década de 1980 e o Brasil foi palco de uma crescente luta protagonizada pelo movimento negro, em prol do reconhecimento, por parte do Estado e da Sociedade, da existência de racismo, da discriminação e do preconceito.

Dentre as frentes de luta do movimento negro neste período, podemos citar o diálogo com o governo, expresso pela criação dos Conselhos da Comunidade Negra, principalmente no Estado de São Paulo (1983), e a criação da Fundação Cultural Palmares (1988), ligada ao Ministério da Cultura; a parceria com a Igreja Católica, expressa na realização da Campanha da Fraternidade de 1988, com o lema; “Negro: um clamor de justiça”; e a mobilização em torno da instalação da Assembleia Constituinte.

Segundo Oliveira (2005), em 1982, as comunidades negras rurais do Maranhão já haviam realizado seu 1º Encontro Estadual e, dali já sairia as primeiras reivindicações que deram origem aos projetos parlamentares de Alcides Modesto, Alberto Caó e da Senadora Benedita da Silva para a Constituição Federal de 1988.

Nos termos de O’Dwyer (2002):

A partir da Constituição brasileira de 1988, o quilombo adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no art. 68 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro. (O'DWYER, 2002, p. 13).

No campo da mobilização política, a Constituição de 1988 traz a garantia de direitos a um grupo social que, devido às desigualdades raciais, está à margem da sociedade e que necessita se organizar para reivindicá-los. Na década de 1990 surge o movimento social quilombola que, aliado ao movimento negro e a algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs)<sup>27</sup>, mobilizou-se para pressionar o Estado a regulamentar o art. 68 da ADCT.

Assim, o movimento social quilombola tem como característica principal a exigência da aplicação imediata do art. 68 da ADCT e a emissão do título de propriedade às comunidades negras rurais. Segundo Treccani (2006), em 1991 houve a mobilização da Associação dos Moradores das Comunidades Rumo-Frechal, município de Mirinzal, Estado do Maranhão (TRECCANI, 2006, p. 98) e o resultado dessa mobilização culminou em 1992, na concessão do direito real de uso aos moradores das Comunidades Rumo-Frechal, a medida que o governo criou, por Decreto, uma Reserva Extrativista (RESEX), na área em conflito.

Essa primeira tentativa serviu de incentivo às diversas outras comunidades negras rurais localizadas no Pará, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, que foram apoiadas pelo Ministério Público Federal na interpretação do art. 68 da ADCT, e orientadas para a instrução de um processo jurídico formal, segundo Linhares (2002):

“[...] os processos eram compostos consoante os seguintes documentos: laudo antropológico, laudo jurídico ou petição e laudo agrônômico, contendo a planta topográfica e memorial descritivo do território. De posse desses documentos, no âmbito da administração pública movia-se uma ação, por intermédio da Procuradoria Geral da República, solicitando ao Poder Executivo que cumprisse com o que determina a Constituição.” (LINHARES, 2002, apud TRECCANI, 2006, p. 98).

---

<sup>27</sup>Dentre as organizações do movimento negro, destacamos o Movimento Negro Unificado, o Centro de Cultura Negra do Maranhão e o Grupo União e Consciência Negra. (OLIVEIRA, 2005, p. 29). Dentre as organizações não-governamentais, citamos a Comissão Pró-Índio de São Paulo.

No campo jurídico, o termo *remanescente de quilombos* tem força de representação do sujeito que herda o patrimônio material e imaterial de um grupo social quilombola. Almeida (2002) afirma que a definição jurídica de quilombo está ligada às definições “frigorificadas”<sup>28</sup> dos períodos colonial e imperial.

Segundo o autor, é importante realizar uma leitura crítica da representação jurídica de quilombo, estabelecendo um deslocamento da ideia de “algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado numa suposta auto-suficiência e negando a disciplina de trabalho” (ALMEIDA, 2002, p. 49), para uma leitura baseada nos estudos de historiadores da economia colonial, nos relatos de juristas, militares, naturalistas e viajantes que percorriam o Brasil no século XIX, que reconhecem o quilombo como unidade produtora para o autoconsumo e para diferentes circuitos de mercado.

O processo de re-significação do conceito de quilombo parte justamente dessa mudança de paradigma histórico-jurídico, e passa com isso a abarcar novos significados, a partir da situação atual das diversas comunidades negras rurais e urbanas, em diferentes contextos do Brasil.

Para a antropologia, o conceito está ligado à questão do pertencimento, da identidade étnica, “de grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência, na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio”.<sup>29</sup>

No desenvolvimento desta pesquisa, o conceito de quilombo é entendido como uma categoria política, dinâmica, que é construída no presente, a partir da auto definição dos sujeitos históricos em questão.

Na Comunidade Mumbuca, tendo em vista que a auto identificação como quilombolas tornou-se uma estratégia de organização social e política,

---

<sup>28</sup> Definição “frigorificada”, segundo o autor, é o conceito de quilombo composto basicamente de cinco elementos descritivos: a fuga, quantidade mínima de “fugidos”, isolamento geográfico, existência de rancho e a existência de pilões (ALMEIDA, 2002, p. 47). Essa definição data de 1740 e foi utilizada no campo jurídico.

<sup>29</sup> Trecho do documento do grupo de trabalho da ABA – Associação Brasileira de Antropologia, que estabelece parâmetros para a atuação do antropólogo na elaboração de laudos antropológicos e no trabalho em campo. (O'DWYER, 2002, p. 18).

principalmente após a criação do Parque Estadual do Jalapão, que aconteceu em 2001, o conceito de quilombo está em discussão.

Nesse sentido, o conceito de etnicidade de Weber (1988) é importante porque ultrapassa a ideia de cultura ou raça. Há que se considerar também o conceito de etnicidade de Cunha (2009) que entende ser a cultura uma categoria “nativa” (2009, p. 244), ou seja, é um produto da comunidade ou organização social local, mas não está isolada dessa produção de cultura.

Na análise de Weber (1998) e Barth (1998) os grupos étnicos, que em nosso caso são as comunidades dos quilombos, não são culturais e sim formas e processos de organização social e política, isto é, comunidades, e a cultura é um produto ou um resultado dessas organizações.

## 1.6 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Considerando que a temática desta pesquisa é a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar e nutricional da Comunidade Quilombola Mumbuca, no Estado do Tocantins, optamos por recorrer ao arcabouço teórico de Geertz (1978; 2000) para o desenvolvimento do trabalho etnográfico, com o intuito de descrever e analisar o processo de defesa do território da Comunidade expressa nos conflitos socioambientais enfrentados pela Comunidade Mumbuca, e compreender a Festa do Capim Dourado como um dos aspectos simbólicos que impõe significado à construção da identidade da comunidade.

Uma vez que o comportamento humano é visto como ação simbólica, a etnografia é, para Geertz (1978), uma “descrição densa” das estruturas conceituais que informam os atos dos nossos sujeitos.

Segundo o autor:

O que o etnógrafo enfrenta, de fato [...] é uma multiplicidade de estruturas conceptuais concretas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. (GEERTZ, 1978, p. 20).

Por isso, o desafio é compreender, do ponto de vista da interpretação da cultura (GEERTZ, 1978), a organização social da Comunidade Mumbuca e o processo de construção da identidade quilombola (ALMEIDA, 2002).

As comunidades quilombolas estão envoltas em desconhecimento por parte da sociedade brasileira devido ao abandono do Estado. Houve um processo “natural” de desobrigação por parte do Estado desde a abolição da escravatura até a promulgação da Constituição brasileira de 1988. O art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) confere direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva.

O Tocantins (região que pertencia ao estado de Goiás, também chamado de Norte do Goiás), é pouco conhecido pelos demais brasileiros por se tratar de um estado criado em 05 de outubro de 1988, por ocasião da promulgação da Constituição Brasileira. Devido ao Estado de Goiás pertencer à região Centro-Oeste do Brasil, poucas pessoas sabem que o Tocantins, ao ser criado, passou a compor a região Norte do Brasil.

As comunidades quilombolas vivem e sobrevivem nesta região, mas muitas vezes são ignoradas pela sociedade e pelo Estado, pela concepção de que a existência dessas comunidades é um sinal de entrave ao desenvolvimento, unicamente pautado no progresso e no crescimento econômico.

Pretendemos identificar, dentro da própria comunidade, formas para fortalecer a resistência e a luta das famílias quilombolas no que se refere à superação da situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, bem como a orientação das políticas públicas desenvolvidas para o enfrentamento dessa realidade nas esferas federal, estadual e municipal.

Em face disso, a complexidade do nosso trabalho reside no fato de que a segurança alimentar e nutricional é um tipo multidisciplinar e a adoção de políticas públicas nessa área é multissetorial.

Optamos por analisar programas e ações inseridos na política de segurança alimentar e nutricional, alocados em diversos ministérios, como MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Ministério da Saúde, Ministério da Educação, SEPPIR (Secretaria Especial

de Promoção de Políticas de Igualdade Racial), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e FCP (Fundação Cultural Palmares).

Considerando que o público portador de direito são as pessoas e as comunidades quilombolas, centralizamos a nossa atenção no Programa Brasil Quilombola (PBQ), que é o principal programa do governo federal voltado para as comunidades quilombolas. O PBQ foi criado em 2004, com a finalidade de coordenar as ações governamentais que estão sendo desenvolvidas junto às comunidades quilombolas, com ênfase na participação social (a ideia é que os quilombolas, sujeitos do programa, participem e interajam na elaboração e implementação). O PBQ é coordenado pela SEPPIR e tem suas ações executadas por 23 órgãos da administração pública federal.

O procedimento adotado em nossa pesquisa foi o conhecimento do PBQ, da forma como foi idealizado pelo governo federal, com um olhar analítico para os programas e ações de segurança alimentar e nutricional voltados para população negra e para comunidades quilombolas, previstas no orçamento plurianual 2008/2011<sup>30</sup>.

No Estado do Tocantins, o PBQ está sob a coordenação da Secretaria da Cidadania e Justiça (SECIJU) e suas ações estão sendo executadas basicamente por cinco secretarias estaduais (Secretaria da Cidadania e Justiça, Secretaria de Planejamento, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria da Saúde e Secretaria da Educação e Cultura), por dois órgãos federais com representação no Estado (Incra, e Conab) e pelo Instituto do Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS).

A análise dos resultados da avaliação das políticas públicas voltadas para a Comunidade Quilombola Mumbuca será apresentada na quarta seção<sup>31</sup> deste trabalho, para que possamos avaliar qual a cobertura do PBQ e o grau de vulnerabilidade da comunidade.

Vale ainda salientar que o Programa está vagamente construído na mentalidade dos técnicos do governo e as ações só estão sendo implementadas via projetos eventuais em uma ou outra comunidade quilombola do Estado. Isso se dá

---

<sup>30</sup> Cf. o quadro1, p. 64 deste documento.

<sup>31</sup> O objetivo da seção é fazer uma avaliação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional do governo federal (2003-2010), voltadas para a comunidade.

porque não existe um plano, uma política ou um programa estadual específico para essas comunidades. Acreditamos que essa realidade é encontrada em todos os estados do Brasil.

As dificuldades que as comunidades quilombolas encontram para acessar programas e ações voltados à segurança alimentar e nutricional são muitas, mas a maior delas é o agravamento da desigualdade étnico-racial e social, que tornam esses grupos ainda mais invisíveis diante dos técnicos e dos gestores municipais. Outrossim, as comunidades não conhecem as políticas e programas os quais têm o direito de acessar e, quando conhecem, ficam à *mercê* de uma burocracia que as exclui do processo decisório.

Os projetos que estão em desenvolvimento na comunidade, em sua maioria, são pilotos e atendem aos editais que são lançados pelo governo federal. São iniciados, mas nem sempre chegam ao final, por isso a comunidade vive sempre uma expectativa não realizada. Muitas vezes os gestores nem sabem quais são os mecanismos que o município deveria utilizar para acessar os recursos disponibilizados pelo do governo federal.

No caso específico da Comunidade Mumbuca em que estamos desenvolvendo esse estudo, há uma situação ímpar: a comunidade pesquisada pertence ao Município de Mateiros; o recurso destinado aos programas e ações de segurança alimentar e nutricional deveriam estar alocados na Secretaria Municipal de Assistência Social, mas essa secretaria não existia institucionalmente (o prefeito a criou há apenas um ano). Sendo assim, essa secretaria ainda não está habilitada para fazer convênios, portanto, não recebe nenhum recurso específico para ser aplicado na comunidade quilombola.

Todas essas questões estão sendo levantadas no esforço de expressar que, diante da complexidade deste trabalho, o caminho é buscar uma interpretação multidimensional da realidade.

Segundo Morin (2010):

A complexidade parece ser negativa ou regressiva já que é a reintrodução da incerteza num conhecimento que havia partido triunfalmente à conquista da certeza absoluta. É preciso enterrar esse absoluto. Porém, o aspecto positivo, o aspecto progressivo que

a resposta ao desafio da complexidade pode ter, é o ponto de partida para um pensamento multidimensional. (MORIN, 2010, p. 188).

O ponto de partida é despertar para o real que se apresenta, é aceitar o desafio do conhecimento que se constitui em um universo de angústias e incertezas. Esse sentimento parece ser negativo ou regressivo porque o mundo mudou e o pensamento também tem que mudar. Concepções que até então pareciam absolutas devem ser questionadas, porque, para realidades complexas; o desafio é um pensamento também complexo.

O ponto positivo desse desafio é o emprego do método da complexidade que vai nos permitir pensar sobre os conceitos de forma a que nunca os tenhamos como concluídos: somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais e o nosso pensamento precisa captar essas dimensões. Isso não significa que vamos dar todas as informações sobre o fenômeno que estamos conhecendo, mas temos que, no mínimo, respeitar suas diversas dimensões.

A estratégia deverá ser dialogar com o universo estudado e seguir um caminho na perspectiva de restabelecermos as articulações entre o que foi separado, na direção do saber total, não do saber completo absoluto.

Na situação da nossa pesquisa, temos que refletir sobre a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar e nutricional, manifesta na Comunidade Quilombola Mumbuca, mas também devemos conceber esse fenômeno integrado a uma totalidade (uma comunidade tradicional inserida numa sociedade capitalista globalizada). O ponto positivo desse desafio é considerar a identidade desse grupo, sua noção de pertencimento, sem, contudo, perder de vista as relações múltiplas que o grupo estabelece no ambiente interno e externo.

Nesse sentido, é que o pensamento complexo, como possibilidade de entendimento, é dialógico e organizacional: a construção do conhecimento depende do vir-a-ser, depende da sociedade, da cultura, dos meios de que dispomos para adquirir esse conhecimento. Sendo assim, o conhecimento se auto organiza à medida que está se constituindo.

Buscaremos compreender o fenômeno que ora estamos dispostos a conhecer, sem deixar de incluir a sua relação profunda com o meio ambiente, sem perder a sua complexidade.

Essas questões serão tratadas detalhadamente nas próximas seções, nas quais haverá maior aprofundamento teórico-metodológico. A seção 2: “Território da comunidade: história, trabalho, produção e conflitos socioambientais” e a seção 3: “Mumbuca e o Capim Dourado: organização cultural e política” foram construídas a partir da pesquisa etnográfica. A seção 4: “Alimentação: a perspectiva da Comunidade Mumbuca e a presença/ausência do Estado no período de 2003 a 2010” é resultado da análise de dados da pesquisa quantitativa e qualitativa realizada nos domicílios da Comunidade Mumbuca.

## 1.7 PESQUISA DE CAMPO

### 1.7.1 Visitas aos órgãos de governo

Os trabalhos de campo foram iniciados no mês de março de 2010 na cidade de Palmas por ocasião das visitas realizadas em secretarias do governo estadual, órgãos do governo federal, conselho de segurança alimentar e movimento negro estadual. A seguir as instituições, nominalmente: Secretaria da Cidadania e Justiça (SECIJU), Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Superintendência do Programa Estadual de Alimentação e Melhoria da Qualidade de Vida (PROVIDA), Diretoria de Proteção Social Básica da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETAS), Secretaria do Planejamento (SEPLAN), Secretaria da Educação (SEDUC), Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, Ministério Público Federal e Secretaria da Saúde e Grupo de Consciência Negra do Tocantins (GRUCONTO).

Na ocasião, foram realizadas entrevistas estruturadas, nas quais conseguimos recolher algum material relativo às políticas públicas, programas, atividades, projetos governamentais e não-governamentais, legislação pertinente às

comunidades quilombolas, documentação relativa à temática da segurança alimentar e nutricional, buscando a co-relação entre as políticas propostas nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

A partir do consentimento de cada participante, as entrevistas foram gravadas. Ainda assim a identidade de cada pessoa entrevistada foi preservada. O roteiro de perguntas aplicadas aos técnicos do governo e os modelos de formulários utilizados serão apresentados como apêndice, ao final do trabalho.

### **1.7.2 Trabalho de campo no Povoado Mumbuca**

O trabalho de campo no Povoado Mumbuca realizou-se nos meses de maio, julho e setembro de 2011. A situação de pesquisa com a comunidade contou com registros etnográficos, aqui entendido nos termos propostos por João Pacheco de Oliveira Filho (1999, p. 67)<sup>32</sup> e com o levantamento de dados qualitativos e quantitativos referentes às condições de vida das famílias mumbuquenses. Foi aplicada a técnica de entrevista e preenchimento de formulários. O critério para a utilização de cada instrumento será detalhado a seguir:

#### **1.7.2.1 Entrevistas não-estruturadas**

Foram entrevistadas as duas pessoas mais velhas<sup>33</sup> da comunidade: Sr. Diolindo Beato (Vô Dió) e Dona Laurentina Matos (Vó Laurentina). A identidade foi declarada e os nomes aparecem na versão final do trabalho com autorização das pessoas entrevistadas. As conversas foram gravadas ou não.

---

<sup>32</sup>“É necessário abordar a situação de campo como um processo de interação dirigida, no qual ações, crenças e expectativas, por mais heterogêneas e divergentes que sejam em sua origem, articulem-se e se referenciem em função de sua contemporaneidade ou sucessividade” (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 67).

<sup>33</sup>Entendemos que a memória do Sr. Diolindo e D. Laurentina contribui de forma efetiva para descrição de parte da memória coletiva da Comunidade Mumbuca, conforme nos ensina Halbwachs (2006).

### 1.7.2.2 Entrevistas semiestruturadas

- a) Foram entrevistados três presidentes da associação durante o período estudado (2003-2010) e uma jovem da comunidade portadora de carisma<sup>34</sup> e conhecimento dos trâmites burocráticos da associação. A identidade foi declarada no processo da pesquisa, mas não divulgada na versão final do trabalho. Uso do código “liderança” com sequência numérica. Perguntas abertas (de fato, de ação, de opinião e de intenção). Todas as entrevistas foram gravadas com autorização das pessoas.
- b) Foram entrevistados dois profissionais da área da saúde que são membros da comunidade e trabalham no Povoado, dois trabalhadores do campo que vivenciaram as questões do conflito socioambiental por ocasião da criação do Parque Estadual do Jalapão. Também uma moradora que exerce atividade cultural de recepção aos turistas e uma moradora que exerce atividade na área de ensino na escola localizada na comunidade. A identidade foi declarada no processo da pesquisa, mas não divulgada na versão final do trabalho. Uso do código “colaborador” com sequência numérica. Perguntas abertas (de fato, de ação, de opinião e de intenção). Todas as entrevistas foram gravadas com autorização do pesquisado, mas só apresentaremos um modelo como exemplo para que a descrição não fique exaustiva. Cabe mencionar que cada roteiro foi pensado de acordo com o perfil do entrevistado e o eixo da pesquisa que o questionário iria cobrir. Todas as entrevistas foram gravadas com autorização das pessoas.

### 1.7.2.3 Formulários: investigação social

---

<sup>34</sup> Segundo Weber, “O carisma pode ser, e naturalmente é, em regra, qualitativamente singular, e por isso determina-se por fatores internos e não por ordens externas o limite qualitativo da missão e do poder de seu portador. Segundo seu sentido e conteúdo, a missão pode dirigir-se, e em regra o faz, a um grupo de pessoas determinado por fatores locais, étnicos, sociais, políticos, profissionais ou de outro tipo qualquer: neste caso, encontra seus limites no círculo dessas pessoas.” (WEBER, 2004, p. 324).

A pesquisa de campo contou com um processo de investigação social que envolveu 26 famílias da comunidade. Na entrevista foram utilizados formulários contendo perguntas com alternativas de múltiplas escolhas, combinadas com alternativas dicotômicas. O intuito do uso desse instrumento de pesquisa era envolver o maior número de domicílios da comunidade e, se possível, atingir as mulheres que preparam o alimento. No entanto, percebemos que a gravação das entrevistas era um fator de recusa de participação do entrevistado e, no caso das mulheres casadas, elas preferiam responder as questões na presença de seus maridos. Para que houvesse uniformidade, optamos pela não gravação da entrevista e pela escolha do chefe do domicílio para ser o entrevistado. A identidade foi declarada no processo da pesquisa, mas não divulgada na versão final do trabalho. Utilizou-se o código: “morador” com sequência numérica.

### **1.7.3 Técnicas de pesquisa**

#### **1.7.3.1 Pesquisa documental**

- compilação e cópia de documentos escritos e cartográficos de arquivos públicos oriundos do Ministério Público Federal, do INCRA, da SETAS e da Fundação Cultural do Estado do Tocantins;

- compilação e cópia de documentos escritos e cartográficos da Associação de Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca;

- produção de imagens fotográficas, gravações de entrevistas em MP4, gráficos, tabelas e outras ilustrações durante o trabalho de campo.

#### **1.7.3.2 Pesquisa bibliográfica**

- Levantamento de dados bibliográficos tendo como fonte a imprensa escrita estadual e municipal e os meios audiovisuais produzidos pela Comunidade

Mumbuca (CDs com as músicas tradicionais) e as publicações de pesquisas realizadas por pesquisadores e órgãos públicos sobre a comunidade.

#### 1.7.3.3 Pesquisa de campo

- Trabalho etnográfico;

- Observação direta intensiva: Observações, diagnóstico participativo e entrevistas com os membros da comunidade Mumbuca, os conselheiros do CONSEA e os técnicos responsáveis pela execução das políticas públicas eleitas nessa pesquisa.

- Observação direta extensiva: Levantamento de informações das condições de vida das famílias da comunidade utilizando o preenchimento de formulário.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Cf. Apêndice A, p. 283.

## 2 TERRITÓRIO DA COMUNIDADE: HISTÓRIA, TRABALHO, PRODUÇÃO E CONFLITOS SOCIO-AMBIENTAIS

### 2.1 HISTÓRIA DE MUMBUCA: MEMÓRIA, TEMPO E ESPAÇO

*De uma abelha surgiu o nome  
Desse nome um povoado  
Desse povoado nasceram pessoas  
Que com amor são lembrados.  
(Campo do turista)<sup>36</sup>*

Mumbuca é o nome de uma abelha. É assim que os moradores de Mumbuca começam a contar a sua história e a história do povoado. Somente ouvindo as histórias e as cantigas que são cantadas por todos os moradores e frequentemente acompanhadas pelo som da viola de vereda<sup>37</sup>, é possível tomar contato com o universo do Povoado Mumbuca. As letras das músicas expressam a cultura local, aspectos naturais do Jalapão e a história do povoado.

Além das músicas, a história do passado também pode ser conhecida pelos fatos narrados pelos membros do grupo, tendo sempre como referência a memória<sup>38</sup> da família de origem. Os moradores de Mumbuca se fundamentam na memória da pessoa mais velha do povoado ou na memória do seu próprio pai ou mãe, reforçando a ideia de que aquilo que será relatado está cravado no tempo da sua infância ou da sua própria existência no seio familiar.

De quando eu me existi, que eu nasci da minha mãe, que eu me compreendi, com a minha inteligência, de tempo de eu conviver com o meu pai, com a minha mãe (Liderança 1, 57 anos).

<sup>36</sup> Música de Maurício, Arnon, Ana Cláudia, Josivan e Edvan.

<sup>37</sup> Chamada de viola de vereda ou viola de buriti. É um instrumento musical fabricado por um dos tocadores. Com o talo da folha do buriti ele faz o corpo da viola, que é preso com grampos de taboca; já o cavalete, as tarraxas e outras partes da viola são feitas da madeira vinhático.

<sup>38</sup> O arcabouço teórico para a construção desse capítulo foi a obra clássica de Maurice Halbwachs, *A memória coletiva*. Segundo o autor, "se pode falar em memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo." (HALBWACHS, 2006, p. 41).

Outra forma da comunidade conceber a memória, o tempo e o espaço, é a partir da consciência de si. É afirmando a própria idade, somada à idade de um ascendente ou se colocar na ordem de nascimento dos próprios filhos ou dos irmãos, sempre no âmbito da família.

[...] aqui numa comunidade que nois tinha muito amor. Que, por muitos anos... minha mãe nasceu aqui.. eu to com sessenta anos, sessenta e seis anos... e não sou a primeira filha não. Sou a terceira filha. (Colaborador 4, 66 anos)

Quando querem voltar a um tempo mais distante, que está para além da sua própria existência, os mumbuquenses nos dizem: “a vó da gente”, “a bisavó”, “o mais velho”.

A comunidade expõe em lugar central (na loja da associação), a árvore genealógica que foi construída recentemente<sup>39</sup> em que se pode perceber que a formação da comunidade ocorreu pela união de três famílias: Beato, Bento e Pereira.

No seio da comunidade, a pessoa mais velha é D. Laurentina Matos, 87 anos, tratada pelos moradores como Vó Laurentina, Vó Lôra ou Vó Grossa. Ela é bisneta de um dos casais fundadores (José Delfino Bento e Maria Jacinta). D. Laurentina Matos foi parteira durante 40 anos. É descendente do tronco dos Pereira, porque o seu avô materno, Emídio Pereira, ao contrair casamento com uma filha dos Bento, atribuiu o sobrenome à mãe de D. Laurentina – Sra. Laurina Pereira, que foi casada com o Sr. Silvério Ribeiro Matos, representantes da terceira geração da família.

Nesse momento em que a pesquisa acontece, a memória das gerações está fluída e a lembrança da história de vida da D. Laurina Pereira é sempre trazida à tona, por ser a pessoa que criou a técnica do artesanato do capim dourado, principal atividade desenvolvida pela comunidade para a geração de renda.

A produção do artesanato com os fios do capim dourado e da seda do buriti foi herdada pela filha de D. Laurina Pereira, chamada Guilhermina Ribeiro da Silva,

---

<sup>39</sup> Projeto “**Capim Dourado Traçando a Tradição**”, aprovado pelo Ministério de Cultura em dezembro de 2008, através do Convênio nº 702124/2008, de autoria da Fundação Cultural do Estado do Tocantins. Cf. Anexo E, p. 297.

conhecida como D. Miúda, falecida em novembro de 2010. A tradição do capim dourado é retratada nas peças de teatro que contam a história de resistência e luta dos ancestrais. Na letra da música, a força da família Pereira é comparada com um pau (madeira, árvore) muito forte, que *fulora* (floresce), mas não cai, o pau pereira: “*Pau pereira, pau pereira, é um pau de opinião, todo pau fulora e cai, mas o pau pereira não.*” (Cantiga de roda da Comunidade Mumbuca).

O outro mais velho é o Seu Diolino Beato, tratado como Vô Dió. Tem 86 anos, é viúvo da Dona Maria Francisca e bisneto de outro casal fundador - Antônio Beato e Luiza. Seu Diolino foi um sertanejo que andou pelas fazendas de gado da região, vendendo os bens produzidos pela comunidade. Conhece cada canto do Jalapão porque explorou cada pedaço de chão muitas vezes a pé, outras vezes no lombo de um cavalo ou na condução de uma tropa.

Situando a D. Laurentina e o Seu Diolino na árvore genealógica da comunidade, presumimos que a família está na sétima geração. Concebendo o tempo sob o ponto de vista dos mumbuquenses e atribuindo 20 anos para cada geração, presumimos que o Povoado Mumbuca formou-se há mais ou menos 140 anos atrás (por volta de 1870, final do século XIX).

Durante a pesquisa etnográfica, a primeira preocupação que tivemos foi saber qual seria o motivo que levou a família de origem a escolher aquele local para se instalar, por volta de um século e meio atrás. No processo de entrevistas ouvimos algumas justificativas que seguem a mesma linha de raciocínio, ou seja, a saga de uma família que saiu da Bahia para fugir da seca, da fome e da escravidão.

Ainda que a repetição dessa história torne-se corrente na comunidade, percebemos que nas entrelinhas existem duas concepções diferentes para a origem e ocupação do local: uma que se baseia na fuga do trabalho escravo e a outra que se baseia na procura de terra livre.

No contexto de fuga do trabalho escravo, uma das lideranças nos conta a origem da comunidade: “[...] *dizemos que nosso antepassado veio da Bahia correndo da seca, da fome, da escravidão mesmo.*” (Liderança 1, 57 anos).

Esse depoimento nos informa sobre o contexto geográfico (cita o Estado de origem do antepassado – a Bahia), o contexto socioeconômico (aponta o problema

da seca e da fome como motivador da migração) e o modo de produção vigente na época (escravista colonial).

Uma possibilidade a ser considerada é o movimento migratório forçado, ou seja, o povoado teve origem no processo de migração de uma família que saiu “correndo” da Bahia. A palavra “correndo” explicita a ideia de movimento, de ação, de necessidade imediata. Ainda que a liderança não afirme literalmente que o seu antepassado vivia na condição de escravizado, nos induz a imaginar que ele estava em fuga do trabalho escravo, da escravidão.

Essa concepção, em si mesma, não nos permite deduzir se esse antepassado era africano, indígena ou branco, mas nos induz a pensar que vivia sob o jugo do trabalho escravo. É um dado a se pensar quando hoje olhamos para os moradores da comunidade somente pelo aspecto físico ou pela cor da pele, pois encontramos um grupo misto composto por pessoas negras, brancas e mestiças.

Ainda que a mestiçagem possa ter ocorrido ao longo do tempo, Jamerson Jr. (2002, 203), afirma que “os europeus adentraram inicialmente na área que atualmente constitui os Estados de Goiás e Tocantins em busca de escravos indígenas e, depois, ouro e diamantes”. Nessa linha é possível conceber que a Comunidade Mumbuca já surgiu misturada.

No contexto da procura de terra livre, outra mumbuquense nos conta sobre os seus antepassados com mais detalhes:

[...] eles eram escravos e quando a Princesa Isabel decretou a Lei Áurea, a lei que libertou os escravos, alguns fazendeiros que tinham a fazenda muito grande, eles deram um pedaço de terra para essas pessoas. E outros não, mandaram embora. E esse pessoal foram vindo pra cá e foram habitando essa região aqui. (Mumbuquense, 3).

Esse depoimento concebe a família de origem numa situação de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Também estabelece um marco histórico para a origem do Povoado (o decreto da Lei Áurea). Outro dado desse depoimento é que aponta a desintegração das fazendas, a posse de terras para uns e a destituição de outros.

Nesse relato, a frase “*esse pessoal foram vindo pra cá e foram habitando essa região aqui*”, fica mais evidente a forma de ocupação do local e a importância da terra para a família de origem.

Na nossa concepção, as duas versões<sup>40</sup> nos ajudam a refletir sobre a origem e a formação histórica do Povoado Mumbuca, adotando os três referenciais: o Norte de Goiás.<sup>41</sup> como referência de espaço; o final do século XIX, como referência de tempo e a trajetória da família de origem como protagonista.

### **2.1.1 Povoado Mumbuca e o norte de Goiás no final do século XIX**

No final do século XIX, a região onde atualmente situa-se o Povoado Mumbuca, pertencia ao Estado de Goiás. Um das marcas do Estado de Goiás, naquele período, eram as diferenças políticas e econômicas encontradas entre a região sul e a região norte do Estado, que acabaram influenciando a história do próprio Povoado, que se estabeleceram na região norte. Jameson Júnior (2002), descreve alguns detalhes que julgamos importante:

As diferenças regionais eram claras: pouca atenção era dada à agricultura no norte, onde as pessoas preferiam a pecuária, sendo que os alimentos eram frequentemente importados. No sul, a agricultura era mais avançada, mas, exceto próximo a Vila Boa, os agricultores não possuíam mercado consumidor para as suas produções. Não havia informações seguras disponíveis sobre a quantidade de terra cultivada na província, e também não havia agrimensores treinados para medir terras ou divisas. Somente alguns escravos eram empregados na agricultura, sendo que a forma de trabalho mais comum era o trabalho familiar e a assistência mútua. Poucas pessoas trabalhavam por contrato ou por salário (JAMESON JR., 2002, p. 215).

O cenário econômico desenhado por Jameson Jr. (2002), não é tão rico de detalhes para a região norte de Goiás, mas a informação sobre a preferência pela

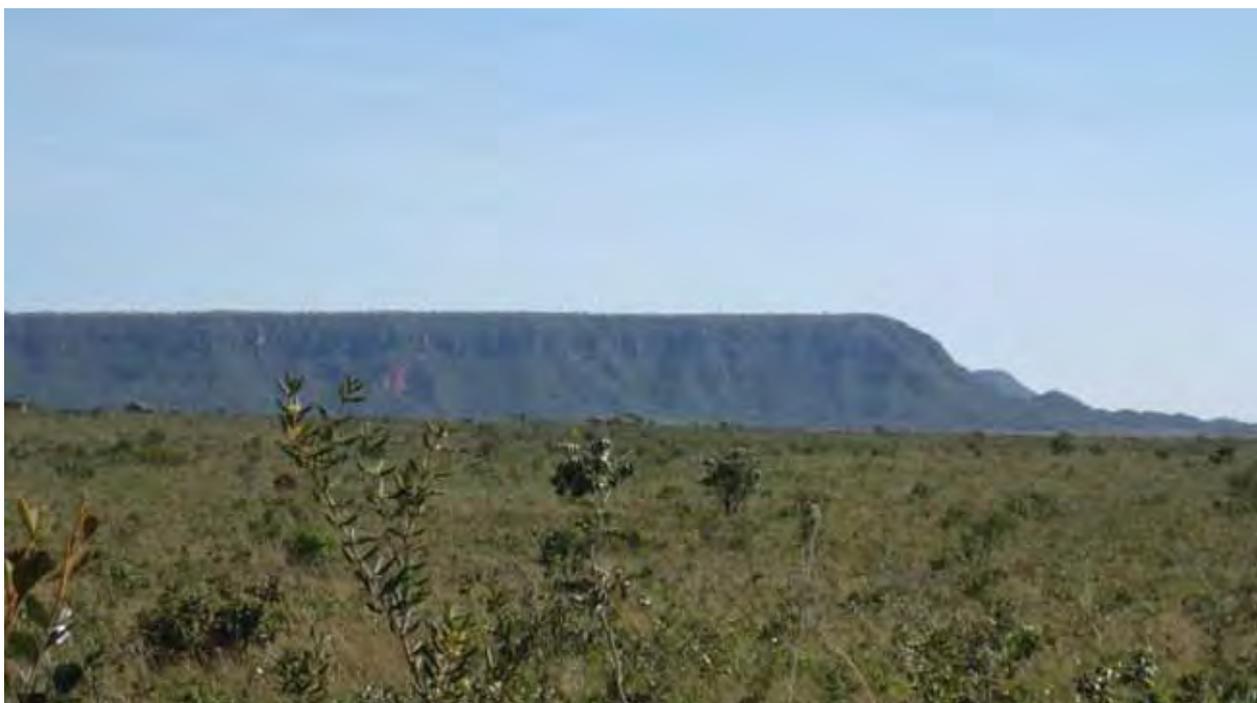
---

<sup>40</sup> A primeira, baseada na fuga do trabalho escravo, a segunda, baseada na procura de terra livre. É preciso registrar que na literatura sobre a escravidão existe a terceira versão, pautada no fato de que os negros foram mandados embora das fazendas pelos senhores após a abolição.

<sup>41</sup> O Estado do Tocantins foi criado em 1988. No período da escravidão essa região era considerada o norte do Estado de Goiás. Cf. Anexo F, p. 298.

pecuária e mais acesso aos alimentos produzidos em outras regiões, nos importa porque tem relação direta com o objeto da nossa pesquisa. O autor trata da região em que estamos estudando, quando descreve a importância da fronteira entre as Províncias da Bahia, Piauí e Maranhão, tendo como marco divisório, a Serra Geral, atualmente Serra Geral do Tocantins.

#### FOTOGRAFIA 1 – SERRA GERAL DO TOCANTINS



Fonte: Fotografia feita pela autora. Comunidade Mumbuca– Maio 2010.

Naquele contexto histórico (século XIX), a região da Serra Geral era um espaço de locomoção e transporte de mercadorias, que se fazia a pé, em carros de boi ou tropas de mulas. Por ser um caminho de intenso fluxo de animais, com uma geografia específica e abundante de água, tornou-se propícia para pecuária.

Segundo, Jameson Jr (2002), o desenvolvimento da pecuária nessa região, foi anterior à mineração.

A pecuária, quase certamente, chegou a Goiás antes dos exploradores de ouro (Bertran,1994). Desde os princípios da colonização portuguesa, as fazendas de gado expandiram-se pelo interior, pelo Vale do São Francisco e, eventualmente, através da Serra Geral até os territórios atuais de Goiás e Tocantins. Esta área, relativamente bem servida de água, servia de refúgio para o gado quando a seca atingia o sertão da Bahia e Piauí. Atraído pelo “cheiro da água”, o gado fundou os locais antes dos colonizadores. (JAMESON JR., 2002, p. 215).

Considerando que o Povoado Mumbuca está situado praticamente no pé da Serra Geral, atualmente chamada de Serra Geral do Tocantins, podemos entender que se esse local era considerado refúgio da seca para o gado da Bahia e Piauí, que eram criados de forma extensiva, solto pelo campo. Também seria um refúgio para a população desses Estados que sofriam com a seca e, principalmente, para aquelas populações que estavam à procura de liberdade.

Além disso, a Serra Geral, segundo Jameson Jr (2002), não era somente um marco geográfico, mas um caminho por onde a antiga Província de Goiás fazia o transporte dos produtos comerciais importados como o sal e ferramentas e exportados, como o gado e seus derivados. Era o caminho que o Estado de Goiás tinha para estabelecer o comércio marítimo (nacional ou internacional), via litoral do Estado da Bahia.

No século XIX, apesar do movimento das tropas de mulas e carros de boi, toda a Província de Goiás era pouco habitada. Segundo Jameson Jr. (2002, p. 209) “a população total de Goiás variou de 50.365 habitantes em 1804, para 227.572 em 1890”, sendo uma população formada por pequenos fazendeiros e poucos escravos.

Segundo o autor:

[...] Em 1809 o governador foi obrigado a proibir os agricultores de abandonar suas plantações em favor de novos trabalhos com ouro, o que poderia levar os colonos à fome. Mas, apesar de grande resistência da população, o próprio colapso da mineração conduziu a economia à atividade agropastoril dependente. (JAMESON JR, 2002, p. 203).

Nesse cenário de decadência da agricultura, houve a ascendência da atividade agropastoril dependente, assim como a redução da população de Goiás e

abandono das propriedades por parte dos fazendeiros, e com isso abre-se uma brecha para que famílias que porventura vivessem o jugo da escravidão ou que fossem despossuídas de terras pudessem se estabelecer na região. Talvez tenha sido esse um dos motivos que impulsionou a família que deu origem ao Povoado Mumbuca, se aventurar no processo migratório, com destino ao Norte de Goiás.

Se retornarmos ao relato da liderança 1, quando afirma: “*nosso antepassado veio da Bahia correndo da escravidão*”, podemos nos remeter ao estudo de Schwartz (1996, p. 376), que afirma que na primeira década do século XIX, na capitania da Bahia “os africanos provavelmente representavam 60% da população escrava”, sendo portanto, um contraste com a realidade de Goiás, onde a escravidão encontrava-se em decadência.

A migração da população da Bahia para o Norte de Goiás, também tem história que, segundo Apolinário (2007), remonta os séculos XVII e XVIII, período da escravidão, o que pode fortalecer o argumento da Colaboradora 3 que não fala da migração, mas da origem escrava dos seus antepassados.

Apolinário (2007) realizou estudos sobre a escravidão no antigo norte de Goiás. Constatou que a migração de moradores dos Estados de Pernambuco (do sul deste estado), Bahia e Piauí para o norte de Goiás, iniciou-se nos séculos XVII e XVIII impulsionada pelo auge da economia do ouro na cidade de Natividade/TO.

Ainda segundo a pesquisadora, é nesse período que surgem os arraiais do norte goiano, dentre eles, o Arraial de São Felix<sup>42</sup>, em 1736. Citamos o Arraial de São Felix porque muitas vilas que existiam no período colonial desapareceram e o Arraial de São Felix parece ser o mais próximo da região onde está situado hoje o Povoado Mumbuca. Atualmente a cidade de São Felix do Tocantins constitui-se em um dos acessos ao Povoado Mumbuca.

Para Apolinário (2007), foi no século XVIII, período do ciclo da mineração do ouro, que o norte de Goiás foi invadido por missionários jesuítas e bandeirantes paulistas à procura de ouro. À medida que aconteciam enfrentamentos com os povos indígenas e estes se tornavam prisioneiros de guerra, mantinha-se a escravidão negra, mas o trabalho do escravizado indígena também era utilizado.

---

42São Felix atualmente compõe o conjunto de oito cidades que pertencem à região do Jalapão. Quando pertencia ao Estado de Goiás, São Felix era distrito do município de Novo Acordo. São Felix emancipou-se em 1992, após a criação do Estado do Tocantins.

Ainda sobre a escravidão indígena no norte de Goiás no século XVIII, encontramos nos estudos de Karash (1996), citação de Luiz Palacin e Gilka V.F. de Salles “com referência aos arraiais de São Felix e Natividade, o capitão general d. Marcos de Noronha (1749-55) queixou-se do grande número de índios fugidos de suas aldeias e aquilombados.” (KARASH, 1996, p. 240).

Outrossim, Karash (1996) nos apresenta uma tabela<sup>43</sup> com os dados da população da Capitania de Goiás em 1779, desagregados por cor e podemos auferir que a população do Arraial de São Felix (mais próximo da região onde hoje se localiza Mumbuca), era composta por 71,5% de pretos, mas sem o quantitativo da população indígena.

Mesmo que os dados expressem a realidade do final do século XVIII, são importantes porque ajudam a entender sobre a história do lugar que estamos estudando. Trata-se do cenário que antecedeu a vinda da família que deu origem ao Povoado Mumbuca. São gerações que se mobilizaram e se organizaram em um contexto de mestiçagem entre brancos, negros e indígenas, escravizados ou não.

Analisando ainda a memória do grupo e firmando a temática principal desta pesquisa, retornamos ao depoimento do nosso interlocutor que afirma sobre o seu antepassado “*saiu correndo da seca, da fome, da escravidão mesmo*”, é possível apreender que o movimento, de saída da Bahia, foi motivado por um problema socioeconômico que atingia a família (a seca, a fome) e também por uma situação de opressão e de ofensa à dignidade humana (a escravidão). Talvez por isso a ênfase, *escravidão mesmo*.

A partir da memória e das narrativas, é possível inferir que no período em que a família de origem da Comunidade Mumbuca protagonizou o movimento migratório do Estado da Bahia para o norte de Goiás, estava em um contexto socioeconômico de seca e fome e em um contexto histórico de escravidão, como o regime de produção vigente no Brasil.

---

<sup>43</sup> Tabela 1: População da Capitania de Goiás em 1779. Fonte: IHGB, Arq.1.2.7, Estatística, “Ofício de Luiz da Cunha Menezes a Marinho de Mello e Castro, remetendo o mapa da população da Capitania de Goiás, com distinção de classes”, Vila Boa, 8 de julho de 1780, f. 246. In: KARASH, M. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 242.

A alusão que a liderança 3 faz à fome e à sede como um dos motivos de migração, é concebida, no âmbito dessa pesquisa, como um indicador de que a família de origem vivia na Bahia, numa situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional grave e que o lugar escolhido para se estabelecer no norte de Goiás, posteriormente denominado Povoado Mumbuca, era um espaço com acesso aos alimentos, à água e à liberdade.

Ainda que os estudos históricos da região norte de Goiás descrevam o século XIX como um período de transição econômica, essa possibilidade pode ser considerada viável, se considerarmos os recursos naturais do local. Nesse sentido, esse lugar que hoje é chamado Mumbuca se colocava como uma opção de sobrevivência em contraposição à crise econômica que assolava a Província de Goiás e à decadência da escravidão no Estado da Bahia.

Ainda que na versão da Colaboradora 3, não exista uma referência de lugar, em seu relato está explícito que os antepassados que deram origem ao Povoado Mumbuca estavam na condição de escravizados em uma fazenda. Essa condição fora superada pela Lei Áurea, que os tornara livres. Todavia, os fazendeiros e donos das terras nas quais laboravam não os contemplaram com um pedaço de chão, além de os mandarem embora das fazendas.

A referência ao período em que a Princesa Isabel decretou a Lei Áurea coincide com o relato anterior, e também nos remete ao fim do Brasil Império e início do Brasil República. Portanto, é um forte indício da condição de trabalho escravo na Bahia. Ainda um outro fator é o que aponta o final do século XIX como período de chegada da família de origem à região norte de Goiás e toca em uma questão fundamental que é a ocupação do espaço sem a posse da terra.

Essa versão é mais focada na forma mais comum de ocupação das terras na região norte de Goiás no final do século XIX. Mesmo que a Lei de Terras de 1850 disciplinasse a ocupação de terras, “sob o ponto de vista legal, quase nenhum destes ocupadores de terra na área rural tinha títulos legais – eles ocupavam a terra, mas não a possuíam legalmente” (JAMESON JR., 2002, p. 219). Sendo assim, é plausível a versão da Colaboradora 3, tendo em vista todos os fatores políticos, econômicos e geográficos da região naquele período histórico.

Nesse sentido, os depoimentos sobre a história da família e do lugar apontam para um cenário de resistência e luta contra a fome, a sede e a escravidão que assolou a Bahia no final do século XIX. Numa perspectiva relacional, cabe afirmar que o movimento migratório que deu origem à comunidade, foi um movimento de luta contra a insegurança alimentar, concretamente representada pela fome e pela sede, e uma expressão da vulnerabilidade social, expressa na escravidão.

Como os conceitos de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional são conceitos multidimensionais e que estiveram sempre ligados ao conceito de pobreza, exclusão social e necessidades básicas insatisfeitas, consideramos que essas dimensões são muito importantes e ampliam a compreensão do fenômeno da insegurança alimentar e nutricional, foco desta pesquisa.

Nesse sentido, a seguir procuraremos conhecer melhor esse espaço chamado Mumbuca. Para isso é necessário começar pelos caminhos que nos levam até lá.

### **2.1.2Os caminhos que nos levam ao Povoado Mumbuca**

São 403 km a ser percorrido da cidade de Palmas à cidade de Mateiros, sendo 290 km de estrada asfaltada e 103 km de estrada de terra. Terra arenosa que ameaça a estabilidade de qualquer carro, portanto é preciso utilizar um carro com tração nas quatro rodas e, se possível, contar com um motorista que conheça o caminho e tenha habilidade para conduzir o veículo prevendo onde estão as grandes valas cobertas de areia que provocam atolamento. Para percorrer o trajeto, são feitas manobras para que as rodas do carro permaneçam rodando na trilha que se forma na estrada para não cair nos montes de areia.

A estrada que liga a cidade de Palmas à cidade de Mateiros é conhecida nacionalmente pela realização de grandes campeonatos de Moto Cross.

Os moradores do Povoado não podem optar pelo carro de passeio com tração nas quatro rodas. Eles contam com os serviços de Vans que saem de Palmas

e vão até a cidade de Mateiros três vezes por semana. O ponto de parada mais próximo de Mumbuca fica no Povoado chamado Firmeza, a 4 km de distância.

A Van sai de Palmas no período da manhã, mas não tem uma previsão de chegada, podendo quebrar, ficar atolada ou até não sair por uma decisão da empresa. Isso acontece porque a estrada de terra (103 km) está sempre muito ruim, como descreve uma das moradoras:

Eu só queria dizer pra você, que queria que a estrada da Mumbuca, a estrada que os turista entra aqui ta muito ruim, muito, sem medida. Nois não pode i nem de pé mais. Nem de pé. O areião. Você gostaria que alguém pudesse ver, porque a gente joga para o prefeito, o prefeito joga para o IBAMA, naquele outro, no NATURATINS, joga né, o outro e nois estamos precisando dessa estrada aí, pelo menos nessa cabeceira de brejo... pelo menos nessa cabeceira de brejo, ter, pelo menos um cascaio colocado. Pelo menos um cascaio. A estrada a mata conserva e a estrada não venha a acabar. (Colaborador 4, 66 anos).

Essa fala da moradora demonstra, além de uma preocupação com a estrada, como única via de acesso, expressa também a presença de turistas, demonstrando a importância do turismo para a geração de renda da comunidade.

É importante ressaltar também que os moradores da comunidade, em caso de emergência chegam a fazer o percurso a pé, a cavalo ou de moto como observamos no período da pesquisa de campo. A moradora pede providências por parte de algum órgão do governo, mas também demonstra um saber local, explicitado no conhecimento dela sobre o espaço, porque sabe que a utilização da estrada pressupõe uma forma de manutenção específica para aquele tipo de solo e de vegetação (o cerrado).

Considerando que o transporte coletivo sai de Palmas e segue até a cidade de Mateiros, o morador de Mumbuca ainda tem que percorrer mais 35 km para chegar ao seu destino. Nesse caso, precisa esperar uma carona na estrada, normalmente na saída do município ou aguardar o ônibus escolar que transporta as crianças no período da tarde e os adolescentes no período da noite<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> A partir do quinto ano, as crianças de Mumbuca saem do Povoado para estudar na cidade de Mateiros e o transporte escolar é o único que faz o trajeto diariamente. É interessante que, se o ônibus quebra, as crianças ficam dentro dele a espera de conserto, às vezes sem água, sem comida, dependendo apenas da sorte. Outra coisa interessante é que o tempo também é marcado pela chegada e saída do ônibus à comunidade. O atraso do ônibus é sempre sinal de problemas na estrada e a mecânica do ônibus é sempre atribuída às condições da estrada.

O fato de o ônibus passar diariamente também prejudica a estrada e isso nos é relatado pela moradora.

Porque ônibus pesado passa aqui, passa aqui... quando termina, essa estrada ta toda terminada de areia, né. Quando a água vem no inverno a água, joga tudo na mata. E a água vai secando. A água vai acabando. Água da gente memo bebê e a água vai secando. Já ta acabando com a mata por causa desse areião aqui. Porque se colocasse... Deus viesse. Se colocasse o cascaio daqui. Aí conservava a mata, conservava a estrada, conservava as casa. Esse povo quando vai pra Mateiros, chega lá não sabe de nada, fica a mente acabada, fica cansado da viagem. Porque a viagem é perigosa demais. Pula. Eles tão levando a vida em acidente direto, direto. Quando chega lá? Dá graças a Deus te chegado. Dá graças a Deus te chegá aqui. Por causa da estrada que ta incrível. A gente vê tristeza porque ta arriscá a vida. (Colaborador 4, 66 anos).

Essa observação da moradora sobre as condições da estrada é muito significativa porque expressa a vulnerabilidade social e o descaso a que estão submetidos os membros do Povoado em relação aos serviços públicos de infraestrutura e transporte, que pode ser interpretada como uma forma de privação da liberdade (SEN, 2000), pois o transporte é uma das necessidades básicas essenciais.

No caso específico do Povoado Mumbuca, o serviço de transporte tem uma ligação direta com a efetividade do direito humano à alimentação (acesso aos alimentos industrializados), à educação e à saúde, além de ser a garantia da comunicação com os outros municípios.

Durante a pesquisa de campo, saímos da cidade de Palmas e conhecemos as três estradas de terra que dão acesso ao Povoado Mumbuca: uma sai do município de São Felix do Jalapão; a outra sai do Município de Ponte Alta do Tocantins e a terceira sai de Dianópolis. Somente a estrada que sai do município de São Felix nos leva ao Povoado Mumbuca, sem passar pelo município de Mateiros. O trajeto normalmente é escolhido de acordo com as condições das estradas.

FIGURA 4 – ESTRADAS QUE LIGAM PALMAS AO MUNICÍPIO DE MATEIROS



Fonte: SEPLAN/CEU-TO. Mapas Temáticos do Tocantins. Sistema Viário.

No depoimento do Seu Diolino foi possível perceber que os caminhos foram abertos no passado, justamente para que o Povoado pudesse trocar os seus produtos com as cidades vizinhas, ele diz que ia *buscar conhecimento* a pé:

A cidade que eu sempre ia buscar conhecimento pra casa, pra tudo. Que eu, na época minha, não era como ta hoje não. Na minha época, a senhora não conhecia, não... é diferente de hoje. O tecido era diferente, tudo era diferente, tudo é... mas eu apanhava... a cidade que nois panhava: Corrente, sabe, dias... Corrente. Giro<sup>45</sup>, Goiás e Piauí. Monte Alegre, outra cidade. Moqueirão, outra cidade, tudo do Piauí, Formosa de Rio Preto, Dianópolis e Ponte Alta. Mais perto delas era Ponte Alta. Gastava quinze dia, gastava vinte dia, era assim. (Seu Diolino, 86 anos).

Seu Diolino mostra uma diversidade de municípios que estabeleciam relações de troca com o Povoado Mumbuca e utilizavam esses mesmos caminhos que hoje nos levam ao Povoado. São municípios que ficam na divisa do Estado do Tocantins, porque, como já discutimos anteriormente, no passado, as relações comerciais que se estabeleciam no norte de Goiás eram feitas com o Estado da Bahia e Piauí.

Quando questionado sobre que tipo de mantimento que ia buscar, Seu Diolino respondeu: “*Tudo, tudo... qué dize, a gente levava daqui o nosso produto. Levava daqui, e vendia lá e lá comprava o de lá, pá traze prá cá*”.

<sup>45</sup> No século XVIII, Giro era uma vila de Goiás. Hoje é a cidade de Dianópolis. Cf. Anexo F, p. 298.

O depoimento do Seu Diolino demonstra que o Povoado vem estabelecendo comércio ao longo de sua história. No passado o fluxo foi intenso, ainda que tudo fosse feito a pé ou no lombo de um boi:

Aqui nois vendia... toda a coisa deu. A senhora nem... a gente falando a senhora nem conhece. O celeiro do gado deu dinheiro, nois levava, muito. A crina do animal dava dinheiro, levava muito. A borr que traz a mangaba, a senhora não conhece. Conhece não, dava dinheiro, nois levava muito. O couro do gado dava dinheiro. A pele do viado, dava dinheiro. A pele de, do... a pena da ema dava dinheiro. E é essas coisas que, esse rebalo aqui, nessa terra de Jalapão produzia. Não era só eu não, era o Jalapão todo. Cada um comprava pra buscá lá, comprava o conhecimento de lá. Comprava o tecido, nessa época ninguém sabia o que era roupa feita. Comprava era tecido... é... comprava algodão. Pano, né? Pano. A senhora conhece, sabe o que é algodãozinho? Sabe não, o nome do algodãozinho? O pano, o pano, o pano, a senhora conhece não? Pois é, nesse tempo era algodãozinho. Era o ditado, da filosofia. Era morim, aquele pano alvo, era o riscado, era a chita. Era esse tipo todo. Que hoje quase ninguém usa, esse negócio de chita, acabou isso. Corinho, acabou isso. Morim, acabou isso. Hoje ta tudo diferente. Mais nessa época minha, era esse pano que a gente comprava. (Seu Diolino, 86 anos).

Através dos caminhos que foram abertos pelos mais velhos, se materializava a venda dos produtos da pecuária, do extrativismo e da caça, fruto do trabalho das famílias mumbuquenses. Trilhando esses caminhos foi possível também comprar alguns produtos industrializados que, serviam de matéria prima para as famílias confeccionarem seus produtos, como no exemplo apresentado pelo Seu Diolino em que o pano (tecido), era comprado para a confecção de roupas.

Nesse sentido, o surgimento e a abertura das estradas foi uma construção histórica da comunidade, resultado do processo de produção e organização do espaço para a sobrevivência.

Numa fala de Seu Diolino, ele nos conta que as transformações foram acontecendo na sociedade e o Povoado Mumbuca foi se atualizando:

Foram mudando o que comer, foram mudando o tipo de roupa, foram mudando o tipo de calçado. Porque se a senhora quer a roupa ta aqui mesmo, vende. A roupa ta aqui mesmo, tudo ta pertinho. Ninguém mais vai panhar, naquele lugar longe. O carro já ta cruzando por aí mesmo. Abriram a estrada... pra todo lado tem estrada aqui. Aqui ó, pra Boa Esperança, vão lá. O rio aqui, você já passou nele, já passou? Vai pra aquele lado acolá. Prata, por enquanto, São Felix, a senhora já ouviu fala também... Já? Passou lá? Ali nessa estrada que vai pra Palmas, né? (Seu Diolino, 86 anos).

O Seu Diolino conhece o lugar como a palma de sua mão e, para aqueles que não passaram lá (como ele nos pergunta), é preciso dizer que apesar das péssimas condições de qualquer uma das estradas de terra, a paisagem que se vê é belíssima.

A sensação de infinito é muito grande. Devido ao terreno ser plano envolto de serras, a viagem permite uma visão de todo o horizonte. Um céu de um azul inebriante, um contraste indescritível entre um sol bem brilhante e a vegetação cinza (o cerrado<sup>46</sup> não é todo verde, ele é mais cinza, só quando aparecem as veredas é que o verde se torna intenso).

A terra vermelha contrasta com o azul do céu e o tom cinza do cerrado. É como se as cores, durante todo o dia, fossem aquelas que apreciamos somente no horário do por do sol. São cores fortes que impressionam devido o efeito estético que proporcionam.

Os rios são de um azul anil e de um silêncio tão profundo que se torna quase impossível não se sentir tocado por sua delicada beleza, simples e exuberante. O rio que o Seu Diolino menciona é o Rio Sono, que está no sentido Mumbuca - Povoado do Prata - São Felix do Tocantins. No sentido Mumbuca, - Mateiros - Ponte Alta do Tocantins, temos que atravessar outro rio, o Rio Novo. Ambos são límpidos e caudalosos, e muitas vezes, apesar do calor, admirar a beleza é tão mais prazeroso quanto o próprio banho no rio.

Todavia, essa paisagem também é utilizada como mercadoria no mercado capitalista. Os municípios de Mateiros, Ponte Alta do Tocantins, São Felix do Tocantins e outros que compõem a região do Jalapão, colocam à disposição dos turistas alguns pontos para visitação. Ainda assim, o investimento em um turismo de perfil mais ecológico é incipiente, pois são as agências de turismo de fora (principalmente da cidade de Palmas), que estão investindo nessa atividade, restando às famílias mumbuquenses, quando muito, a venda do artesanato do capim dourado e o trabalho como *free-lance* de guia turístico.

---

<sup>46</sup>[...] vegeta o, em sua maior parte, é semelhante   de savana, com gramíneas, arbustos e árvores esparsas. As  rvores têm caules retorcidos e raízes longas, que permitem a absor o da água - disponível nos solos do cerrado abaixo de 2 metros de profundidade, mesmo durante a esta o seca do inverno. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cerrado>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

Nos municípios da região do Jalapão, o investimento em turismo limita-se à manutenção de pousadas e restaurantes, ambos com pouca infraestrutura. Em todo caso há a venda do artesanato do capim dourado e do buriti, assunto que trataremos com mais detalhes na próxima seção.

Voltando à questão dos caminhos que nos levam ao Povoado Mumbuca, é importante registrar que a viagem durante a noite é arriscada porque roda-se quase quatro horas sem nenhuma opção de parada. No mês de setembro, o perigo aumenta, porque acontecem as queimadas no cerrado. São horas e horas viajando dentro da fumaça e vendo o fogo pertinho do leito da estrada. Os animais ficam ouriçados e entram na estrada na frente dos veículos, correndo sem saber para onde ir.

#### FOTOGRAFIA 2 – FOGO NA ESTRADA NO PERÍODO DA SECA



Fonte: Fotografia feita pela autora durante viagem à Comunidade Mumbuca– Set. 2010.

Setembro é o mês da seca, as estradas ficam em piores condições, as valetas tornam-se maiores e os carros atolam ainda mais. É possível ver um ou outro carro parado na estrada esperando para ser socorrido e, devido à maior complexidade mecânica dos carros de turistas (classe social mais abastada) e a

pouca especialização mecânica dos profissionais da região, muitas vezes o socorro tem que vir da cidade de Palmas.

Nesse período, o governo municipal manda tratores para aplanar a estrada (tirar um pouco da areia e estilhaços de pedra do meio do caminho), mas é quase imperceptível essa ação, tendo em vista que a ação da natureza é mais forte: o vento vem com força, sopra a areia e modifica todo o traçado da estrada. Por isso, é que a população reivindica de fato o asfaltamento.

Optando por qualquer um dos caminhos, a média de tempo de percurso da cidade de Palmas ao Povoado Mumbuca, quando tudo corre bem, é de seis a sete horas.

A falta de transporte e de infraestrutura das estradas pode ser considerada como uma das necessidades básicas insatisfeitas que aparecem na memória e na experiência dos moradores de Mumbuca. Essas experiências são influenciadas pelo tempo, pelo espaço e pelo mundo externo, tendo como resultado, uma forma específica de organização do espaço residencial.

### **2.1.3 A organização do espaço residencial no Povoado Mumbuca**

Para pensarmos a ocupação residencial do Povoado Mumbuca, ao longo do tempo, temos que olhar não só para a geografia, mas também a cultura. Nesse sentido, o que mais nos chama a atenção é como se apresenta a arquitetura das casas e o modo de vida tradicional.

Quando chegamos ao Povoado, a principal característica da cultura local, vista a olho nu, são as casas construídas com material de palha e adobe.

## FOTOGRAFIA 3 - ADOBE



Fonte: Fotografia feita pela autora. Comunidade Mumbuca– Set. 2010.

No total de 38 residências, duas são construídas com tijolos e 36 são construídas com palha e adobe.<sup>47</sup>

Segundo o depoimento da liderança 1, a maneira de construir as casas foi mudando ao longo da história:

Palha. Todas, assim... depois mudou. Todas adobe. A do meu pai mesmo... a do meu pai. Depois foi crescendo, crescendo. Adobe foi no ano de 1953, na casa da D. Miúda. Tijolo? Desse que vem da cidade? A mamãe mesmo, isso aí ó! Na época de [...], em 2006. (Liderança 1, 57 anos).

Sendo assim, na primeira década do século XX, todas as casas do Povoado Mumbuca eram casas de palha. No ano de 1953, surge a primeira casa de adobe. Ainda que não seja possível avaliar com que velocidade ocorreu essas mudanças na arquitetura de palha para adobe, até atingir a totalidade de casas, podemos concluir

---

<sup>47</sup> O tijolo de adobe é um tijolo feito de forma artesanal pelos moradores de Mumbuca. Eles preparam uma mistura pastosa de areia (branca ou vermelha) com água, palha e outros materiais. Colocam esse mistura em formas e deixam secar por alguns dias. Para levantar as paredes, eles colocam o tijolo e o barro; não utilizam cimento. As casas construídas com esse tijolo têm vida média de dez anos.

que essa arquitetura ficou intacta até o ano de 2006, ou seja, depois de meio século. O depoimento é contundente: a primeira casa de tijolo foi construída por D. Miúda, liderança da comunidade, já falecida em 2010.

Durante o trabalho de campo observamos que a segunda residência de tijolos foi construída pelo agente de saúde da comunidade, mas não podemos precisar em que ano. Essa iniciativa pode ter sido influenciada por sua formação profissional, pois as outras três construções de tijolos na comunidade são prédios institucionais: a escola, a igreja e a associação.

Em relação à questão da mudança na arquitetura das casas ao longo do tempo, é possível considerar o aspecto cultural, como pode ser observado no depoimento da liderança 2:

Já morei em casa de taipa: pega o barro, enche, chama taipa. Quando eu descobri casa de adobe, foi uns vinte anos prá cá, né? A gente tinha aquele costume, eu me lembro que até quando eu tinha 16 ano eu morava em casa de taipa (Liderança 2, 45 anos).

O depoimento da liderança 1 aponta 1953 como o ano em que apareceu a primeira casa de adobe na comunidade. O depoimento da liderança 2 demonstra que sua família não optou pela casa de adobe porque “*tinha aquele costume*”, ou seja, costume de viver em casa de taipa. Ainda que o depoimento traga divergências nas datas, somente em 1991, “*uns vinte anos prá cá*” ou em 1982, “*quando eu tinha 16 ano*”, que sua família teve uma casa com arquitetura de adobe.

Pensando nessa questão, resolvi perguntar para a Colaborador 2 que estava com o alicerce de sua casa pronta para ser levantada, com que material ela iria construir sua residência e ela respondeu:

De adobe e de palha. Uma casa tem que ser no mínimo três milheiro, quatro milheiro. Então fica assim, inviável. É mais fresco, é mais gostoso. (Colaborador 2, 33 anos).

Nesse depoimento é explícita a questão da dificuldade da família adquirir três ou quatro milheiros de tijolos que são comprados na cidade (depende do transporte e da estrada).

Houve um momento em que os moradores da Comunidade Mumbuca tiveram a oportunidade de optar pela construção de casas de tijolos. Segundo depoimento

da Colaboradora 4, essa possibilidade foi pauta de reunião da associação, tendo em vista que representantes do governo estadual consultaram as famílias para saber se queriam ser beneficiadas com a construção de casas de tijolos, mas não houve acordo junto a maioria das famílias:

Eu mesmo queria, ainda hoje tô esperando, porque eu nunca perdi a esperança. Chamaram pouca pessoa. Mas mais queria, outro não queria. Principalmente quem era vereador nesse tempo não quis. Ficou com medo da comunidade não ampliá, ficá como ponto turístico. Eu mesmo ainda espero minha casa. (Colaborador 4, 66 anos).

Nesse depoimento, deduzimos que, devido ao fato da Comunidade ter recebido a certificação da Fundação Cultural Palmares<sup>48</sup>, como comunidade quilombola, houve uma consulta sobre o desejo de construir casas de tijolos como parte das ações do Programa Brasil Quilombola. No entanto, por falta de consenso e pelo medo de que a mudança na arquitetura das casas pudesse afetar o turismo local, no processo de votação, a maioria da comunidade preferiu manter suas casas com a arquitetura de adobe e de palha e escolheu ser esse um dos elementos de expressão da cultura local.

---

<sup>48</sup> A certidão de auto-reconhecimento foi emitida no dia 16 de janeiro de 2006. Cf. Anexo E.

## FOTOGRAFIA 4 – ARQUITETURA DAS CASAS



Fonte: Fotografia feita pela autora. Comunidade Mumbuca– Jul. 2011.

Além da arquitetura das casas, o modo tradicional de vida é percebido pela forma como se vive no interior das casas.

São casas com uma média de dois quartos, sala e cozinha com poucos móveis e janelas pequenas. Na maioria das casas, na porta da cozinha existem áreas abertas, com um grande espaço onde fica um fogão a lenha, uma mesa e um jirau onde são lavadas e secadas as louças de uso diário. Nessa área normalmente existem espaços para se pendurar redes.

Essas áreas abertas se confundem com a cozinha e com a sala porque elas cumprem duas funções: a de preparar e servir a comida e de receber as visitas.

O fogão a lenha também é feito de tijolo de adobe e difere dos fogões a lenha que existem na região sudeste, por exemplo. A diferença principal é que o espaço reservado ao fogo, às chapas e às panelas, é bem menor que o espaço de apoio da lenha. Sendo assim, o espaço de apoio da lenha acaba sendo do tamanho de uma

mesa. Depois que o alimento está cozido, a lenha é tirada e as panelas são colocadas nesse espaço para que as pessoas possam se servir.<sup>49</sup>

#### FOTOGRAFIA 5 – FOGÃO À LENHA



Fonte: Fotografia feita pela autora. Comunidade Mumbuca– Maio 2011.

Algumas casas já possuem fogão a gás, mas não são utilizados com frequência, só no caso de os mais velhos precisarem, quando não possuem mais condições de cozinhar no fogão a lenha, como nos explica o Seu Diolino:

Levanto cedo, primeira coisa que eu faço é café, faço a merenda. Eu mesmo faço. Tem o fogão aí... tem... o de gás, fogão a lenha eu não labuto mais não. Não aguento labutar mais não. Fais o café, fais a farofa, fais... qualquer coisa que dá vontade de comer. (Seu Diolino, 86 anos).

O uso do fogão a lenha exige esforço físico porque pressupõe o corte da lenha, o secamento e o armazenamento para o uso diário. Normalmente esse serviço é feito pelo homem, por isso no discurso do Seu Diolino, observa-se a expressão “*não aguento labutar mais não*”.

<sup>49</sup> Na região sudeste do Brasil, onde a temperatura ambiente é mais baixa que na região norte, o costume das cozinheiras é deixar as panelas na chapa com o fogão em brasa para que o alimento fique aquecido.

Essa expressão também pode ser empregada para as outras atividades domésticas, porque no interior das casas não existe água encanada. Existe uma caixa d'água que leva água para a escola, a associação e para uma minoria de casas. Foi aberto um poço artesiano na entrada da comunidade para que as famílias pudessem ter acesso à água encanada, mas há dois anos a água está jorrando sem nenhum destino ou reservatório. *“Essa água que está jorrando é de gravidade. Vem do riozinho que desce”.* (Mumbuquense 1, 30 anos).

### FOTOGRAFIA 6 – ÁGUA DO POÇO ARTESIANO



Fonte: Fotografia feita pela autora. Comunidade Mumbuca– Maio 2010.

As famílias, individualmente, têm levado a água para dentro de sua residência, mas sem encanamento.

Agora temos mais acesso à água, mas não tá completo. Antes era no córrego, na cabeça, trazia na cabaça. O poço era fonte pra todo mundo. O poço era fonte de toda a comunidade. Tem uma água encanada aí, mas não é de todos. É menos do que mais, menos do que mais, água na casa. Vai lá buscar no caninho onde tem uma água escorrendo. De carrinho, bota o balde no carrinho. (Liderança 1, 57 anos)

Pelo fato da água jorrar desse *caninho* citado pela liderança 1, e também pela existência de uma caixa d'água que puxa a água do córrego para servir parte da

comunidade (foi instalada no ano de 2004), as famílias utilizam essa água principalmente para beber e cozinhar. Para os interesses dessa pesquisa, diríamos que seria a água para o alimento: *“A água era do córrego. Trazia no pote, na cumbuca da cabaça mesmo. Trazia no pote, agora tem geladeira. Agora já tem água encanada (Liderança 2, 45 anos).*

#### FOTOGRAFIA 7 - CABAÇA USADA PARA ARMAZENAR ÁGUA



Fonte: Fotografia feita pela autora. Comunidade Mumbuca– Jun. 2011.

No discurso acima, na descrição da mudança na forma de acesso e uso da água, está implícita a chegada da energia elétrica na comunidade, que, segundo depoimento abaixo, afetou até mesmo o comportamento das galinhas: *“2001, mês de dezembro. Meu Deus!!!! Bonito como nunca! Ah, mais a alegria foi fundamental! Festa! Coisa mais linda. A alegria foi extensa. Até as galinhas andando à noite. As galinhas passeando aí ó...”* (Liderança 1, 57 anos)

A última década foi marcante para a mudança na forma de habitação e na organização do espaço residencial do Povoado Mumbuca. A chegada da energia elétrica consistiu na instalação de postes para a iluminação da avenida principal.

No ano de 2002, foi instalada a energia elétrica na primeira residência, na casa do então pastor da comunidade, depois as famílias foram fazendo as instalações em suas residências, de acordo com as suas possibilidades.

Até os dias de hoje, o benefício não cobre a totalidade dos moradores, como nos conta a liderança 2: *“A energia aqui, tem cadastro no luz para todos, mas ainda não foi liberado não. Acho que vai ser liberado esse ano.”* (Liderança 2, 45 anos).

No depoimento acima, existe a expectativa de que o benefício chegue, mas no caso do Seu Diolino, na falta de acesso à energia elétrica, ele mantém a tradição e o uso da lamparina: *“Tenho lamparina. Eles tem falado muito nesse negócio de energia prá cá, mas até agora não chegou não”*.

As famílias que moram no núcleo central da comunidade, possuem um privilégio maior e todas já fizeram as instalações de energia: *“É a mesma situação, nem todos tem luz em casa. Bem, a gente quer costurar o capim dourado à noite, procura um lugar, aqui na sala da minha casa. As pessoas vão aonde tem. É mais com luz do que sem luz.”* (Liderança 1, 57 anos).

Quando a liderança nos conta que as pessoas vão costurar o capim dourado na sala dela, à noite, é mais uma demonstração da atualização dos hábitos e costumes locais, pois a utilização da energia elétrica possibilitou o trabalho noturno das artesãs. Ela entende que a maioria das famílias acessa a energia elétrica, pois *“as pessoas vão aonde tem”*.

O trabalho noturno é um exemplo de mudança na tradição da comunidade. Foi possível perceber que na maioria das vezes, são as mulheres que desenvolvem o trabalho noturno. Elas justificam essa mudança pela questão climática: quando o clima estava quente, elas diziam que preferiam costurar à noite porque era mais fresco; quando o clima estava frio, ainda que usem a luz elétrica, elas acendiam uma fogueira dentro do maior cômodo da casa para o aquecimento e continuavam costurando. Nesse último caso, elas diziam que uma pessoa animava a outra.

O que foi possível perceber é que, com a chegada da energia elétrica, as mulheres passaram a desenvolver outras atividades durante o dia e deixaram para costurar o capim dourado à noite.

Ainda nesse item da organização do espaço residencial, queremos citar a questão das instalações sanitárias. No interior das casas do Povoado Mumbuca, não

existem instalações sanitárias, as famílias possuem um coberto de palha e lona preta no fundo da casa, que eles usam para tomar banho. A água é armazenada em baldes.

Hoje é a melhora, tem um banheiro em casa, uma fossinha aí porque a gente tem que usar de ideia para não ficar tão incrível também. Tem uma fossinha em casa. A primeira fossa foi na pousada. Antes do colégio já tinha pousada. A pousada começou em 2004. O primeiro banheiro foi em 2005, na associação e depois foi para a pousada. (Liderança 1, 57 anos).

Na comunidade, só existem cinco banheiros com instalação sanitária completa: na pousada, na associação, na escola, no restaurante e na casa do agente de saúde. Muitas vezes o banho é tomado no córrego<sup>50</sup> e as necessidades fisiológicas são feitas no mato. “*Lá no mato, no cerrado mesmo. Agora pra banhar, tem banheiro de palha.*” (Liderança 2, 45 anos).

Nesse aspecto existe uma situação de vulnerabilidade social, porque a não existência de instalações sanitárias tem relação direta com a questão da saúde pública e ameaça a segurança alimentar e nutricional da comunidade.

Em relação à instalação de telefone público na comunidade, a liderança 1 nos informou que o orelhão foi instalado na porta da associação no ano de 2006, ficando à disposição de toda a comunidade. Quatro anos depois, em 2010, foi instalada uma antena para telefone celular na pousada, mas nesse caso, o aparelho tem que ser adaptado. Quando tocamos no assunto com a liderança 2, ele se mostrou motivado dizendo que “*ainda vai vim esse ano, daqui um pouco chega.*”

Esses são os aspectos mais visíveis da forma de organização do espaço residencial no Povoado Mumbuca. Agora que conseguimos desenhar o cenário onde são construídas as histórias das famílias mumbuquenses, entendemos que é o momento de conhecer quem são essas famílias e saber como elas se relacionam no espaço estudado.

---

<sup>50</sup> Chamado Córrego do Veado.

### 2.1.4 Famílias e filhos do Povoado Mumbuca

Atualmente o Povoado Mumbuca é formado por 38 famílias, totalizando aproximadamente 112 pessoas. Esse número é estimado pelo agente de saúde da comunidade, que considera unicamente as famílias que vivem no povoado.

Agora tem trinta e oito sabe? Mais tem uma fora aqui. Tem duas famílias ali que tem que cadastrar, mais lá... perto de Mateiros. Porque a gente, eu só tenho cadastro de quem eu vejo na casa. Vai que ele ta contando em Palmas, vai que ta contando aqui? Tem cinco família aqui. Tem cinco pessoas nessa casa, depois vai ver e só tem duas. A gente não pode ta passando informação errada. (Agente de saúde da comunidade)

Essa situação descrita pelo agente de saúde deve-se ao fato de que, na Secretaria da Cidadania e Justiça, os dados constam que a Comunidade Mumbuca possui 42 famílias e uma população de 150 pessoas. Na nossa pesquisa de campo foi possível perceber que essa divergência de dados não chega a ser um problema. O motivo da diferença deve-se ao fato de que as famílias se mobilizam da roça para o Povoado e do Povoado para a cidade de Mateiros, mas em todo caso, não deixando de se sentir parte da comunidade. Esse movimento deve-se ao desenvolvimento de atividades de geração de renda que são exercidas sazonalmente (é o caso do turismo no mês de julho e da colheita do capim dourado nos meses de setembro a novembro). O importante para os moradores é que eles fazem parte da comunidade e mantêm suas casas no Povoado para não perder esse vínculo que ultrapassa as fronteiras geográficas e as estatísticas de controle dos órgãos públicos.

Para o desenvolvimento da nossa pesquisa de campo, adotamos o universo de 38 famílias porque foi o número de famílias que estavam habitando o Povoado naquele momento. Tivemos a oportunidade de observar o comportamento de duas famílias mumbuquenses que vivem na cidade de Mateiros. A primeira é composta por um casal de funcionários públicos que ficam na cidade de Mateiros a semana toda e volta para a comunidade no domingo. Já a segunda família estava organizando a festa de casamento da filha na cidade de Mateiros e manteve a casa fechada durante todo o período que estivemos na comunidade.

No total de 38 famílias, conseguimos visitar e entrevistar 32, atingindo 84% do total. Na nossa experiência, encontramos casas realmente fechadas, mas também houve casos de pessoas que não quiseram participar da pesquisa. Elas não falavam diretamente, mas apresentavam desculpas ou pediam que a entrevista fosse depois, sem marcar nenhum outro horário para que fôssemos visitá-las. Como o espaço é muito pequeno e nos encontrávamos constantemente, respeitamos a opção e não houve nenhuma insistência.

Esse detalhe também é importante para conhecermos o costume local: dificilmente alguma pessoa lhe diz não. Eu não ouvi essa palavra “não quero”, “não aceito”. Eles simplesmente fazem você entender, de uma forma ou de outra que eles não vão responder o questionário. Era muito simples: “agora eu vou tomar um banho, depois você vem?”; “agora eu vou buscar laranja: quer ir comigo?”; “agora eu tô indo prá Mateiros, só venho segunda.”

Eu sempre aceitei acompanhar as pessoas quando eu era convidada a sair pela comunidade, mas nesse caso eles estão sempre em grupo. Quando a entrevista realmente acontecia, havia um ambiente solene: eu era convidada a entrar, me ofereciam algo para comer (coalhada, gergelim, tapioca, rapadura) ou para beber (água, café ou garapa). Normalmente as entrevistas eram longas porque são muitos os detalhes que são apresentados pelos entrevistados e há também uma necessidade muito grande de falar sobre coisas que estão guardadas no íntimo de cada um e essa riqueza não podemos perder.

A maioria das pessoas entrevistadas, ao se identificar, não menciona nenhum dos seus ascendentes: os Beato, os Bento e os Pereira. A identificação se dá sempre com o espaço: “nóis aqui do Jalapão”, “nóis somo do cerrado”, “nóis aqui de Mumbuca” “eu sou jalapoense”, “eu sou de Mumbuca”; “eu sou a filha da filha mais velha da vó Laurentina”.

Com o intuito de apurar mais essa identidade declarada pela comunidade, questionamos sobre o local de nascimento e as respostas eram muito parecidas: “*Nasci e criado aqui*” (Liderança 2, 45 anos). “*Nasci aqui*” (Liderança 3, 32 anos).

A liderança 1 nasceu no povoado, mas morou a maior parte do tempo em uma fazenda:

Nasci e to me criando aqui no povoado de Mumbuca. A gente nasceu aqui né, nascemo aqui, no Povoado Mumbuca. Aí meu pai faz uma fazenda, que é Boi da Pedra na Boa Esperança. Aí nois passamo lá 30 anos nessa fazenda, mas nois saimo daqui já foi grande, idade de quinze anos. (Liderança 1, 57 anos).

Quando questionados sobre os anos e o local de estudo foi possível perceber que o Povoado Mumbuca estabelece relação mais estreita com dois povoados vizinhos: Formiga e Boa Esperança. Isso acontece até os dias de hoje, porque os moradores desses povoados são membros da mesma família, desenvolvem atividades agro-pastoris e extrativistas e mantêm casas, muitas vezes nos dois povoados, habitando um lugar ou outro de acordo com o período da seca, o período da chuva e o período do fluxo do turismo em Mumbuca. No passado, o motivo maior do deslocamento era a necessidade de acesso à educação escolar para as crianças:

Estudei até a 5<sup>a</sup>. No Povoado chamado Boa Esperança, outro povoado ali, outra comunidade, Boa esperança. A gente nessa época, nessa época que meu pai morava na fazenda, era perto lá da, da Boa Esperança. Aí meu pai tinha fazenda, era próximo da Boa Esperança, a gente todo dia, a gente ia cedo, todo dia a gente ia, distancia de uma légua<sup>51</sup> caminhando, pra não parar pra não ficar tão di pouco a situação, aí todo dia a gente levantava e ia. (Liderança 1, 57 anos).

O depoimento da liderança 1 demonstra que sua família tinha uma fazenda distante do local onde se encontrava a escola, mas fazia questão de oferecer estudo aos filhos, como uma possibilidade de melhoria da situação de vida *“pra não ficar di pouco a situação”*. Ela complementa dizendo: *“Antes pela graça de Deus e a coragem que existia, coragem e força, né? Lutamo, nós lutamo pra adquirir alguma coisa que aconteceu no passado. Só tem que a gente não desistiu, valeu. Porque as nossas ideias não desistiu, assim, de cabeça”*.

O fato de morar em uma fazenda, não era sinônimo de situação estável. As dificuldades de sobrevivência eram compensadas com a possibilidade de encontrar recursos na natureza (a caça, a pesca, as ervas medicinais, as frutas do cerrado, a madeira e a palha para a construção da moradia). Essa maneira de conviver com o meio estreitava ainda mais os laços de identidade da comunidade com o seu espaço, tornando-o um território negro (LEITE, 2008). O relato da experiência vivida

---

<sup>51</sup>Uma légua corresponde a 6 km.

pela liderança 1 no período da infância, é um exemplo da forma como a comunidade se apropriou do território ao longo do tempo:

Isso aí [o apelido que lhe foi dado] foi um processo que a gente tinha a idade de 8 anos. Nesse período, meu pai, nessa idade de 8 anos, uma época nesse período o meu pai adoeceu do olho sem poder... ele não podia fazer nada no correr da semana. Ele não podia divulgar fora, assim, do quarto. Nessa época era muito difícil a situação. Deus do Céu dando pra gente a coisa do cerrado. Com a graça de Deus a gente entende [a utilização das ervas medicinais] e entendeu. (Liderança 1, 57 anos).

A comunidade foi construindo a sua identidade ao longo do tempo e criando alternativas de sobrevivência, frente aos desafios que iam se colocando. No caso da liderança 2, 45 anos, estudou até a 3ª série, frequentou escolas em Formiga, Boa Esperança e Mumbuca.

Segundo depoimento da Colaboradora 4, o Povoado Mumbuca não tinha escola e quando a primeira foi construída, só funcionou por seis anos e caiu porque foi feita de barro e de adobe:

A primeira escola que fizeram aqui, foi.. eu fui buscar o [...] que era prefeito... Era prefeito não daqui, mas de Ponte Alta. O pai dele era prefeito de Ponte Alta. Aí o [...] veio de Ponte Alta aqui procurar um lugar pra fazer a escola aqui na Mumbuca. Aí nós procuramos um lugar ali na casa do Miratan. Na casa do Pastor Miratan. Aí fizemos um colégio de barro. De adobe e de barro, por conta do colégio. Foi lá onde nasceu a escola. Ficou a base de uns seis anos e mais. Aí ela caiu. (Colaborador 4, 66 anos).

No lugar onde foi construída a primeira escola, é possível ver as ruínas e ainda é considerado um espaço de referência para a localização da pessoa. Eles nos falam: “lá perto da escolinha”. As ruínas da escolinha também é uma expressão da história da comunidade, não só porque eles estudaram ali, mas porque a queda da escola municipal foi um forte motivo para pressionar o governo do Estado a construir uma escola na comunidade.

Aí o povo queria que nós ficássemos aqui toda a vida no colégio da...prefeitura, né, pertencendo a prefeitura. E nós não queríamos mais, nós queríamos um colégio estadual. Aí nós pedimos um colégio fechado. A minha vó Miúda, um vereador, que falou, aí conseguimos um colégio do Estado. (Colaborador 4, 66 anos).

Nesse sentido, a construção da identidade do grupo foi se consolidando a cada luta que a Comunidade travava contra a vulnerabilidade social e em prol da organização do seu espaço. Essa identidade com o espaço é mais ressaltada do que a própria identidade com a família nuclear, já que eles se entendem fazendo parte de uma grande família, fazendo parte do território de Mumbuca.

Além dessa forte identidade que a comunidade tem com o território, é preciso dizer que a igreja local procura imprimir um conceito de família que está para além daquilo que é vivido pela comunidade.

O casal de pastores que vivem na comunidade faz um trabalho acirrado para que o núcleo familiar seja concebido como a união conjugal entre um homem e uma mulher através do casamento civil ou do casamento religioso. Esse trabalho é feito de forma mais incisiva com a juventude através de palestras e com as mulheres casadas através de um culto em separado que acontece às quintas-feiras à noite. E com as famílias através da visita diária do pastor nas residências dos crentes que frequentam a igreja.

Esse conceito de família que pressupõe a convivência na mesma casa de pai, mãe e filhos é exposto didaticamente através da árvore genealógica que a comunidade deixa exposta em lugar público, mas não se concretiza de fato. Ao pesquisar a realidade das famílias mumbuquenses, constatamos que eles vivem experiências de famílias tal qual se concebe em nossa sociedade.

Em que pese todo trabalho que é feito pela igreja local, a comunidade concebe o casamento civil, o religioso e a união de duas pessoas que resolvem viver juntas, independente do estado civil.

Assim como na nossa sociedade, a Comunidade Mumbuca convive com diversos tipos de famílias, a saber:

- A - Casal com filhos (marido, mulher e filhos).
- B - Casal sem filhos (marido e mulher).
- C - Casal com netos (marido, mulher e neto).
- D - Mulheres solteiras chefes de famílias (mulher solteira com filhos).
- E - Mulheres separadas chefes de famílias (mulher separada com filhos).

F - Mulheres viúvas chefes de famílias (mulher viúva com filhos ou netos).

G - Mulher solteira que vive só.

H - Mulher solteira que vive com agregados (mulher solteira, sem filhos, que vive com agregados sendo que cada um é responsável pelo seu próprio sustento).

I - Homem que vive só (solteiro, separado, viúvo).

Essas são os tipos de famílias encontradas na comunidade. Se observarmos em um organograma, seriam esses os números e porcentagens:

QUADRO 2 - TIPOS DE FAMÍLIAS ENCONTRADAS NA COMUNIDADE MUMBUCA

<b>Tipos de famílias</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>	<b>H</b>	<b>I</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Número</b>	15	4	2	1	3	4	1	1	7	38
<b>Porcentagem</b>	39	11	5	3	7	11	3	3	18	100

Observamos através do organograma, que, na Comunidade Mumbuca o casamento é a principal forma de constituição das famílias, sendo que essa união perpassa 51% dos lares (juntando os tipos A, B e C). Nesse sentido, o crescimento da comunidade e a formação das relações de parentesco foram se consolidando a partir do casamento entre membros das três famílias de origem. Também entre pessoas que viviam nos povoados vizinhos e entre membros da mesma religião, principalmente originários de igrejas evangélicas.

Podemos constatar que a relação de parentesco foi construída através de casamentos endogâmicos (dentro do mesmo grupo), mas não necessariamente entre primos-irmãos (filhos de dois irmãos, de duas irmãs ou de um irmão e uma irmã), porque a probabilidade para a junção de casais entre famílias diferentes se tornou maior quando consideramos que o tronco foi formado por três famílias de origens diferentes. Na Comunidade Mumbuca, somente dois casamentos aconteceram entre primos-irmãos. No universo de 32 famílias pesquisadas, o percentual chegou a 6%.

Considerando que estamos estudando a questão da vulnerabilidade social e a insegurança alimentar e nutricional, dividimos os casais em três tipos: casal com filhos; casal sem filhos e casal com filhos e netos, porque na comunidade, quando

um casamento se desfaz e a mulher contrai nova união, o filho é deixado com a avó materna, viúva ou não. Sendo assim, 18% das famílias mumbuquenses vivem essa realidade (tipos C e F), o que demonstra que as famílias são matrifocais, porque ainda que os filhos não acompanhem as mães, eles permanecem na família materna. Fazendo a leitura por um outro ângulo, um homem, quando passa a viver com uma mulher que já tivera filhos, só se responsabiliza pelo seu próprio filho, não assumindo a responsabilidade da paternidade alheia.

Esse dado pode ser observado também no caso da mulher que é solteira ou separada que não contrai nova união (tipo D e E): ela mesma cuida dos seus filhos mantendo-os em sua própria casa, mesmo morando vizinha da sua mãe, é o caso de 9% das famílias, como é relatado pela liderança 1 *“mulher é topa tudo: vai na roça, tira o olho<sup>52</sup>, olha menino.”*

No caso do tipo G - mulher solteira que vive só trata-se de um único caso, mas que merece ser registrado, porque não se trata de uma mulher independente, mas de uma pessoa que sofre problemas mentais. É uma pessoa que se encontra em situação de vulnerabilidade social porque, apesar de estar sendo constantemente vigiada pela comunidade, não recebe os cuidados próprios de um doente mental. Essa pessoa teria o direito de receber a pensão da mãe que morreu recentemente (pensão por morte; maior inválido), desde que a família tomasse providências no sentido de encaminhá-la a um psiquiatra que fizesse o diagnóstico de saúde e receitasse medicamentos adequados. Com o laudo de saúde em mãos, a família poderia requerer os direitos previdenciários e de saúde para que a qualidade de vida dessa mulher fosse melhor, mas isso se torna difícil frente à falta de informação da comunidade.

Outro caso a ser registrado é família de tipo H - mulher solteira que vive com agregados. É uma família que tem como chefe uma mulher solteira, sem filhos. No entanto, em sua casa ela reúne uma sobrinha e duas outras pessoas (um jovem e uma jovem) que não possuem laços de parentesco. São pessoas que dividem o mesmo teto, que trabalham e são responsáveis pelo seu próprio sustento. Elas vivem comunitariamente como uma família. É um exemplo de acolhimento das

---

<sup>52</sup> Tirar o olho significa tirar o olho do buriti, ou seja, extrair do buriti a parte que será utilizada para arrancar a seda.

peças que por um motivo ou outro passaram a habitar naquele local desde criança, se acostumaram na comunidade e ali ficaram. Acreditamos serem estes, os filhos e filhas de Mumbuca.<sup>53</sup>

Se somarmos as famílias dos tipos D, E, F, G e H, chegaremos ao total de 27% de unidades domésticas que estão sob o comando exclusivo das mulheres. Se considerarmos que nas famílias dos tipos A, B e C as mulheres partilham com os homens essa liderança, podemos concluir que na Comunidade Mumbuca a mulher possui um espaço de poder, como é observado pela liderança 1: *“A mulher tem mais energia de plano, de projeto, de ideia. A mulher aqui, de Mumbuca, ela tem caráter de fazer. Eu quero assim, assim, assim. Analisa aí pro cê vê como dá certo. Ela ajuda, ela acontece.”*

No entanto, ao assumir essa liderança, segundo relato da liderança 1, a mulher da Comunidade Mumbuca sofre na própria pele as consequências desse fardo, que de tão pesado, afeta a sua saúde: *“Dor de cabeça, dor no pé da barriga e dor nas pernas. Dor nas costas, na coluna. Mulher aqui não vai pro hospital.”* Sendo assim, quando essa liderança é analisada do ponto de vista da saúde da mulher, há um forte indicativo de vulnerabilidade social, porque o que está à frente é o bem-estar da família.

Finalmente nós registramos sete residências onde encontramos o tipo I - homem que vive só. Trata-se de 4 homens solteiros, 2 homens separados, e um viúvo. São casos à parte, mas é um tipo que corresponde a 22% das famílias da Comunidade Mumbuca. Estes também são os filhos de Mumbuca porque no conjunto só um veio de fora.

Entre os solteiros, o mais velho tem 74 anos, trabalha em um pedaço de terra que produz muita fruta, tem horta, animais e pastagem. Ele construiu o seu patrimônio com a ajuda dos sobrinhos, depois que os sobrinhos se tornaram adultos, ficou sozinho e atualmente “vende saúde”<sup>54</sup> e frutas em abundância, conforme podemos observar na foto abaixo:

---

<sup>53</sup> Lista das famílias e filhos do Povoado Mumbuca. In: Memorial descritivo das áreas de trabalho da Comunidade Quilombola do Povoado Mumbuca.15/08/2010. Anexo do Inquérito Civil Público – ICP nº 1.36.000.001003/2006-56. Apenso I - Volume I. Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Tocantins, fls. 258-264.

<sup>54</sup> Linguagem figurativa usada pelos moradores do Povoado.

## FOTOGRAFIA 8 - PRODUTOR AOS 74 ANOS DE IDADE COLHE LARANJA



Fonte:Fotografia feita pela autora. Comunidade Mumbuca– Jul. 2011.

Dois solteiros que vivem sozinhos têm problemas de saúde: um deles tem problema físico, na perna e o outro tem problema fonoaudiológico (dicção). Ambos teriam direito ao auxílio por doença ao trabalhador, porque estão em idade produtiva. No sistema previdenciário, a comunidade Mumbuca está classificada como na modalidade regime de economia familiar, por isso não é necessário contribuir com o sistema, só comprovar o trabalho no campo. Sendo assim, esses dois homens solitários, se acionassem o sistema previdenciário e comprovassem a situação de saúde teriam direito à pensão.

No entanto, como nunca receberam tratamento adequado, eles continuam trabalhando em seu pedaço de terra, convivem com o problema físico (que não chega a ser uma limitação), mas não se casaram. Essa condição pode ser atribuída à concepção que a comunidade tem sobre as qualidades que um homem deve ter para poder se casar: *“Vamo vê. Vamo vê esse homem, se ele é charmoso. Tem uma mudança de melhora. Porque uma moça quando casa, tem que ter uma melhora. Eu to bem. Porque tem que ter um charme de mudança.”* (Liderança 1, 57 anos).

Mesmo que não seja explícito, é possível que essa questão física possa ter influenciado o estado civil desses dois homens.

O quarto homem solteiro que vive só também trabalha no seu pedaço de terra, é jovem, saudável, vivia em Mumbuca e saiu da comunidade para trabalhar. Há uns dois anos atrás a mãe faleceu e, sendo o único filho solteiro, voltou para assumir o patrimônio da mãe.

Os dois homens separados que vivem só moram no espaço da Associação de Artesãos e Extrativistas do Povoado Mumbuca. Cada um ocupa um espaço que corresponderia a uma sala da associação, mas ambos utilizam o banheiro que é coletivo. O mais velho, de 64 anos, foi casado com uma das filhas da D. Laurentina e por ter constituído família no povoado, é considerado mumbuquense. O outro tem família fora da comunidade, mas se instalou em Mumbuca com a anuência da associação, para produzir e vender doces feitos com as frutas do cerrado. Nesse caso, ele utiliza o fogão e a cozinha da associação e vende seus produtos juntamente com os produtos do artesanato do buriti e do capim dourado, conforme podemos observar na foto abaixo:

#### FOTOGRAFIA 9 - DOCES COMERCIALIZADOS NA LOJA DA ASSOCIAÇÃO



Fonte: Fotografia feita por Ismael Ribeiro da Silva. Festa da Colheita do Capim Dourado – Set. 2011.

O único homem viúvo da comunidade que vive sozinho é o Seu Diolino, como ele mesmo explicou quando chegamos à sua casa: *“Sozinho. Eu tava cá, na caminhada. Eu fico sozinho assim, caminho. Eu fico caminhando pela casa assim. Aí eu fui, tomei banho, deitei aí na rede.”* A moradia do Seu Diolino é uma das mais belas da comunidade. Tem um manguezal que refresca o ambiente e o córrego fica muito próximo da residência. Ele é cuidado pelas filhas que moram nas proximidades e está tomando remédios contra a depressão, como ele mesmo explica: *“Essa doença de depressão, não sei... dá jeito não, só Deus mesmo.”* (Seu Diolino, 86 anos).

Podemos perceber através da análise dos tipos de famílias existentes na Comunidade Mumbuca que as relações que se estabeleceram entre os indivíduos ultrapassam os laços de sangue. A comunidade criou suas próprias regras de convivência e foi passando de geração em geração criando uma identidade que é aceita e partilhada por todo o grupo.

Em relação aos casais que compõem as famílias dos tipos A, B e C, quatro são casamentos inter-raciais, chegando ao total de 12,5%. Espontaneamente, somente a D. Laurentina fez menção à composição étnico-racial do Povoado quando me falava do seu marido, que é do tronco da família Beato.

Filha, meu marido morreu de raio.<sup>55</sup> Ele era preto, minha filha. Aqui é mistura de preto e branco, mais o sangue do preto foi mais forte. (D. Laurentina, 87 anos).

Considerando que estamos trabalhando com o conceito de grupo étnico de Max Weber (1998), foram destacados os fatores culturais que atribuem a identidade ao grupo como os costumes, os hábitos, as crenças, a vida em comunidade, o ancestral comum e o sentimento de pertencimento ao lugar. Todos esses fatores foram mais perceptíveis na comunidade do que os laços de sangue.

Para concluir esse item sobre a característica das famílias e filhos do Povoado Mumbuca, é preciso dizer que das 32 famílias visitadas, encontramos 10 sobrenomes diferentes: Silva, Gomes, Tavares, Matos, Rodrigues, Sousa, Beato, Ribeiro, Barbosa, Oliveira. Se considerarmos a lista da Associação de Artesãos e

---

<sup>55</sup> Foi atingido por um raio durante uma forte chuva, há décadas atrás. Segundo o depoimento, foram duas pessoas atingidas e mortas, dentre elas, o seu marido.

Extrativistas do Povoado Mumbuca, o número de sobrenomes eleva-se para 17. Nas duas listas o sobrenome Beato aparece, mas em nenhuma delas aparecem os sobrenomes Bento e Pereira, pois, ainda que as mulheres assumam a liderança das famílias, são os homens que dão sobrenomes aos filhos; desaparecendo por completo o sobrenome das famílias onde o nascimento de mulheres é maioria.

## 2.2 TERRITÓRIO E TRABALHO: PRODUTO DO MATO E PRODUTO DA TERRA

Geertz (1978) nos mostra que ao estudar um dos aspectos culturais de uma comunidade, é possível estabelecer relações com todos os outros aspectos, pois a realidade social nos apresenta em diversas faces.

No desenvolvimento da pesquisa de campo na Comunidade Mumbuca, observamos como o território influencia a forma de trabalho desenvolvida pelas famílias, os hábitos alimentares e a produção do alimento necessário à subsistência da comunidade.

Conversamos com quatro lideranças que possuem características diferentes: o Seu Diolino, homem, comerciante e hoje se encontra com 86 anos; a liderança 1, mulher, artesã, 57 anos; a liderança 2 homem, lavrador, 45 anos e a liderança 3, mulher, 32 anos. A proposta deste diálogo foi estabelecer uma margem de diferença de idade suficiente para perceber quais as permanências e mudanças que ocorreram no trabalho e nos hábitos alimentares da comunidade ao longo do tempo.

Quando perguntei para o Seu Diolino, 86 anos, sobre o que se comia no passado, ele me respondeu: *“Tudo comida. Tudo comida: o arroz, o feijão, o milho, a batata, a mandioca. Isso era produto da terra, a senhora entende, né?”* Ao me fazer essa pergunta, percebi que tratava-se de uma expressão cultural local para se referir ao alimento que é cultivado na terra. Ele estava falando da agricultura. A sensibilidade em esperar que o interlocutor pudesse entender as ideias, demonstra também o cuidado com que ele passava todas as informações, esperando o meu tempo para a construção do conhecimento.

Com a minha expressão de entendimento, ele deu sequência ao raciocínio demonstrando que tinha também o produto do mato. Disse: *“E tinha o produto do*

*mato. A gente sabe que, hoje é até proibido falar. Mais, a senhora, a senhora é IBAMA?”* Novamente ele parou e esperou a minha resposta, tendo em vista que o Povoado Mumbuca, assim como a maior parte da população residente na região do Jalapão, está localizado em área que se sobrepõe a três Unidades de Conservação de Proteção Integral que foram criadas no Estado do Tocantins entre os anos de 2001 e 2002: o Parque Estadual do Jalapão administrado pelo Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS); a Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins e o Parque Nacional da Nascente do Rio Parnaíba, ambos administrados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Esse fato tem sido motivo de conflitos e constrangimentos para toda a comunidade, tendo em vista que os hábitos e cultura locais não coincidem com a legislação imposta por esses órgãos.

Conhecedora do problema eu rapidamente respondi: *“Não, de jeito nenhum”*. Ele perguntou de novo: *“Não?”* E eu confirmei: *“Não”* Só depois ele deu continuidade ao depoimento: *“Pois é, então eu falo. O produto do mato a gente comia. Tinha o veado, a gente comia, tinha a caça. Pois tinha a anta. Tinha caça, né? Falava em caça, tinha tudo”*.

Esse depoimento do Seu Diolino nos permite conhecer um pouco da realidade dessa comunidade, que é uma comunidade tradicional agroextrativista que se apropria de alguns produtos da natureza para a sobrevivência, mas também cultivavam outros. Ao concluir o pensamento, o Seu Diolino diz que quando se falava de caça, era possível encontrar toda a espécie naquela região, demonstrando a riqueza da fauna no passado.

Então eu perguntei o que ele gosta de comer hoje e ele respondeu: *“O mior que eu gosto de come mesmo é comida mesmo comum, daqui”* Eu perguntei, o que? Primeiro ele respondeu sobre o presente: *“É conhecido: é o feijão, é o arroz, é a fava, é a gordura.”* Na relação de diálogo ele estabelecia essa fronteira entre as culturas me vendo como diferente, por isso inicia a resposta dizendo *“è conhecido”*, ou seja, é um alimento que também faz parte da minha cultura. No entanto, quando se refere à gordura, sente necessidade de maiores explicações e complementa: *“Nessa época que, há muito tempo tinha muita criação de porco, era o toucinho, era*

a carne. *Eu criei muito porco, capado. Levava pra Corrente<sup>56</sup> dois, treis, fazia carne e vendia tudo lá, fresquinho, a carne e tudo*”. Ao detalhar os derivados do porco, ele demonstra que no decorrer do tempo esse alimento tornou-se pouco atrativo para as gerações mais jovens, tendo em vista que ele foi sendo substituído pelo óleo vegetal<sup>57</sup>. Demonstra ainda, que a comunidade, no passado, estabelecia comércio com cidades vizinhas, como a cidade de Corrente, no Estado da Bahia.

Outro detalhe é que a criação de porco passou a ser proibida pelo NATURATINS, mas na concepção do Seu Diolino, o porco era um produto bom de ser comercializado por ser possível vender a carne e o toucinho. Esse relato do Seu Diolino nos dá uma noção de que a comunidade tinha na agricultura familiar, uma economia de subsistência, na caça, uma atividade de complementação da alimentação e na pecuária, uma atividade de geração de renda.

As possibilidades encontradas pela geração do Seu Diolino (século XX), para produção, extração, consumo e venda do alimento, dialoga com o passado do lugar, por ser muito parecida com a descrição das atividades desenvolvidas pelos camponeses que viveram no norte de Goiás, no final do século XVIII e início do século XIX.

Apolinário (2007), citando Bertran (2002), afirma:

[...] ao lado do curral, vicejava a roça de alimentos, e às vezes a plantação de cana-de-açúcar com o correspondente engenho produzindo alimentos mais consumidos nos séculos XVIII e XIX: a rapadura, a caça e as farinhas de mandioca, de milho, feijão, arroz, e a criação de porcos e galinhas, todos os produtos alimentares, a exceção do fumo de rolo e do “*mamono*”, cujo óleo usava-se para iluminação. (BERTRAN, 2002 apud APOLINÁRIO, 2007, p. 62).

<sup>56</sup> Corrente é um município do Estado da Bahia. Muitas relações de comércio são estabelecidas entre a população de Mumbuca e casa de comércio desse município. Por ocasião da minha permanência no Povoado, presenciei a compra de milho (que é revendido no Povoado e utilizado como ração para as galinhas); a visita de vendedores ambulantes trazendo produtos fitoterapêuticos e um caminhão vendendo cesta de alimentos a prazo. O preço equivale ao dobro do que é vendido na cidade de Palmas.

<sup>57</sup> No trabalho de campo também foi possível observar que quando acaba o óleo, o café e até o sabão, a dona de casa leva o problema para a roda de conversa. Passa a ser um assunto e é possível saber quem tem, quem não tem e o quanto tem, até que se consegue um litro de óleo ou uma quantidade para fazer pelo menos a próxima refeição. Percebe-se a relação de solidariedade entre as famílias.

Esse diálogo com o passado é importante porque os hábitos e costumes possuem muitas semelhanças, mas vão se atualizando também. Por exemplo, durante o trabalho de campo, percebemos que a comunidade consome a rapadura e a garapa, que são derivados da cana-de-açúcar, mas não consomem a cachaça, provavelmente porque são evangélicos, conforme nos conta o Seu Diolino:

Aqui nós era mesmo sem igreja, isso era cada quem na sua morada. Depois que entrou a voz de Deus, a voz do Evangelho, foi que surgiu a igreja como ta hoje. Isso já vem de 40, 45 pra cá. Era Batista, depois, em poucos anos, entrou a Assembleia de Deus. A primeira voz foi da Batista.

Esse depoimento demonstra que a Igreja Evangélica está na comunidade há mais de 60 anos, o que nos leva a supor que o não consumo do álcool é uma das regras de convivência local estimulada pela igreja e respeitada pela comunidade.

Quando conversamos com a liderança 2, 45 anos, que se declarou lavrador, percebemos uma adaptação da agricultura familiar como atividade produtiva tendo em vista as mudanças dos valores e das relações sociais no âmbito da família.

Quando questionado sobre os costumes alimentares da comunidade, a liderança 2 foi taxativa: *“Isso não mudou não: feijão, arroz, carne, mandioca, milho também”*. Ao ser perguntado se a comunidade mesmo produz, respondeu: *“Nois memo. Criava porco, criava galinha, plantava mandioca”*. A afirmação dele estava no passado, portanto, foi necessário retomar a questão: por que plantava? Ele não teve dúvidas e respondeu: *“Mas a mandioca, o milho e o feijão a gente sempre planta”*.

Nessa primeira parte da explicação, ele mantém a ideia de que a comunidade possui uma agricultura de subsistência e continua plantando alguns produtos que são consumidos na comunidade. No entanto, ele volta ao passado: *“Antes todo mundo plantava, mas agora, preocupação com escola, menino deixa de vigiá”*.

Para entender o que é que o menino tinha que vigiar, perguntamos sobre os detalhes da plantação de arroz e ele nos explicou:

Corta os pau, taca fogo, quando queimá aí tem uns raminhos que dá quando chove, tem que arrancá com a mão, aí passa a matraca. Põe o arroz na matraca. Aí se quiser aproveitar a terra, planta a mandioca. E quando que cuida? Porque tem os animais, quando dá a bage. Tem o papagaio, tem o piriquito, pega os cachos. Eu tô lá, aí eu venho almoçar, meu filho vai prá lá. Aí coloca uns panos lá vermelho, branco, mesmo assim eles vão. O arroz e a mandioca é o

mais plantado. Quem não planta vai pegá na roça do vizinho (Liderança 2, 45 anos).

Dessa forma é mais fácil entender porque é necessário um trabalho de equipe para a produção de arroz e de certa forma, valorizar o trabalho da criança que tem que espantar as aves e pássaros que atacam a plantação. Não dá para plantar e deixar a plantação abandonada. É preciso tempo e cuidado.

E a liderança 2 continua o seu raciocínio dizendo: *“O pessoal deixou de plantá mais e passou a comprar mais arroz, se quisé plantá, planta, mas não tem aquela safra”*. Pela fala, percebemos que no passado a agricultura era uma atividade familiar, a produção era maior porque havia uma “safra”, como sinônimo de grande quantidade, e agora, no presente, “se quisé plantá, planta” como opção, apenas.

Na concepção da liderança 2, a preocupação com escola, ou seja, com a educação dos filhos, influenciou na forma como o trabalho na agricultura passou a ser administrado sem deixar de preservar o costume alimentar porque houve uma combinação entre produção interna e acesso ao mercado. Ele complementa:

Naquela época a gente tinha tempo de vigia a plantação de arroz. Todo mundo plantava. O pessoal deixou de plantar. Não tem prejuízo de nada. Hoje a gente vê o futuro pro nossos filhos, pra estuda. Tem arroz no mercado e mantemos nossos filhos em casa, na escola. Então isso aí, não teve diferença não. Se não houve melhor, pior não teve não. Agora se faltá arroz no mercado pra comprá, aí a gente planta. (Liderança 2,45 anos).

Esse discurso da liderança 2 expressa a complexidade da plantação de arroz que exigia um número maior de pessoas para cuidar e também uma necessidade da família responder de forma positiva ao meio externo, mudando a organização interna da família e assimilando um novo hábito cultural – a educação formal dos filhos.

Essa mudança de atitude é uma expressão dos novos valores adquiridos pela comunidade que está atrelada a perspectiva de futuro para os filhos. Isso significa que o trabalho na roça deixa de ser prioridade porque a educação tem uma prioridade maior, tendo em vista *“que tem arroz no mercado, mantemos os nossos filhos em casa, na escola”*. O mercado passa a ser uma segunda opção de acesso aos alimentos, não se limitando apenas à produção interna.

A última frase do discurso “*Agora se faltá arroz no mercado pra comprá, aí a gente planta*” explicita ainda mais a importância do arroz na dieta alimentar da comunidade. Na pesquisa de campo, observamos que na dieta alimentar, existe uma combinação de arroz com batata, arroz com carne moída, arroz com peixe ou arroz puro. Pode até faltar o feijão, mas não falta o arroz na mesa.

Conversando com a Colaborador 2, ela afirma que a comunidade não gosta de comer feijão e demonstra que eles comem outros tipos de alimentos como a carne, a banana, a mandioca e seus derivados (a massa de beiju):

Aqui todo mundo igual. Quando mata o gado. A banana, cacho, quem pode compra, quem não pode dão. Aqui a alimentação é tudo igual. Outra coisa, aqui ninguém gosta de feijão. Não gostam de feijão, de vez em quando. A alimentação aqui todo mundo é igual. Tem a massa de beiju. A mandioca doce, todo mundo tem mandioca doce. O que tem lá? É isso! Então eu vou buscar. Desde quando eu era garotinha, era desse jeito. Todo mundo é igual a comida.

Essa descrição da Colaboradora 2, nos dá a dimensão da dinâmica das relações comunitárias. Ela considera tudo igual porque todos consomem aquilo que tem na comunidade: quando um não tem, vai buscar na casa do outro. Quando um não produz, vai buscar na roça do outro. Se não puder comprar, recebe gratuitamente.

Quando perguntei ao Seu Diolino porque a comunidade está parando de comer feijão, ele respondeu: “*Porque chega outras coisas, né?*” Eu complementei: O senhor ainda gosta de feijão? Ele disse “*Eu ainda como*”.

O feijão que a comunidade planta e come, é o feijão miúdo ou feijãozinho. Nós o conhecemos como feijão tropeiro. Ele só pode ser plantado em período de pouca chuva, pois quando está chovendo muito, fica escorregadio, “ele mela”. Isso significa que a vagem murcha e o feijão não desenvolve, talvez seja esse o motivo da diminuição da produção desse tipo de feijão, o que acarreta a diminuição do consumo.

Procuramos detalhar mais essas informações em relação ao tempo e ao trabalho que são empregados pela comunidade na produção do alimento, classificando as atividades produtivas em agricultura, criação de animais e extrativismo.

## 2.3 PRODUÇÃO DO ALIMENTO: AGRICULTURA, CRIAÇÃO DE ANIMAIS E EXTRATIVISMO

A Comunidade Mumbuca utiliza todo o seu território para desenvolver as atividades de produção de alimentos (agricultura, criação de animais e extrativismo).

As casas ficam concentradas no Povoado onde encontramos também a escola, a associação, a luz elétrica e o telefone. No fundo das casas encontramos algumas árvores frutíferas, mas é difícil. “*Frutas aqui é difícil, mas o que tem mais é goiaba, manga, o que tem mais. Melancia, abóbora, quando a gente planta. Banana.*” (Liderança 3, 32 anos).

As frutas próprias do cerrado são encontradas no caminho, como o côco catolé, o pequi, o buriti, o cucuri, mas cada uma tem a sua época:

[...], tem a época do ano, o caju tem muita vitamina C. Nois tem o cajuí do cerrado, deste tamaninho. E outras frutas que tem aqui também que muda, né? Nessa época a alimentação fica mais rica. Proteína, gordura. Por exemplo, o murici. Nós temos um peção de murici, quando táí, menino não sai de baixo. (Colaborador 2).

Na época em que estivemos na comunidade, as frutas mais consumidas foram a banana, a melancia, a laranja, o caju, o cajuí e a maraçandaba.

As famílias possuem ranchos em locais mais distantes do Povoado para onde vão os lavradores que se dedicam às atividades de produção agropastoris. No rancho o lavrador fica alojado por alguns dias da semana, enquanto está na lida com a roça. O gado fica espalhado por todo o cerrado.

Para facilitar o entendimento, descreveremos cada uma das atividades de produção de alimentos desenvolvida pela comunidade de forma separada, mas nem sempre essas atividades são concebidas pela comunidade separadamente. Muitas vezes o plantio e a criação de animais são atividades concomitantes e complementares. Somente a extração do capim dourado é uma atividade desenvolvida com exclusividade porque obedece a um calendário mais rígido e será abordado na seção 3.

### 2.3.1 Agricultura

A roça é o termo mais utilizado pela comunidade para se referir à atividade de produção de alimento, tirado da terra. Durante a pesquisa de campo, constatamos que o lavrador vai para a roça sozinho, ou com um agregado da família deixando em casa a mulher e os filhos.

Normalmente o lavrador sai na madrugada de terça-feira e retorna na tarde de sexta-feira. A segunda-feira é dedicada para ficar no Povoado ou ir à cidade de Mateiros, Ponte Alta ou Porto Nacional fazer compras ou pagar contas.

Para o desenvolvimento das atividades agropastoris e extrativistas, existe um calendário a ser seguido e respeitado que, no caso do Povoado Mumbuca, não é determinado somente pelo tempo de colher ou o tempo de plantar, próprio do costume local, mas também pelas leis ambientais às quais estão submetidos todos os trabalhadores da comunidade.

Para o plantio, a Comunidade Mumbuca faz a distinção de quatro tipos de roça: a roça de toco, a roça de pasto, a roça de esgoto e a roça de vazante.

#### 2.3.1.1 Roça de toco

A roça de toco utiliza um espaço de mais ou menos quatro tarefas<sup>58</sup>. É chamada roça de toco porque as árvores que se encontram no local do plantio devem ser cortadas com machado, foice, enxada e até manualmente, dependendo do tamanho da árvore ou do arbusto que ali estiver. Conforme a árvore tem o tipo de ferramenta a ser utilizada. Após a derrubada, costuma-se queimar a vegetação para adubar o local e finalizar a limpeza. O plantio é feito na terra seca.

As famílias que plantam na roça de toco são as famílias de D. Martina, Maurício, Ronaldo, Arnon, Ariosvaldo e Venceslau.

A queimada faz parte do manejo da agricultura tradicional. No entanto, é muito combatida pelos órgãos do governo. Para a queimada é preciso fazer o acero

---

<sup>58</sup> Tarefa: medida equivalente a 3.630m<sup>2</sup>.

(carpir ao redor do canteiro onde será feito o plantio), colocar fogo no local onde será feita a plantação e ficar cuidando para que o fogo não se alastre no cerrado. A técnica mais comum é fazer o acero de noite, depois botar o fogo. O melhor horário para se fazer a queimada é às 16h00 porque o vento está mais calmo, não permitindo que o fogo se alastre, sendo mais fácil de controlar.

Na roça de toco planta-se mandioca, arroz, milho, fava no pé do milho, melancia, gergelim, abóbora, feijão, maxixe e batata.

### 2.3.1.2 Roça de esgoto

A roça de esgoto é feita na cabeceira dos rios e utiliza-se um espaço aproximado de oito tarefas. Na roça de esgoto são intercaladas três atividades ao longo do ano: o plantio, a criação de gado e extração do capim dourado. Segundo o costume, a queimada é feita para o mato brotar. O gado come o broto e depois nasce o capim dourado.

Na roça de esgoto cultiva-se normalmente feijão miúdo, banana, batata, cana, melancia e abóbora.

As famílias que plantam na roça de esgoto são as famílias de D. Martina e do Sr. Aguinaldo. D. Martina, por ser viúva, ter um único filho casado e cinco filhas solteiras, precisa contratar o serviço de três pessoas para cultivar o seu pedaço de terra.

### 2.3.1.3 Roça de pasto

A roça de pasto é feita junto à criação dos animais e normalmente cultiva-se banana. Nesse caso o animal é solto e o bananal é cercado.

As famílias que plantam na roça de pasto são as famílias de Paizinho, Walmir, Ronaldo, Juraci, Geovan, Dalmaceano, Edito, Francisco e Igor. Igor é um garoto de apenas 12 anos, é o lavrador mais novo da comunidade, filho de uma mulher solteira que é chefe de família, tendo um total de cinco filhos.

O trabalho do Igor, que na nossa concepção é uma criança, não deixa nada a desejar ao trabalho dos outros lavradores. Ele cumpre o papel do homem da casa que cultiva a terra.

#### 2.3.1.4 Roça de vazante

A roça de vazante é feita na cabeceira dos rios e difere das demais porque é uma roça que já vem sendo cultivada pelos antepassados da família e é herdada pelos filhos. Devido ao tempo de cultivo, é uma terra que se apresenta mais adubada, portanto é mais escura que as demais, mais fofa e produz melhor.

As famílias que plantam na roça de vazante são as famílias de Adir, Cocha e Ronaldo. Importante perceber que as famílias muitas vezes cultivam diversos tipos de roças, de acordo com o histórico da família e as características geográficas do pedaço de terra que lhes é reservado para plantar.

### 2.3.2 Criação de animais

Difícilmente vamos ouvir falar de pecuária na comunidade, mas sempre ouviremos falar de criação de animais. Esse é um assunto “de homem”, por isso o trabalho de campo<sup>59</sup> torna-se mais difícil para uma mulher.

As famílias mumbuquenses criam gado, cavalo, égua, jumento, burro e galinhas. Foi possível observar a criação de porco somente em uma propriedade (na casa do Sr. Adir). A quantidade de cabeças de gado varia muito, sendo o máximo de 80 (Walmir e Paizinho), a média de 30 (Geovan) e o mínimo de 6 (Adnélia, viúva que cria os animais que eram do marido).

Normalmente o gado é marcado a ferro e criado no campo, no mato aberto. O Povoado chama de mata de cerrado, quando o campo é seco; mata de vereda, quando o campo é úmido e mata de capão, quando chove e o terreno fica alagado.

---

<sup>59</sup> Campo aqui tem dois significados: é difícil para uma pesquisadora fazer a pesquisa de campo sobre criação de animais e é difícil para uma mulher mumbuquense dedicar-se à criação de animais, porque não faz parte das regras de convivência da comunidade.

Na mata de capão, é comum florescer uma vegetação chamada de tingui, bonita para ser apreciada, mas perigosa para o gado. É um veneno. Segundo relato dos moradores de Mumbuca, “se o animal come, ele adocece, embebeda e morre”. No período das águas, os homens fazem rodízio para irem ao campo “caçar essa planta” e arrancá-la do pasto. A pessoa que vai arrancar o tingui do campo tem a obrigação de olhar o estado do gado: se algum estiver “cambaleando”, tem que ser separado do rebanho, colocado à parte para ser observado e cuidado, porque possivelmente deve ter comido tingui.

Apresentamos abaixo, um calendário da produção agrícola, pastoril e extrativista, que é seguido pela comunidade, orientado pelas estações das águas e da seca; pelo costume herdado dos antepassados e pela legislação ambiental. Esse calendário foi construído através das informações oferecidas pela liderança 2 e também pelas informações que outras pessoas da comunidade vão prestando, no entanto, não é possível preencher o espaço vazio com a expressão “descanso da terra”, porque a maioria dos lavradores disseram que eles intercalam o uso da terra, mas não disseram literalmente que a deixam descansando.

**QUADRO 3 - CALENDÁRIO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PASTORIL E EXTRATIVISTA**

<b>Mês do ano</b>	<b>Roça de toco</b>	<b>Roça de pasto</b>	<b>Roça de esgoto<sup>60</sup></b>	<b>Roça de vazante<sup>61</sup></b>
Janeiro - água	Plantio de mandioca, arroz, milho	Cuidar do animal <sup>62</sup> mudança de pasto		
Fevereiro - água	Plantio de mandioca, arroz, milho	Cuidar do animal mudança de pasto		
Março - água		Cuidar do animal mudança de pasto		
Abril - água	Plantio do feijão miúdo. <sup>63</sup>	Cuidar do animal mudança de pasto		
Maio - seca		Acerar e botar fogo	Acerar e botar fogo	
Junho - seca		Acerar e botar fogo	Acerar e botar fogo	
Julho - seca	Broca <sup>64</sup> para o cultivo	Acerar e botar fogo para o plantio	Acerar e botar fogo para o capim dourado brotar	Broca para o cultivo
Agosto - seca	Acerar com enxada para o cultivo (de 07 a 15 dias antes da queima)	Plantio da semente do capim gerais	Abertura para os regos; florescimento do capim dourado	Acerar com enxada para o cultivo (de 07 a 15 dias antes da queima)
Setembro - seca	Queima para o cultivo	Plantio da semente do capim gerais <sup>65</sup>	Colheita do capim dourado	Queima para o cultivo.
Outubro - água	Plantio do feijão miúdo		Colheita do capim dourado.	Plantio de melancia e batata (só no primeiro ano).
Novembro - água	Plantio de mandioca, arroz, milho e do feijão miúdo		Colheita do capim dourado.	
Dezembro - água				

<sup>60</sup> O plantio de alimento na vereda (roça de esgoto) é feito toda a época do ano.

<sup>61</sup> O plantio na roça de vazante segue o calendário de cultivo e descanso da terra.

<sup>62</sup> Nesse período a principal atividade do criador é o cuidado com o gado que normalmente emagrece. Se o gado adoecer porque comeu o tingui, deverá ser trocado de pasto.

<sup>63</sup> O feijão miúdo não pode ser plantado no mês de muitas águas para não “melar” (ficar escorregadio).

<sup>64</sup> Brocar significa derrubar a mata e limpar o terreno.

<sup>65</sup> O capim gerais é cultivado para alimentar o gado. O plantio da semente não pode ser em período tão seco e nem tão molhado, por isso é feito o mês de setembro porque é possível chover no mês de agosto.

O quadro, na nossa concepção é importante, porque mostra uma produção diversificada, própria de uma economia de subsistência. Outrossim, é um aspecto relevante da cultura local.

Outro dado que não aparece no quadro é o período das colheitas. A comunidade não exalta tanto o período da colheita dos alimentos, quanto exalta o período da colheita do capim dourado. Quando perguntamos sobre o período da colheita de alimentos, eles sempre respondem: “*Depende: a colheita depende do produto e da época da plantação*”. Quem tem roça de vereda (que é um solo úmido), planta o ano todo, por isso colhe o ano todo. Quem deixa de abrir roça para se dedicar à colheita do capim dourado, não faz colheita de alimentos.

### **2.3.3 Extrativismo**

O extrativismo é feito na região de veredas (próximo ao leito dos rios). A Comunidade Mumbuca extrai o capim dourado, a seda do buriti, a butirana, o côco piaçaba e a bacaba.

Dentre os produtos do extrativismo, podemos citar também as ervas medicinais, que são utilizadas por algumas mulheres para a cura de algum mal-estar que pode ser sanado sem a procurar o médico.

Normalmente quando se pergunta as características de determinada erva ou qual doença é possível ser curada, as mulheres respondem: “*é bom prá tudo!*”. Das ervas que são utilizadas para tudo, elencamos a carabinha, o assa-peixe, a caparosa, a canafrista, o manacá, a folha de fogo, a jalapa e a batata de purga.

Mas se insistirmos um pouco mais e observarmos o dia-a-dia da comunidade, vamos conhecendo a especificidade das ervas medicinais. As mais populares são o bureré, utilizado para cicatrizar algum corte; a folha-de-carne, usada para curar dor de barriga; o barbatimão, indicado como desinflamatório; o pau-da-vitória, muito conhecido para a cura de doenças do coração, e a vassourinha, utilizada para eliminar a febre.

Durante a minha permanência no local fui cuidada com chá caseiro quando tive gripe: prepararam erva cidreira (que alguns chamam de capim santo) com

pixuri<sup>66</sup>. As famílias também tomam chá de erva cidreira durante as noites frias para esquentar.

Essas formas específicas de se apropriar do território e de usufruir do produto da terra e do produto do mato, são parte dos saberes e conhecimentos produzidos pela Comunidade Mumbuca, que foram herdados das gerações anteriores e estão sendo transmitidos para as gerações atuais.

Todo esse conhecimento foi construído ao longo de aproximadamente um século tornando a Comunidade, parte do meio ambiente e da natureza da região do Jalapão.

## 2.4 TERRITÓRIO, CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS E IDENTIDADE QUILOMBOLA

A região do Jalapão passou a ser um ponto de interesse do governo do Estado do Tocantins, a partir do final da década de 1990, momento em que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente apresentou, preliminarmente, um “Projeto de ocupação e desenvolvimento sustentável do Jalapão”<sup>67</sup>, datado de março de 1999. Tratava-se de um projeto prévio, que continha um estudo técnico com o diagnóstico da região com o intuito de avaliar a viabilidade financeira do mesmo.

O projeto fazia um alerta sobre a fragilidade da região, tendo em vista suas características geográficas e, principalmente, a sua dimensão territorial: “[...] A região ocupa uma área de 34.113 km<sup>2</sup> que correspondem, em termos aproximados, a 12,5% do território estadual, o que lhe confere o primeiro lugar em dimensão física entre as dez zonas-programa do Estado.”<sup>68</sup>

A proposta do governo era implementar um projeto de desenvolvimento que pudesse tornar a Região do Jalapão viável economicamente, tendo como justificativa

---

<sup>66</sup> A erva é utilizada pelos moradores da comunidade para curar os males causados pela picada de insetos. Para que o sabor seja agradável, eles preparam o chá misturado ao capim santo.

<sup>67</sup> TOCANTINS. Secretaria Estadual de Planejamento e Meio Ambiente. **Projeto de ocupação e desenvolvimento sustentável do Jalapão**. Palmas, abril de 1999. Documento anexo ao Inquérito Civil Público – ICP nº 1.36.000.001003/2006-56. Apenso I - Volume I. Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Tocantins, fls. 9-44.

<sup>68</sup> TOCANTINS, 1999, fl. 11.

o pressuposto de que tratava-se de uma região de vazio populacional. O projeto foi escrito com o intuito de demonstrar a viabilidade de um modelo de desenvolvimento sustentável, tendo em vista as riquezas naturais. Dentre as propostas que eram apresentadas, destacava-se a construção de quatro (4) pequenas usinas hidroelétricas nos rios Sono, Novo<sup>69</sup> e Soninho, a prática do agronegócio regional, o desenvolvimento da agricultura nos meses outubro a abril, a produção de grãos na região de várzeas e até o fomento da plantação de eucaliptos.

Em relação à estrutura fundiária da região, o relatório constatou situação irregular, ou “com domínio por definir-se”, classificando o município de Mateiros com 268 imóveis irregulares, totalizando 327.641 hectares, sendo que a área total do município é de 591.370 hectares. Em síntese, no município de Mateiros, onde está a Comunidade Mumbuca, a área territorial irregular era maior do que a área regularizada.

A conclusão do projeto era de que a ocupação e desenvolvimento sustentável do Jalapão trariam o equilíbrio espacial no desenvolvimento do Estado, permitiria ao Estado uma experiência do conceito de autosustentabilidade para as áreas de maior fragilidade ecológica e a experiência de parceria entre governo e empresa privada no processo de ocupação dos “grandes vazios espaciais da Região”.

Dentre os elementos para a concepção do projeto, destacava-se a possibilidade de investimento internacional e a proteção ambiental.

No componente Proteção Ambiental, estava a criação e implantação de uma Área de Proteção Ambiental Estadual nos parâmetros estabelecidos pelo IBAMA para a Região Norte do Brasil:

[...] Esses parâmetros estarão relacionados, entre outros, com os seguintes temas: manejo da vegetação natural da Região; proteção de mananciais; uso dos solos segundo as diversas tipos existentes regionalmente; uso de recurso água para fins de produção agropecuária; e uso de mecanização agrícola. O órgão do meio ambiente do Estado, no uso de suas atribuições, emitirá uma resolução institucional que fará obrigatória a aplicação dos parâmetros e estabelecerá as penalidades pela não observação dos mesmos, articulando-se com as Municipalidades da Região e com o

---

<sup>69</sup>Ibidemfl. 16. Importante lembrar que a Comunidade Mumbuca situa-se entre os Rios do Sono e Rio Novo.

serviço de assistência técnica para assegurar a implantação de um esquema operacional descentralizado que assegurará a supervisão da aplicação dos parâmetros ambientais<sup>70</sup>.

Ainda que o projeto, em 1999, apresentasse um nível de pré-viabilidade, o conteúdo da citação acima traduz na íntegra, as regras que foram impostas aos moradores da região do Jalapão, traduzidas em duas leis que passaram a vigorar nos anos subsequentes (2001 e 2005): a Lei nº 1.203 de 12 de janeiro de 2001, que criou o Parque Estadual do Jalapão e o Decreto Lei nº 2.356 de 24 de fevereiro de 2005, que estabeleceu o plano de manejo no Parque Estadual do Jalapão.

O fato é que o Parque Estadual do Jalapão se sobrepôs à região ocupada pela Comunidade Mumbuca. Por lei, Mumbuca está dentro do parque, sendo que o Parque possui aproximadamente 158.885,50 hectares de terra e a Comunidade Mumbuca reivindica aproximadamente 29.000 hectares de terra, equivalente a 19,3% do total da área.

Todavia, em 1999 essas questões ainda não estavam colocadas. Houve a apresentação do Projeto de ocupação e desenvolvimento sustentável do Jalapão, por parte da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Tocantins, e na sequência o Ministério Público Federal em Brasília, encaminhou ofício datado de 20 de maio de 1999, ao Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Tocantins destacando o assunto “Preservação socioambiental da Região do Jalapão – TO.”<sup>71</sup>

O teor do ofício era uma descrição das características socioambientais da Região Jalapão com informações sobre a possível existência de comunidades remanescentes de quilombo na região, citando que:

---

<sup>70</sup>Governo do Estado do Tocantins. Secretaria Estadual de Planejamento e Meio Ambiente. **Projeto de ocupação e desenvolvimento sustentável do Jalapão**. Palmas, abril de 1999. Documento anexo ao Inquérito Civil Público – ICP nº 1.36.000.001003/2006-56. Apenso I - Volume I. Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Tocantins, fls. 33-34.

<sup>71</sup>Documento anexo ao Inquérito Civil Público – ICP nº 1.36.000.001003/2006-56. Apenso I - Volume I. Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Tocantins, fls. 02-08.

A Coordenação do Patrimônio Histórico do Estado está apresentando ao Ministério da Cultura uma proposta de levantamento de áreas de remanescentes de quilombo, dentre elas, Barra de Aroeira. Conforme noticiado pela imprensa (sic), existe na região uma comunidade denominada Mumbuca, que segundo estimativa é formada por aproximadamente 22 famílias, informação que carece de ser checada e aprofundada.<sup>72</sup>

Nesse trecho, podemos perceber que a discussão sobre os direitos patrimoniais das comunidades negras rurais no Tocantins, teve início na Comunidade Barra de Aroeira, município de Santa Teresa e se alastrou por todo o Estado. Isso aconteceu porque essa comunidade foi a primeira a se mobilizar para denunciar as violações de seus direitos por parte dos grandes proprietários de terra do Estado, desde a década de 1980, provocando o surgimento do movimento negro no Estado e a mobilização dos movimentos sociais para a defesa da comunidade, conforme nos relata um representante do movimento negro local:

E quando eu vim morar aqui, em 84, a gente... a COMSAÚDE já tinha um trabalho com a comunidade da Barra da Aroeira, que era uma comunidade que sofria a questão agrária, né... da... ação de grileiros, querendo tomar a terra e tal. E a COMSAÚDE, com a CPT, a Comissão Pastoral da Terra, tinha uma ação muito firme lá, com a comunidade Barra de Aroeira, no processo de criação do sindicato de trabalhadores rurais e no processo também de defesa da comunidade lá. (Representante do Gruconto, entrevista realizada no dia 13/04/2010).

A questão é que a Comunidade Barra de Aroeira dista 275 km da Comunidade Mumbuca e o fato de essa comunidade sofrer os conflitos de terra desde a década de 1980 fez com que as denúncias chegassem ao conhecimento das autoridades de Brasília, e foi a partir daí que os problemas das outras comunidades começaram a aparecer.

Através do ofício encaminhado ao Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Tocantins, a 6ª Câmara do Ministério Público Federal demonstra ciência dos problemas que seriam gerados pelo projeto de desenvolvimento sustentável do Jalapão. O ofício tinha um tom informativo, mas também de denúncia:

---

<sup>72</sup>Ibidemfl. 03.

[...] Fomos informados de um grande projeto de reflorestamento com essência exótica, eucalipto, a ser explorado por um grupo francês na fazenda confiscada pela justiça de traficantes, hoje sob a guarda do Estado. Fomos informados da existência de projetos voltados para a exploração mineral e turística. Há na SEPLAN um projeto de desenvolvimento para a região que merece ser analisado.<sup>73</sup>

As denúncias acima foram feitas no mês de maio de 1999, e os problemas vêm se arrastando no Estado até os dias de hoje, mas a importância do ofício está nas sugestões finais que aponta a necessidade de pesquisa sobre as populações tradicionais, quilombolas e sertanejos que vivem na região, “com a perspectiva de definição de seus territórios”.

Nesse sentido, em dezembro de 1999 a Procuradoria da República no Estado do Tocantins solicitou informações à SEPLAN sobre a existência de remanescentes de quilombos na Região do Jalapão e a criação de unidade de conservação, cumprindo o que foi solicitado pelo órgão de Brasília.

Mesmo assim, em 2001, foi criado o Parque Estadual do Jalapão sem uma pesquisa prévia sobre a existência de comunidades quilombolas na região e sem uma comunicação aos tradicionais moradores do Jalapão.

A figura abaixo retrata as três unidades de conservação que estão sobrepostas ao território da Comunidade Mumbuca (Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba; Parque Estadual do Jalapão e Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins).

---

<sup>73</sup>Documento anexo ao Inquérito Civil Público – ICP nº 1.36.000.001003/2006-56. Apenso I - Volume I. Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Tocantins, fl. 04.

FIGURA 5 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL E SOBREPOSIÇÃO AO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE MUMBUCA



O Parque Estadual do Jalapão, a Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins e o Parque Nacional da Nascente do Rio Parnaíba estão se sobrepondo ao território da Comunidade Mumbuca. FONTE: SEPLAN/ CEU-TO. Mapas Temáticos do Tocantins. Área de uso legal restrito e potenciais para conservação ambiental.

Somente depois que tudo estava consolidado é que o Estado procurou as comunidades para informar sobre a existência do parque e fazer ameaças para escorraçar os moradores do seu local de origem, conforme nos relata um dos moradores da Comunidade Mumbuca:

De repente. Pegou nois de repente porque não sabia que nois morava dentro do parque. De repente o povo chegou e identificou que nois tava morando dentro do parque. Chamaram, fizeram uma reunião, avisaram e tal. Fizemo várias reunião. Falaram que nois ia sair do parque e tal... (Colaborador 5, 54 anos).

Esse fato abalou toda a população tradicional da região do Jalapão gerando uma grande mobilização entre as diversas comunidades que se uniram para o enfrentamento do problema, porque eles seriam retirados daquele local para um outro desconhecido: *“Disse que ia leva pra um terreno, não sei onde: Mangabeira, parece que era o terreno. Eles ia pôr nois lá. Aí nois identifiquemo que daqui nois não saía. Aí fiquemo abalado por muito tempo”*. (Colaborador 5, 54 anos).

Essas ameaças passaram a ser constantes e o “muito tempo” que a comunidade ficou abalada, correspondeu a exatamente 5 anos a contar da criação

do Parque Estadual do Jalapão, que aconteceu no dia 12 de janeiro de 2001 até a emissão por parte da Fundação Cultural Palmares, do Certificado de Auto-Reconhecimento da Comunidade Mumbuca como “remanescente das comunidades dos quilombos” que foi assinada no dia 16 de janeiro de 2006.

Durante esse período de cinco anos, as ações consideradas proibidas confrontavam-se com as formas tradicionais que a comunidade utilizava no manejo da agricultura, da pecuária e do extrativismo. A fiscalização era feita por dois órgãos do governo estadual, NATURATINS e RURALTINS e um órgão Federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Os funcionários e técnicos do governo que fiscalizavam a região, por desconhecerem a realidade de uma comunidade tradicional ou uma comunidade quilombola, constrangiam todas as famílias, à medida que na relação fiscal/fiscalizado, aplicavam multas que de tão absurdas e exorbitantes não correspondiam nem ao orçamento total da família da pessoa multada.

Com morosidade inigualável, o processo administrativo que versava sobre a possível existência de área de remanescentes de quilombo na região do Jalapão ficou parado de dezembro de 1999 a dezembro de 2004, na Procuradoria da República no Estado do Tocantins.

Nesse ínterim, além da criação do Parque Estadual do Jalapão em 2001, foi implantado o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS), pela Secretaria de Planejamento – SEPLAN, na região do Jalapão no ano de 2003, conforme entrevista feita com um dos consultores do programa:

Eu estou trabalhando num Programa do PDRS - Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável, da Região do Jalapão onde contempla oito municípios: Ponte Alta, Mateiros, São Felix, Novo Acordo, Lizarda, Rio Sono, Lagoa e Santa Teresa. E dentro dessa região existe o Território da Cidadania e a Meso-Região da Chapada dos Mangabeiras e que três municípios dessa região tem comunidades tradicionais, consideradas quilombolas que é o Município de Lagoa do Tocantins, Mateiros e a cidade de São Felix, que tem comunidade quilombola.

[...]

Então, esse projeto, ele começou em 2003. Ele vai ter uma continuidade porque tem a previsão... porque vai mudar, vai mudar o nome do programa, né. Mas porque são etapas, eles vêm de outras

ações anteriores e você vai, é... vai comentar o que foi feito e o que deixou de acontecer e certamente terá continuidade com outro, com outra, sei lá, com outra caracterização. (Consultor do PDRS, entrevista realizada no dia 06/04/2010).

A existência desse programa sob a responsabilidade da SEPLAN cobrindo os oito municípios que compõem a região do Jalapão demonstra que o estado adaptou o projeto de forma a considerar a existência das comunidades tradicionais como parte da população residente no Jalapão, mas sem a garantia de direitos específicos de uma comunidade quilombola, que seria o título de suas terras. Enquanto as comunidades não conseguiam regularizar a situação territorial por força de todos os entraves burocráticos, elas passaram a conviver com a presença constante do estado, nesse caso apenas como ente fiscalizador em seu território:

Nós convivemos junto, sempre em comunicação. A gente procurou avisar. A gente ouvia e conversava sobre o controle do fogo. O manejo. O que a comunidade brigava contra, tinha que vê se a comunidade tava certa. Quando a comunidade não tinha certeza eu falava para a comunidade: gente a NATURATINS tá falando bem, vamos aproveitá o estatuto dele. Mas eu via o lado que tem razão, mas sempre foi meio-a-meio. Bem e ruim. Ainda hoje, nem a NATURATINS quer entregar pra comunidade, nem a comunidade quer entregar pra NATURATINS. (Liderança 2, 45 anos).

Esse conflito foi se arrastando, ainda que no ano de 2003 fosse criada a Secretaria da Cidadania e Justiça (SECIJU), órgão do governo estadual que tem por objetivo propor políticas públicas voltadas à garantia dos direitos humanos, principalmente da população indígena e afrodescendente. Essa secretaria passou a funcionar com duas coordenações: uma para acompanhar as questões indígenas e outra para acompanhar as questões étnico-raciais.

No dia 16 de dezembro de 2004, a Procuradoria da República no Estado do Tocantins, mandou arquivar o processo administrativo que versava sobre a possível existência de área de remanescentes de quilombo na região do Jalapão com a justificativa de que “compulsando os autos, não existe nenhum objetivo específico a ser alcançado com o presente feito”.<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup>Documento anexo ao Inquérito Civil Público – ICP nº 1.36.000.001003/2006-56. Apenso I - Volume I. Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Tocantins, fl. 50.

Esse ato por parte da Procuradoria ignorou todos os conflitos vivenciados pelas comunidades localizadas na região do Jalapão. Ignorou a existência de um órgão de âmbito estadual que poderia dar encaminhamento às questões das comunidades remanescentes de quilombo e ignorou a existência do PDRS, que estava sendo desenvolvido na região com captação de recursos federais e internacionais pressupondo a existência de comunidades tradicionais quilombolas.

No entanto, ao ser arquivado na Procuradoria, o processo teve que ser devolvido à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Subprocuradoria Geral da República em Brasília, que, em resposta, enviou no mês de abril de 2005, uma antropóloga à Comunidade Mumbuca para realizar o levantamento necessário e verificar se aquela comunidade poderia ser considerada uma comunidade remanescente de quilombo. Nessa oportunidade a comunidade pôde se manifestar:

Nois fizemo uma reunião muito grande, com toda pessoa de idade. Pessoa de idade. Choramo e falamo como era a descendência desse lugar. Sofremo muito. Aí as autoridade, as máxima autoridade sentiu que nois tinha um direito razoal. Somo pessoa que cuidou da natureza. (Colaborador 4, 66 anos).

Por ocasião dessa visita foi constatada a não existência de nenhum procedimento aberto em nenhum órgão do governo que pudesse dar início ao processo de reconhecimento da Comunidade Mumbuca. O resultado foi a produção de uma nota técnica<sup>75</sup> recomendando que a própria Procuradoria da República no Estado do Tocantins, enviasse o analista pericial em antropologia à Comunidade para que fosse formalizada essa demanda.

Essa nota técnica foi pauta da 310ª reunião da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, realizada no dia 24 de agosto de 2005, que determinou o retorno do processo administrativo à Procuradoria da República no Estado do Tocantins para as providências necessárias.

No entanto, no ano de 2005, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, órgão ligado à Presidência da República, incentivou os estados brasileiros a realizar conferências estaduais de promoção da igualdade racial. No Tocantins, a

---

<sup>75</sup> Nota técnica nº 47 – Informação. Documento anexo ao Inquérito Civil Público – ICP nº 1.36.000.001003/2006-56. Apenso I - Volume I. Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Tocantins, fls. 54-57.

conferência estadual foi decretada pelo governador (Decreto 2.385/2005) e promovida pela Secretaria da Cidadania e Justiça.

A I Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Tocantins realizou-se no dia 04 de maio de 2005, ocasião em que a Ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial esteve no Estado e assinou um termo de cooperação, em que o governo do Tocantins se comprometeu a fazer o levantamento das comunidades quilombolas que existem no Estado.

No dia 26 de julho de 2005, foi publicado ato no Diário Oficial do Tocantins, da criação do Comitê e Estadual Gestor do Programa Brasil Quilombola e Comunidades Tradicionais no Estado do Tocantins (Decreto 2.483/2005), vinculado à Secretaria da Cidadania e Justiça. A partir daí, o Estado começou a realizar visitas às comunidades negras rurais para fazer o levantamento das informações necessárias e, principalmente, para orientar os seus membros no sentido da reivindicação de direitos e também da necessidade de auto-declaração, caso a comunidade queira iniciar o processo para o reconhecimento como comunidade quilombola, conforme nos explica o técnico da SECIJU:

Eu conheço todas as comunidades do Tocantins. Porque quando nós começamos a desenvolver esse trabalho que foi no período logo após a assinatura do termo entre o governador então, Marcelo Miranda e a então Ministra Matilde Ribeiro nós começamos a partir de 2005 um trabalho de titularização (sic)<sup>76</sup> dessas comunidades, ou pelo menos reconhecimento, baseado no decreto-lei 4887/2003. Que cria a figura jurídica da auto definição como quilombola. Então a partir desse decreto, eu, mais pessoalmente eu, saí em todas as comunidades. Nós temos 21 reconhecidas, das quais a Cidadania e Justiça reconheceu 19. (Técnico da SECIJU, entrevista realizada no dia 31/03/2010).

Esse trabalho da Secretaria da Cidadania e Justiça foi ao encontro da mobilização que as comunidades estavam fazendo em todo o Estado e também se constituiu como alternativa para amenizar os conflitos de terra que aconteciam em diversas regiões, principalmente na região leste do Estado.

---

<sup>76</sup> O título da terra só pode ser emitido pelo INCRA. O papel dos órgãos do governo federal e estadual como a SEPIR e a SECIJU é a promoção de políticas públicas.

No caso de Mumbuca, diversos fatores aceleraram a decisão da comunidade em se autodeclarar quilombola: o legado histórico, a vida em comunidade, o uso coletivo da terra, a tradição e também os conflitos socioambientais que estavam ocorrendo naquele momento com a criação do Parque Estadual do Jalapão.

A pesquisa feita pela SECIJU foi o pontapé inicial, como nos conta o morador: *“Uma pesquisa, chegou aqui uma pesquisa, sabe né? É graça de Deus. O cara fez aqui uma pesquisa tudinho e deu certinho né, que nois era descendente quilombola. E aí ele chamou a reunião. Fez a reunião e identificou.”* (Colaborador 5, 54 anos).

A Comunidade Mumbuca contou com o monitoramento que estava sendo feito pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Subprocuradoria Geral da República em Brasília e também com o contexto político que o Estado do Tocantins estava vivenciando no sentido de diminuir os conflitos ambientais sem precisar tocar na questão nevrálgica de que trata a Constituição Federal de 1988 que determina: *“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (ADCT, Art. 68)”*.

Sobre a origem de quilombola? Oia aqui, quando... quando chegou aqui um senhor[...]. E ele trabalhava na secretaria da cidadania.. secretaria da cidadania.. da igualdade racial. Ele é um cabra assim... muito ajeitado. No conhecimento da lei. Chegou aqui um dia nos visitando. Mas antes de vim ele ligou. Queria visita aqui a comunidade. E ele veio mesmo. Visitá, o povo. [...] Ali ele perguntou se já tinha vindo outra pessoa forante ele, com essa palavra, quilombola. Perguntando de onde é essa origem. E nos dissemos que nosso antepassado veio da Bahia correndo da seca, da fome, da escravidão mesmo. Aí contamo a situação pra ele. Aí ele visitou a comunidade. Ele visitou. Mas antes, antes, antes mesmo de vim, que ele chegasse, já tinha essa história, de quilombola. Uma história assim, raleada né. Aí nós fizemo um documento. Teve um alguém aqui que não quis fechar. Quando conheceu, aí foi a nossa valência. Então valeu, valeu. (Liderança 1, 57 anos).

Esse documento foi feito após discussão com os membros da comunidade no dia 29 de setembro de 2005. Trata-se do documento de auto definição como remanescente de quilombo foi produzido pela Comunidade Mumbuca e assinado pela então presidente da Associação de Artesãos e Extrativistas do Povoado Mumbuca, que é a entidade que os representa oficialmente. Esse documento foi

encaminhado à Fundação Cultural Palmares e a Certidão de Auto-Reconhecimento fora emitida por esse órgão quatro meses depois, no dia 16 de janeiro de 2006.

A posse dessa certidão coibiu a ação severa dos órgãos ambientais dentro da comunidade, mas a convivência ainda consiste em privação de liberdade:

Aí depois que fomos identificados como quilombola, aí nós tivemos direito de ficar no nosso local. Pararam de vir, mais nós era frequentado bastante. Muitas das vezes chegava ameaçando... depois que nós passamos a ser quilombola, com direito ao nosso território, aí não teve jeito. De qualquer uma entidade do NATURATINS ou do IBAMA. Chega com o carro "eu to aqui amigo", conversa e depois vai embora. (Colaborador 5, 54 anos).

A vigilância exercida pelos órgãos ambientais dentro do território que é ocupado pela Comunidade Mumbuca ainda é permitida porque a tramitação do processo de reconhecimento está correndo no INCRA.

Atualmente o Estado do Tocantins possui 33 processos formalizados na Superintendência Regional do INCRA e 25 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Essas comunidades organizaram um fórum, denominado Fórum Estadual das Questões Quilombolas do Tocantins que se reúne periodicamente.

Essa mobilização fez com que acontecesse uma audiência pública na Comunidade Mumbuca, em maio de 2010, com a presença de representantes dos órgãos ambientais, do promotor de justiça e de toda a comunidade para discutir as questões dos conflitos socioambientais e as dificuldades que as comunidades estão enfrentando para a manutenção de seu modo de viver tradicional por estar dentro de uma área de proteção ambiental.

## FOTOGRAFIA 10 – AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMUNIDADE MUMBUCA



FONTE: Fotografia feita pela autora. Dr. Álvaro Lotufo Manzano – Procurador da República no Estado do Tocantins - Audiência Pública – Maio 2010.

Na ocasião, a representante da Comunidade Quilombola Mumbuca, junto ao Fórum Estadual das Questões Quilombolas do Tocantins, apresentou um plano de manejo sustentável, baseado na segurança alimentar e nutricional, conforme o quadro abaixo. No entanto, o que podemos perceber é que os conflitos ainda existem, caso contrário não haveria necessidade de uma audiência pública, mas o resultado da audiência culminou na elaboração de um Termo de Ajuste de Conduta, que está sendo monitorado pela Procuradoria da República no Estado do Tocantins, com o intuito de garantir que a comunidade produza dentro da Unidade de Conservação de Proteção Integral enquanto o processo de reconhecimento, demarcação e titulação da terra aconteça.

**QUADRO 4 - PROPOSTA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS QUE ESTÃO EM CONFLITO COM O PARQUE NACIONAL DA NASCENTE DO RIO PARNAÍBA; PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO E ESTAÇÃO ECOLÓGICA SERRA GERAL DO TOCANTINS**

<b>Recurso natural</b>	<b>Utilidade</b>	<b>Manejo</b>
Madeira	-Lenha, curral, cerca, casa -Móveis e utensílios, ponte	Madeira madura Madeira Caída
Roça de toco	Segurança alimentar	Queimada controlada
Criação animal	Segurança alimentar	(orientação)
Roça mecanizada	Segurança alimentar	Desmatamento, aração e gradagem.
Capim dourado e seda do buriti		Controle de dois em dois anos
Extrativismo de recursos naturais do cerrado		Coleta conforme a necessidade.
Caça	Segurança alimentar	Caça seletiva Consumo controlado de caça.
Rios	Banho, pesca e pescado	Pequena irrigação somente para a agricultura familiar.
Atrativos turísticos	Lazer	Visita controlada (exploração das dunas vai ser o primeiro modelo experimental).

FONTE: Dados coletados a partir da apresentação oral de Ana Cláudia Ribeiro Matos, moradora da comunidade.

Acreditamos também que essa audiência pública obrigou o INCRA a dar mais um passo no processo de reconhecimento da comunidade, porque somente após essa audiência é que foi solicitado o memorial descritivo das áreas de trabalho da comunidade. É um documento importante porque é a própria comunidade que apontou quais são os limites de suas terras e de seus ancestrais. Esse documento foi produzido em agosto de 2010. O território reivindicado<sup>77</sup> pela Comunidade Mumbuca é de aproximadamente 29.000 hectares de terra e os limites ficaram assim definidos:

---

<sup>77</sup> Cf. Anexo G, p. 299.

Os limites começam na margem esquerda do Rio Sono com barra do córrego Lajeado, daí segue reto (em linha seca) até a Serra do Espírito Santo, tendo a Serra como limite, descendo a Serra ao lado direito rumo à cabeceira do Córrego Gaetano à margem direita até a sua barra com o Rio Novo. Daí segue a margem direita do Rio Novo até a barra do córrego Sete Porcos. Daí segue a sua margem esquerda até a sua cabeceira. Daí segue reto para a cabeceira do Brejo dos Currais seguindo a margem direita até a barra com o Corta Perna, descendo um pouco até a barra do córrego brejo do fel, daí segue direto até a sua cabeceira na serra da Jalapinha, tendo a serra como divisa, descendo rumo a cabeceira do brejão a sua barra com ribeirão a margem direita, daí segue para a barra do Sumidor até a sua cabeceira, daí corta (linha seca) para a barra do córrego Samambaia com o Rio Sono, daí segue subindo o Rio Sono a margem esquerda até a barra do córrego Lajeado.<sup>78</sup>

A Audiência Pública aconteceu em ambiente aberto nas dependências da Associação de Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca e contou com a participação maciça dos moradores.

#### FOTOGRAFIA 11 – MORADORES DE MUMBUCA OBSERVAM A AUDIÊNCIA PÚBLICA



FONTE: Fotografia feita pela autora. Moradores nas janelas do prédio da Associação de Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca - Audiência Pública – Maio 2010.

---

<sup>78</sup> Memorial descritivo das áreas de trabalho da Comunidade Quilombola do Povoado de Mumbuca. 15/08/2010. Documento anexo ao Inquérito Civil Público – ICP nº 1.36.000.001003/2006-56. Apenso I - Volume I. Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Tocantins, fl.264.

Além de todos os aspectos culturais, políticos e ideológicos que discutimos até esse momento, o processo de reconhecimento da Comunidade Mumbuca ainda está sendo digerido pela própria comunidade, portanto, é um assunto difícil de abordar, inclusive em uma das falas da liderança 1, ela diz: *“Teve um alguém aqui que não quis fechar.”*

Em outro diálogo um dos moradores (Colaborador 5) nos conta de forma muito descontraída: *“Tem gente que até que é uma baixaria. Mais prá mim eu me sinto é prazizado!”* Ele sorri e complementa: *“Eu sinto um orgulho assim... de pertencê, sabe? Muito orgulho de pertencê!”* O que se percebe é que tudo é muito recente, mas as discussões perpassam a decisão dos mais velhos. Quando eu questionei se houve alguma pessoa que foi contra, ele deu uma gargalhada e respondeu: *“Houve. Houve algum problema intê que nois solicitô pra essa pessoa que não queria se identificá como quilombola, pois se arretire”* ele deu outra gargalhada: *“Se arretire, Ce não é daqui! Fica a descendência!”* e finalizou com nova gargalhada.

Na região do Jalapão, mais do que agricultores familiares, os quilombolas são conhecidos como artesãos que trabalham com Capim Dourado. Sendo assim, dedicaremos a próxima seção para discorrer sobre esse aspecto cultural da comunidade.

### 3 MUMBUCA E O CAPIM DOURADO: ORGANIZAÇÃO CULTURAL E POLÍTICA

#### 3.1 O CAPIM DE VEREDAS: UM PRODUTO DO MATO

*Meu capim, meu capim dourado  
Que nasceu no campo  
Sem ser semeado  
Foi meu amor  
Que me disse assim  
Que a flor do campo  
É o meu capim.  
(Meu capim, meu capim dourado)<sup>79</sup>*

O capim dourado é uma planta do tipo sempre-viva que possui uma haste dourada.

#### FOTOGRAFIA 12 O CAPIM DOURADO NO CAMPO



FONTE: Fotografia feita pela autora. Set. 2010

O nome científico do capim dourado é *Syngonanthus Nitens*, que em latim significa “que brilha”. É uma planta típica dos campos úmidos das veredas encontradas na região do cerrado, que floresce naturalmente.

---

<sup>79</sup> Música adaptada pelo cantor Genésio Tocantins e pela Comunidade Mumbuca a partir do canto Alecrim Dourado.

O capim dourado era chamado capim de veredas e tornou-se matéria prima para o artesanato, quando a Comunidade Mumbuca aprendeu a coletar e trançar as suas hastes para produzir peças de uso doméstico. Segundo Sampaio et al. (2010), a técnica do trançado do capim dourado foi herdada dos índios Xerente, há mais de 80 anos.

Segundo o depoimento do Seu Diolino, a arte e a técnica de manuseio do capim dourado foram passadas de geração em geração:

O capim dourado era assim, a mãe dela<sup>80</sup> é que trabalhava nesse serviço desde quando eu entendi. Porque a mãe da mãe dela é que trabalhava nesse serviço. Quando a gente ia pra esse lugar que eu já falei pra senhora, a gente levava a arte que ela fazia, né? O chapéu, fazia o balaiinho. Continuou. E a mãe da mãe dela morreu, ficou a mãe dela. Mais quando veio mesmo valorizá, que vinheram conhecer do valor do dourado eu num sei informá, mais ou menos a data quando foi. (Diolino, 86 anos).

O Seu Diolino conviveu com três gerações de mulheres que aprenderam a trabalhar com o capim dourado: Laurina Pereira Matos, mãe da D. Guilhermina Matos (D. Miúda), mãe da nora do Seu Diolino, artesã a quem ele se refere em seu discurso. Atualmente as suas netas também trabalham com o capim dourado, por isso podemos dizer que há quatro gerações essa arte perpassa a vida da comunidade.

Na memória do Seu Diolino há o relato de que ele levava o conhecimento do povoado para as cidades da região do antigo Goiás, da Bahia e do Piauí. Agora ele acrescenta as peças de artesanato do capim dourado, ao grupo dos produtos que foram comercializados em pequena escala (o chapéu, o balainho). O comércio tornou o artesanato do capim dourado em mercadoria, deixando de ser apenas um objeto de uso na comunidade.

No período em que o Seu Diolino levava para as cidades vizinhas algumas peças para vender, o artesanato não era a principal fonte de renda da Comunidade Mumbuca e a planta com as hastes douradas continuava a ser conhecida como capim de veredas, era um produto do mato, fruto do extrativismo local.

---

<sup>80</sup> O Seu Diolino se refere à sua nora que é filha de D. Guilhermina Matos, conhecida como D. Miúda, que estava presenciando a entrevista ao lado dele.

O reconhecimento da planta como “capim dourado” e do artesanato produzido por essa planta como uma marca da Comunidade Mumbuca aconteceu na década de 1990, por ocasião de uma exposição feita em uma feira de artesanato realizada na cidade de Palmas/TO. Isso aconteceu no ano de 1993, por ocasião da FECOARTE - Feira de Folclore, Comidas Típicas e Artesanato do Estado do Tocantins.

A FECOARTE é uma feira de abrangência estadual e a comunidade foi incentivada pela primeira dama de Mateiros<sup>81</sup> a produzir peças em quantidade maior com o intuito de expor e vender nesta feira. No momento de enviar o material, a comunidade entendeu que o nome “capim de veredas” não era tão atrativo e então começou a discutir qual o nome que daria maior visibilidade ao produto. Uns entendiam que deveriam chamar de “capim de ouro” e outros pensavam que se assim fosse, as pessoas poderiam pensar que havia ouro na comunidade, então eles decidiram que o capim seria chamado de “capim dourado” e assim foi batizada a matéria prima principal do artesanato que é produzido pela Comunidade Mumbuca.<sup>82</sup>

Diante do sucesso alcançado, o capim dourado passou a ser reconhecido também em âmbito nacional, à medida que o então governador Siqueira Campos,<sup>83</sup> passou a presentear governadores e deputados de outros estados com as peças de capim dourado produzidas pela Comunidade Mumbuca: “*Foi no tempo que o Siqueira Campos governava. Governava, né?. Pois é, isso já deve faze uns vinte ano.*” (Diolino, 86 anos). Na linha do tempo, isso pode ter ocorrido no segundo mandato do governador José Wilson Siqueira Campos (1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998).

A memória do Seu Diolino está atrelada ao período em que o capim dourado deixou de ser apenas um produto artesanal e passou a ser a principal atividade econômica da comunidade, tornando-se referência para as melhorias recebidas na comunidade.

---

<sup>81</sup> Eleuza Costa, esposa do ex-prefeito do Município de Mateiros, Ribamar Costa (gestão 1993-1996).

<sup>82</sup> As peças são produzidas com o capim dourado e costuradas com a seda do buriti.

<sup>83</sup> É preciso lembrar que José Wilson Siqueira Campos é o atual governador do Estado do Tocantins e ocupa essa posição pela quarta vez: (1989 a 1991; 1995 a 1998; 1999 a 2003; 2011 a 2014).

Quando entrou o capim dourado melhorou muito, demais. Aí melhorou tudo. Ce sabe quando entrou o valor do capim dourado? O valor porque o valor que tem miorado o lugar? Foi o tempo de Renato<sup>84</sup> lembra? De Rosana<sup>85</sup>. Daquele tempo prá cá. Que foi, que vieram a dá conhecimento, depois daquela supema<sup>86</sup>, não foi? Não foi depois daquela supema que andaram por aqui? Aí foi crescendo o valor... foram conhecendo o valor do capim dourado. E depois conheceu o valor do capim dourado, aí as coisa melhorou tudo. Aí ficou melhor, tudo, tudo, tudo. Aí melhorou tudo, tudo. A senhora já chega ali e vê uma corrutelazinha<sup>87</sup>, já vê tudo mais desenvolvido. Mais, depois do capim dourado pra cá. (Diolino, 86 anos).

Essa lembrança do Seu Diolino nos remete à ação de algumas pessoas e instituições que foram importantes para a consolidação do capim dourado como um produto artesanal apto ao comércio.

As pessoas citadas pelo Seu Diolino (Renato e Rosana) eram respectivamente, o designer e a técnica da Fundação Cultural que atuaram na comunidade na década de 1990, em parceria com o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, no sentido de oferecer cursos às artesãs da comunidade. Esses cursos tinham três finalidades: a primeira era fazer com que as artesãs utilizassem menos capim dourado na confecção dos chapéus para que ficassem mais leves; a segunda era aperfeiçoar o acabamento das peças para a sua melhor aceitação no mercado e a terceira era aumentar a variedade dos produtos oferecidos pela comunidade. Foi nessa época que a comunidade passou a produzir peças como a mandala, a bolsa redonda e a bolsa oval:

A gente reproduzia o que tinha, por exemplo, o bule, as coisas que estavam na nossa frente, o que tinha, fora o colar, o brinco. Então foi muito importante esse contato da comunidade com o designer. E esse Renato é um designer carioca que foi trazido pela Fundação Cultural do governo, em parceria com o SEBRAE. O governo veio, ensinou o acabamento e como o acabamento foi 10, veio muita gente comprar. (Liderança 4, 23 anos).

---

<sup>84</sup> Renato Embroim, designer da Fundação Cultural, que atuou na comunidade em parceria com o SEBRAE na gestão da Cátia Rocha.

<sup>85</sup> Renata, técnica da Fundação Cultural que acompanhava o designer.

<sup>86</sup> Supema quer dizer acontecimento. O Seu Diolino está se referindo à criação do Parque Estadual do Jalapão, acontecimento que abalou a comunidade de uma forma geral e a saúde do Seu Diolino de uma forma particular, porque desde a criação do Parque em 2001 que ele sofre de depressão e não atua na comunidade como atuava antes.

<sup>87</sup> Corrutelazinha são as casas das famílias que hoje estão concentradas na entrada do povoado. Antes do capim dourado se tornar um produto do comércio local, as famílias viviam em seus ranchos e a comunidade era dispersa. Hoje a comunidade está concentrada na corrutela, próximo de suas terras.

A liderança 4 nos mostra que a comunidade confeccionava peças de uso local, mais precisamente de uso doméstico, como o bule. Ela cita “as coisas que estavam a nossa frente”, demonstrando que outras coisas que eram de uso externo, como o colar e o brinco foram sugestões do designer. Essa parceria Comunidade Mumbuca/Fundação Cultural/SEBRAE, constituiu-se em um marco para a comunidade porque houve uma abertura para o mundo externo e a intervenção foi em mão dupla porque enquanto o SEBRAE ensinava a comunidade a fazer o acabamento, a comunidade ensinava o SEBRAE a trançar o capim dourado e a partir daí o SEBRAE passou a ensinar essa técnica para as comunidades que estão nos arredores de Mumbuca e que também vivem da extração do capim dourado.

Quando o Seu Diolino nos fala sobre a suprema (acontecimento): *“Daquele tempo prá cá. Que foi, que vieram a dá conhecimento, depois daquela suprema, não foi? Não foi depois daquela suprema que andaram por aqui?”*, temos também que nos remeter ao 3º mandato do então governador Siqueira Campos, que ocorreu de 1º de janeiro de 1999 a 1º de janeiro de 2003, período em que a Comunidade Mumbuca foi pega de surpresa com a criação do Parque Estadual do Jalapão e foi incentivada a investir na atividade artesanal como uma das alternativas de geração de renda tradicionalmente sustentável.

A ênfase do depoimento do Seu Diolino é na transformação do capim de veredas - um produto do mato, para o capim dourado – um produto de geração de emprego e renda para a comunidade. Até a década de 1980, a produção era feita no interior da comunidade e vendida para outros municípios em quantidade menor e qualidade diferenciada. A valorização veio de fora para dentro como uma necessidade de substituição da atividade agropecuária para a atividade extrativista e artesanal. A materialização da venda é que provocou a mudança interna na comunidade que, segundo o relato do Seu Diolino, é visível pelas melhorias que foram chegando à comunidade: *“Aí foi crescendo o valor ... foram conhecendo o valor do capim dourado. E depois conheceu o valor do capim dourado, aí as coisa melhorou tudo. Aí ficou melhor, tudo, tudo, tudo. Aí melhorou tudo, tudo.”* Essa ideia é corrente na comunidade e está presente nos discursos das quatro lideranças entrevistadas.

Olha, a melhoria eu acho que ela tá, tá bom. Quem tá lá no bom, vem prá cá, ainda vê dificuldade. Pra quem mora aqui, nasceu na dificuldade, por tudo, por tudo, melhorou muito. Telefone melhorou, capim dourado tem condições de comprar, melhorou. Mais não é que tá completo, tem que melhorar mais. Mas prá nós... (Liderança 2, 45 anos).

O interessante no discurso é que eles têm noção de que ainda não conquistaram todos os direitos, mas comparam a realidade atual com a realidade passada e acabam concluindo que está bom.

O destaque que é dado para algumas pessoas que atuaram na comunidade durante esse processo de lapidação da produção artesanal, está relacionado ao papel que essas pessoas públicas desempenharam no processo de reorientação socioeconômica da comunidade. Esse papel foi desempenhado junto às lideranças locais, como podemos perceber através do depoimento da liderança 2:

Vamos melhorá a produção do capim dourado, né, vem curso. Um representante chega até nós. Vale tanto. Prá vocês é de graça! Fundação Cultural de Palmas para melhoramento da comunidade. Tem governo federal, tem governo estadual. Pra ajudá a comunidade vende o capim dourado. (Liderança 2, 45 anos).

Nesse discurso da liderança 2, percebemos que “a *produção do capim dourado*” implicou na mudança da técnica empregada pela comunidade tanto na prática de manejo do capim dourado no campo, quanto na prática da produção artesanal. Muitos cursos foram oferecidos pelo governo estadual (Fundação Cultural) e pelo governo federal (Ministério do Meio Ambiente) para que a técnica do artesanato fosse aperfeiçoada pela comunidade. Para que a venda do artesanato alcançasse uma esfera nacional, incentivando o turismo local, sem provocar a depredação do meio ambiente: “A gente foi levar capim dourado lá. Lá num evento bacana lá, no Ministério do Meio Ambiente” (liderança 1, 57 anos). Esse relato demonstra que o processo alcançou uma amplitude maior que o esperado pela comunidade e essa mudança está sendo processada nos dias de hoje através da concepção do capim dourado como um instrumento fundamental nas relações de trabalho que se estabelecem na comunidade.

## 3.2 CAPIM DOURADO E TRABALHO: EXTRATIVISMO, ARTESANATO, COMÉRCIO E TURISMO

### 3.2.1 Extrativismo

Sendo um produto do mato que floresce naturalmente nos campos úmidos do cerrado, o capim dourado tem que ser coletado no meio ambiente, ele não é plantado, por isso é classificado como um produto da atividade econômica extrativista.

Tradicionalmente, a Comunidade Mumbuca pratica o extrativismo a partir do saber local, do conhecimento que foi herdado dos antepassados. Essa regra não é diferente para o extrativismo do capim dourado. Na tradição da comunidade, a técnica de manejo do capim dourado pressupõe a procura da planta no período em que ela floresce (mês de setembro), a coleta *in natura* até a chegada da chuva (mês de novembro), a limpeza daquele solo em que foi encontrada a planta e a queimada para que a planta possa brotar novamente no ano seguinte:

[...] a nossa vida costumeira aqui, que a gente praticava, voltado a questão do capim dourado. Assim, porque o capim dourado, ele só produz aonde a gente queima esse ano, ele só vai produzir o ano que vem, certo? E aonde não queima, ele não produz. E por exemplo: a questão do pessoal produzir aqui pertinho. Produzir aqui perto, porque hoje a gente não pode mais queimar. Passa dois, três anos sem queimar, o capim dourado não vem. Então o pessoal tem que aproveitar onde, surge um pouco aí, na beira do morro, por isso, é a dificuldade. (Colaborador 3, 45 anos).

O relato acima, de um morador da comunidade e coletor do capim dourado, demonstra que, com a criação do Parque Estadual do Jalapão e a visibilidade que foi dada ao capim dourado, a prática tradicional da colheita do capim dourado, passou a ser observada e questionada pelos institutos de pesquisa e órgãos governamentais responsáveis pela preservação do meio ambiente. Essa atenção especial que tem sido dada ao extrativismo do capim dourado pode ser considerada um entrave para o desenvolvimento de outras atividades tradicionais como a agricultura, a pecuária e o modo de vida de uma forma geral.

Uma das mudanças ocorridas e relatadas pelo Colaborador 3 foi a necessidade da produção da agricultura de subsistência mais perto do povoado. Como eles não podem mais fazer as queimadas, eles praticam a agricultura bem mais perto do povoado, não alcançando o resultado costumeiramente esperado. Esse impedimento das queimadas influencia também no local onde se colhe o capim dourado, restando, na concepção do Colaborador 3, a colheita na beira do morro.

Divergências em relação ao manejo tradicional da agricultura e do extrativismo giram em torno das preocupações em relação à preservação do bioma do cerrado, que pode ser ameaçado com o uso indiscriminado das queimadas. Como a tradição da comunidade é costurar o capim dourado com a seda do buriti<sup>88</sup> outro produto do mato, a preocupação dos órgãos ambientais é saber se a técnica tradicional de manejo da comunidade é compatível com a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, a prática de manejo para o extrativismo do capim dourado e do buriti tornou objeto de pesquisa da Embrapa – Recursos Genéticos e Biotecnologia<sup>89</sup> e de discussões dos órgãos do governo com a Comunidade Mumbuca, com o intuito de se implantar a prática de extrativismo sustentável.

Muitas pessoas colhiam verde, colhiam antes o tempo. O IBAMA queria proibir dizendo que não podia por fogo. Aí é que veio a pesquisa e demonstrou que da forma que a gente está fazendo, não estraga. Foi comprovado que realmente precisa do fogo; fogo controlado da forma que sempre fizemos. (Liderança 4, 23 anos).

Esse relato da liderança 4 demonstra que houve uma negociação entre governo e comunidade para se chegar a uma prática de manejo do capim dourado e do buriti legitimada pelo conhecimento tradicional e pelo conhecimento científico. A pesquisa da EMBRAPA fez com que a prática de manejo tradicionalmente conhecida pela comunidade, fosse referendada pelo IBAMA.

A atividade da colheita do capim dourado não é feita somente pelos moradores do Povoado Mumbuca, mas por moradores de toda a região do Jalapão,

---

<sup>88</sup> “O buriti é uma palmeira (*mauritia flexuosa*) que nasce nas veredas e nas matas ciliares e se encontra em número abundante no norte da América do Sul.” In: Revista da Sala do Artista Popular. Museu do Folclore Edison Carneiro, vol.145. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular; Iphan/ Ministério da Cultura: Brasília, 2011, p. 19.

<sup>89</sup> SAMPAIO, M. B. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do capim dourado e buriti**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010.

principalmente os moradores dos municípios de Lagoa do Tocantins, Novo Acordo, São Felix do Tocantins e Mateiros. Essas cidades são muito próximas, possuem atividades similares como o turismo sustentável, o extrativismo do buriti e do capim dourado e a produção do artesanato. Conseqüentemente vivenciam todos os problemas relacionados às questões socioambientais provocadas pela criação do Parque Estadual do Jalapão.

Uma das recomendações do ICMBio, desde o período da criação do Parque, era que os moradores da região do Jalapão não poderiam fazer uso de queimadas em hipótese alguma, principalmente no manejo do capim dourado. A orientação é que a comunidade pode colher o capim só depois que a planta produzir a semente e, na hora da colheita o coletor deve cortar as flores e jogar no campo úmido porque na flor é que estão as sementes para a reprodução natural da planta.

É do conhecimento da comunidade que o capim sem a queimada brota, mas em quantidade menor, por isso a realização da pesquisa da Embrapa atestou aquilo que já era conhecido.<sup>90</sup>

Então, a comunidade tinha razão sim, mas a dificuldade que nós estamos encontrando é que, como ambientalistas, eles divulgam minimamente possível, pra não influenciar o uso do fogo, para as pessoas não tocarem fogo. Agora foi o resultado final, mas naquele ano já estava concluído que realmente a comunidade tinha esse conhecimento, e a comunidade dizia que sim, sim, sim: precisa do fogo de dois em dois anos. E realmente foi. É por causa de que não existe só o capim dourado na vereda. Eles têm medo de que queima as veredas de dois e dois anos pro capim dourado e acaba matando as outras coisas lá na vereda. (Liderança 4, 23 anos).

O que podemos perceber a partir desse relato é que a pesquisa foi concluída em 2010, mas não foi muito divulgada por uma questão de precaução dos órgãos ambientais que estão envolvidos com o Parque (ICMBio, NATURATINS, IBAMA).

No entanto, a decisão em relação às regras permitidas e proibidas para os povos e comunidades tradicionais que habitam o Parque Estadual do Jalapão é da competência do NATURATINS:

---

<sup>90</sup> É importante registrar que o capim dourado é a principal fonte de renda da comunidade, por isso, existe uma lei para obrigar agricultores a respeitar a técnica e o período da colheita do capim dourado (depois do dia 20 de setembro). A Portaria n° 092/2005 foi criada pelo Naturatins, por meio do Parque Estadual do Jalapão.

Então, assim, há um grande desentendimento entre hoje, o NATURATINS, que administra o Parque, com a sociedade. Então, assim, se tivesse uma harmonia, uma parceria entre eles assim, pra trabalhar com a comunidade, quem sabe as coisas funcionavam melhor. (Colaborador 3, 45 anos).

Essa falta de harmonia citada por esse morador traz transtornos à comunidade. A principal reclamação dos moradores da região é em relação à demora e a burocracia que existe em qualquer um dos órgãos, sempre que um dos moradores pede autorização para cortar uma árvore ou extrair uma madeira ou plantar em uma região de várzea, conforme nos mostra a liderança 3: *“E pra minha família falta um monte de coisa. Porque assim, primeiro lugar, a condição. Porque assim, roça de toco<sup>91</sup>, essas coisas, nós todos os pobres, dá conta de fazer, né. Mas essa questão do parque ... deixa a gente totalmente...”* (Liderança 3, 32 anos). Há um receio em expressar as dificuldades enfrentadas pelas famílias, mas eles sabem que existe um obstáculo a ser superado.

A comunidade alega que tem motivos que justificam algumas ações que na concepção daqueles que estão preocupados somente com a preservação do meio ambiente, pode ser proibido, mas na concepção dos moradores, que vivem há séculos naquele local, é uma questão relevante que sempre foi monitorada pela comunidade que conhece o cerrado e sabe como preservá-lo.

Algumas vezes a comunidade procura o órgão, uma, duas, três vezes para pedir a autorização necessária para alguma atividade. Se o órgão não vem, eles podem perder aquele período de uso da madeira (no caso de construção de uma casa) ou de plantação de um tipo de produto que tem época certa para plantar. O que acontece? Às vezes eles fazem aquilo que entendem que seja o melhor (baseado nas práticas tradicionais) e, na sequência o órgão aparece na comunidade e multa o trabalhador sem antes fazer um levantamento do que aconteceu ou oferecer condições para que eles possam atuar de forma diferente. O Estado é moroso para atender ao que é solicitado, mas ágil em multar.

---

<sup>91</sup> Roça feita manualmente sem o uso do trator.

Porque assim, aqui nós o Jalapão, antes que tinha o Parque aqui, por que? O Parque, a lei que rege o parque é uma lei federal. A legislação ambiental e aqui, o solo, as terras aqui são muito fracas. Aqui só produz algumas coisas que serve pra nossa alimentação, nas beiras da mata ciliar. E com essa coisa agora, das Unidades de Conservação, que a gente não pode também, mais degradar a mata ciliar, a gente precisa de outro tipo de solo. Pra explorar outro tipo de solo, corrigir a terra, pra que a gente não agride a mata ciliar. Porque assim, você ao redor dali, 30 metros, 10 metros da mata ciliar, não produz nada. Da terra. A gente fala que o Parque, às vezes que o parque proíbe a gente produzir totalmente. Uma parte é o Parque e a outra é a falta de estrutura que a gente tem para produzirmos. Então, assim, hoje o parque não permite hoje eu gladiar uma terra, ele não permite aqui um palmo pra você poder plantar os seus legumes, pra suas despesas, sabe? E na beira da mata ciliar onde a gente produzir, não pode produzir mais. A questão da preservação é muito boa, mas assim, pra proibir nós de ter as nossas atividades, é preciso oferecer condições. (Colaborador 3, 45 anos).

A vulnerabilidade da comunidade está justamente no fato de que os moradores querem plantar, colher, criar os seus animais, fazer artesanato e viver em liberdade, mas são impedidos pelos entraves que se colocaram com a criação do Parque. A partir do momento que foi criada a área de preservação ambiental, eles passaram a ser tolhidos, perderam a sua liberdade e tiveram que reaprender a viver restritos em seu próprio habitat. É esse tesouro perdido que está sendo reivindicado pela comunidade em todos os discursos, ainda que eles estejam convivendo com o novo que representa o capim dourado.

Outra reclamação por muitas vezes repetida foi em relação ao tratamento dispensado pelos técnicos do NATURATINS no momento das visitas à Comunidade. Os moradores estão tentando entender exatamente qual a melhor forma de estabelecer o diálogo:

O órgão mais presente aqui, dentro da comunidade, chama-se o NATURATINS, pra encher o saco. Não faz nada, só pra punir. É um órgão que ele não traz alternativa, não incentiva. Por exemplo, até que seria interessante a presença desse órgão, mas buscando alternativa para legalizar o produtor, para legalizar o quilombola. Por exemplo, hoje, você sabe que tem um Programa de Reserva Legal dentro do órgão e isso não é passado pra nós. Nem pra gente se interessar para que a gente possa se legalizar. Então eles estão aqui e aparece fiscalizando se a gente ta desmatando, se a gente ta caçando, se a gente ta derrubando uma árvore pra fazer uma casa. Eles estão multando. Vem aqui pra multar, mas eles não trazem uma alternativa. Até que em outras gestões passadas, outros gestores adaptou o cadastro para orientar o pequeno produtor na queima, no desmatamento. De como derrubar pra fazer suas casas. Tinha uma

orientação. Alguém orientava e o outro vinha e punia. Porque sabia que a pessoa tava derrubando. Não tem ninguém aqui legalizado pra tirar uma licença pra fazer isso. E só faz isso para consumo. Precisa de uma madeira para um curral, de uma madeira para a cerca, de uma madeira para uma casa, pra fazer roça de toco e até mesmo isso, isso ta sendo punido. Lá. Então a nossa cultura, a gente ta sendo punido por essa tradição, né. Com orientação, porque quando eles orientam, já estão querendo punir. Uma das coisas que ta muito... ta deixando a comunidade até mesmo revoltada, armada, acuada. A comunidade hoje se sente acuada com essas atitudes do órgão.

Esse discurso traduz de forma bastante objetiva o conflito socioambiental vivenciado no processo de desenvolvimento do extrativismo na Comunidade Mumbuca que se expressa também no valor das multas que estava para além do orçamento familiar do morador: *“Foi multado um rapaz na comunidade em três mil reais, em três árvores que ele tirou para construir a sua casa.”* (Liderança 4, 23 anos). Esse fator inibe a comunidade no período em que se inicia a colheita do capim dourado, eles comentam entre si que é necessário respeitar o calendário para não ser multado.

A partir de 2009, a comunidade passou a reunir-se com outros órgãos federais como a SEPPIR e o Ministério Público Federal. A comunidade passou a entender mais sobre quais são os seus direitos e com a intervenção do Ministério Público Federal, as multas que até então haviam sido aplicadas na comunidade, foram retiradas. Dessa forma, atualmente o extrativismo do capim dourado ocorre sob a orientação do NATURATINS, seguindo todo o procedimento prescrito em lei<sup>92</sup> que respalda o meio ambiente e o trabalhador extrativista.

O início da colheita do capim dourado é no dia 20 de setembro. A colheita começa com um membro da família (normalmente o homem com mais um ajudante) saindo na frente dos outros membros, com todo o material para a sua manutenção no campo<sup>93</sup> e os instrumentos de trabalho para a colheita. Essa pessoa e seu ajudante têm o papel de procurar o melhor lugar para fazer a colheita. Ou seja, considerando que essa atividade é extrativista, diferente da agricultura e da pecuária, não existe uma área que seja de fulano e outra que é de sicrano, a pessoa tem que sair na frente e demarcar o melhor espaço para a colheita. Essa pessoa se

<sup>92</sup> Naturatins, Portaria n° 092/2005.

<sup>93</sup> Eles entram no campo no mês de setembro e ficam até o mês de novembro, por isso levam barracas, colchões, água, comida e roupas.

instala no lugar e depois o restante da família que ficou no povoado, vem para ajudar na colheita e também para fazer a reposição de alimentos, roupas, etc.

Então, assim, a questão do campo, porque tem uma área da comunidade, cada pessoa tem o seu litúgio, cada um tem seu litúgio mas tem uma área que é de todo mundo. É o homem que decide, o campo tal: jatobazal, fogo podre. Até porque as mulheres não têm condições de ir então o homem que tem esse papel aonde compensa que todo mundo vai e volta satisfeito. Não é uma área pequena onde todos colhem pouco porque é uma viagem muito desgastante. É um acampamento aí de uma semana. (Liderança 4, 23 anos).

Essa descrição é interessante porque é feita por uma mulher, que vai para o campo e pode voltar, dependendo das condições que ali se encontram. Para sair para a colheita os homens levam grande quantidade de coisas, por isso necessitam de um meio de transporte (caminhão, camionete e agora, a moto).

Na colheita de 2010, o que ficou combinado já na saída era o local em que as pessoas que estivessem de carro fossem encontrar os homens que escolheram o local para o acampamento. Saímos de camionete com todo o material do extrativista e ele foi atrás, de moto. A estrada tem um terreno muito arenoso (terra seca, solta, que o vento leva quando bate) e o cascalho é jogado para fora da estrada. Quando encontramos buracos de areia, é porque o vento e a chuva já levaram o cascalho e aquele lugar está com o solo original.

Na estrada há uma abertura para a passagem dos veículos e a camionete vai se equilibrando na areia; quando não há essa abertura, é necessário trafegar sobre a vegetação rasteira e seca do cerrado.

No passado não havia carro: *“Não tinha carro naquela época. Depois teve o apoio do Estado, trazendo o carro pra levar os artesãos.”*(Liderança 4, 23 anos). Esse apoio para o deslocamento dos artesãos é importante porque a viagem é feita por quilômetros a fio e os artesãos relatam que antigamente o trajeto era feito a pé, mesmo com todas as dificuldades para se deslocar.

A região é quase livre da ação humana. O sol é muito quente e a distância se torna imensurável porque o carro vai devagar pela dificuldade de acesso. Em 2010, o local do encontro foi um posto de fiscalização da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins que está desativado. A construção é boa, com portas e janelas em bom

estado de conservação, mas totalmente abandonado. Só tem a paisagem natural com uma vegetação rasteira, pouquíssima sombra e um clima muito quente.

Nesse momento de espera, os coletores conferem a documentação necessária para a colheita do capim dourado. Trata-se da “Autorização para Coleta e Manejo de Capim Dourado”, uma carteira emitida pela NATURATINS. Na frente consta o número da carteira, o nome, CPF, RG do portador, estado, município e associação de origem. Atrás, os termos da legislação com os seguintes dizeres:

**De acordo com a Portaria n° 362 de 25/05/07 – NATURATINS:**

A autorização será concedida às pessoas devidamente associadas nas entidades comunitárias do Estado do Tocantins;

A coleta anual do capim dourado (*Syngonanthus nitens*), será permitida durante o período de 20 de setembro e 30 de novembro;

As flores deverão ser retiradas no momento da coleta e lançadas ao solo no mesmo local, a fim de garantir a sua reprodução;

O capim dourado *in natura* só poderá ser transportado e comercializado entre coletores e artesãos devidamente cadastrados.

VÁLIDA POR UM ANO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Disque Denúncia 0800 63 1155

Quando se chega ao local marcado, o homem que escolheu o local da colheita passa a frente e todos o seguem. “*E agora com a moto em 2011, momento histórico teve umas seis moto, então conseguiu ir mais pro fundo, ir pro campo muito mais distante.*” (Liderança 4, 23 anos). Esse depoimento sobre a possibilidade de acesso com a moto deve-se ao fato de que o trajeto normalmente é feito dentro do cerrado, onde já não há mais o caminho de terra, é um terreno muito irregular, de difícil movimento.

A paisagem que encontramos é uma mistura de cerrado e vereda. Apesar da Serra Geral do Tocantins estar sempre a nossa frente, não chegamos tão próximo dela ao ponto de ver a mata ciliar, ficamos muito próximos. De qualquer forma, o terreno é muito aberto fazendo com que o horizonte e o céu azul sejam destacados muito mais do que a vegetação.

Apesar do calor, não podemos dizer que o terreno é tão seco porque as veredas e os buritis aparecem vez ou outra pelo caminho. Foram 7 km até o ponto de encontro, depois mais uns 7 km até o ponto em que os veículos já não podem mais seguir. Depois se anda a pé. Em alguns momentos os moradores mostravam pegadas na areia e diziam que era de anta; outras vezes, viam espinhos na areia e diziam que era de cobra, mas no local, somente os pássaros nos acompanhavam.

Nesse lugar onde os veículos foram deixados, foi o local onde se montou o acampamento. As coisas ficaram lá e todos começaram a andar. Atravessaram um córrego que tinha um tronco de árvore que os levava do outro lado até chegar a um determinado lugar onde eles colheram o capim dourado, avisaram que aquela planta era o capim dourado e todos ficaram satisfeitos por ter encontrado um pouco da planta, mas para os homens aquilo não seria suficiente, eles teriam que andar mais para dentro do sertão.

Então o coletor fez uma demonstração de como acontece a colheita, colhendo um maço de capim dourado, pegando o facão, cortando as flores e jogando pelo campo. Essa ação também pode ser feita com a mão ou com uma tesoura. O importante é que as flores sejam jogadas ao chão para que possam brotar e florescer no próximo ano.

A dificuldade maior da extração do capim dourado é encontrar a planta para ser extraída. A família tem que se deslocar com recursos próprios, o clima é muito quente, o terreno é íngreme e o tempo é limitado, porque o limite é a chegada da chuva.

Quando é necessário voltar ao local do acampamento a pé, o segredo é marcar alguns pontos de referência para garantir a chegada com segurança. Quando o trajeto é feito de carro encontra-se um campo sujo, com muitos tocos escondidos na vegetação que raspa todo o fundo do carro fazendo um barulho intenso. O terreno é irregular, chacoalha o veículo inteiro e a pessoa tem que saber para onde está indo. Um dos métodos de localização é ter a Serra Geral como referência, mas mesmo assim, há dificuldades.

O local da colheita em 2010 estava a 12 km da comunidade, uma média de duas horas e meia de caminhada. O caminho parecia um tapete branco em meio à escuridão da noite.

Em 2011, a colheita aconteceu próximo ao Rio Novo. A praia do rio contribuiu muito para a instalação do acampamento com direito à pesca e ao banho durante os três dias que se concentrou o maior número de pessoas (aproximadamente 20 pessoas).

A mudança do local da colheita deve-se ao fato de que após a colheita do capim, a comunidade faz a queimada daquele campo utilizado e ele descansa por um ano. Sendo assim, o local da colheita de 2010 foi menos atrativo do que o local da colheita de 2011, mas houve uma grande quantidade de capim colhido, o suficiente para a comunidade trabalhar o ano todo.

A comunidade se organiza de forma que todos colhem a maior quantidade possível, depois aquela pessoa que ficou no acampamento cozinhando recebe uma porção de capim colhido por aqueles que foram para o campo. Dessa forma, todos saem da colheita com a matéria-prima necessária para a produção do artesanato.

### **3.2.2 Produção do artesanato**

A produção do artesanato na Comunidade Mumbuca é uma atividade comum tendo em vista que o povoado está inserido em um ambiente natural e o comportamento das famílias corresponde a uma prática tradicional onde a relação homem/natureza se faz de forma harmoniosa.

As mulheres da comunidade que estão hoje na faixa dos 45 aos 50 anos de idade nos contam que na infância as meninas e moças andavam descalças, mas sempre queriam ir ao baile de sandália. Um dia uma delas resolveu fazer sandálias de palha de coco piaçava e depois de desenhar o pé de sua irmã em cima da palha trançada, riscando com carvão, ela queimou o buraco com o ferro que o pai dela usava para marcar o boi. Depois do pai da garota ter ralhado por ela ter usado o seu instrumento de trabalho, a sandália passou a ser utilizada por todos no povoado. Essa história sempre é contada quando as pessoas querem fazer comparações entre o passado e o presente. Elas dizem que sua mãe era acostumada a viver com sandália de palha piaçava e nós entendemos o quanto a comunidade sabe produzir os meios de subsistência com aquilo que é encontrado na natureza.

Nessa relação de harmonia com o meio, as casas são construídas de uma forma artesanal onde as paredes são construídas de tijolo de adobe. O telhado é feito com a palha de piaçava e as portas e janelas são feitas com a tala do buriti.

FOTOGRAFIA 13 - TELHADO FEITO COM A PALHA DE PIAÇAVA



FONTE: Fotografia feita pela autora. Set. 2010.

No interior das casas também encontramos alguns móveis construídos de forma artesanal utilizando o tronco da madeira comum e também o tronco do buriti. Existe uma marcenaria na comunidade onde podemos encontrar objetos feitos de madeira como cadeiras, bancos, mesas, pilões e tantos outros que são produzidos a partir de encomendas feitas pelos moradores da comunidade e também pelos turistas que visitam o povoado.

## FOTOGRAFIA 14 - PILÃO PRODUZIDO NA COMUNIDADE MUMBUCA



FONTE: Fotografia feita pela autora. Set. 2010.

No espaço próximo ao galpão em que são realizadas as reuniões da comunidade, existe uma loja da Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado de Mumbuca, onde as artesãs e os artesãos associados expõem e vendem os seus produtos. Nesse caso, 10% (dez por cento) do valor total da venda são revertidos para a associação.

A comunidade também conta com dois artistas: Maurício Ribeiro e Arnon Tavares. A dupla faz apresentação musical utilizando a viola de buriti, produto artesanal que é confeccionado pelos próprios artistas.

O artesanato do capim dourado, que é a marca principal da comunidade, é uma atividade de geração de emprego e renda, que consiste no uso do capim dourado para a confecção de peças e objetos como colares, brincos, potes, chapéus, jarros, chaveiros, porta-joias e tantos outros. A arte consiste no trançado das hastes do capim dourado que dão forma ao objeto e na costura que se faz com a seda do buriti.

A escolha do objeto a ser produzido, o trançado, a costura e o acabamento das peças é que vão dar maior ou menor destaque ao artesão ou artesã que são

peças de diversas idades e que desenvolvem a técnica a partir do aprendizado, da observação e da dedicação pessoal.

#### FOTOGRAFIA 15 - JOVEM ARTESÃ PRODUZINDO UMA CESTA



FONTE: Fotografia feita pela autora. Jul. 2011.

O capim dourado e a seda do buriti<sup>94</sup> são obtidos pelos artesãos através da colheita ou da compra. No mês de julho de 2011, o valor do quilo do capim dourado era de R\$ 30,00 (trinta reais). Este valor varia ao longo do ano, sendo mais caro no mês de julho, agosto e setembro, período em que o estoque está acabando.

No mês de julho de 2011, o valor do olho do buriti, utilizado para retirar a seda, era de R\$ 15,00. Normalmente são os homens que fazem a extração do olho do buriti, porque eles têm que subir no alto da palmeira, respeitando todo o procedimento de preservação e reprodução da espécie. Diferente do capim dourado,

---

<sup>94</sup> “O que as populações locais chamam de ‘seda’ do buriti, usada na costura das hastes de capim dourado, obtém-se pela extração da fibra encontrada no interior do ‘olho’ ou ‘folha flecha’, como também é conhecida, em função de seu formato. Trata-se do talo de uma folha jovem, ainda fechada, encontrada em buritis novos, de quatro a 10 metros de altura”. In: Revista da Sala do Artista Popular. Museu do Folclore Edison Carneiro, vol.145. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular; Iphan/ Ministério da Cultura: Brasília, 2011, p. 19.

a extração do olho do buriti não tem um período determinado para ser feito. Na figura abaixo podemos observar como o artesão faz a retirada da seda:

#### FOTOGRAFIA 16 JOVEM ARTESÃO RETIRANDO A SEDA DO BURITI



FONTE: Fotografia feita pela autora. Jul. 2011.

Os artesãos guardam os maços de capim dourado no teto de suas casas e levam consigo apenas as agulhas e a seda do buriti junto com as peças que estão em fase de confecção para as casas e os locais onde estão concentrados os seus companheiros de produção.

Quando eles terminam uma peça, estejam eles onde estiverem, levam direto para a associação, lá é colada uma etiqueta com o nome do artesão e o preço da peça para exposição e venda.

A produção do artesanato do capim dourado é uma atividade muito dinâmica que é feita em grupos de afinidade. As pessoas costuram, conversam, discutem, produzem em roda, no interior de suas casas, nas varandas, em local aberto ou fechado, dependendo do grupo, do horário, e também do interesse da própria pessoa.

O trabalho é individual: quando está frio, trançam o capim dourado em volta da fogueira; quando é dia, escolhem um local mais fresco; quando é noite, escolhem um local onde tenha luz. Os mais jovens preferem costurar no coletivo. As mulheres trançam o capim em locais onde as crianças possam brincar em sua volta. Os maridos preparam algo para comer ou beber (café, laranja, biju, melancia, gergelim) e colocam as crianças para dormir quando a produção avança a madrugada.

A produção do artesanato é feita o ano inteiro, mas a venda é mais intensa no mês de julho, porque no Tocantins o mês de julho é a estação da seca, é o mês das férias e do aumento do turismo local.

Porque o nosso capim dourado, a gente pega ele uma vez por ano, e trabalha o ano inteiro. Tem meses que a gente traz o capim dourado e coloca na lojinha, quando não é época de férias e não vende, né. Em julho, né. Por causa das férias, vem muita gente. (Liderança 3, 32 anos).

Existe uma estabilidade na produção que é anual e uma instabilidade na venda que é maior no mês de julho, por isso a maior parte das famílias entrevistadas não sabe o quanto lucra com a venda das peças do capim dourado. Até porque, nesse período muitas pessoas que fazem parte das famílias mumbuquenses, mas moram e trabalham na cidade, vêm para a comunidade trançar o capim e vender as suas peças no mês de julho, não permitindo aos moradores locais saber exatamente qual o valor real da sua produção e venda. Nesse sentido, eles comparam o valor da venda das peças do capim dourado com o valor da bolsa família, que é a única renda fixa que a maior parte das famílias da comunidade possui.

O capim dourado dá uma fonte de renda assim, maior do que o Bolsa Família. Agora assim, não é que todo mês você vende aquela quantidade. Às vez a gente não faz nenhum centavo. Mas às vez você faz mil reais, às vez faz duzentos, faz trezentos, quinhentos, sabe? Não é assim, uma coisa, assim. Uma coisa certa, porque se não vender, não tem. Mas assim, capim dourado às vez dá muito dinheiro. O que dá mais dinheiro pra família, no Jalapão, é o capim dourado. (Colaborador 3, 45 anos).

Nesse sentido, o capim dourado é uma fonte de renda que demanda certa paciência daquele que o produz. Muitas vezes a produção é feita em parceria, porque nem sempre a pessoa que costura é aquela que vai ao campo fazer a colheita. Isso acontece porque a pessoa tem outra atividade a desempenhar, ou ela não pode ir ao campo colher, conforme nos relata a liderança 3: *“Eu mesmo, eu vou, meu marido vai, pego o capim. Quando a gente dá na meia, tem um que trabalha. Quando não tem, a gente que costura ele, o ano inteiro.”* (Liderança 3, 32 anos). Essa produção em parceria na comunidade (colheita/produção artesanal), muitas vezes é feita entre um homem e uma mulher da mesma família, mesmo que eles não sejam cônjuges:

O homem foi a campo buscar o capim. Quem é que vai ajuda ele a trabalhar com o capim dourado? A filha dele, a nora dele. É assim o procedimento do capim dourado, né? Cada um que colhe, às vezes dá de ameio pra fazer. Dificilmente o homem vai fazer o artesanato, mas ele é que vai buscar no campo, que é pior, né? Depois do período da colheita, o homem mexe com o gado, mexe com roça de toco, criação. (Liderança 3, 32 anos).

Na concepção dessa liderança existe uma divisão do trabalho por gênero, como já havia sido expresso no discurso da liderança 4: os homens vão a campo, procuram o melhor lugar para fazer a colheita, trazem o capim para a comunidade, extraem o olho do buriti e desenvolvem outras atividades ligadas ao extrativismo, à agricultura e à pecuária. Algumas mulheres (principalmente as mais jovens) vão para a colheita, costuram o capim, vendem suas peças e se dedicam aos afazeres domésticos. Mas é importante dizer que existem muitos homens que costuram o capim, mas normalmente são os homens mais jovens.

Essa produção em parceria no seio da família e no interior da comunidade faz parte da cultura local e tem sido intensificada à medida que aumenta o comércio dos produtos artesanais feitos com o capim dourado.

Mesmo que as famílias trabalhem com o capim dourado, também desenvolvem e se ocupam com outras atividades, por isso não sabem exatamente o quanto o recurso do capim dourado contribui para a renda familiar, conforme podemos verificar no discurso de uma das poucas moradoras da comunidade que afirmou que a renda familiar chega a R\$ 1.000,00 (mil reais):

Eu preciso trabalhar no meu serviço, porque eu trabalho como assistente administrativo na prefeitura, tenho que costurar. E agora recente coloquei esse lanche aqui, pra oferecer pros turistas. E também os meus filhos tem que trabalhar também. Eles trabalham em lojas, né. Diárias. Às vezes precisa encher um caminhão, às vezes as pessoas pedem eles vão. E também vai coletar o capim dourado, vende parte desse capim dourado. Então a renda... vendemos leite também, produção de leite, pouquinho, mas a gente vende como complemento aqui. Então, a gente tem gado. Tem, a gente tem. Então quando complementa um pouquinho da roça, com um pouquinho do serviço que eu trabalho, um pouquinho do artesão, um pouquinho dos filhos que trabalha. Aí, completa uma renda dessa de mil reais.(Colaborador 6, 44 anos).

A família dessa moradora é composta por seis pessoas: o casal e quatro filhos (duas meninas e dois meninos). A família tem uma casa na cidade de Mateiros onde a mãe e os filhos ficam durante a semana para estudar e trabalhar. O pai permanece no povoado o tempo todo trabalhando na terra, na criação de gado e na venda dos derivados de alguns produtos como a melancia e a coalhada. No mês de julho quando são as férias escolares é que toda a família fica na Comunidade Mumbuca desenvolvendo todas essas atividades que são descritas pela mãe.

### **3.2.3 O papel da associação no comércio dos produtos artesanais**

A comercialização dos produtos da Comunidade Mumbuca é uma prática que remonta o século passado e foi iniciado com as andanças que eram feitas pelo Seu Diolino. Ele nos diz que fez muitas viagens para outras cidades a fim de buscar conhecimento e nessa transação, quase tudo era comercializado: *“Tudo, tudo... qué dize, a gente levava daqui o nosso produto. Levava daqui, e vendia lá e lá comprava o de lá, pá traze prá cá.”*(Seu Diolino, 86 anos). Essa tradição de compra e venda na comunidade é relatada por outros moradores que dizem que o comércio era feito na Bahia.

Na década de 1990, com a divulgação dos produtos artesanais feitos com o capim dourado, a Comunidade Mumbuca passou a ser reconhecida dentro do Estado do Tocantins como a comunidade do Jalapão que produz artesanato com o capim dourado. Essa nova configuração fez com que a comunidade fosse

impulsionada a se organizar para desenvolver essa atividade econômica de forma mais produtiva e rentável.

A crescente procura do artesanato do capim dourado, o aumento da extração da planta e a falta de um plano de trabalho ou de uma organização coletiva que desse sustentação à demanda pelo produto, fez com que o então secretário de turismo do município de Mateiros, propusesse à comunidade a formação de uma associação de direito privado, sem fins lucrativos.

Essa proposta partiu do poder público e contou com um trabalho de conscientização da comunidade no sentido de saber exatamente o que vem a ser uma associação, quais são os benefícios para a comunidade e como ela deve funcionar.

Foi nesse contexto de efervescência na comunidade que foi criada a Associação de Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca. O registro do estatuto<sup>95</sup> formalizando a existência da associação e a formação da primeira diretoria ocorreu no dia 05 de março de 2000. Diante da orientação do papel que é desempenhado por uma diretoria, a primeira gestão não foi eleita, mas construída coletivamente, de forma bem pragmática:

A marca assim de benefício. Em 2000, a primeira presidente foi a Doutora<sup>96</sup> porque na época não foi feita eleição, foi feita uma discussão para saber quem poderia ser presidente da comunidade. Nesse momento escolheu-se a doutora. Então a Doutora foi a primeira presidente, né. Ela foi presidente por dois mandatos. Por ela estar junto com o Paulinho<sup>97</sup> e por ser primeira assim, foi muito importante esse momento de saber o que é a associação. (Liderança 4, 23 anos).

A criação da associação foi uma estratégia importante para a comunidade porque foi a primeira experiência administrativa vivenciada por seus membros. O estatuto da associação reza, em seu artigo 1º, que a entidade é de direito privado

---

<sup>95</sup> Cf. Anexo H – Estatuto Social da Associação de Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca, p. 300.

<sup>96</sup> Doutora é o apelido de Noemi Ribeiro da Silva, solteira, 57 anos, filha de D.Miúda. Doutora recebeu esse apelido do pai aos 6 anos de idade por ter tomado a iniciativa de buscar uma planta e preparar um remédio que curou uma doença no olho de seu pai (chamada de dor d'olho), conforme foi narrado na p. 113 deste trabalho.

<sup>97</sup> Secretário de turismo do Município de Mateiros na gestão do Prefeito Jackson Luís de Souza, gestão 1997 a 2000.

sem fins lucrativos. Concretamente, através da associação, a comunidade pôde de um lado, entrar no mercado e comercializar produtos artesanais confeccionados pelos seus associados e, de outro lado, elaborar projetos para conseguir recursos necessários para promover o desenvolvimento local. Na fala da primeira presidente, há um destaque para as ações que marcaram a sua gestão:

Marcou assim, marcou coisa importante. Duas vezes, por seis anos. 2001 eu fui presidente. E eu entreguei em 2006. A gente lutou muito para ter muita coisa e a gente olha hoje e vê. A gente aprendeu e ensinou. A gente conheceu vários lugares que não tinha conhecido. Caminhão existe, no meu período de trabalho. Todos os documentos do trabalho assim, da associação. Documento a gente deixou legalizado. Caminhão e a loja. A gente deixou um canal de conhecimento, transparente, pra comunidade, o meu divulgar de trabalho, eu me sinto orgulhosa, é minha garantia que eu tenho porque eu deixei esse sinal, bacana. (Liderança 1, 57 anos).

A descrição feita por essa liderança demonstra que a sua gestão foi bem aceita pela comunidade porque ela esteve à frente da associação por dois mandatos. A afirmação de que no período ela conheceu vários lugares que não tinha conhecido, tem relação direta com a política de divulgação do artesanato do capim dourado que saiu do espaço restrito da comunidade e atingiu a esfera estadual e nacional.

Em relação ao caminhão, trata-se do meio de transporte que a comunidade utiliza até os dias de hoje para diversos fins: prioritariamente no período da colheita do capim dourado, para levar a comunidade aos lugares mais distantes e de difícil acesso.

## FOTOGRAFIA 17 - CAMINHÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS E EXTRATIVISTAS DO POVOADO DA MUMBUCA



FONTE: Fotografia feita pela autora. Jul. 2011.

O caminhão também é utilizado para levar a comunidade até o município de Mateiros para que sejam feitas todas as relações de troca que extrapola o comércio do capim dourado e incide basicamente na compra de alimentos e materiais de uso doméstico.

Essa liderança também inaugurou uma fase em que a comunidade teve que lidar com atas, relatórios, registros, notas de compra e venda. Esses são atos próprios de uma entidade que funciona dentro dos padrões legais de nossa sociedade. Essa atividade administrativa podia ser considerada uma atividade nova principalmente porque a associação representa artesãos e extrativistas que possuem pouco grau de estudo. Por isso o destaque dado ao fato de deixar a gestão com a documentação legalizada.

Foi na primeira gestão da associação que começou a funcionar a loja que existe no povoado onde são efetivadas as vendas dos produtos artesanais feitos com o capim dourado e o buriti. A loja foi construída juntamente com a sede da associação, conforme nos explica a liderança 4:

Foi então que consegui fazer o projeto para fazer a sede da associação usando o material da comunidade, a palha, o adobe. Consegui também fazer, através da associação, fazer a reivindicação ao prefeito para instalar a água na comunidade. Consegui fazer projeto para conseguir aquele caminhãozinho que é o pé e a mão da comunidade. A questão da pesquisa, a tentativa do selo e a discussão política a nível de município. Houve um período muito bom. (Liderança 4, 23 anos).

Nesse depoimento, podemos perceber o destaque que é dado para o fato de que a arquitetura da sede da associação respeita a cultura local, porque foi construída “*usando o material da comunidade, a palha, o adobe*”. Essa exigência da comunidade aponta para o cuidado com a preservação do patrimônio cultural e demonstra o papel político desempenhado pela associação.

Outro dado importante diz respeito à mobilização da comunidade no sentido de reivindicar políticas públicas como a canalização da água, a realização da pesquisa que foi feita pela EMBRAPA para avaliar o impacto do uso do fogo na prática de manejo do capim dourado e a criação de um selo de indicação geográfica para os produtos artesanais confeccionados com o capim dourado.

Todas essas ações estão conectadas ao boom do capim dourado que deu visibilidade à comunidade e aos problemas socioeconômicos vivenciados naquele meio. Importante situar que a associação foi criada em março de 2000; o Parque Estadual do Jalapão foi criado em janeiro de 2001 e o reconhecimento da Comunidade Mumbuca como comunidade quilombola aconteceu em fevereiro de 2006. Fatos políticos relevantes que aconteceram na primeira e segunda gestão da associação.

Na gestão posterior que teve início em 2007, a associação assumiu um caráter menos político e mais administrativo, conforme podemos observar no depoimento da liderança 2:

Na minha época não tivemos projeto realizado na comunidade, mas teve projeto aprovado. Não tinha coordenador... Mas que eu deixei pronto: o veículo estava parado, melhorei. Melhorei também, procurei fazer a declaração dos documentos da nossa empresa, a associação. De tudo o que tinha que pagá, as nota, prestei conta direito. Não tenho nenhum medo de falar “eu fui bem”. Não tive medo de falar que eu fiz o controle da venda da associação para que não tivesse nenhum roubo. A minha mulher trabalha lá e controla a venda, começou na minha gestão. Trouxe a ministra de Brasília e ela ajudou a controlar. A Regina, acho que é do Meio Ambiente, da

SEPPIR, acho que o nome dela é Isabel. Ela que controla tudo de toda a associação do Brasil. (Liderança 2, 45 anos).

O discurso acima demonstra que a gestão posterior assumiu uma posição de continuidade. Interessante a afirmação de que no período não teve projeto realizado, “mas teve projeto aprovado”. É possível perceber que a associação tinha lastro para aprovar um projeto ou que aquela diretoria recebeu resposta de projetos que haviam sido propostos na gestão anterior. O fato de não ter coordenador para o projeto demonstra que a realização do projeto estava para além da capacidade de gestão daquela diretoria ou não havia pessoas com o perfil exigido para a coordenação do projeto aprovado.

Outro dado apresentado por essa liderança é que o veículo da associação (o caminhão) possivelmente estava parado por questões mecânicas e a diretoria colocou o veículo para funcionar. Embora não pareça, mas é uma questão importante para os moradores da comunidade que se deslocam com aquele caminhão.

A questão a se destacar é a visão empresarial do segundo presidente que se refere à associação como uma empresa. Essa ideia de que estava administrando uma empresa de comércio foi a marca da sua gestão. Por isso a preocupação com a venda, com a forma de guardar o dinheiro para que não fosse roubado e com a prestação de contas. Ele afirma: “*a minha mulher trabalha lá e controla a venda, começou na minha gestão*” demonstrando que se ela continua até hoje é porque deu certo, porque o trabalho de controle da venda foi aprovado pela comunidade.

Durante o trabalho de campo foi possível perceber que o controle da venda é feito pela vendedora e pelo artesão. Funciona da seguinte maneira: assim que o artesão termina de fazer uma peça, ele leva a peça para a loja. A vendedora pega a peça, coloca uma etiqueta com o preço e com o nome do artesão. O preço é determinado pelo artesão e não pela vendedora. É esse o dado importante. Normalmente a pessoa atribui um valor a sua peça de acordo com a complexidade do trabalho, a quantidade de capim utilizada, o uso ou não de acessórios e o tamanho da peça.

A partir do momento que a peça é colocada na loja, o artesão fica de olho para ver se a sua peça é vendida ou não. Quando a peça é vendida, a vendedora

guarda a etiqueta e o dinheiro na gaveta. À noite quando a loja é fechada, a vendedora conta o dinheiro; confere as etiquetas e reserva 90% do valor de cada peça vendida para entregar ao artesão responsável pelos produtos que foram vendidos.

Nesse momento, os artesãos que confeccionaram as peças vendidas, já sabem que sua peça foi vendida e ficam esperando a loja fechar e a contabilidade ser feita para receber o seu dinheiro. Se a vendedora demora no processamento das contas eles ficam sentados em frente a loja esperando e reclamando que precisam do dinheiro para isso ou para aquilo.

Outrossim, se a peça foi colocada na loja e não é vendida no tempo desejado pelo artesão, ele vai lá e abaixa o preço de sua peça. Isso acontece quando o artesão precisa do dinheiro para efetuar algum outro negócio ou se o caminhão está indo para Mateiros e ele quer ir para a cidade com dinheiro para comprar alguma coisa ou pagar alguma conta.

Outra forma de controle da venda é feita no momento da declaração por parte do turista de que quer essa ou aquela peça, mas não efetua a compra (porque vai visitar um ponto turístico, porque vai almoçar ou porque vai pensar). Quando isso ocorre, o artesão que confeccionou a peça chega a fazer uma abordagem direta ao turista para saber se ele vai comprar ou não.

Essa forma de controle da venda também é influenciada pela lei de oferta e procura: a vendedora percebe e anuncia que está vendendo mais um determinado tipo de peça em detrimento de outro; os artesãos passam a confeccionar aquela modalidade que está sendo procurada o mais depressa possível com o intuito de colocar o seu produto na loja e vender.

É possível perceber que os artesãos também fazem uma espécie de pesquisa de mercado. Isso acontece no período das férias de julho, quando os turistas vão para o Jalapão em grupos de amigos e familiares. Os artesãos passam a costurar na porta da loja e observam que os turistas que estão em grupo maiores compram peças pequenas que tem preços menores. Ou seja, os compradores optam por levar uma quantidade maior de peças que têm um preço menor (são as chamadas lembrancinhas). Quando isso ocorre, os artesãos aumentam a produção de lembrancinhas.

É todo um processo rápido de causa e efeito: você chega hoje e vê o artesão confeccionando uma peça linda, grande, com detalhes e amanhã você chega e ele está confeccionando um porta-joias, um chaveiro, um brinco. Não existe um padrão, é a procura que determina a produção.

Essa percepção de controle do mercado permeia o comércio que ocorre na loja da Comunidade Mumbuca, mas existe um outro tipo de comércio que envolve a comunidade, mas que não tem um controle tão rigoroso assim. Trata-se da venda do capim dourado *in natura* e de peças artesanais prontas vendidas diretamente para lojas e shoppings da cidade de Palmas ou de cidades de outros estados, como o Estado de São Paulo. Nesse caso, o produto tem sido comprado por um baixo preço dentro da comunidade e vendida a preços abusivos no mercado externo.

Essa venda não é controlada porque, muitas vezes, o artesão recebe uma encomenda direta e não passa pela associação. Aí ele negocia o preço como melhor lhe convém e isso nem sempre é sinal de vantagem para si próprio. É sinal apenas de uma venda assegurada.

Na gestão da associação que teve início em março de 2009, o comércio do artesanato do capim dourado já era uma realidade, já as questões políticas que envolviam a criação do Parque Estadual do Jalapão e ameaçavam a comunidade estavam sob o controle do Ministério Público Federal e a associação perdeu um pouco da sua importância política, assumindo definitivamente um papel administrativo.

#### **3.2.4 O turismo sustentável**

Os municípios de Mateiros, Ponte Alta, São Felix do Tocantins e outros próximos à região de Mateiros, investem no turismo sustentável. Tivemos a oportunidade de conhecer alguns desses municípios e percebemos que lá se encontram muitas pousadas, com pouca infraestrutura, é verdade, mas com uma recepção muito boa por parte das pessoas. Aparentemente a população está comprando a ideia de investir no turismo em sua modalidade sustentável, mas ainda é um processo em construção.

Essa atividade econômica é incentivada pelo governo do Estado do Tocantins e tem relação direta com a criação do Parque Estadual do Jalapão. No caso específico da Comunidade Mumbuca, que desde 2006 tem o certificado de reconhecimento como comunidade quilombola, emitido pela Fundação Cultural Palmares, o incentivo ao desenvolvimento do turismo aparece, na concepção dos moradores, como um dos indicativos de melhoria da comunidade e como política pública:

O turismo mudou muito. A comunidade e a política pública. Nós temos que mudar, nós temos que ser diferente. Nois tem que ter um colégio estruturado, então veio muitos programas de extrativismo, meio ambiente. Em novembro veio a certidão da comunidade quilombola que tava assim: sai, não sai. Então assim, quando chegou em 2006, chegou essa certidão. Aí disse assim: nois não vamo sair daqui, aí sim, acho que fortaleceu: vamos mudar. (Colaborador 2, 33 anos).

Esse depoimento demonstra que a comunidade abraçou o turismo como uma proposta de mudança na forma de se relacionar com o meio ambiente e também como uma maneira de preservar uma área que oficialmente lhes pertence. Essa postura que diferencia o turismo em sua modalidade sustentável, desenvolvido na área da Comunidade Mumbuca, em relação ao turismo desenvolvido pelos proprietários de terras da região, que em sua maioria, estão interessados em investir em um negócio essencialmente lucrativo. Essa crença de pertencimento ao meio é que impulsiona a comunidade a se dedicar ao turismo local.

No mês de julho essa dedicação passa a ser integral e a comunidade estabelece uma rotina de trabalho que mistura passeios turísticos, apresentações culturais, confecção e venda das peças de capim dourado.

A rotina é semanal e tudo começa com a recepção que se faz aos turistas que chegam em grupos que variam de duas a trinta pessoas, dependendo dos pacotes turísticos que são comprados principalmente na cidade de São Paulo ou na cidade de Palmas. Os grupos se formam basicamente no aeroporto de Palmas, onde os turistas são recepcionados pelas agências turísticas e transportados para a região do Jalapão em carros com tração nas quatro rodas.

A visita à Comunidade Mumbuca é uma das opções do pacote e está inserida na visita que é feita à cidade de Mateiros, aonde normalmente os turistas que vão à Mumbuca ficam hospedados.

Em Mumbuca, não há uma equipe específica que organiza as visitas e muitas vezes os turistas chegam sem a comunidade saber previamente. Quando a visita é agendada é porque os turistas optam por almoçar na comunidade e, nesses casos, os guias avisam as proprietárias dos restaurantes (Restaurante da Tonha e Restaurante da Tia Nê), para que elas possam preparar as galinhas e cozinhar a “comida caipira” em quantidade necessária.

De qualquer forma, quando o turista chega, a primeira parada é na loja da associação. Lá eles são recepcionados pela comunidade. Normalmente a recepção é feita basicamente por seis pessoas: (a vendedora da loja, uma pessoa da comunidade que faz *free-lance* de guia turístico; os dois tocadores de viola, a presidente da associação e uma das moradoras mais velhas da comunidade, também é cantora e compositora). Outras pessoas que estiverem disponíveis no local as crianças que sempre estão por perto integram a comissão de recepção.

O papel dessa comissão é cantar para o turista e ajudar na venda do capim dourado. As músicas que são cantadas fazem parte do repertório local conforme nos conta uma das moradoras mais antigas:

Muitas brincadeira antiga, né, nois cantava na roda. Antiguidade... cantava aí mesmo. Como aquela música que diz: “sua presença e com prazer a minha alma transbordou. Eu agora vou cantar para você, foi bom conhecer você.” Então isso aí é daqui mesmo, natural daqui. É somente dedicá e mudá algumas letra.(Colaborador 4, 66 anos).

As músicas vão sendo cantadas e acompanhadas pela violinha de vereda. O clima torna-se amistoso, os turistas começam a fotografar, filmar e até se emocionar. Como a comunidade já tem CD gravado, após a apresentação musical eles oferecem o CD para ser comprado: “*Já, gravei CD. Tem muita música que eu aprendi com o meu avô, bisavô. Vende, baratinho, deis reais, alguma veis. Não tô vendendo bem não.*” (Colaborador 4, 66 anos). Alguns turistas compram o CD, outros não, mas o que está sendo mostrado é a cultura local.

Mumbuca não possui infraestrutura para os turistas (falta água e banheiro). Sendo assim, os grupos ficam mais ou menos duas horas no povoado. Compram o capim dourado, fotografam e saem. Quando algum grupo quer comer comida caipira e não tinha avisado com antecedência, os guias os levam para os pontos turísticos de Mumbuca enquanto o almoço é preparado.

Essa rotina de recepção ao turista é feita todos os dias da semana. No mês de julho os jovens estão em férias escolares, então eles preparam eventos aos sábados à noite e combinam com alguns guias turísticos para que esses eventos sejam divulgados aos turistas para que eles possam visitar a comunidade no período da noite. Neste caso, os jovens apresentam uma peça de teatro que conta a história da comunidade, fazem o casamento na fogueira (quando no grupo existem casais de namorado) e coordenam diversas brincadeiras de roda que divertem pessoas de todas as idades.

Mesmo quando acontecem os eventos culturais à noite, a maioria dos turistas volta para dormir na cidade de Mateiros. Muitos empresários estão investindo na construção de pousadas na cidade de Mateiros. As que existem atualmente trabalham com mesas decoradas de frutas do cerrado, alimentos variados e decoração do espaço com peças do capim dourado.

Os moradores da cidade de Mateiros contam com cursos sobre o empreendedorismo na área do turismo sustentável que são oferecidos pelo SEBRAE. Algumas jovens da Comunidade Mumbuca participaram do curso e estão trabalhando como *free-lance*, outros moradores de Mumbuca entendem ser mais importante a costura do capim para a própria sobrevivência.

No mês de julho, a Comunidade Mumbuca recebeu uma professora que ofereceu um curso de boas práticas na produção de doces feitos com os frutos do cerrado, mas ela teve uma única aluna. A pastora sempre comenta que nem todos os cursos são aproveitados pela comunidade, talvez porque não há uma discussão prévia para saber de fato o que a comunidade quer cursar.

As mulheres que trançam o capim ficam preocupadas em costurar e não querem participar de cursos ou reuniões no mês de julho, isso é natural. No entanto, diante da efervescência da comunidade, o que não falta são cursos e reuniões. Enquanto estivemos fazendo o trabalho de campo, presenciamos reuniões

promovidas pelo governo federal (informações sobre a previdência social), pela universidade (divulgação da pesquisa do buriti e do capim dourado) e empresas privadas (consultas de vista e venda de óculos).

Normalmente no mês de julho, uma empresa de turismo chamada de “Quatro elementos: ventura e aventura” (água, terra, fogo e ar), realiza uma expedição de aventura ao Povoado Mumbuca e leva, toda segunda-feira, uma média de 30 turistas para acampar.

Na tarde da segunda-feira, as crianças da comunidade juntam latinhas de refrigerantes para decorar a entrada do povoado. Elas colocam óleo nas latas e acendem um fogo que ilumina a estrada dos dois lados (como se fossem tochas). Essa decoração causa um impacto positivo aos olhos das pessoas que chegam.

Essas pessoas dormem no acampamento preparado pela comunidade na noite de segunda para terça-feira e jantam no Restaurante e Pousada da Tonha.

#### FOTOGRAFIA 18 - RESTAURANTE E POUSADA



FONTE: Fotografia feita pela autora. Jul. 2011.

Essa prática semanal agita a comunidade e muitas pessoas se envolvem no trabalho de recepção desse grupo: duas pessoas a mais vão para o Restaurante da Tonha para ajudá-la a preparar a janta.

Nesse dia são preparadas umas quatro galinhas que é o prato principal a ser servido. O restaurante é adaptado para aquele momento especial: é feita uma grande faxina na casa; se não houver água nas torneiras os moradores são obrigados a buscar água no brejo; a televisão que fica no refeitório vai para dentro da casa; a mesa em que fica a televisão se transforma na mesa para colocar os pratos, talheres e panelas novas.

O jantar é servido estilo *self-service*, o espelho e a caixa de som saem do ambiente dando espaço para uma mesa e quatro cadeiras. É passado pano no chão, nas mesas, nas cadeiras e tudo fica perfeito como um restaurante que os turistas chamam de caipira. O horário do jantar é marcado pelos guias: primeiro às 19h30, depois muda para às 20h30 e finalmente é servido às 21h00.

Os guias trazem da cidade de Palmas, os ingredientes para a salada: pepino, cenoura, beterraba e repolho. Esta salada é a marca diferencial do almoço que é servido todos os dias, porque sempre o cardápio é arroz, feijão, galinha caipira, macarronada, salada de pepino com tomate e ovo de galinha caipira frito (se o cliente pedir). Frente à quantidade de pessoas, os guias trazem até o cortador de legumes, mas depois levam embora com eles.

O acampamento é montado numa área na entrada do povoado, próximo ao local onde o poço está jorrando água. Um dos moradores da comunidade fica responsável em limpar o local antes da chegada dos turistas e o banho é feito com a água desse poço.

O café da manhã é servido no acampamento e é preparado pelos guias da empresa turística, por isso não foi possível a observação *in loco*. Caso exista no grupo de pessoas que compõem a expedição, casais idosos ou famílias que não querem acampar, aí sim, esses dormem na Pousada da Tonha, mas são buscados logo cedo pelos guias para tomar café da manhã junto com os demais no acampamento.

Durante o jantar é possível ouvir o que os turistas pensam do local. Eles admiram o céu azul, as estrelas brilhantes, a paisagem natural, as casas construídas

com adobe e cobertas de palha. A compra das peças de capim dourado é intensa e às vezes os guias sentem dificuldade em tirar as pessoas da loja para jantar.

Quando o elenco do teatro está completo (nem sempre isso é possível às segundas-feiras porque alguns jovens trabalham em Mateiros), eles se apresentam ao final da noite e são muito fotografados e filmados. Após a apresentação, o grupo se envolve nas brincadeiras de rodas que, nesse caso, são coordenadas pelos jovens da comunidade ou pelos próprios guias da empresa.

Não foi possível auferir de fato quanto pode ser o lucro da comunidade no mês de julho, o que foi possível perceber é que o Restaurante da Tonha cobrou, em julho de 2011, R\$ 150,00 pela janta do grupo. A empresa trouxe o macarrão e as verduras.

O valor total do jantar foi pago pela empresa de turismo, mas as pessoas que quiseram dormir pagaram individualmente R\$ 20,00 diretamente para a proprietária da pousada. Esse valor é diferenciado para as pessoas que frequentam normalmente a pousada e ouvem da proprietária: *“vou cobrar R\$ 10,00 porque você não é turista, é um trabalhador”*.

Em relação aos valores que são gastos na venda do capim dourado, foi possível perceber que chegaram 10 carros com uma média de 3 pessoas cada. Eles gastaram em torno de R\$ 1.500,00. Sendo assim, o gasto médio girou em torno de R\$ 50,00 por pessoa.

Em alguns casos, é possível perceber que depois da visita alguns turistas doam roupas para as pessoas de todas as idades e doces para as crianças. Isso foi comprovado também no discurso de uma das lideranças da comunidade:

Porque assim, né, às vezes a doação assim, especificamente, todo mês a gente nunca teve. E a gente recebe alguma doação de algum turista. Algum turista assim, de bom coração, ele traz uma cesta de alimentação e dá, prá uma mãe. Outra já não ganha, assim. Mas a doação direta assim, a gente nunca recebeu. (Liderança 3, 32 anos).

O que está sendo evidenciado é que a comunidade convive com doações espontâneas de turistas, mas a comunidade não conta com uma entidade ou uma pessoa que faz uma doação constante ou mensal (o que ela chama de *doação direta*). Outro morador afirma que toda a comunidade depende de doações, mas não

existe alguém que conte com doação por toda a vida: “*Depender, todo mundo depende, é lógico. Mas, assim, nem toda a vida, quem doa, ta doando*” (Colaborador 3, 45 anos). A ideia é aceitar o que está sendo dado.

Há um fato constatado na comunidade de que um dia um turista que trabalha numa fábrica de malhas, trouxe um saco de roupas com camisetas amarelas (a cor da camisa da seleção brasileira). O defeito na camiseta era mínimo e a quantidade era muito grande. Cada pessoa da comunidade ficou com uma média de 3 camisetas amarelas, sendo assim, por um bom tempo, só se via a cor amarela no corpo das pessoas e nos varais das casas.

Essa descrição diz um pouco da realidade do turismo local, mas a dinâmica é muito intensa e cada dia, é um dia.

### 3.3 A FESTA DA COLHEITA DO CAPIM DOURADO

Considerando que o início da colheita do capim dourado é regulamentado por lei<sup>98</sup> e só pode acontecer a partir do dia 20 de setembro, a festa da colheita do capim dourado é organizada pela comunidade com uma programação intensa que envolve todos os membros da Comunidade Mumbuca, as comunidades vizinhas, os órgãos e instituições públicas e privadas do governo e da sociedade civil que estabelecem relações diretas e indiretas com a comunidade.

A organização da Festa da Colheita do Capim Dourado é de responsabilidade da Associação de Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca e se encontra em sua terceira edição. Foram realizadas festas no formato atual nos anos de 2009, 2010 e 2011, normalmente entre os dias 17 a 19 de setembro, dias que antecedem o dia 20 de setembro, data permitida pelo NATURATINS para o início a colheita.

Segundo a tradição local, a festa da colheita do capim dourado era um momento de confraternização entre os membros da comunidade que se preparavam para sair em grupos, montados a cavalo ou em burros, para montar os acampamentos nos locais onde se encontravam os campos com o capim dourado. Considerando que o espaço de tempo entre o período que o capim está pronto para

---

<sup>98</sup> Naturatins, Portaria n° 092/2005.

ser colhido e o início das chuvas varia em torno de 40 a 60 dias, esse momento de partida, era um momento de união na comunidade:

A festa cultural da colheita do capim dourado acontece há muitos anos, mas era festejada só entre os membros da comunidade, onde todos faziam brincadeiras de roda e fogueira e quando o capim dourado estava pronto para ser colhido, todos iam para o campo montados à cavalo e era uma festa, tanto na saída como na chegada. No campo se contavam histórias, lendas e “livuzias<sup>99</sup>”, uma festa para a comunidade!

A partir de 2009, a ideia foi organizar um evento com a participação de outros parceiros, além dos membros da comunidade, turistas e amigos das cidades e povoados vizinhos, para compartilhar esse momento tão importante. (Folder do evento de 2010).

O que podemos perceber é que a comunidade quer um *status* maior para a festa, fazendo com que ela faça parte do calendário cultural da região. Essa tradição ainda está sendo construída.

Quando se chega à Comunidade Mumbuca para participar da festa da colheita do capim dourado, é possível visualizar logo na entrada do povoado, uma faixa com os letreros: “Bem-vindos à festa da colheita do Povoado Mumbuca Jalapão”.

#### FOTOGRAFIA 19 - FAIXA DE RECEPÇÃO NA ENTRADA DO POVOADO



FONTE: Fotografia feita pela autora. Set. 2010

---

<sup>99</sup> Assombração.

Mais adiante, outra faixa: “A Comunidade de Mumbuca agradece a presença de todos”.

Para a divulgação da festa, a comunidade produziu, em 2010, um folder e um calendário do ano corrente. No calendário havia uma foto das mulheres colhendo o capim dourado na Serra Geral do Tocantins e, sobreposto à foto, havia uma frase: “Festa da Colheita do Capim Dourado, Comunidade Quilombola do Mumbuca”.

## FOTOGRAFIA 20 – DIVULGAÇÃO - FESTA DA COLHEITA DO CAPIM DOURADO DE 2010



FONTE: Fotografia feita pela autora. Set. 2010.

Observa-se que a faixa e o folder apresentam a denominação “povoado”. No calendário aparece a denominação “quilombola”. Em 2011, o material foi reproduzido nos mesmos moldes, com exceção do calendário que não fez parte do kit.

Podemos perceber que internamente o termo “povoado” é mais utilizado pelos moradores da comunidade devido à concepção de pertencimento à mesma família, de pertencimento ao meio ambiente, ao espaço social, cultural e religioso comum.

O conceito “quilombola” constitui-se em uma nova condição que foi colocada após o reconhecimento da comunidade, como remanescente de quilombo. É um conceito que atende uma demanda externa, é estratégico no campo das lutas políticas que estão em curso frente às pressões dos órgãos ambientais e que favorecem a construção de uma identidade cultural, frente à inserção da comunidade na agenda cultural do Estado do Tocantins<sup>100</sup>.

A recepção dos convidados é feita pelos moradores da comunidade e principalmente pelos membros da diretoria da associação. Todos demonstram muita alegria e felicidade em receber as pessoas que vêm de fora e dão brilho ao evento. Os objetivos da festa são:

- Resgatar a história de a cultura do Povoado de Mumbuca, seu conhecimento da arte do Capim Dourado, assim como suas lendas, músicas e outras tradições;
- Homenagear as pessoas que iniciaram o trabalho com o Capim Dourado;
- Incentivar a coleta coletiva e sustentável da matéria-prima, dando continuidade aos modos tradicionais do Povoado;
- Minimizar os impactos negativos ao capim dourado, incentivando a colheita ordenada na época certa e de forma adequada, reduzindo o desvio da matéria prima para o tráfico;
- Promover a conservação ambiental, o turismo e a interação entre as comunidades e as instituições parceiras<sup>101</sup>.
- (Folder do evento de 2010 e 2011).

A programação da festa em 2010 contou com uma exposição fotográfica intitulada “Capim Dourado – Trançando a Tradição”, apresentações culturais, torneio de futebol feminino e masculino, corrida a cavalo, oficinas para contar a história de luta da comunidade, um jantar coletivo, exposição e venda de artesanatos e de

<sup>100</sup>Na leitura de João Pacheco de Oliveira esse processo corresponde a “uma atualização dentro de uma determinada conjuntura”. Nesse sentido, a situação de conflito vivenciada pelos moradores do Povoado Mumbuca propiciou uma relação no “campo intersocietário em que os eventos da política moderna [...] recebem significações e são convertidos aos parâmetros da política étnica e local (etno-política).” (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 55-56).

<sup>101</sup>As instituições parceiras da festa em 2010 foram: Fundação Cultural; Associação de Extrativistas do Povoado de Mumbuca; Prefeitura Municipal de Mateiros; Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; Parque Estadual do Jalapão/Naturatins; Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR; Associação Jalapoeira de Condutores Ambientais; Escola Estadual Estênio Teles das Chagas; Câmara Municipal de Mateiros; Igreja Assembléia de Deus; Capim Dourado Shopping; Rádio Dunas FM 87,9 e PERCAD - Programa Estadual de Reflorestamento do Capim Dourado.

comidas típicas do local, desfile da princesa, garota e garoto capim dourado e a saída a campo para a colheita do capim dourado.

A programação da festa em 2011 contou com um dia de programação cultural e outro dia de formação política.

A programação cultural foi realizada em clima de muita festa, momento em que a comunidade mostrou o que eles entendem por turismo cultural: foram visitadas as belezas naturais da Comunidade Mumbuca, foram feitas as tradicionais apresentações culturais (teatro e música), corrida a cavalo, jantar coletivo, exposição e venda de artesanatos e de comidas típicas do local, desfile da princesa do capim dourado e homenagem à D. Miúda, considerada a “Rainha do Capim Dourado”.

A formação política foi realizada em clima de palestras e debates onde foram abordados os temas que estão em pauta na comunidade: o manejo sustentável do capim dourado, a identificação geográfica e a criação do selo do capim dourado, os direitos e deveres dos quilombolas.

No folder da festa de 2011, a programação contava com um festival de músicas afro-gospel com os talentos da terra. Mas na festa propriamente dita, a Igreja Assembleia de Deus, que tem sede na comunidade, realizou um culto festivo com a presença de seis pastores oriundos de cidades da região e também da capital (Palmas). Ao final do culto, quando o festival de músicas iria começar, houve um curto-circuito e a energia caiu, dispersando a maior parte do público, principalmente os convidados de fora. Quando a energia voltou, houve uma apresentação de músicas que contou com o público da própria comunidade.

Durante todos os dias da festa, um representante da NATURATINS, fez plantão na escola da comunidade para fazer a entrega da documentação necessária para a colheita do capim dourado. Os extrativistas da Comunidade Mumbuca e de seus arredores aproveitavam os festejos para pegar a carteira que comprova a autorização da NATURATINS para Coleta e Manejo de Capim Dourado e também para regularizar a sua situação junto à Associação de Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca.

A saída a campo para a colheita do capim dourado aconteceu na manhã do dia 20 e, no dia anterior, havia rumores em toda a comunidade, de que o governador Siqueira Campos iria descer de helicóptero na comunidade, mas isso não

aconteceu, houve apenas a participação de um assessor dele que veio de carro, como todas as demais autoridades presentes.

### **3.3.1 O sentido da festa: comunhão, confraternização e alimento**

A similaridade das questões que envolvem os municípios da região do Jalapão e a crescente concorrência em torno da produção do artesanato do capim dourado tornou a festa na Comunidade Mumbuca, uma forma de diferenciação dos outros municípios e comunidades da região. O fato de a Comunidade Mumbuca ser formada por uma grande família, fez com que toda reunião se traduzisse em festa:

Então, a Festa da Colheita do Capim Dourado ela acontece há muito tempo na comunidade, não é só nesses três anos. Mas acontecia assim: porque na época que o capim tava maduro, por exemplo, 97, 98, então as pessoas faziam o que fazem hoje, né, reunia. Então era uma festa pra nós. Essa reunião na casa de vó para dizer pra onde íamos, quando ia voltá, quem ia, quem ia levá. Era uma festa, mais isso não era organizado como é hoje. Uma festa, a festa da colheita. Mas prá nós isso era uma festa: saber qual campo que ia. Pra nós, ter esse planejamento, né? E nesse momento era um momento de alegria, de dormir todo mundo no mesmo lugar, pra sair todo mundo no mesmo tempo, né? Era uma festa. (Liderança 4, 23 anos)

A organização do trabalho com o extrativismo do capim dourado era determinada pela própria natureza, tendo em vista que os coletores esperavam o capim madurar, não ficando presos a datas com dia e mês marcado. Eles esperavam o capim madurar e escolhiam uma casa para se reunir e discutir a forma como o capim seria colhido.

As famílias moravam em lugares dispersos e não havia a associação para que as reuniões pudessem acontecer. Sendo uma família, nada melhor que a casa da avó, a matriarca da comunidade (Vó Miúda), para que as pessoas pudessem se juntar. Por isso o sentido da festa: uma oportunidade de reunião entre crianças, jovens e adultos da mesma família.

Foi a partir de 2009, que eu tive a ideia, foi minha mesmo, eu falei, aí eu chamei as meninas. Eu tava na Diretoria de Turismo do Município e também tava na diretoria da associação. Eu falei, vamos chamar a comunidade? Vamos fazer o desfile das artesãs, vamos fazer isso organizadamente pra não ficar uma festa só entre nós? Passar pro povo até essa parte da conscientização? Pra não ficar só entre nós e

mobilizar mesmo, pra saber que tem uma data certa pra ir pro campo?(Liderança 4, 23 anos)

A primeira edição da festa, no formato de hoje, aconteceu no ano de 2009. A ideia partiu de uma liderança jovem que tinha uma visão da importância de se dar visibilidade ao trabalho que estava sendo feito na comunidade. É importante perceber que em 2009, a Comunidade Mumbuca já havia atingido um processo de organização interna, tendo em vista que a associação já existia há nove anos.

Em 2009, as lideranças da Comunidade Mumbuca já faziam parte de diversas instâncias de intervenção política e administrativa e isso permitiu que eles entendessem que a realidade vivida pela comunidade, não poderia ficar restrita somente ao espaço micro, eles teriam que alcançar o espaço macro, por isso o desejo de mobilizar, de conscientizar, de organizar.

Na região existem outras comunidades reconhecidas como quilombolas como a Comunidade Prata, Mata Verde, Galheiros, Ambrósio e Carrapato. Todas elas possuem o certificado da Fundação Cultural Palmares, mas ainda não receberam o título definitivo. A ideia de organizar uma festa com uma amplitude maior pode significar uma oportunidade de fortalecimento dessas comunidades, um espaço para a articulação e mobilização.

E foi muito certo e foi muito boa a mobilização da nossa comunidade. Chamar outra comunidade pra vim, ter teatro, ter apresentação, ter comida, isso aconteceu em 2009. Mas ter um momento de confraternização mesmo, marcar e dormir todo mundo junto, no mesmo lugar, de voltar, de alimentar todo mundo junto, isso acontece há muito tempo. (Liderança 4, 23 anos)

Nesse contexto, na avaliação da liderança 4, a festa da colheita do capim dourado além de ser considerada um momento de confraternização da Comunidade Mumbuca, é também uma simbologia da comunhão através do alimento, pois é uma oportunidade “*de ter comida, de alimentar todo mundo junto*”. São as lembranças das celebrações da infância que envolve a festa, a fartura, o alimento, a mesa e a solidariedade.

### 3.4 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA COMUNIDADE

A organização política da Comunidade Mumbuca possui um formato próprio e perpassa toda a vida dos moradores a começar pela atribuição dos apelidos que as crianças recebem ao nascer. Todas as pessoas da comunidade, sem exceção, têm um apelido que é conhecido somente no ambiente interno. Quando chegamos à comunidade e somos considerados estranhos, as pessoas são apresentadas pelo nome oficial, que eles têm registrado em cartório. Depois de permanecer no local por mais de uma semana, vamos observando que todo membro da comunidade é tratado somente pelo seu apelido. Com o tempo, percebemos que isso acontece por uma questão de segurança. É possível proteger uma pessoa e se referir a ela pelo apelido, sem que o estranho perceba.

Outra forma de organização política que é própria da comunidade pode ser percebida na existência de dois acessos às casas. Se a pessoa é estranha, ela só conhece um acesso, aquele que está de frente para o povoado. Se a pessoa já tem um grau de intimidade, passa a conhecer outro acesso que está nos fundos da casa e fica de frente para o cerrado. Trata-se de uma trilha dentro da mata, que dá privacidade e agilidade ao morador. Nesse sentido, às vezes, quando chegamos a um local, percebemos que uma pessoa que estava conosco lá atrás, chegou primeiro e já anunciou a nossa presença.

Eles se organizam para desenvolver todo tipo de trabalho interno e fazem longas conversas para tomar decisões que são de interesse comum. As conversas são feitas normalmente de casa em casa. Existe um movimento de pessoas entre as casas o dia todo. Dificilmente alguém consegue ter uma conversa em particular. Quando duas pessoas da comunidade querem conversar assuntos privados, eles falam em código. É muito difícil fazer uma entrevista de 20 minutos sem ser interrompido por um outro morador e, em todas às vezes, a entrevista foi feita na frente de mais pessoas.

Quando existe um problema a ser resolvido, busca-se a solução em conjunto. Abaixo a descrição de uma das lideranças sobre como eles resolvem o problema da falta de alimentos na família ou a falta de leite para uma criança da comunidade:

Se existe diferença, dentro dos familiares no aparecimento do alimento? A gente vê assim, a gente chega na casa do vizinho e vê assim: eu não sei o que fazer, aqui não tem nada. Tá vendo alguma coisa que se possa fazer na alimentação? Como que vai fazer? Que hora que vai acontecer? É verdade? A gente analisa. Porque a criança, acontece que se tem criancinha ela é fraquinha por falta de sucesso de alimentação. O que tem tá fraquinho? Onde tiver leite na comunidade... quem tiver leite, ela vai. O leite no vizinho aqui. Libera o leite. A mãe vai lá e busca. (Liderança 1, 57 anos).

Essa forma de encaminhamento dos problemas é um tipo de organização política. A pessoa tem uma preocupação, ela sai de sua casa e vai à casa da outra pessoa para discutir aquele assunto e encontrar uma solução. Eles vão discutindo por semanas, até a questão se esgotar e a comunidade chegar a um consenso.

Quando a questão é mais ampla, que diz respeito à qualidade de vida e infraestrutura para a comunidade, acontecem reuniões com hora e local marcado. Para que as reuniões aconteçam, é preciso mobilizar a comunidade. Ir de casa em casa, convidar, dizer qual é a pauta e qual é a importância da participação daquela família. Se ninguém vai à casa de uma família convidar, ela não vai à reunião, mesmo que esteja sabendo. Eles dizem: “eu não fui convidado”.

Independente da pauta, quando essa reunião maior acontece, muitas conversas já foram feitas nos bancos das casas e a maioria das pessoas já sai de casa com uma opinião formada sobre o assunto.

Nos últimos dez anos, duas questões provocaram uma grande mobilização na Comunidade Mumbuca e um número infindável de reuniões: a colheita do capim dourado de forma sustentável e a criação do Parque Estadual do Jalapão:

Que história maluca. Então, 2000 tinha uma ideia de fazer a associação por causa do capim, né? Por conta de conseguir também, água, a escola... Em 2001, apareceu o Parque Estadual do Jalapão. Tava tendo o capim dourado, tava tendo uma venda, aí foi muito complicado, teve uma mobilização maior. No mesmo momento tinha alguém querendo tomar as nossas terras. Aí passou a ter uma mobilização maior. (Liderança 4, 23 anos).

Primeiro o paradoxo expresso no *bem* representado pelo capim dourado e pela criação da associação, e no *mal* representado pela criação do Parque Estadual do Jalapão, por isso a “*história é maluca*”.

Segundo é explícito que a comunidade resolveu se organizar e formar uma associação para poder encaminhar todas as demandas colocadas pelo aumento da venda do capim dourado. Foi possível naquele momento, visualizar uma associação que pudesse também ser uma entidade representativa da comunidade para reivindicar políticas públicas como a questão da água e da escola.

Terceiro, a constatação da ameaça da perda das terras e a decisão quanto àquilo que vem a ser prioridade para a comunidade: “*tava tendo o capim dourado, tava tendo uma venda, [...]. No mesmo momento tinha alguém querendo tomar as nossas terras. Aí passou a ter uma mobilização maior*”. A terra passou a ser a prioridade, por isso a comunidade foi obrigada a fazer uma mobilização maior.

Diante daquele cenário, o único canal de interlocução que a comunidade tinha, era o governo, não havia outro órgão ou instituição que pudesse apoiar a comunidade, por isso a necessidade de pactuar. A comunidade estabelecia relação mais próxima com o governo municipal que os orientou no processo de criação da associação e na divulgação das peças do capim dourado e com o governo estadual que se fazia presente na pessoa dos técnicos da Fundação Cultural e do SEBRAE que também desenvolviam trabalhos voltados para o aperfeiçoamento do artesanato. Não havia uma representação política na comunidade.

Era o Estado que atuava diretamente com a comunidade, por isso na maior parte dos depoimentos colhidos na comunidade, aparecem os nomes das pessoas que estavam à frente do governo na época ou de pessoas que foram à comunidade estabelecer diálogo: “no tempo do Paulinho”, “no tempo da Rosana”, “no tempo do prefeito Jackson”, “no tempo do prefeito Ribamar”, “no tempo do Siqueira Campos”, “no tempo do Renato”. É um discurso muito forte e percebemos que a comunidade está aprendendo a desconstruir essa ideologia através da participação na associação:

Deixa eu falar uma coisa bem aqui pra você. Um dos grandes erros do nosso país hoje é a política ideológica. A política que eu quero falar assim, na questão de pessoas que conversam. Esse é um dos maiores atrapalhos, porque todo o programa que tem hoje, via município, vamos dizer assim. Eles é que organiza, a não ser uma sociedade igual; uma entidade igual a associação, que pode adquirir, sabe? E essas coisas não funciona. Eles recebem, às vezes cria o conselho e lá eles colocam no saco e amarra a boca, sabe? (Colaborador 3, 45 anos).

O pensamento desse morador da Comunidade Mumbuca é a expressão da percepção política que a comunidade foi obrigada a adquirir nos últimos anos. Hoje a comunidade sabe que é a associação que a representa politicamente e que os recursos públicos que chegam à comunidade, entram via associação.

No discurso aparece a caracterização das “*peças que conversam*”. Trata-se do entendimento que esse morador tem do papel desempenhado pelos técnicos do governo que vão à comunidade conversar, expor os programas e as políticas públicas. Ele percebe que esses programas são elaborados nos moldes da burocracia da administração pública e nem sempre respeita a realidade dos povos e comunidades tradicionais. Ele continua...

Porque eu acho um desrespeito dos políticos. Dos políticos agora, políticos vereadores, os políticos de Mateiros. Porque assim, os políticos hoje, por eles saber que é uma sociedade que ele administra é carente, ele não cria oportunidade pra essas pessoas. Essa questão de cesta básica, de benefícios, são muito bom, mas se eu hoje, como pai de família, eu não queria que ninguém fosse na minha casa, levasse uma botina pra mim, uma sacola de... Eu queria que as coisas está tudo produzindo, lá na minha roça. Porque o orgulho de um homem como eu, é produzir. Porque pra minha subsistência e da minha família, e vender e ter dinheiro no bolso, sabe? Porque o político hoje, não. Às vezes ele procura é matar mais a pessoa, sabe? Tirar as razões do pai de família pra, na época da política ele vir aqui com alguma coisa no bolso, com uma promessa e a pessoa ter que votar pra ele. (Colaborador 3, 45 anos).

Nesse trecho ele demonstra a realidade dos políticos do local (legislativo e executivo) e as relações de coronelismo que são estabelecidas com as comunidades carentes. Expressa indignação com a política de assistência pura e simples, que não avança no sentido de tratar o cidadão, portador de direitos, como um homem digno, que quer sustentar a sua família com o fruto do seu trabalho.

### **3.4.1 Participação nas reuniões da associação**

A criação da Associação de Artesãos e Extrativistas do Povoado de Mumbuca foi um espaço importante para a garantia de participação social dos moradores da Comunidade Mumbuca. No artigo 1º do Estatuto, consta que a associação “tem por

finalidade orientar e dirigir os trabalhos, ações e esforços com vista a promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social e cultural da comunidade”.

A associação foi criada em 2000, percebemos que houve uma intensa participação dos moradores nas discussões em torno das questões voltadas à prática do manejo sustentável do capim dourado. De 2001 a 2006, a associação teve um papel importante no processo de discussão dos encaminhamentos que seriam dados frente à criação do Parque Estadual do Jalapão. No final da gestão da liderança 1, no ano de 2006, os membros da associação fizeram uma reunião onde foi decidido que a comunidade se auto-definia quilombola. A auto declaração é fundamental para o início do processo de reconhecimento da comunidade, como comunidade quilombola.

Considerando que após a auto declaração não houve nenhum outro acontecimento que mobilizasse a comunidade, a participação social foi se reduzindo:

Quando estabeleceu essa coisa que a comunidade ia sê quilombola, eu já tava quase entregando a associação, mas a primeira ação foi a vinda do banheiro. Agora eu participei né, porque eu tava interessado porque a associação que cuidava do capim dourado, eu queria saber explicar como era o manejo, mas logo eu saí e não sei como está. Então entrou o Programa Quilombola: quem é o presidente? Tem que ter presidente. [...] Eu não participei, só assinei como presidente para vir o banheiro aqui. Demorou mais veio. Eu não participei, mas veio o banheiro aqui.<sup>102</sup> (Liderança 2, 45 anos).

Essa liderança demonstra que, como sócio da associação, a sua participação nas reuniões devia-se ao fato ter interesse em saber sobre o manejo do capim dourado. Após assumir a presidência da associação, na gestão 2007-2009, teve que assinar documentos referentes à nova identidade da comunidade, mesmo não tendo participado das reuniões específicas que discutiram esse assunto (que aconteceram na gestão anterior).

Exercendo a presidência, assinou um projeto do Programa Brasil Quilombola, que foi o projeto para a construção dos banheiros na comunidade. Outras dificuldades encontradas por essa liderança demonstram a pouca participação da comunidade no período de sua gestão:

---

<sup>102</sup> Projeto que foi assinado em 2009, teve início em 2010 e ainda não foi concluído. O projeto previa construir 32 banheiros, mas nenhum foi construído até agora. A obra está parada no alicerce.

Muitas. Falta de companheiro, falta de dinheiro, falta de ambiente para planejamento, falta de coordenador para segurá um projeto, algum projeto que nois fizemo. Falta de matéria prima. Sempre faltava dinheiro. Aí vem dívida, dívida, dívida e eu ficava com a cabeça que eu não sabia onde colocava. Eu ficava aqui e acolá e não é fácil não, sabe? A viagem para prestar contas na cidade de Palmas, eu tive que pegar carona, mas eu tinha que ir. (Liderança 2, 45 anos).

Pelo discurso é possível perceber a solidão da presidência e a falta de recursos materiais e humanos para o funcionamento da entidade. Há também uma grande dificuldade no processo de prestação de contas que é papel do presidente e do tesoureiro. Se o cartório, as compras e as secretarias estaduais que estabelecem relações com a associação ficam na cidade de Palmas, as dificuldades se tornam ainda maiores devido aos custos da viagem.

A necessidade de apresentação de atas de reuniões realizadas com o Conselho Fiscal e com a comunidade para a prestação de contas, causam desinteresse dos sócios e dos membros da própria diretoria:

Das contas que nós gastamo né? Das que foram paga? Mais é o seguinte, vo falá pro cê: nessa época a gente tentava, mas tinha dificuldade. Tinha que pegar nota daquilo que você compra, daquilo que você gasta, faz uma promissória, faz um o recibo e guarda no caderno porque o povo não gosta de reunião. Aí tem reunião, não vem ninguém: não vem a secretária, não vem a tesoureira, não vem ninguém. Aí como que pode fazer uma ata se não tem reunião? (Liderança 2, 45 anos).

Aos poucos as reuniões tornam-se desgastantes porque a comunidade tem uma expectativa muito grande em relação à associação, para resolver problemas imediatos. Se não há a possibilidade de captação de recursos, se não há respostas em relação às questões ligadas aos conflitos socioambientais, se não recebem o título de suas terras, os sócios ficam sem esperança. Diante das questões políticas em curso e das obrigações burocráticas pendentes, se não houver uma equipe preparada para encaminhar todo o processo, a entidade fica estagnada.

Considerando que no auge do debate em relação à criação do Parque, a Comunidade Mumbuca fez uma mudança em seu estatuto, criando na associação

uma Câmara Representativa das comunidades dos arredores,<sup>103</sup> desde 2008 que aumentaram as dificuldades de mobilização da associação, pois o convite para a reunião não se resume a passar de casa em casa, mas de comunidade em comunidade. Isso requer carro, requer tempo e disposição dos membros da diretoria.

### 3.4.2 Participação nas reuniões dos conselhos

A partir do momento que a Fundação Cultural Palmares reconheceu a Mumbuca como comunidade quilombola, houve uma diferença no tratamento dos órgãos do governo em relação à comunidade. As relações da comunidade que antes eram travadas somente com os órgãos estaduais e municipais ampliaram-se para órgãos federais como a SEPPIR e o Ministério Público Federal.

Com o status de comunidade quilombola, as lideranças da comunidade passaram a ser convidadas para a participação nas reuniões dos conselhos municipais, como o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Quando questionados sobre a importância da participação nesses conselhos, os moradores manifestaram descontentamento com a política de funcionamento desses conselhos de participação social:

Então assim, a política hoje. E não deixa ninguém... porque assim, se eu faço parte de um conselho hoje, e vejo que não ta funcionando, e faço uma reclamação do que ta acontecendo. Não ta funcionando de acordo como manda o regimento. Aí eu sou perseguido pelos representantes, pelos políticos lá. Aí pode até me tirar dos meus direitos ou dos direitos da sociedade. Aí são muitas coisas que não funciona. Política assim, não funciona. Não to generalizando não, sabe? (Colaborador 3, 45 anos).

Fica explícito que há um limite na participação quando os conselhos não cumprem o seu papel, pois os representantes da sociedade civil não podem criticar ou apontar os problemas. Na concepção do morador, o cidadão comum não pode expressar livremente o seu pensamento porque sofre retaliação dos gestores ou dos

---

<sup>103</sup> Houve a associação de todas as comunidades que estavam atingidas pelo parque: Boa Esperança, Rapadura, Carrapato, Borá. O estatuto reza que em todas essas comunidades pode haver um representante da Associação dos Extrativistas e Artesãos do Povoado da Mumbuca.

órgãos do governo. Ele chega a falar da possibilidade da perda dos direitos, o que não condiz com a realidade de uma democracia, nem mesmo com a finalidade da existência dos conselhos.

Há um entendimento de que os conselhos existem para a formulação de diretrizes para as políticas públicas e que o mesmo tem um papel de monitoramento e fiscalização, mas a ideia central é que os conselhos não funcionam:

Olha assim, o que eu entendo a respeito dos conselhos porque quase todos os programas sociais existe um conselho. Porque quando se cria um programa social, criava conselho. Só que, na verdade, esse conselho não funciona. Existe, mas não funciona da forma que o estatuto ou a lei manda que possa funcionar, certo? Por que? Existe muitos fatores que impede esses programas sociais e essa questão alimentar funcionar. (Colaborador 3, 45 anos).

A principal forma de a comunidade conhecer os programas e as políticas do governo, em suas três esferas, é a participação social, da realização de reuniões e encontros com os representantes de governos e com outras entidades representativas da sociedade civil, mas quando uma única pessoa sai da comunidade e vai para uma reunião do conselho, nem sempre ela está preparada adequadamente.

Há que se fazer uma discussão sobre a cultura local, sobre as vivências na comunidade, sobre o dia-a-dia, o cotidiano que não é conhecido pelos membros dos conselhos que vivem na cidade. Se isso não acontecer, os representantes das comunidades quilombolas passam pelos conselhos, não vêem nenhum resultado e saem, conforme depoimento de uma conselheira representante de Mumbuca que participou do Conselho Municipal da Saúde: *“Eu acho que foi questão particular, não vi muita expectativa. Quando a gente não vê nenhum resultado... tive quatro anos, não vi nenhum resultado, achei que não era preciso permanecer.”* (Colaborador 2, 33 anos).

Na entrevista que fizemos com a conselheira do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, percebemos que ela tem noção de que algumas políticas públicas são específicas para as comunidades quilombolas, mas que não chegam à Comunidade Mumbuca: *“Porque são os programas privilegiados. Eu ouvi falar que os quilombolas têm direito de lanchar quando entrar, quando sair. As crianças não vão passar fome, como passava antes”* (Colaborador 7, 24 anos). No

entanto, o conselho foi montado, mas as reuniões não acontecem: *“As reuniões do conselho não tem sido frequentes, precisa mais de encontros, de palestras, que estão um pouco ausente. Aqui em Mateiros, com a minha presença, não estava tendo, está parado, esquecido.”*(Colaborador 7, 24 anos).

Esse descompasso entre a formação de um conselho e o funcionamento dele causa um grande descontentamento dos representantes das comunidades quilombolas, principalmente porque há uma distância muito grande entre aquilo que é veiculado e aquilo que se efetiva na comunidade. Outras questões desmotivam a participação dos membros da comunidade quilombola, tais como a falta de apoio para transporte, hospedagem, e alimentação na cidade, onde acontecem as reuniões.

O desafio que se coloca é garantir uma maior participação dos representantes da comunidade para que se possa realmente discutir as políticas públicas que são pertinentes a essas populações e o resultado dessas discussões tenha um retorno para a comunidade. Para que isso aconteça é necessário também discutir qual o papel de um representante de conselho, porque muitas vezes a pessoa não sabe. No caso das duas entrevistadas, elas afirmaram que eram representantes da comunidade no conselho, mas a comunidade não sabia que elas estavam representando a comunidade.

### **3.4.3 Participação política na Câmara dos Vereadores**

Quando se trata de eleger representante na Câmara dos Vereadores, a organização política da Comunidade Mumbuca é muito forte. Como a comunidade é composta por 28 famílias que vivem no povoado e um número não quantificado que vive na cidade de Mateiros, há quatro eleições existem membros das famílias ocupando um cargo no legislativo, sendo que nesta última gestão (2008-2012), são dois representantes. Tivemos a oportunidade de conversar com os dois vereadores e foi possível perceber que a eleição deles não passa pela escolha de uma plataforma política discutida com a comunidade, mas sim de um jogo de forças que perpassa a divisão das duas famílias de origem (os filhos da D. Miúda e os filhos da

D. Laurentina). Esse também pode ser o critério para a eleição do presidente da associação, mas não pretendemos aprofundar esse assunto.

### 3.5 O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE COMO QUILOMBOLA.

Não poderíamos deixar de abordar a importância da existência da Associação de Extrativistas e Artesãos do Povoado da Mumbuca no processo de reconhecimento da comunidade como quilombola. É uma questão importante porque demonstra o grau de amadurecimento político e cultural da comunidade, que conseguiu se articular politicamente para garantir um direito previsto na Constituição Brasileira de 1988.

Esse passo que foi dado internamente torna-se ainda mais importante, tendo em vista que o governo do Tocantins não costuma acompanhar a comunidade depois que ela abre o processo de reconhecimento, ficando a cargo da própria comunidade o monitoramento e a fiscalização desta política. Essa realidade foi expressa pelo coordenador dos Afrodescendentes da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, durante entrevista:

[...] Não existe uma política de acompanhamento das comunidades quilombolas. Elas simplesmente foram reconhecidas e ficaram a escanteio. Porque a gente reconhece e também funda uma associação para que elas passem a ter um controle social das suas atividades. Porque a gente dificilmente volta para saber em que pé que está. Não tem um acompanhamento. Para te dizer como é que ta, preciso ir lá, 10 anos atrás... A gente não mantém esse acompanhamento a fio dessas comunidades. Por isso que muitas coisas acontecem e a gente fica a deriva. O que está acontecendo? Eu não sei. (Técnico da SECIJU, entrevista realizada no dia 31/03/2010).

Esse discurso é fundamental para entendermos o porquê da resistência dos moradores da Comunidade Mumbuca em acessar as políticas e programas que estão direcionados às comunidades quilombolas. O governo estadual funda uma associação com a finalidade específica de dar início ao processo de reconhecimento das comunidades quilombolas e não oferece nenhum outro respaldo para a comunidade dar continuidade ao processo.

No caso específico da Comunidade Mumbuca que já tinha uma associação criada, houve uma sobreposição das funções da associação que tinha por finalidade última, promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social e cultural da comunidade:

Não tem nada que fala sobre a questão quilombola no estatuto. Fala que a associação cuida da questão cultural. Os objetivos é cultura, meio ambiente, artesanato e tal. Mas não fala especificamente, o território quilombola e tal. Na época quem fez a mobilização foi a Secretaria de Cidadania e Justiça, né. Que foi lá, que explicou, que orientou as pessoas. Precisava ter uma associação, que fosse da comunidade e na época a associação já tava montada né? Então a Doutora era presidente, que foi para solicitar esse reconhecimento. (Liderança 4, 23 anos).

A existência da associação dos extrativistas e artesãos dispensou a criação de uma associação de quilombolas. Parece uma coisa sem importância, mas não foi. Esse fato protelou a realização de um debate profundo sobre o sentido histórico, econômico, cultural e político da existência das comunidades quilombolas no Brasil e, muito menos o conhecimento, por parte da Comunidade Mumbuca, do debate em torno da existência das desigualdades raciais em nosso país.

Na Comunidade Mumbuca, a discussão com o intuito da abertura do processo de reconhecimento como comunidade quilombola, foi incentivada e coordenada pela Secretaria da Cidadania e Justiça. O processo contou com o monitoramento realizado pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Subprocuradoria Geral da República em Brasília.

Nesse contexto, houve uma abertura por parte do governo e uma necessidade por parte da comunidade. No entanto, a falta de aprofundamento maior sobre o tema, abriu um vácuo no processo de construção da identidade dos moradores da Comunidade Mumbuca, que são reconhecidos oficialmente como quilombolas, mas não sabem exatamente o que isso significa:

O Estado ajudou a mobilizar a comunidade e pediu o reconhecimento como comunidade quilombola. Como uma família quilombola que tinha seus direitos. Até então, em 2006 e até hoje, ainda tem a falta de conhecimento sobre o que é quilombola realmente. Aí foi uma dificuldade que tivemos. Foi ter falado que quilombola é escravo. Ninguém quer ser quilombola. Nós não somos escravos. Ninguém nasce escravo. Vai voltar nessa escravidão só porque nós somos

negros? Nós não somos nem descendentes de escravos. Somos remanescentes de africanos e que por falta de muita coisa nos impuseram, nos fizeram ser escravo, né? Essa discussão de ser escravo é que pega. (Liderança 4, 23 anos).

Ocorreu que o Estado, representado pela Secretaria da Cidadania e Justiça, contribuiu da forma que pôde no processo de mobilização da comunidade, mas não foi suficiente o bastante para realçar o caráter histórico da escravidão e o papel dos descendentes africanos no Brasil. Na nossa interpretação, houve um equívoco no processo de construção do conceito de quilombo até compreensível se pensarmos no referencial teórico que tínhamos até há poucos anos atrás. Nesse sentido, é positivo percebemos a altivez da comunidade que levanta a bandeira de liberdade no passado e no presente, recusando se identificar como escravizada.

Essa dificuldade de assimilar a realidade quilombola só está sendo superada, porque a comunidade viu a possibilidade de garantia de direitos para as famílias e também a possibilidade de manutenção do seu território:

Eu não lembro assim, mais ou menos, quando começou, mais houve uma mudança de melhora porque esse povo, morava aqui e identificaram como parque, mais por conta nois fomos reconhecido como quilombola, aí nois tivemos esse direito. Porque nois tava pra ser retirado desse local. Mais como nois fomos identificado como quilombola, nois tivemos direito, né. Aqui eles iria tirá uma área muito pequena pra nós. Se a comunidade ficasse, seria uma área muito pequena. Já melhorou porque nois tivemos direito, né, de tirá mais terra pra nossa família. (Colaborador 5, 54 anos).

A tramitação do processo de reconhecimento da Comunidade Mumbuca possibilitou também uma ampliação do espaço de atuação política da comunidade, tendo em vista que ela foi inserida nos fóruns de igualdade racial e nos fóruns que debatem a questão da terra e do patrimônio territorial no Brasil. Isso permitiu um grau maior de informação sobre as políticas públicas voltadas para comunidades quilombolas que são pouco divulgadas naquele meio:

Muito pouco. O que eu sei é assim, pela internet, que eu busco. E também na reunião dos fóruns está se debatendo isso. A gente tá tendo conhecimento do que é a política né, dos quilombolas. Do que são os seus direitos, mas muito pouco. Ainda não estou bem informada disso, preciso de mais informação. (Colaborador 6, 44 anos).

Tratando-se de uma questão nova para a comunidade, são também as lideranças mais jovens que participam dos fóruns que discutem as questões quilombolas. Atualmente a Comunidade Mumbuca participa do Fórum Estadual das Questões Quilombolas do Tocantins, instância que têm coordenado a maior parte das reuniões que foram feitas junto ao Ministério Público Federal nos anos de 2009 e 2010.

Através desse fórum, as lideranças mais jovens estão fazendo um debate que está para além da criação do Parque Estadual do Jalapão. Trata-se de um debate efetivo sobre a questão da terra como direito fundamental das comunidades quilombolas:

O Parque foi criado, mas ele não foi regulamentado. Não tem um plano de manejo efetivo. Isso faz com que o Parque seja criado, mas não seja efetivo. Só existe a lei de criação, não existe um plano de manejo. As áreas ainda não estão definidas. Está com um processo acelerado de definição das áreas. Aí depois que fomos reconhecidos como quilombolas, isso nos deu o direito de reivindicar as nossas terras, né? (Liderança 4, 23 anos).

A questão da posse das terras é um dos pontos fundamentais no debate da questão das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas no Brasil. No caso da Comunidade Mumbuca, a questão da posse da terra ficou diluída nos debates sobre a questão socioambiental e nos debates sobre a melhor forma de extração do capim dourado.

Enquanto os moradores de Mumbuca forem considerados apenas artesãos e produtores do artesanato do capim dourado, a identidade quilombola estará coberta e a questão da terra não estará no centro do debate.

Na leitura da liderança mais jovem, o parque ainda não existe de fato. Então por que se sentir ameaçado por algo que não existe? Outrossim, se houver a definição do território quilombola, a existência do parque não será um problema, porque o parque terá que respeitar os limites desse território que precede a criação do parque.

No processo de mobilização atual, a comunidade pode enxergar mais longe porque estabelece relações com outros aliados:

Antes a reunião era feita só com o NATURATINS. Com o NATURATINS, o Instituto Natureza do Tocantins. Os representantes

do NATURATINS falavam o que queriam. A comunidade ficava amedrontada. Em 2009, a comunidade procurou outras entidades. Depois a reunião passou a ser feita com a SEPPIR, o Ministério Público. Nós percebemos que não estamos sozinhos. Depois daquele termo de ajuste de conduta, houve problemas, mas houve mais respeito. O TAC está acordado, mas não foi assinado. (Liderança 4, 23 anos).

A liderança faz referência ao Termo de Ajuste de Conduta que foi construído coletivamente por ocasião da audiência pública que aconteceu na Comunidade Mumbuca em maio de 2010. Como essa liderança vem acompanhando todos os desdobramentos dessa audiência, anuncia o fortalecimento da Comunidade Mumbuca e das outras comunidades quilombolas que existem no Tocantins e reitera que elas não estão sozinhas.

No seu discurso, aponta uma conquista no sentido da existência de um acordo representado pelo TAC e aponta para a necessidade de assinatura desse acordo:

Um dos principais problemas que nós enfrentamos foi a mudança de gestão do governo do Estado. Não deixaram nenhum documento na pasta. Ele não tinha nenhum documento lá no NATURATINS. Inclusive o Ministério Público ficou de entregar esse documento para a NATURATINS. (Liderança 4, 23 anos).

No desenho apresentado, o principal entrave para que as discussões sejam encaminhadas e o acordo seja assinado, é a falta de continuidade na execução das políticas públicas que estão sob a responsabilidade do governo estadual. Essa questão vai exigir uma postura de vigilância por parte da comunidade porque muitas decisões são esquecidas pelos órgãos públicos do Tocantins, principalmente no período de mudança de gestão<sup>104</sup>.

No caso específico da execução das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas do Tocantins, há que se atentar para ao formato da Coordenadoria de Afrodescendentes, instância da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins que coordena as ações do Programa Brasil Quilombola e estabelece relação direta com a SEPPIR.

---

<sup>104</sup> No processo de desenvolvimento desta pesquisa que levou quatro anos, acompanhamos duas mudanças no governo Estadual e trabalhamos com três equipes que compõe as secretarias estaduais. A primeira equipe era do governo Marcelo Miranda. Com o processo de cassação que ocorreu em 2010, tivemos acesso a equipe do governo Gaguinho. Em 2011, com as eleições estaduais, assumiu a nova equipe, agora do governo Siqueira Campos.

O Programa Brasil Quilombola será o principal programa do governo a ser analisado na próxima seção, onde estaremos discutindo a questão da alimentação na perspectiva da Comunidade Mumbuca e a política de segurança alimentar no governo federal de 2003 a 2010.

## 4 ALIMENTAÇÃO: A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE MUMBUCA E A PRESENÇA/AUSÊNCIA DO ESTADO NO PERÍODO DE 2003 A 2010

### 4.1 A COMUNIDADE MUMBUCA COMO PORTADORA DE DIREITOS

*O que será da gente  
Que vive e que sonha ser contente  
Qual fruto e futuro pela frente  
Quem sente é que sabe cuidar  
(Tema do capim dourado)<sup>105</sup>*

A Comunidade Quilombola Mumbuca recebeu da Fundação Cultural Palmares o Certificado de Auto-Reconhecimento como “remanescente das comunidades dos quilombos” no dia 16 de janeiro de 2006, portanto, é uma comunidade portadora do direito de receber as ações do Programa Brasil Quilombola (PBQ), criado em 2004.

O Programa Brasil Quilombola (PBQ) é um programa do governo federal coordenado pela SEPPIR e estabelece articulação com 23 órgãos da administração pública federal. No Estado do Tocantins, as ações são coordenadas pela Secretaria da Cidadania e Justiça (SECIJU) e podem ser executadas pelos municípios que possuem comunidades quilombolas e tenham interesse na execução de ações específicas do programa que estão sustentadas em quatro eixos: regularização fundiária, infraestrutura e serviços, desenvolvimento econômico e social além de controle e participação social.

Conforme discussão feita nas seções anteriores, a questão da vulnerabilidade social e da insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Quilombola Mumbuca é um problema que pode estar atrelado a não execução, por parte das três esferas de governo, dos eixos que são propostos pelo Programa Brasil Quilombola (PBQ).

---

<sup>105</sup>TEMA DO CAPIM DOURADO. (Música de Medina e Santinha). **Contigas de Roda:** Comunidade Mumbuca.

Nesse sentido, dedicamos a quarta seção de nossa tese para investigar, na Comunidade Mumbuca, como as famílias percebem a necessidade dessas ações do governo, se elas tiveram acesso a algum tipo de ação vindo do governo municipal, federal e estadual e qual o grau de satisfação das famílias ao longo dos anos de 2003 a 2010.

Optamos por desenvolver a pesquisa de campo quantitativo-descritiva com a finalidade de verificação da tese principal desse trabalho que é a vulnerabilidade social e insegurança alimentar na Comunidade Mumbuca. A aplicação do método de procedimento estatístico nos permite um estudo de avaliação do Programa Brasil Quilombola e a descrição de algumas características quantitativas das famílias mumbuquenses.

Delimitamos o período de estudo entre os anos de 2003 a 2010, tendo em vista o marco legal do Decreto 4.887/2003 e a Portaria nº 127/2008 do Ministério da Fazenda, que regulamenta o procedimento para a implementação das políticas públicas para as comunidades quilombolas tituladas pelo INCRA ou certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

#### 4.2 COLETA DE DADOS NA COMUNIDADE: ENTREVISTAS E FORMULÁRIOS

A mensuração da vulnerabilidade social e da insegurança alimentar e nutricional da Comunidade Quilombola Mumbuca requer a adoção de um método de investigação focado na caracterização das famílias mumbuquenses e no estudo de indicadores que possam expressar a qualidade de vida na comunidade.

Visando alcançar esse objetivo, adotamos o método de procedimento estatístico com a finalidade de conferir, analisar, discutir e avaliar o acesso da Comunidade Mumbuca às políticas públicas com indicadores na área da saúde, educação, habitação, saneamento, bens e serviços e geração de emprego e renda.

Considerando que a participação dos moradores poderia ser limitada pela dificuldade de leitura e escrita, optamos pelo processo da observação direta intensiva utilizando a técnica de entrevistas estruturadas, combinado com a utilização da técnica de preenchimento de formulário contendo um roteiro de

perguntas fechadas com múltiplas escolhas<sup>106</sup> que foram aplicadas pela própria pesquisadora aos moradores da Comunidade Mumbuca durante o mês de julho de 2011.

Os formulários foram elaborados durante o trabalho de pesquisa etnográfica, depois de um tempo de convivência da pesquisadora na comunidade, de forma que a linguagem e as perguntas pudessem ser de fácil entendimento dos moradores.

No que tange à mensuração do grau de insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Quilombola Mumbuca, a partir dos moradores, anexamos ao formulário socioeconômico, o formulário preparado com as perguntas específicas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)<sup>107</sup> que consiste em perguntas fechadas com alternativas dicotômicas.

A quantidade de formulários e entrevistas foi projetada para atingir um universo de 38 famílias que residem na comunidade, mas a aplicação se limitou ao número de 26 famílias, o que corresponde a 68,42% do universo da pesquisa.

Acreditamos que o número de formulários respondidos é representativo do universo pesquisado, tendo em vista o critério de respeito à opção dos chefes de famílias em participar ou não da pesquisa. Houve também dificuldades em encontrar pessoas em alguns domicílios que se encontravam fechados por motivos de dupla residência: uma na cidade de Mateiros e a outra no Povoado Mumbuca.

Os dados coletados pelo método de procedimento estatístico constituem em uma etapa mais restrita em termos de verificação das condições de vida das famílias da Comunidade Mumbuca. Trata-se de um método complementar ao trabalho de campo etnográfico apresentado nas seções 1 e 2 e nos permite observar, sob o ponto de vista dos moradores, a orientação das políticas públicas desenvolvidas na esfera federal, estadual e municipal no período de 2003 a 2010.

A principal dificuldade encontrada na aplicação da entrevista foi no aspecto comparativo das questões que abarcavam o ano de 2003 e de 2010, operação que se torna difícil para uma população que não atribui muita importância ao tempo cronológico, mas ao tempo do acontecimento.

---

<sup>106</sup> Cf. Apêndice A, p. 283

<sup>107</sup> Cf. Anexo C, p. 295

Outra dificuldade que denota uma questão cultural e falta de sensibilidade da pesquisadora foi a utilização do termo “insatisfatório” no processo de avaliação das políticas públicas. A comunidade é extremamente religiosa e não costuma afirmar que está insatisfeita com algo, é como se fosse contra a vontade de Deus sentir-se insatisfeito.

O maior êxito no procedimento de aplicação das entrevistas foi a possibilidade de visitar cada uma das famílias e entrar nas casas. Os moradores esperavam a pesquisadora e aproveitavam a oportunidade da entrevista para fazer o ritual da recepção de uma visita. Por esse motivo, a coleta de dados não foi somente um trabalho técnico: foi uma conversação precedida das cerimônias típicas de recepção (escolher o lugar para ficar, trazer uma cadeira ou um banco para sentar) e sucedida do ritual de finalização (oferecer água, café ou algo para comer), próprio dos costumes das famílias na comunidade.

Todos esses rituais não afetaram a objetividade do trabalho de coleta dos dados, mas permitiram o exame de fatos ou fenômenos que desejávamos observar como o próprio comportamento das famílias. Há que se destacar que muitas pessoas entram e saem das casas o tempo todo e não é possível dizer que o formulário foi respondido em 20, 30 ou 40 minutos. Houve muita variação.

#### 4.3 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS DO POVOADO MUMBUCA

O universo da pesquisa de campo caracteriza-se por um grupo de 38 famílias residentes no Povoado Mumbuca, município de Mateiros, Estado do Tocantins. Esse conjunto de famílias se autoidentifica como quilombola por possuir um ancestral comum, partilhar de uma organização religiosa, social e cultural baseada na tradição e por fazer uso dos recursos naturais de seu território para a sobrevivência.

Para uma caracterização geral das famílias que colaboraram com a pesquisa, fizemos um levantamento do número total de pessoas que moravam no domicílio, o número total de crianças que habitavam no domicílio, o tempo de moradia da família na comunidade e a identificação dos entrevistados. Neste último quesito, preferimos omitir a informação para garantir a preservação da identidade pessoal das pessoas e

famílias da comunidade pelo constrangimento que alguns moradores demonstraram quando pedíamos consentimento para que procedêssemos a entrevista.

Podemos observar abaixo, a tabela 1, demonstrativa desta caracterização:

**Tabela 1 – Caracterização das famílias pelo total de pessoas, número de crianças e tempo de moradia na Comunidade Mumbuca no ano de 2011**

Nº de famílias Pesquisadas	Nº total de pessoas que moram no domicílio	Nº de crianças que moram no domicílio	Tempo de moradia na Comunidade Mumbuca.
1	3	0	57
2	3	1	61
3	5	3	6
4	5	3	26
5	6	1	10
6	4	2	26
7	2	0	70
8	8	1	11
9	3	0	25
10	1	0	65
11	7	5	38
12	1	0	5
13	3	1	21
14	8	2	30
15	1	0	74
16	2	0	0,3
17	11	5	58
18	7	1	66
19	2	0	1,4
20	4	2	24
21	4	1	48
22	1	0	11
23	1	0	0,9
24	1	0	55
26	5	3	2
<b>TOTAL</b>	<b>104 (média =4)</b>	<b>34 (média = 1,30)</b>	<b>806,6 (média = 30,02)</b>

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

A tabela 1 apresenta o total de 26 famílias pesquisadas, que somados os indivíduos, chega-se a 104 pessoas.

Conforme a coluna do número de pessoas por domicílio, verificamos que a média é de 4 pessoas por domicílio. Das 26 moradias onde foi feito o levantamento, destacam-se da mostra uma família com 11 integrantes, duas com 8 e duas com 7.

Outro destaque importante na coluna do número de pessoas por domicílio é a quantidade de domicílios onde vive uma única pessoa, atingindo o total de 6 domicílios.

Verificamos também o número de crianças<sup>108</sup> que moravam no domicílio. A pesquisa apontou, dentre as famílias pesquisadas a existência de uma média de uma criança por domicílio, destacando-se da mostra 11 domicílios sem crianças e dois com 5 crianças cada.

A tabela 1 demonstra que nos vinte e seis domicílios pesquisados, a média de tempo de moradia das pessoas residentes na Comunidade Mumbuca, é de 31 anos, destacando-se na mostra dois domicílios onde os moradores residem mais tempo no local: um domicílio com somente uma pessoa residente há 74 anos na comunidade e, outro com duas pessoas residentes, sendo uma delas moradora há 70 anos na comunidade.

#### 4.4 GRAU DE SATISFAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS, ÀS CONDIÇÕES DE VIDA E ÀS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA O ANO DE 2003 E 2010

Após a descrição geral das famílias moradoras no Povoado Mumbuca, a pesquisa procurou fazer um mapeamento dos serviços públicos prestados à Comunidade de Mumbuca em particular e à população da cidade de Mateiros em geral. A escolha dos serviços públicos seguiu o critério das ações previstas no Programa Brasil Quilombola, tais como: saúde, educação, condições de moradia (habitação), condições sanitárias, acesso a bens duráveis, recreação e lazer, políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN)<sup>109</sup>.

O objetivo específico dessa questão foi verificar a evolução do atendimento público à Comunidade Mumbuca e o grau de satisfação de cada família. Considerando que o Povoado pertence ao Município de Mateiros, a questão procurou abarcar também qual a capacidade do Município de Mateiros em atender a comunidade e, em caso de inexistência de atendimento básico, quais eram as

---

<sup>108</sup> Para efeitos dessa pesquisa, consideramos criança a pessoa que possui até doze anos incompletos. Cf. Art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

<sup>109</sup> As políticas públicas de SAN verificadas nos domicílios são: Programa Nacional de Alimentação Escolar; Programa Bolsa Família; Programa Saúde da Família; Ação de distribuição de cesta de alimentos; Compra Direta Local; Aposentadoria; Pensão e inscrição no Cadastro Único.

idades que Comunidade Mumbuca recorria. Nesse sentido, no caso do morador afirmar a ausência do serviço, a pergunta seguinte era: “acesso em que cidade?”

Apresentamos a seguir as tabelas 2 e 3 com as informações coletadas:

**Tabela 2 – Grau de satisfação das famílias da Comunidade Mumbuca em relação aos serviços públicos, às condições de vida e às políticas de segurança alimentar e nutricional para o ano de 2003**

INDICADORES	GRAU DE SATISFAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E ÀS CONDIÇÕES DE VIDA PARA O ANO DE 2003			
	Insatisfatório [1]	Neutro [2]	Satisfatório [3]	Sem resposta
Saúde	11	10	1	4
Educação	10	4	6	6
Moradia	16	3	5	2
Saneamento	19	1	6	0
Bens duráveis	12	2	11	1
Recreação e lazer	11	2	10	3
Políticas de SAN	9	9	5	3
<b>TOTAL</b>	<b>88</b>	<b>31</b>	<b>44</b>	<b>19</b>

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Observa-se na tabela 2, que praticamente todos os indicadores de qualidade de vida para o ano de 2003 foram citados como insatisfatórios pela maioria das famílias quilombolas do Povoado de Mumbuca.

Cabe citar um número maior de insatisfeitos com os indicadores de saneamento, apontado por 19 colaboradores, seguido pelos indicadores de moradia que foi a opção de 16 colaboradores e de educação com 10 famílias colaboradoras da pesquisa. No total, observa-se um número alto de insatisfação e um número baixo de famílias satisfeitas ou neutras.

Nessa tabela, chama a atenção o grande número de colaboradores que se declararam neutro em relação ao atendimento de saúde, atingindo um patamar de 10 respostas. Esse número é digno de reflexão porque o serviço de saúde deveria atingir todas as famílias dando-lhes condições de opinar. Diferente do atendimento da educação, que é um serviço que é utilizado e discutido mais nas famílias em que existem crianças, adolescentes e jovens.

Apresenta-se a seguir a tabela 3 com as informações para o ano de 2010:

**Tabela 3 – Grau de satisfação das famílias da Comunidade Mumbuca em relação aos serviços públicos, às condições de vida e às políticas de segurança alimentar e nutricional para o ano de 2010**

INDICADORES	GRAU DE SATISFAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E ÀS CONDIÇÕES DE VIDA PARA O ANO DE 2010			
	Insatisfatório [1]	Neutro [2]	Satisfatório [3]	Sem resposta
Saúde	4	11	11	0
Educação	6	1	17	2
Moradia	8	1	17	0
Saneamento	16	0	10	0
Bens duráveis	6	2	18	0
Recreação e lazer	12	3	11	0
Políticas de SAN	6	8	12	0
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>26</b>	<b>96</b>	<b>2</b>

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

A tabela 3 aponta que no ano de 2010, houve um maior grau de satisfação das famílias da Comunidade Mumbuca em relação ao acesso às políticas públicas. Nesse ano, o estudo demonstra que o indicador de saneamento continua liderando o ranking de insatisfação na comunidade, sendo apontado como insatisfatório por 16 colaboradores, seguido pelo indicador de recreação e lazer que é apontado como insatisfatório por 12 colaboradores, no universo de 26 famílias pesquisadas.

Cabe citar na tabela 3 que, para o ano de 2010, o grau de satisfação da maioria das famílias se refere ao acesso aos bens duráveis, na opinião de 18 colaboradores, seguidos dos indicadores de moradia e educação, na opinião de 17 colaboradores.

Novamente chama a atenção o grande número de colaboradores que se declararam neutro em relação ao atendimento de saúde, atingindo um patamar de 11 respostas, coincidindo com o número de respostas satisfatórias que também foi a opinião de 11 colaboradores.

Os dados dão conta que foi pequeno o número de questões “sem resposta” sendo apenas duas no indicador educação. É possível que para o ano de 2010, o colaborador teve segurança em opinar sobre uma realidade que estava mais presente em sua memória do que a realidade de 2003. Mas ainda foi significativo o número de colaboradores que optaram pela resposta “neutra” somando 26.

## 4.5 DESCRIÇÃO E DETALHAMENTO DOS DADOS COLETADOS EM RELAÇÃO AO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS EM 2003 E 2010

### 4.5.1 Acesso à saúde

No intuito de estudar a evolução no processo de acesso à saúde pública e privada e a forma de atendimento de saúde que foi ofertado aos moradores da Comunidade Mumbuca nos anos de 2003 e 2010, construímos três tabelas que contém dados detalhados sobre os indicadores de saúde, no que tange à presença/ausência do Estado na Comunidade, conforme informações abaixo:

**Tabela 4 – Saúde: tipos de atendimento e locais de acesso às famílias da Comunidade Mumbuca no ano de 2003**

Tipo de serviço	Mumbuca	Mateiros	Ponte Alta	Porto Nacional	Peixe	Outras respostas
Ausência de posto de saúde	26	-	-	-	-	-
Acesso ao posto de saúde	-	12	5	4	1	5
Ausência de atendimento por agente comunitário de saúde	26	-	-	-	-	-
Serviços básicos: vacinação, primeiros socorros, maternidade	5	3	8	5	1	5
Hospital da rede pública	-	5	3	11	-	7

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Vejamos inicialmente a tabela 4, compreendendo o conjunto das respostas das vinte e seis famílias/domicílios para o indicador de saúde.

Quanto ao acesso aos serviços de saúde, no que se refere à Unidade Básica de Saúde (UBS), que na linguagem popular e da Comunidade Mumbuca é considerado “Posto de Saúde”, importa informar que o mesmo só foi instalado no dia 16 de dezembro de 2005, no município de Mateiros (distante 35 km de Mumbuca). Nesse sentido, a tabela aponta a ausência desse serviço no Povoado para o ano de 2003.

Considerando a importância desse atendimento, incluímos no formulário a questão sobre a cidade onde a família acessou esse serviço de saúde em 2003. Os colaboradores expressaram livremente o nome das cidades durante a pesquisa e chegamos ao total de quatro cidades ao redor de Mumbuca: Mateiros (que possivelmente era o agente comunitário de saúde, concursado desde 2003), Ponte Alta, Porto Nacional e Peixe, todas no Estado do Tocantins.

Nesse quesito, outras respostas foram proferidas, como por exemplo: “*sempre na raiz de pau*”; “*não tinha*”. O que demonstra que algumas famílias resolviam as questões de saúde com os conhecimentos tradicionais, utilizando as folhas e as raízes das plantas e principalmente das árvores, que eles denominam “*pau*”.

Outra informação que a tabela 4 explicita é a ausência de atendimento por agente comunitário de saúde na Comunidade Mumbuca no ano de 2003 (foram 26 respostas apontando a ausência do serviço). A Comunidade Mumbuca passou a ter atendimento do agente comunitário de saúde no ano de 2004.

Em relação ao atendimento de serviços básicos de saúde como vacinação, maternidade e primeiros socorros, a tabela 4 demonstra que no ano de 2003 as famílias da Comunidade Mumbuca tiveram acesso a esse tipo de serviço nas cidades de Ponte Alta, (8 indicações) que fica há 193 km de distância do Povoado e Porto Nacional (5 indicações), que fica há 323 km do Povoado.

As cinco indicações para o atendimento de serviços básicos de saúde na própria Comunidade Mumbuca foram justificadas pelas campanhas de vacinação que eram trazidas para a comunidade e também pelo atendimento que muitas vezes eram feitos por parteiras no momento em que algumas mulheres deram à luz aos seus filhos na comunidade, sem o auxílio de qualquer serviço público.

Na coluna “outras respostas” que também somam 5 indicações, os colaboradores utilizaram as seguintes frases: “*em canto nenhum*”, “*lugar nenhum*”, “*morria*”, “*duas léguas*”<sup>110</sup> *andando sem água corrente para ganhar a minha filha*” e “*difícil*”.

---

<sup>110</sup> Léguas é uma medida que varia muito de região para região, no entanto podemos considerar que cada légua tenha 6 quilômetros. Portanto, segundo a informação acima, a depoente andou 12 quilômetros para ter a filha.

Em relação ao acesso ao serviço de saúde em hospital da rede pública no ano de 2003, a maioria das respostas foi para a cidade de Porto Nacional com 11 indicações. O segundo lugar foi para a coluna “outras respostas”, com 7 indicações. Dentre as respostas, 6 são constatações da não existência de hospital na cidade de Mateiros e uma resposta é a frase: “*Tem que ir à Porto, onde se pode caminhar a pé. Palmas, se não tiver dinheiro você não vai à lugar nenhum*”.

Essa frase está relacionada à solicitação dos pacientes de Mumbuca para que os encaminhamentos de saúde sejam feitos para a cidade de Porto Nacional, que é menor e a distribuição geográfica da população é concentrada, permitindo que os moradores possam andar a pé na cidade, sem necessidade de usar transporte coletivo. Em Palmas, capital, o planejamento urbano é diferente e é muito difícil o deslocamento das pessoas sem o uso de um automóvel ou transporte coletivo.

Nesse quesito observa-se também 5 indicações para a cidade de Mateiros, mas o município ainda não tem hospital até hoje e 3 indicações para a cidade de Ponte Alta.

Apresentamos abaixo a tabela 5, com os dados sobre os tipos de atendimento e locais de acesso à saúde às famílias da Comunidade Mumbuca no ano de 2010:

**Tabela 5 – Saúde: tipos de atendimento e locais de acesso às famílias da Comunidade Mumbuca no ano de 2010**

<b>Tipo de serviço</b>	<b>Mumbuca</b>	<b>Mateiros</b>	<b>Ponte Alta</b>	<b>Porto Nacional</b>	<b>Palmas</b>	<b>O/R*</b>
Ausência de posto de saúde	26	-	-	-	-	-
Acesso ao posto de saúde	-	25	-	1	-	-
Atendimento por agente comunitário de saúde	25	-	-	1	-	-
Serviços básicos: vacinação, primeiros socorros, maternidade	3	18	-	1	1	3
Hospital da rede pública	-	13	-	9	1	3

\*O/R – Outras respostas

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Os dados da tabela 5 dão conta de que o Povoado Mumbuca ainda não possui uma Unidade Básica de Saúde (UBS), portanto, em 2010, 25 famílias tiveram acesso a esse tipo de atendimento na cidade de Mateiros e uma única família teve acesso ao serviço na cidade de Porto Nacional.

Outra informação que a tabela 5 nos apresenta é que em 2010 a Comunidade Mumbuca contava com o atendimento de um agente comunitário de saúde, morador da comunidade. Nesse quesito, 25 colaboradores informaram que tiveram acesso a

esse serviço de saúde na Comunidade Mumbuca e um colaborador informou que teve acesso a esse serviço na cidade de Porto Nacional.

Em relação ao atendimento de serviços básicos de saúde como vacinação, maternidade e primeiros socorros, a tabela 5 demonstra que no ano de 2010, no universo de 26 famílias pesquisadas, 18 famílias tiveram acesso a esse serviço na cidade de Mateiros, 3 famílias tiveram acesso na Comunidade Mumbuca, um colaborador declarou que teve acesso na cidade de Porto Nacional e outro declarou que teve acesso na cidade de Palmas. Dos três colaboradores que forneceram outras respostas, um respondeu “*em canto nenhum*”, outro respondeu “*em casa*” e outro respondeu “*em Goiânia*”.

Essas respostas estão de acordo com a realidade da Comunidade Mumbuca, conforme entrevista feita com a técnica em enfermagem que é moradora da comunidade e trabalha na UBS da cidade de Mateiros:

Eu acho que eles [a comunidade] tem, assim: a saúde do PSF. A saúde que tem em Mateiros do PSF, que é preventivo, né. Prevenção câncer no colo do útero. E a visita, né, tem vez que tem visita do médico, conversando. É de casa em casa, conversando né. Sobre tudo né. Com a higiene. Dengue, lixo, como qualquer infecção, como diarreia que pode ser contaminado com água. O Agente comunitário de saúde foi capacitado junto ao Ministério da Saúde com 18 meses pra tá aqui na comunidade. (Colaborador 2, 33 anos).

A descrição do acesso à saúde na comunidade feita por uma profissional, da área da saúde e moradora da comunidade, demonstra que a presença do agente comunitário de saúde e a visita do médico, acompanhada por ela própria, são indicadores de que a comunidade está inserida no Programa Saúde da Família (PSF), e no Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), ambos da Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2006).

Em relação ao acesso ao atendimento ambulatorial e hospitalar da rede pública no ano de 2010, a tabela 5 mostra que no universo das 26 famílias pesquisadas, o número maior de colaboradores indicou acesso a esse serviço na cidade de Mateiros, com 13 respostas. É uma questão a refletir porque na cidade de Mateiros não existe hospital, o que indica um equívoco dos colaboradores que têm usado a Unidade Básica de Saúde da cidade de Mateiros, entendendo que o serviço é próprio de um hospital.

Ainda neste quesito, 9 colaboradores declaram que tiveram acesso ao atendimento em hospital da rede pública na cidade de Porto Nacional, 1 declarou que acessou o serviço na cidade de Palmas e 3 colaboradores declararam outras respostas como: “conforme a doença: Mateiros, Porto e Palmas”; “em Goiânia por problema respiratório, fiquei 27 dias” e “ta faltando dentista em Mateiros, não posso nem cantar”. Essas observações demonstram a forma de funcionamento da Unidade Básica de Saúde do Município de Mateiros: quando existe necessidade de um especialista, o paciente tem que ser enviado para um hospital de referência que no caso, localiza-se em Porto Nacional ou Palmas, mas o depoimento induz a conclusão de que o encaminhamento foi feito até para fora do Estado do Tocantins, para a cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás.

Considerando que o cirurgião dentista faz parte da equipe do Programa Saúde da Família, o depoimento de que “está faltando” em Mateiros, demonstra problemas também nessa especialidade de atendimento (saúde bucal).

Com o intuito de avaliar a quantidade de famílias que tiveram acesso ao o serviço privado de saúde, incluímos no formulário de 2003 e 2010, uma pergunta fechada com alternativa dicotômica: tem plano de saúde/atendimento particular? Sim ou não? As respostas estão apresentadas abaixo, na tabela 6:

**Tabela 6 – Saúde privada: acesso das famílias da Comunidade Mumbuca a planos de saúde/atendimento particular no ano de 2003 e 2010**

TEVE PLANO DE SAÚDE/ ATENDIMENTO PARTICULAR?	SIM	NÃO	N/R*
NO ANO DE 2003	3	19	4
NO ANO DE 2010	3	23	-

\* N/R - Nenhuma resposta.

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

A tabela 6 demonstra que das 26 famílias pesquisadas, somente 3 colaboradores optaram pela resposta “sim”, indicando possuir plano de saúde ou acesso a atendimento particular de saúde no ano de 2003, sendo que o mesmo número foi averiguado para o ano de 2010.

Para a resposta “não” foram 19 respostas para o ano de 2003 e 23 respostas para o ano de 2010. Do total de 26 colaboradores, 4 não responderam a questão quando a pergunta foi para o ano de 2003.

Podemos perceber que no indicador saúde em 2003 e ainda 2010 o Estado está ausente no que se refere à oferta de uma Unidade de Referência (posto de saúde) no Povoado Mumbuca.

Os serviços básicos de vacinação, primeiros socorros, maternidade, entre outros, no Povoado Mumbuca são ainda ofertados no formato de campanhas locais, segundos os moradores. Assim, verifica-se o baixo índice de acesso a esses serviços no povoado e o necessário deslocamento para acesso nas Cidades de Mateiros, Ponte Alta e Porto Nacional. Todavia, é um deslocamento feito com dificuldades, devido aos problemas com os transportes e as estradas, conforme já descrevemos anteriormente. Isso explica de alguma maneira a enorme insatisfação da maioria das famílias com esse tipo de atendimento.

Quanto ao acesso aos serviços de hospitais nos municípios de Porto Nacional, Palmas e Ponte Alta, verificamos que a realidade para acesso é deficiente. Destaca-se ainda, o comentário de um dos colaboradores sobre a necessidade de acesso ao hospital na cidade de Goiânia para tratamento de problemas respiratórios. Desta forma, verifica-se que não houve melhoria no acesso aos hospitais se considerarmos a realidade de 2003 e 2010.

Assim, do grau de satisfação das famílias, no que se refere ao acesso e a qualidade dos serviços de saúde no ano de 2010, verificamos que, dos 26 domicílios pesquisados, somente 11 estão satisfeitas (tabela 3). É considerável a melhoria no serviço se comparado ao ano de 2003 (tabela 2), onde somente uma família se considerou satisfeita.

#### **4.5.2 Acesso à educação**

O acesso à educação pública é um dos direitos fundamentais da pessoa humana garantido na Constituição Brasileira de 1988. A oferta de educação pública para as crianças de 07 a 14 anos é dever do Estado. Isso significa que se não há acesso a esse serviço público, já é um dos indicadores de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar e nutricional avaliados pela presente pesquisa.

Os primeiros conceitos sobre alimentação saudável e educação alimentar devem constar como conteúdos do currículo escolar do ensino fundamental. Outro

dado importante é que na escola, o portador de direito à educação acessa o Programa de Alimentação Escolar – PNAE, que é um dos principais programas de segurança alimentar e nutricional garantido pelo governo federal em parceria com o governo municipal, que assegura pelo menos uma refeição ao dia, que é servida no intervalo das aulas das escolas do Ensino Fundamental e Médio.

No intuito de estudar a evolução do acesso à educação pública dos moradores da Comunidade Mumbuca nos anos de 2003 e 2010, incluímos no formulário da pesquisa, questões específicas sobre o local da prestação de serviços de educação pública para os moradores da Comunidade Mumbuca, conforme os dados apresentados nas tabelas abaixo:

**Tabela 7 – Educação: oferta e locais de acesso às famílias da Comunidade Mumbuca no ano de 2003**

Tipo de serviço	Mumbuca	Mateiros	Ponte Alta	Porto Nacional	Peixe	São Felix	Palmas	N/R*
Escolas de Ensino Fundamental incompleto	12	-	-	-	-	-	-	-
Escolas de Ensino Fundamental completo	-	12	-	-	-	-	-	-
Escolas de Ensino Médio	-	10	1	2	1	1	-	-
Escolas técnicas	-	-	1	-	-	-	2	-
Faculdades	-	-	-	-	-	-	-	-
Não escolheu nenhum campo	-	-	-	-	-	-	-	9

\*N/R - Nenhuma resposta.

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Cabe citar na tabela 7 que no ano de 2003, na Comunidade Mumbuca havia escola de Ensino Fundamental e a mesma foi acessada por 10 famílias, das 26 pesquisadas. Segundo informações das pessoas entrevistadas, a oferta era somente até o 4º ano, depois a criança tinha que se dirigir à cidade de Mateiros para terminar o Ensino Fundamental. Outro detalhe muito importante é que a escola da comunidade, a qual eles chamavam de “escolinha” era uma extensão da escola de Mateiros, ou seja, tinha o mesmo nome, o mesmo diretor e o mesmo coordenador. Só os professores é que se dirigiam para a comunidade a fim de ministrar as aulas. Por isso na tabela diferenciamos escola de Ensino Fundamental incompleto para a

Comunidade Mumbuca e escola de Ensino Fundamental completo para o município de Mateiros.

Os dados dão conta que para acessar a escola de Ensino Médio em 2003, das 26 famílias pesquisadas, 10 encaminharam seus filhos à cidade de Mateiros, 1 à cidade de Ponte Alta, 2 para a cidade de Porto Nacional, 1 para a cidade de Peixe e 1 para São Felix. É importante lembrar, que ainda que a escola de Mateiros estivesse há 35 km da Comunidade Mumbuca, muitas famílias preferiam matricular os seus filhos nas cidades onde elas tinham parentes e casas para abrigar os adolescentes.

Na tabela 7 observa-se que as escolas técnicas foram cursadas por moradores da Comunidade Mumbuca, sendo que 1 colaborador indicou a cidade de Ponte Alta como local de acesso e 2 colaboradores indicaram a cidade de Palmas.

Podemos observar na tabela que em 2003, nenhuma família da Comunidade Mumbuca acessou o curso universitário.

Outro dado importante da tabela é que 9 famílias, das 26 pesquisadas, não escolheram nenhum campo de acesso à educação pública no ano de 2006. Esse número corresponde a 35% do universo da pesquisa.

As mesmas questões foram feitas aos entrevistados sobre o acesso a educação pública no ano de 2010. E as respostas são apresentadas na tabela 8:

**Tabela 8 – Educação: oferta e locais de acesso às famílias da Comunidade Mumbuca no ano de 2010**

Tipo de serviço	Mumbuca	Mateiros	Ponte Alta	Porto Nacional	Palmas	N/R*
Escolas de Ensino Fundamental incompleto	14	-	-	1	-	-
Escolas de Ensino Fundamental completo	-	16	-	-	-	-
Escolas de Ensino Médio	-	14	-	-	1	-
Escolas técnicas	-	-	-	-	-	-
Faculdades	-	-	-	-	-	-
Não escolheu nenhum campo	-	-	-	-	-	10

\*N/R: Nenhuma resposta.

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

O primeiro dado a considerar na tabela 8 em relação à tabela 7, é que em 2003 a Comunidade Mumbuca teve que se deslocar para seis cidades diferentes para poder acessar escolas de 1º e 2º grau, de ensino regular ou técnico. Em 2010,

esse deslocamento foi reduzido para quatro cidades diferentes, mas o número ainda continuou a ser significativo.

Cabe citar na tabela 8 que em 2010 a escola da Comunidade Mumbuca continuou sendo uma extensão da escola de Mateiros, ou seja, continuou sendo dependente de direção e coordenação externa. Em 2010 a escola da Comunidade Mumbuca já era chamada de “Escola Estadual Silvério Ribeiro Matos” em homenagem ao ancestral das famílias quilombolas de Mumbuca. No entanto, por ela ainda pertencer à Mateiros, o Ensino Fundamental continuou incompleto, sendo oferecidas as disciplinas do 1º ao 7º ano<sup>111</sup>. Nesse sentido, a tabela 8 continua exibindo a opção escola de Ensino Fundamental incompleto para a Comunidade Mumbuca e escola de Ensino Fundamental completo para o município de Mateiros.

Os dados demonstram que no ano de 2010, 14 famílias, das 26 pesquisadas acessaram a escola de Ensino Fundamental na Comunidade Mumbuca e 16 famílias acessaram a escola de Ensino Fundamental na cidade de Mateiros. Para o acesso ao Ensino Médio, 14 famílias optaram pela escola de Mateiros e 1 optou pelo acesso na cidade de Palmas.

Analisamos que em 2010, nenhuma das 26 famílias pesquisadas teve acesso às escolas técnicas e ao ensino universitário. Verifica-se, portanto a demanda de ensino fundamental completo, de ensino médio e superior, expresso no desejo e no sonho dos estudos de uma das colaboradoras da pesquisa que disse: “*sonho em fazer biologia em Porto Nacional, ou geografia*”.

É perceptível também que 10 colaboradores do universo de 26, não assinalaram nenhum campo de acesso à educação pública no ano de 2010. Esse número corresponde ao percentual de 38% do universo da pesquisa, reflexo da atual ausência do Estado.

---

<sup>111</sup> Na entrevista com o atual diretor da escola, recebemos informações de que no ano de 2011 a Escola Estadual Silvério Matos da Comunidade Mumbuca tornou-se independente e a associação de pais e mestres foi formada nos meses de fevereiro e março daquele ano. No entanto, só no ano de 2012 é que o 8º ano vai ser oferecido na Comunidade Mumbuca.

### 4.5.3 Condições de moradia (habitação)

A pesquisa junto aos moradores da Comunidade Mumbuca, buscou avaliar a qualidade de vida na comunidade analisando também as condições de moradia (habitação) e as mudanças que ocorreram entre os anos de 2003 e 2010. No formulário utilizado na pesquisa incluímos três questões referentes ao tema, a saber: 1) Qual a quantidade de cômodos existentes na moradia, excluindo corredores e áreas externas, alpendres, áreas de serviço externa e varandas? 2) Qual o tipo de construção da moradia? 3) Qual o tipo de energia utilizada? Apresenta-se a seguir as tabelas 9, 10 e 11 que expressam as respostas coletadas:

**Tabela 9 – Habitação: quantidade de cômodos na moradia das famílias da Comunidade Mumbuca para o ano de 2003 e 2010**

Qual a quantidade de cômodos existente na moradia?	2003	2010
Até 02 (dois) cômodos.	13	7
De 03 (três) a 04 (quatro) cômodos.	10	12
De 04 (quatro) a 06 (seis) cômodos.	2	6
Acima de 07 (sete) cômodos	1	1
Total	26	26

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Para avaliar a qualidade de vida, consideramos importante saber em quantos cômodos viviam as famílias da Comunidade Mumbuca nos anos de 2003 e 2010. Consideramos que a quantidade de cômodos de uma moradia tem importância para o conhecimento da forma de organização interna da família: se existe espaço apropriado para o preparo do alimento, se existe espaço apropriado para o repouso da família e, no caso das diferenças de faixa etária e de gênero, se existe uma divisão que ofereça a privacidade necessária para os diferentes indivíduos.

A leitura da tabela 9 apresenta uma melhora nas condições de moradia da Comunidade Mumbuca se compararmos os anos de 2003 e 2010 em todas as variáveis.

No ano de 2003 havia 50% das famílias pesquisadas que viviam em dois cômodos (num total de 13 moradias) e esse percentual diminuiu para 26% (7 moradias) em 2010. No caso das famílias que viviam em casas de 3 a 4 cômodos no

ano de 2003, o percentual era de 38% (10 moradias) e subiu para 46% em 2010 (12 moradias).

Das famílias que viviam em moradias de 4 a 6 cômodos houve um aumento de 7% (2 moradias) em 2003, para 23% (6 moradias) em 2010. A Comunidade Mumbuca continha uma única moradia com quantidade acima de 7 cômodos no ano de 2003 e esse número se manteve no ano de 2010.

Dando continuidade da descrição e detalhamento dos dados coletados em relação ao indicador de habitação, a tabela 10 a seguir explicita o resultado das respostas à questão sobre o tipo de construção da moradia na Comunidade Mumbuca.

**Tabela 10 – Habitação: tipo de construção da moradia das famílias da Comunidade Mumbuca para o ano de 2003 e 2010**

Qual o tipo de construção da moradia?	2003	2010
Casa de palha	05	-
Casa de adobe e palha	14	19
Casa de tijolo	01	02
Casa de adobe, reboco	4	04
Casa de tijolo, reboco	01	01
Casa de tijolo, reboco e piso	01	-
Casa de tijolo forrada, reboco e piso	-	-
Outros: Especificar.	-	-
Total	26	26

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Verifica-se que das 26 moradias pesquisadas, a maioria da construção era do tipo adobe e palha, tanto em 2003, com 14 moradias declaradas, quanto em 2010, com 19 moradias. Desta forma, a tabela 10 nos informa que ocorreu um aumento de aproximadamente 35% no número de moradias de adobe e palha no período de 7 anos. Esse crescimento pode ser atribuído ao fato da Comunidade Mumbuca ter optado por manter a arquitetura tradicional de suas casas, tendo em vista o investimento no turismo local, mas pode também ter relação com a possibilidade do material ser produzido na própria comunidade, livrando as famílias das dificuldades de transporte e do elevado preço do material de alvenaria.

Nessa tabela, a melhora da qualidade de vida pode ser apontada na extinção das casas construídas somente com a palha, que eram 5 moradias no ano de 2003 e não foram declaradas nenhuma no ano de 2010.

Para completar a análise sobre as condições de moradia e habitação na Comunidade Mumbuca, apresenta-se o resultado da investigação sobre o tipo de energia que era utilizada nas moradias nos anos de 2003 e 2010 expressos na tabela 11.

**Tabela 11 – Habitação: tipo de energia utilizada na moradia das famílias da Comunidade Mumbuca para o ano de 2003 e 2010**

Qual o tipo de energia utilizada?	2003	2010
Lampião a querosene/lamparinas e velas.	18	6
Lampião a gás.	-	-
Energia com gerador/bateria.	-	-
Energia elétrica.	8	20
Total	26	26

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Os dados dão conta de que houve uma mudança significativa na qualidade de vida das famílias na comunidade em relação ao uso de energia: eram 18 moradias que utilizavam lampião, lamparinas ou velas (eles chamam de candeias) em 2003 e esse número caiu para 6 moradias em 2010. Observa-se que o uso de lamparinas nas moradias diminuiu em mais de 50% entre 2003 e 2010.

A instalação de energia elétrica nas moradias é de responsabilidade das famílias e a infraestrutura contempla basicamente as casas que ficam no centro do povoado, onde os postes de iluminação pública foram instalados em 2001. Trata-se de apenas uma avenida que parte da entrada do povoado e leva a energia até a sede da associação. As famílias que moram naquele entorno têm um custo menor para a instalação da energia, as famílias que moram mais distante precisam fazer um investimento maior com material e mão-de-obra.

Outro quesito importante para conhecer a forma de vida da comunidade, é analisar as respostas que foram dadas para as perguntas referentes ao indicador condições sanitárias que serão apresentadas na seção seguinte.

#### 4.5.4 Condições sanitárias

Para fins de estudo da vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional da Comunidade Mumbuca, é importante considerar as condições sanitárias das moradias e do espaço coletivo do povoado. Nesse quesito o acesso das famílias à água e a qualidade dessa água é de fundamental importância, tendo em vista que água para beber é alimento. Outro dado importante é o destino que é dado ao lixo da comunidade.

A coleta de dados junto aos moradores buscou levantar informações para os anos de 2003 e 2010. No formulário utilizado na pesquisa, incluímos quatro questões referentes ao tema, a saber: 1) Que tipo de água para beber é utilizado na moradia? 2) Que tipo de água para outros consumos domésticos é utilizada na moradia? 3) Que destinação é dada ao lixo do domicílio? 4) Que tipo de instalações sanitárias são utilizadas na moradia?

Os dados foram sistematizados nas tabelas 12, 13, 14 e 15 a seguir.

**Tabela 12 – Tipo de água para beber nas moradias da Comunidade Mumbuca no ano de 2003 e 2010**

Que tipo de água para beber é utilizada na moradia?	2003	2010
Água sem tratamento.	14	16
Água com tratamento (filtrada, fervida, com cloro).	08	09
Não respondeu	04	1
Total	26	26

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Na tabela 12 verifica-se que a água para beber chega aos moradores de Mumbuca sem tratamento: das 26 famílias pesquisadas, 14 afirmaram que consumiam água sem tratamento em 2003 e 16 em 2010.

Esses dados podem ser compreendidos a partir da análise que fizemos na seção 2, onde abordamos o fato de que a água consumida pela comunidade é gerada na fonte que jorra no canteiro central do Povoado e também da caixa d'água que foi instalada no ano de 2004 e está encanada em algumas casas da comunidade. Ambas não são tratadas.

As 8 famílias que declararam que consumiram água tratada em 2003 e as 9 famílias que fizeram a mesma declaração em 2010, possivelmente seguiram a orientação do agente comunitário de saúde da comunidade e da técnica em enfermagem que afirmaram em entrevista que fornecem clorito para as famílias e dão orientação para que coloquem dois pingos em cada litro de água e após meia hora a água pode ser consumida. Esta seria a água tratada.

Considerando que 4 colaboradores não atribuíram resposta a essa questão para o ano de 2003 e 1 pessoa não forneceu a informação para o ano de 2010, é possível que as famílias tenham esse entendimento. No entanto, outra hipótese é que, com a chegada da energia elétrica, as famílias colocam a água na geladeira e entendem que está apta para ser bebida.

Ao efetuarmos a leitura da tabela 13 abaixo, constata-se que a situação é mais agravante quando se questiona sobre o tipo de água que é utilizada para outros consumos domésticos:

**Tabela 13 – Tipo de água para outros consumos domésticos utilizada nas moradias da Comunidade Mumbuca no ano de 2003 e 2010**

Que tipo de água para outros consumos domésticos é utilizada na moradia?	2003	2010
Água sem tratamento.	19	24
Água com tratamento (filtrada, fervida, com cloro).	03	01
Não respondeu	4	1
Total	26	26

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Na tabela 13, observa-se que não houve preocupação com o tipo de água que foi utilizada para outros consumos domésticos, pois 73% das famílias usavam água sem tratamento para outros consumos domésticos em 2003 (19, das 26 pesquisadas) e o percentual subiu para 92% em 2010, chegando a 24 famílias no universo de 26 investigadas.

Nesse quesito, somente 3 famílias usavam água com tratamento para outros consumos domésticos em 2003 e uma única em 2010, no universo de 26 pesquisadas. Importante citar que 4 colaboradores não atribuíram resposta a essa

questão para o ano de 2003 e 1 pessoa não forneceu a informação para o ano de 2010.

Em relação ao grau de satisfação das famílias do povoado Mumbuca para as condições sanitárias, verificamos anteriormente, nas tabelas 2 e 3 que para o ano de 2003, 19 famílias informam estar insatisfeitas com o saneamento básico. Em 2010, esse número caiu 16.

No entanto, de 2003 para 2010, pouco modificou as condições sanitárias das famílias que continuaram sem água encanada, cisterna, privada e fossa em seus domicílios. Em 2003 eram 18 famílias nesta situação, das 26 pesquisadas. Em 2010, 15.

A maioria das famílias pesquisadas, tanto para o ano de 2003, quanto para o ano de 2010, se encontram insatisfeitas com os serviços de saneamento disponibilizados pelo estado. A água, tão importante no processo de alimentação e saneamento continua a ser um problema para o Povoado de Mumbuca.

Dando prosseguimento a descrição das informações levantadas na Comunidade Mumbuca em relação às condições sanitárias, a tabela a seguir explicita a destinação do lixo em 2003 e 2010.

**Tabela 14 – Condições sanitárias: destinação do lixo das moradias das famílias da Comunidade Mumbuca no ano de 2003 e 2010**

Que destinação é dada ao lixo do domicílio?	2003	2010
Lixo jogado nas ruas, canais e superfícies.	17	6
Parte do lixo é enterrado ou queimado.	3	5
Parte do lixo é recolhido por carros da prefeitura.	3	15
Não respondeu	3	-
Total	26	26

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Em relação ao destino do lixo produzido pelas famílias quilombolas em suas moradias, registramos uma significativa melhoria em seu descarte, pois a tabela 14 nos informa que a maioria das famílias pesquisadas vem organizando a entrega de parte do lixo para os carros da Prefeitura de Mateiros que, quinzenalmente tem feito a coleta no Povoado Mumbuca.

Verifica-se que em 2003, 17 famílias, das 26 pesquisadas, descartavam o lixo nas ruas, canais e ou superfícies. Em 2010, com a coleta do lixo que é feita pela prefeitura na comunidade, 15 famílias declararam que organizam o lixo para a coleta da Prefeitura, e três famílias enterram e/ou queimam o lixo produzido,

demonstrando, em geral, que 18 famílias das 26 pesquisadas dão destino adequado ao lixo produzido na comunidade.

Contudo, 25% das famílias (6), continuam descartando o lixo nas ruas, canais e superfícies.

Para finalizar a descrição sobre as condições das instalações sanitárias no Povoado Mumbuca no ano de 2003 e 2010, vamos conferir as informações da tabela abaixo:

**Tabela 15 – Instalações sanitárias utilizadas nas moradias das famílias da Comunidade Mumbuca para o ano de 2003 e 2010**

Que tipo de instalações sanitárias são utilizadas na moradia?	2003	2010
Não possui água encanada, cisterna, privada e fossa.	18	15
Possui fossa, privada.	2	3
Possui fossa, banheiro e privada.	1	3
Possui fossa, água encanada, banheiro e privada..	2	05
Não respondeu	3	-
Total	26	26

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

A tabela 15 apresenta a situação das instalações sanitárias das moradias do Povoado Mumbuca e a primeira vista há uma expressão de pouca mobilidade: das 26 famílias pesquisadas, em 2003 18 moradias não possuíam água encanada, cisterna, privada e fossa e esse número foi de 15 famílias no ano de 2010. Somente 3 famílias saíram dessa situação.

Em contrapartida, se analisarmos o número de famílias que possui fossa, água encanada, banheiro e privada no Povoado, somente 05 atingiram esse patamar. Nesse item, ainda que o quadro expresse o número de famílias dentro de um universo de pesquisa, é possível afirmar que essa realidade contempla apenas as famílias que vivem em estabelecimentos que acumulam a função comercial e a função de residência (a pousada, o restaurante, a associação que abriga moradores que constituem famílias diferentes).

Para os fins que se destinam essa pesquisa é importante destacar a inadequação das condições sanitárias e a inexistência de infraestrutura sanitária no Povoado como um forte indicador de vulnerabilidade social na comunidade.

#### 4.5.5 Acesso a bens duráveis

O acesso aos bens duráveis foi o quinto indicador investigado na pesquisa realizada junto às famílias da Comunidade Mumbuca. A investigação girou em torno do acesso aos bens duráveis no ano de 2003 e 2010 avaliando o investimento das famílias na melhoria da qualidade de vida e na compra de bens duráveis produzidos pelo setor da indústria de veículos, comunicação, eletrodomésticos, máquinas e equipamentos.

O consumo de produtos do setor industrial que ultrapassa a finalidade única da subsistência é um forte indicador do processo de atualização que perpassa os hábitos e costumes das comunidades tradicionais. No caso específico da Comunidade Mumbuca, pode ser um indicador do aumento do poder aquisitivo e da redução da pobreza.

No formulário constava uma pergunta sobre quais os bens existentes na moradia e uma tabela com a lista de bens duráveis divididos em três grupos:

Grupo 1 – Bicicleta, rádio, fogão a gás, máquina de costura, ferro de passar.

Grupo 2 – Televisão, geladeira, liquidificador, moto, máquinas agrícolas.

Grupo 3 – Carro de passeio, caminhão, trator, vídeo cassete, DVD, máquina de lavar roupa.

Os colaboradores respondiam a mesma questão para o ano de 2003 e 2010 e o pesquisador fazia o agrupamento das respostas de forma a gerar uma tabela que apresenta a dimensão do acesso aos bens por grupo apresentada a seguir:

**Tabela 16 - Acesso a bens duráveis nas moradias das famílias da Comunidade Mumbuca no ano de 2003 e 2010**

ACESSO A BENS DURÁVEIS NAS MORADIAS DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA NO ANO DE 2003 E 2010.		
Quais os bens existentes na Moradia?	2003	2010
1. Não possui nenhum bem dos grupos citados	6	-
2. Possui pelo menos um dos bens do grupo I	13	6
3. Possui pelo menos um dos bens do grupo I e II	05	8
4. Possui pelo menos um dos bens do grupo I, II e III	02	12
TOTAL	26	26

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

A tabela 16 nos dá a ideia da situação de vulnerabilidade das famílias quilombolas do Povoado Mumbuca em relação ao acesso a bens duráveis. Destaca-se que em 2003 mais de 25% das famílias do povoado não possuíam nenhum dos tipos de bens duráveis que constavam no formulário: bicicleta, rádio, fogão a gás, máquina de costura e ferro de passar.

O percentual das famílias que possuíam pelo menos um dos itens acima, no ano de 2003 era de 50%. Esses dados reafirmam o grau de insatisfação para esse indicador apontado na tabela 2 para o ano de 2003, por 12 famílias quilombolas, isto é, 46% da mostra pesquisada.

Para o ano de 2010, verificamos que esses números se alteram significativamente. Verifica-se que todas as famílias da mostra (26), tem pelo menos um dos bens duráveis do grupo 1, acima descrito. Vê-se também, que mais de 40% das famílias pesquisadas possui pelo menos um dos itens dos grupos 1, 2 e 3, conforme a tabela 16. Os dados podem ser reafirmados na tabela 3 pelo grau satisfatório assinalados por 18 famílias quilombolas, das vinte e seis pesquisadas, para o ano de 2010.

Para continuarmos a verificação da qualidade de vida dessas famílias, vejamos a seguir, o acesso às áreas de recreação e lazer pelas famílias quilombolas.

#### **4.5.6 Acesso a recreação e lazer**

A Comunidade Mumbuca está localizada em um local de intenso turismo que atrai pessoas de diversos Estados do Brasil. Teoricamente as famílias da comunidade possuem uma área natural de recreação e lazer à sua disposição, mas na prática, podemos constatar que foram instalados alguns brinquedos infantis no vão externo à associação e foram adaptados dois campos de futebol, um bem distante do outro, sendo um para o jogo de futebol feminino e o outro para o jogo de futebol masculino.

Essa realidade foi uma das preocupações de nossa pesquisa tendo em vista a grande quantidade de jovens e crianças que residem no local. No trabalho

etnográfico identificamos dois tipos de jovens mumbuquenses: o grupo composto por jovens estudantes que durante o período letivo ficam se deslocando do Povoado para os locais onde frequentam as aulas e o grupo dos jovens que trabalham na agricultura e na pecuária que só são vistos à noite, muitas vezes complementando a jornada costurando as peças de artesanato de capim dourado.

Nesse sentido, incluímos no formulário de questões a pergunta: que tipo de áreas de recreação e lazer os residentes desta moradia têm acesso? Elencamos apenas quatro tipos de respostas fechadas para o ano de 2010, mas poderíamos ter deixado a questão em aberto porque foram muitas as observações feitas pelos colaboradores.

Tendo em vista que no processo de aplicação das entrevistas a pesquisadora foi percebendo que as outras respostas estão em proporção maior e mais do que expressar um indicador de saúde e de qualidade de vida, passou a ser a expressão da cultura tradicional local, mantivemos a tabela 17 com as respostas coletadas para o formulário e incluímos um quadro com as informações que surgiram de acréscimo. Vejamos a seguir:

**Tabela 17 - Recreação e lazer das famílias da Comunidade Mumbuca no ano de 2003 e 2010**

<b>ACESSO RECREAÇÃO E LAZER DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA NO ANO DE 2003 E 2010.</b>		
<b>Que tipo de áreas de recreação e lazer os residentes desta moradia têm acesso?</b>	<b>2003</b>	<b>2010</b>
1. Somente acesso à associação	-	-
2. Campo de futebol	6	5
3. Brinquedos na praça	-	3
4. Campo de futebol e brinquedos na praça	-	6
Outras respostas	14	8
Não respondeu	6	4
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>26</b>

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Os dados apresentados na tabela 17 demonstram que dentre as opções propostas no formulário o campo de futebol consiste na principal opção de recreação e lazer à disposição das famílias da Comunidade Mumbuca, sendo a indicação de 6 famílias em 2003 e 5 em 2010, correspondendo a 23% e 19% do universo das famílias pesquisadas.

## FOTOGRAFIA 21 – CAMPO DE FUTEBOL



FONTE: Fotografia feita pela autora. Jul. 2011.

As outras respostas atingem o maior percentual em 2003 (53,8%) e em 2010 (30,7%), portanto julgamos importante inserir o quadro que expressa a fala dos colaboradores em relação à recreação e lazer no ano de 2003 e 2010.

**QUADRO 5 - RECREAÇÃO E LAZER NAS FALAS<sup>112</sup> DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE MUMBUCA NO ANO DE 2003 E 2010**

2003	2010
Trabalhava na roça	Não tem
Brinquedos de buriti	Brinquedos de buriti
Cidade turística, praias e ilhas. Andava muito à beira do rio.	Não tenho condições de lazer com os meus filhos
Alguma festa	Só em casa
Cavalinho e bonequinha de buriti	Agora os turistas já dão brinquedos
Beira rio, igreja	Só igreja
Boneca de pano	Nada
Roda chata	Igreja no Evangelho
Boi	
Carro de buriti	
Carrinho de lata	
Fazer comidinha.	
Cinema, shows <sup>113</sup>	

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

<sup>112</sup> Considerando que as falas expressam comentários espontâneos que os colaboradores faziam no processo de entrevista para o preenchimento do formulário, preferimos omitir a autoria e manter a frase sem aspas por entender que foram respostas alternativas as opções que havia no formulário.

<sup>113</sup> Morador mais recente da comunidade que tinha acesso a cinema e shows na cidade de origem.

O quadro 5 apresenta uma mudança expressiva nos hábitos de recreação e lazer das famílias na Comunidade Mumbuca na última década. Na primeira coluna onde elencamos as respostas referentes ao ano de 2003, percebemos que as famílias produziam brinquedos artesanais utilizando materiais como buriti, pano e lata.

Na lista de 2003 aparecem as brincadeiras de roda, de boi ou de fazer comidinha, a recreação ao ar livre utilizando os recursos naturais do local como praias e rios e a festa. Ainda como entretenimento aparece o trabalho na roça e a igreja. Na nossa concepção são esses os indicadores da qualidade de vida que ainda era possível ser encontrada na comunidade em 2003.

Em contrapartida, quando analisamos a coluna de 2010, além das opções de recreação e lazer serem em número menor, há que se destacar que as falas expressam um tom negativo no sentido da inexistência, da falta ou da presença em forma de oração ou da doação.

Um dado a observar é que nenhum dos colaboradores afirmou ser a associação um espaço de recreação e lazer e durante o trabalho de pesquisa etnográfica foram três apresentações de teatro que os jovens exibiram no local, indicando que essa atração é preparada exclusivamente para o público externo, não constituindo ainda um lazer para as famílias da comunidade.

Nesse sentido, recorreremos a tabela 2 onde verificamos que em 2003, foram 11 famílias insatisfeitas com as opções de lazer na comunidade, 42,3% da mostra pesquisada. Do mesmo grau, em 2010, foram 12 famílias insatisfeitas, atingindo 46% da mostra pesquisada. Ocorreu um aumento do número de pessoas descontentes e insatisfeitas com o acesso às áreas de recreação e lazer, possivelmente pela política de turismo e de cultura do Estado que transformou o espaço de moradia das famílias em área de recreação e lazer para um público de fora da comunidade, estranho aos costumes locais.

Outra possibilidade de leitura dos dados é a influência da Igreja local que atribui outra conotação para o conceito de recreação e lazer: orar e louvar a Deus. Nesse caso, a insatisfação não se deve ao fato de ter acesso ou não acesso às áreas de recreação e lazer, mas a crença de que as opções que se tem são oportunidades para a manifestação do “mal”, do “demônio” e do “capeta”.

Nesse sentido, os colaboradores que responderam “igreja” e “igreja no Evangelho” entendem que os cultos e shows de talento promovidos nos padrões éticos, morais e religiosos da igreja local são expressões permitidas de recreação e lazer em detrimento dos shows, jogos, festas e outras atividades consideradas pagãs como assistir novelas.

Espera-se que os devotos sejam capazes de evitar qualquer tipo de atividade de recreação e lazer considerada pagã e sintam-se motivados a participar das atividades promovidas pela igreja. Como exemplo podemos citar a inserção do culto religioso e do show de talentos gospel na 3ª edição da Festa da Colheita do Capim Dourado realizada na Comunidade Mumbuca em setembro de 2011.

Dando continuidade à análise da tabela 2, podemos afirmar que existe uma parcela de famílias na comunidade que tem concepção de vida diferente da concepção religiosa e também faz parte desse percentual de 46% da mostra que se declara insatisfeita com as alternativas de recreação e lazer na Comunidade Mumbuca em 2010, provavelmente pela má qualidade dos espaços e serviços. Nesse caso apresentam-se os problemas estruturais e culturais presentes no ambiente.

Os problemas estruturais estão ligados às péssimas condições da estrada, a falta de transporte coletivo, a falta de poder aquisitivo das pessoas e a infraestrutura inadequada que exige um esforço muito grande da comunidade para que suas expectativas em relação à recreação e lazer aconteçam. Podemos citar vários exemplos:

- a) as péssimas condições da estrada abortou uma viagem que foi prometida pela Igreja Assembleia de Deus aos 25 jovens da Comunidade Mumbuca que iriam participar de um Curso de Formação de jovens líderes na Chapada dos Veadeiros. Os jovens se prepararam durante um mês para a viagem e quando deveria acontecer, foram privados da oportunidade porque o porte do ônibus não se adequava a situação da estrada não havendo outra alternativa de transporte;
- b) a privação de transporte coletivo na comunidade e a falta de poder aquisitivo dos moradores, muitas vezes impedem que um jovem integre o grupo que decide ir se divertir na cidade de São Felix em um sábado ou

domingo à noite. O valor total da viagem em uma camionete modelo D 20 fica em torno de R\$ 200,00. Os jovens formam grupos de 10 pessoas para contratar esse serviço, ficando em torno de R\$ 20,00 para cada um. No entanto, eles viajam na carroceria da camionete, sem nenhum item de segurança, colocando sua vida em risco e, muitas vezes, quando chegam ao local do evento, não possuem recurso financeiro para comprar uma bebida ou alimentação, que nesse caso também seria uma forma de recreação e lazer;

- c) a infraestrutura inadequada dificulta a promoção e o fortalecimento de iniciativas culturais internas como apresentação de teatro e apresentações musicais próprias da cultura local. Quando esses eventos acontecem, os jovens precisam tomar emprestadas as cadeiras da igreja para colocar na associação, montar palco, microfone e som, tudo com o patrocínio de instituições externas à comunidade;
- d) a privação de oportunidades de recreação e lazer tem feito da motocicleta que é um meio de transporte, em instrumento de lazer para os jovens. Uma pessoa que possui moto, normalmente empresta para o amigo dar uma voltinha e levar uma colega na garupa. A falta de acessórios adequados como capacete, coloca em risco a segurança desse tipo de lazer.

Estes são alguns exemplos de problemas estruturais levantados, mas é importante registrar que a comunidade tem se desdobrado para manter atividades lúdicas como as brincadeiras de roda, as corridas a cavalo e a contação de histórias com o intuito de preservar o seu patrimônio histórico e cultural.

Considerando que estamos tratando de políticas públicas, é preciso lembrar que a comunidade é composta por pessoas de quatro gerações diferentes, portanto, a presença do Estado tem que ser pensada no sentido de contemplar políticas específicas de recreação e lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Em seguida verificaremos o acesso a outras políticas vinculadas à qualidade de vida das famílias do povoado Mumbuca, as políticas de segurança alimentar e nutricional.

#### 4.5.7 Acesso às políticas de segurança alimentar e nutricional

As políticas de segurança alimentar e nutricional são políticas propostas pelo governo federal com orçamento previsto no Plano Plurianual e com ações previstas para serem executadas nas três esferas de governo. A finalidade das políticas de segurança alimentar e nutricional é garantir a realização do direito humano à alimentação adequada para todos os cidadãos brasileiros.

No caso específico das comunidades quilombolas que são certificadas pela Fundação Cultural Palmares, existem programas e ações da área da segurança alimentar e nutricional em que o Plano Plurianual 2008-2011, prevê recursos financeiros para a execução nas esferas estadual e municipal, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Art. 19 da Resolução FNDE/CD/nº 32 de 10 de agosto de 2006) e a Ação de Atenção à Saúde das Populações Quilombolas<sup>114</sup>.

Para realizarmos um estudo mais aproximado da realidade da Comunidade Mumbuca, optamos pela investigação de oito programas e ações, a saber: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Bolsa Família, (PBF), Programa Saúde da Família (PSF), Distribuição de Alimentos a Grupos Populações Específicos (no formulário aparece apenas “cesta de alimentos”), Compra Direta Local, Aposentadoria, Pensão e Inscrição no Cadastro Único, CadÚnico do governo federal.

Faremos a descrição de cada programa e ação no contexto geral da Política Nacional de SAN para depois apresentarmos a tabela demonstrativa do resultado da pesquisa realizada na Comunidade Mumbuca.

---

<sup>114</sup>Programa 1336 - Brasil Quilombola, ação 8215 – Atenção à saúde das populações quilombolas, que tem como objetivo geral o apoio à implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS (BRASIL. Ministério da Saúde, 2009, p. 29).

#### 4.5.7.1 Descrição dos programas e ações

##### 4.5.7.1.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa do governo federal que tem por objetivo garantir reforço alimentar aos alunos das escolas da educação básica através do repasse de recursos financeiros em caráter suplementar para Estados, municípios e Distrito Federal. O PNAE foi implantado no ano de 1955, é executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

A Resolução FNDE/CD/nº 32 de 10 de agosto de 2006, estabeleceu normas para a execução do PNAE que contemplou de forma diferenciada a clientela das creches, escolas indígenas e escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos.

No caso específico dessas escolas, as normas estabelecidas em 2006 atribuem como obrigação que os alunos matriculados sejam registrados no programa com a informação de que a escola possui a especificidade de estar localizada em área indígena ou quilombola. Nesse caso, é dever dos responsáveis por essas escolas (Entidades Executoras), garantir a elaboração de um cardápio da alimentação escolar que respeite os hábitos alimentares tradicionais da comunidade. Além disso, prever o acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar – CAE na elaboração do referido cardápio e garantia de participação de pelo menos um membro representante da comunidade ou etnia neste Conselho.

O CAE tem como papel principal realizar o monitoramento e a fiscalização das ações do programa e da execução dos recursos financeiros que são repassados pelo FNDE para a conta do PNAE. Nas escolas localizadas em áreas remanescentes de indígenas ou quilombolas, o valor *per capita* da refeição<sup>115</sup> é 50% maior que o valor repassado para as escolas da educação básica.

---

<sup>115</sup> O valor transferido é determinado pelo número de alunos matriculados na escola, multiplicado pelo número de dias de atendimento no mês, multiplicado pelo valor *per capita* da refeição. O valor *per capita* da refeição nas escolas localizadas em área indígena ou quilombola era R\$ 0,44 (quarenta e quatro centos de real) em 2006 e passou para R\$ 0,60 (sessenta centavos de real) em 2010.

#### 4.5.7.1.2 Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda com condicionalidades, criado no âmbito da Presidência da República (Medida Provisória nº 132/2003; Lei nº 10.836/2004) e coordenado pelo Ministério Social de Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC).

A gestão do programa é compartilhada entre governo federal, estados e municípios e a importância do PBF para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional deve-se ao fato de que o programa articula ações nas áreas da educação, saúde e assistência social.

O programa promove a transferência de renda de forma diferenciada de acordo com a realidade declarada e comprovada pela família que acessa o programa:

As famílias atendidas pelo PBF recebem um benefício mensal que pode variar de R\$ 22,00 a R\$ 200,00, a depender da renda por pessoa e da composição familiar, e, em contrapartida, assumem o compromisso de manter as crianças e jovens de 6 a 17 anos a escola e fazer o acompanhamento de saúde de crianças, mulheres grávidas e mães que estão amamentando. Para serem incluídas no Programa, as famílias precisam estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, e possuírem renda mensal por pessoa (*per capita*) de até R\$ 70,00 ou, se houver crianças e adolescentes na família, de até R\$ 140,00. (BRASIL, 2010, p. 14).

O critério adotado para a variação do valor recebido pelas famílias atendidas pelo PBF é uma questão ligada às três dimensões sobre as quais o programa opera no sentido de buscar superar a fome e pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, reforço ao exercício dos direitos sociais básicos e promoção de oportunidades para o desenvolvimento das famílias (BRASIL, 2010).

#### 4.5.7.1.3 Programa Saúde da Família (PSF)

O Programa Saúde da Família (PSF) nasceu em 1994 como um programa do governo federal proposto aos municípios para promover a atenção primária ou

atenção básica (vacinação, atendimento médico e medicação) com ações de prevenção e promoção da saúde com foco na família.

No ano de 2006, o Programa Saúde na Família passou a integrar a Política Nacional de Atenção Básica (Ministério da Saúde) e tornou-se uma estratégia de saúde que envolve as três instâncias de governo (municipal, estadual e federal), mas as ações que atingem diretamente as famílias devem ser previstas e executadas na esfera municipal.

A ideia central é que uma equipe de profissionais (enfermeiro, auxiliar e técnico de enfermagem, médico, agente comunitário de saúde, cirurgião dentista e técnico em saúde bucal), esteja atuando em conjunto para o acompanhamento da saúde de um público específico: bairro, região, aglomerado, comunidade indígena, comunidade quilombola.

Sendo uma estratégia de saúde, as ações do PSF estão previstas no plano plurianual (2008-2011) da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Programa Brasil Quilombola. Para a execução do PSF, os recursos do governo federal são repassados para o município através do PAB – Piso de Atenção Básica (BRASIL, 2006).

#### *4.5.7.1.4 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos (cesta de alimentos)*

A Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos é uma ação emergencial prevista no Plano Plurianual 2008-2011 no contexto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com recursos alocados no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e gestão compartilhada entre o MDS, SEPPIR e Fundação Cultural Palmares.

O objetivo dessa ação é atender em caráter emergencial, público específico que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional como indígenas, quilombolas, atingidos por barragens, comunidades de terreiro, famílias acampadas, famílias marisqueiras e caranguejeiras (COMISSÃO NACIONAL DE

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2009, p. 17).

No formulário a ação foi denominada apenas como “cesta de alimentos” porque não há uma sigla que identifique a ação.

#### *4.5.7.1.5 Compra Direta Local*

No Estado do Tocantins “Compra Direta Local” é o nome do programa destinado à compra de gêneros alimentícios diretamente dos produtores da agricultura familiar destinado à entrega imediata às entidades assistenciais e beneficentes ou aos órgãos locais que executam programas sociais.

Trata-se de um programa que é executado pelo governo estadual com recursos oriundos do convênio com o governo federal, dentro dos critérios estabelecidos pelo PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. O PAA é uma ação do governo federal que de 2003 a 2006 esteve sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a partir de 2006 tornou-se uma ação interministerial incluindo também o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A execução do Programa Compra Direta Local no Estado do Tocantins é dividida entre a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento e o RURALTINS.

A Conab executa duas modalidades do programa: o PAA Leite e o PAA Associação. O primeiro é destinado à compra da produção do leite e de seus derivados; o segundo é destinado à compra de produtos de associações dos agricultores. Nessas duas modalidades, o limite de recurso permitido para compra do produto por agricultor familiar/ano é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).<sup>116</sup>

O RURALTINS executa uma única modalidade do programa: o PAA Entrega Imediata, denominado Compra direta local, com limite permitido para a compra por agricultor familiar/ano no valor de R\$ 4.500,00.

---

<sup>116</sup> Todas as informações sobre o Programa Compra Direta Local foram prestadas pelo técnico Guilherme Santos Zanini, responsável pela execução financeira do Programa no Ruraltins no dia 14 de abril de 2010.

No Tocantins o Programa Compra Direta Local atingia em 2010, 108 municípios do Estado, com exceção apenas de Palmas e Araguaína porque estes possuem mais de 100 mil habitantes e podem estabelecer convênio diretamente com o governo federal.

Considerando que as diretrizes gerais de funcionamento do Compra Direta Local são as mesmas do PAA do governo federal, em 2008 os agricultores quilombolas que atendiam os critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tiveram a possibilidade de participar do programa como produtor, vendendo os seus produtos, conforme Portaria nº 47 de 26 de novembro de 2008 (MDA).

#### *4.5.7.1.6 Aposentadoria*

A aposentadoria é um direito conquistado pelo trabalhador. Consiste em um benefício da Previdência Social que os trabalhadores recebem após um tempo determinado de contribuição com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A aposentadoria pode ser por invalidez, por idade, por tempo de contribuição ou especial.

Incluimos a aposentadoria como uma política de segurança alimentar e nutricional por ser um serviço de proteção social que no Brasil, garante renda principalmente para as pessoas com mais de 65 anos de idade.

#### *4.5.7.1.7 Pensão*

A pensão também é um benefício da Previdência Social ao qual tem direito a família do trabalhador segurado quando ele morre.

#### 4.5.7.1.8 Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento utilizado pelo governo federal para identificar e caracterizar as famílias brasileiras que estão em situação de vulnerabilidade social, obrigatório para a seleção e atendimento das famílias nos programas sociais do governo federal.

A coleta de informações e o registro no sistema integrado do governo federal são de responsabilidade dos municípios. A base de dados e os recursos para a operacionalização do sistema nacional são de responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A inscrição das famílias em situação de vulnerabilidade social no Cadastro Único é um direito que está condicionado às obrigações do município em oferecer todas as informações e condições necessárias para o cadastramento. As famílias quilombolas que residem em lugares de difícil acesso (caso da Comunidade Mumbuca) devem contar com mecanismos específicos para acessarem o setor responsável pelo cadastramento no município.

#### 4.5.7.2 Detalhamento dos dados coletados

Com o intuito de averiguar qual o acesso que os moradores da Comunidade Mumbuca tiveram às políticas de segurança alimentar e nutricional nos anos de 2003 e 2010, incluímos no formulário de questões a pergunta: que tipo de política pública de SAN os residentes desta moradia têm acesso?As respostas para os programas acessados são apresentados na tabela a seguir:

**Tabela 18 - Acesso às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pelas famílias do Povoado Mumbuca em 2003 e 2010**

<b>ACESSO ÀS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) PELAS FAMÍLIAS DO POVOADO MUMBUCA EM 2003 E 2010</b>		
Que tipo de política pública de SAN os residentes desta moradia têm acesso?	<b>2003</b>	<b>2010</b>
1. Programa Nacional de Alimentação Escolar	16	17
2. Programa Bolsa Família	02	12
3. Programa Saúde da Família	03	16
4. Cesta de alimentos	07	15
5. Compra direta local	-	06
6. Aposentadoria	03	13
7. Pensão	01	02
8. Cadastro Único	01	02
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>83</b>

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Observa-se na tabela 18 que da lista de oito itens que contém programas e ações do campo das políticas de SAN, o acesso da maioria das famílias do Povoado Mumbuca, para o ano de 2003, ocorria ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo apontado por 16 famílias do universo de 26 pesquisadas, atingindo o universo de 61,5% das famílias.

Cabe citar que numa escala muito menor as famílias assinalaram a ação de distribuição de cestas de alimentos, sendo 7 respostas para essa questão, mas no processo de entendimento e interpretação das falas dos entrevistados foi possível perceber que as famílias recebiam algumas cestas de alimentos de alguns políticos locais que tinham outro objetivo e isso confunde um pouco a população não compreendendo que não se trata de uma ação que está dentro de um contexto de política pública.

Para o ano de 2010, além do Programa Nacional de Alimentação Escolar, outros sete programas foram acessados, com destaque para quatro deles, devido o envolvimento de 50% ou mais das famílias pesquisadas: o Programa Bolsa Família, o Programa Saúde da Família, a ação de distribuição de cesta de alimentos e a aposentadoria.

Cabe citar que 25% das famílias, 6 do total que foram pesquisadas, tiveram acesso ao Programa Compra Direta Local no ano de 2010. Esse programa não existia no ano de 2003.

O destaque da tabela está na quantidade de acessos às políticas de SAN no ano de 2003 comparados ao ano de 2010: de 33 para 83, respectivamente. Esse dado demonstra que houve aumento significativo da oferta dessa política pública na Comunidade Mumbuca.

Em relação ao grau de satisfação das famílias quilombolas do povoado Mumbuca, referente às políticas de segurança alimentar e nutricional, apresentadas anteriormente nas tabelas 2 e 3 verifica-se que existe uma relação de causa e efeito: quanto maior o acesso das famílias e a regularidade do programa, maior o grau de satisfação; quanto menor o acesso das famílias e a regularidade do programa, menor o grau de satisfação.

Verifica-se que para o ano de 2003 havia 9 famílias insatisfeitas, perfazendo cerca de 35% das famílias pesquisadas. E, neste sentido, a dificuldade de acesso aos programas contribuiu para a insatisfação dessas famílias. Para o ano de 2010, cabe citar 12 famílias satisfeitas, perfazendo um total de 46% das famílias pesquisadas.

As famílias são titulares de direito das políticas de SAN e relatam suas posições em relação a efetividade das ações, dos programas e das políticas, demonstrando ter condições de fazer o monitoramento e a avaliação do processo *in loco*.

Algumas observações foram feitas sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar que demonstram falhas em algumas etapas da execução sob o ponto de vista da Comunidade Mumbuca, conforme transcrição da fala espontânea de uma colaboradora da pesquisa: “[...] *apesar do PNAE, são os pais que tem que fazer a merenda escolar para as crianças*”. Essa afirmação refere-se ao preparo/manuseio da alimentação escolar que é de responsabilidade da Entidade Executora local (Art. 15, parágrafo 3º).

A possibilidade aberta para os pais prepararem a merenda é um indicativo de que em algum momento a escola dispunha de gêneros alimentícios, mas não dispunha do profissional que é concursado ou contratado pela prefeitura ou pelo Estado para preparar a alimentação escolar (a merendeira). Nesse sentido, a declaração da colaboradora foi um dos pontos abordados na entrevista da liderança 2 que afirmou:

A merenda não sei porque não. Não sei falar pra você não, mas de vez enquanto eles fornecem a merenda, as vezes eles chegam mais cedo na casa porque não tem merenda. Não sei se é por falta de tempo de fazé... Agora a quantidade de merenda, a qualidade, eles serve arroz, batatinha, carne, macarrão. (Liderança 2, 45 anos).

O que se pode perceber é que não existe uma regularidade no atendimento: quando a escola possui os ingredientes para preparar o alimento e não tem o profissional, os pais ajudam a preparar; quando não tem os ingredientes, as crianças são liberadas mais cedo. Nesse caso, são dois direitos negados: o acesso à alimentação escolar e o acesso a uma educação de qualidade.

Em relação ao Programa Bolsa Família, percebemos existir pouca informação por parte dos moradores. A maioria das pessoas que recebem o benefício, não entende exatamente porque está recebendo aquele valor. Uma colaboradora fez a seguinte afirmação: “[...] de R\$ 90,00 passou para R\$ 70,00 (...). “Eu acho o programa bolsa família ruim, ele é para a criança ficar na escola, tenho 8 filhos no colégio”. Nessa fala podemos perceber que não houve um mecanismo de informação que pudesse garantir a essa família uma informação correta sobre o motivo da diminuição do valor transferido.

Analisando o contexto do discurso e as características do PBF, podemos perceber que nem os objetivos e nem as condicionalidades do programa não estão claros para essa colaboradora. O PBF não transfere renda para a criança ficar na escola, mas para que a família supere a fome e a pobreza. Essa questão é fundamental porque o direito à educação é garantido pela Constituição Brasileira e uma família não pode confundir direito com concessão. O mérito do programa está no fato de alertar as famílias para o compromisso de manter os filhos de 6 a 17 anos na escola.

O programa conta com três tipos de benefícios<sup>117</sup> que podem ser transferidos para as famílias de forma cumulativa ou não, dependendo das condições e da composição da família e das mudanças em relação aos membros da família que os deixam em maior ou menor grau de vulnerabilidade: renda, idade, gravidez, amamentação.

---

<sup>117</sup> Benefício básico, benefício variável e benefício variável vinculado ao adolescente.

O discurso e o perfil da família da Colaboradora observado durante a pesquisa etnográfica nos permitem construir duas probabilidades em relação ao valor transferido para a família, considerando alternativas de acúmulo dos tipos de benefícios do PBF, a saber:

a) a família possivelmente recebia o benefício básico, que corresponde a R\$ 68,00 (sessenta e oito reais), acrescidos de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) correspondentes ao benefício variável, pago àquelas famílias que tenham adolescentes de até 15 anos. Nesse caso o benefício totalizava R\$ 90,00 (noventa reais);

b) a família possuía um grupo de oito filhos que frequentavam a escola, mas um era criança ou adolescente com até 15 anos e tinha direito ao benefício variável no valor de R\$ 22,00 (vinte e dois reais); dois eram adolescentes de 16 a 17 anos e tinham direito ao benefício variável vinculado ao adolescente no valor de R\$ 33,00 (trinta e três reais). Os outros 5 jovens estavam na faixa acima dos 17 anos e não tinham direito a nenhum outro benefício.

Nesse caso, o total do valor recebido era R\$ 88,00. No momento em que o adolescente de 15 anos completou 16 anos, a família perdeu o benefício variável e o valor transferido caiu de R\$ 88,00 (oitenta e oito reais), para R\$ 66,00 (sessenta e seis reais), pois o limite para a transferência do benefício variável vinculado ao adolescente é de apenas duas transferências por família, e no caso, o limite já tinha sido atingido.

É importante registrar que a conotação negativa atribuída ao programa, por parte desta colaboradora não foi atribuído ao valor recebido, mas a ideia de um potencial erro de execução, já que na sua concepção, a quantidade de filhos na escola deveria ser multiplicada pelo valor do benefício variável, independente da idade da criança.

O máximo que uma família pode receber do programa é R\$ 200,00 (duzentos reais). Nesse caso há o acúmulo dos três benefícios em seu limite máximo: R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) pelo benefício básico, acrescido de R\$ 66,00 por três benefícios variáveis, mais R\$ 66,00 por dois benefícios variáveis vinculado ao adolescente.

Outra moradora da comunidade, ao ser entrevistada para o preenchimento do formulário, fez a seguinte observação em relação ao Programa Saúde da Família: “*O programa saúde da família significa a presença do agente de saúde, mas ele vem de três em três meses... devagar, de vez em quando*”. Em relação a essa afirmação é importante destacar que a Portaria 648/2006 do Ministério da Saúde orienta que uma das atribuições do agente comunitário de saúde é realizar visita domiciliar mensal para o acompanhamento das famílias de sua responsabilidade.

Na entrevista realizada com o agente comunitário de saúde da Comunidade Mumbuca, em relação à pergunta sobre sua rotina de trabalho ele respondeu:

Eu passo uma vez família que não tem risco, sabe? Uma vez por mês. Tem que medir a P.A. [pressão alta]. Alguém ta passando mal, dor de cabeça. Aí eu vou na casa, mas o trabalho mais frequente é com os hipertensos, gestante, grávida, criança recém-nascido. Assim, mais frequente né: duas três vezes por mês. Os hipertensos mesmo tem que visitar toda semana. Vê se tem o medicamento, ta tomando, não ta tomando. Tá faltando. Vê qualidade. Tem esse controle, né. Nunca falta. Já vão pegar já pra dois meses né. Tem que ver o prazo de validade. (Colaborador 1, 30 anos).

De acordo com esse discurso e com as observações feitas na pesquisa de campo, foi possível perceber que as relações estabelecidas entre os moradores da Comunidade Mumbuca e o agente comunitário de saúde são de parentesco de 1º ou 2º grau, o que facilita o trabalho de acompanhamento da saúde sem necessariamente haver uma oficialização da visita.

As visitas e acompanhamento por parte do agente comunitário de saúde têm maior frequência nas famílias em situação de risco onde o trabalho assume um caráter de vigilância e menor frequência nas famílias em situação estável de saúde, onde o trabalho assume um caráter preventivo.

Em relação à Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, apenas um colaborador no universo de 26 entrevistados fez uma diferenciação da doação de alimentos por parte de políticos da ação voltada para grupos populacionais específicos dizendo: “*Neste ano recebemos somente duas cestas de alimentos (...) a do governador Siqueira Campos no Natal, e a do quilombola*”. No discurso não fica evidente se o colaborador compreende que no contexto da política de SAN a distribuição de alimentos é emergencial ou se acredita

erroneamente, que possa existir uma política de distribuição de cesta de alimentos para a comunidade só porque é quilombola.

O Programa Compra Direta Local foi elogiado por uma colaboradora que afirmou: “*Vendo batata doce, inhame, banana, abóbora, massa de mandioca, mandioca, farinha, caldo de cana e melancia. Buscava na roça. Vou plantar tudo isso agora.*” A afirmação demonstra que esses produtos eram cultivados para a subsistência da família e com o incentivo do governo a família vai plantar os gêneros alimentícios que são comprados pelo programa.

Percebemos durante a pesquisa de campo, que o maior problema das famílias é transportar o produto até o município de Mateiros onde se localiza o Centro de Distribuição do RURALTINS. As dificuldades referem-se às condições da estrada e à falta de veículo.

São observações importantes que demonstram que as famílias têm consciência de seus direitos, elas estão refletindo sobre a política, relatando as ocorrências e se posicionando individualmente, mas falta ainda o mecanismo da exigibilidade para a garantia do direito humano a alimentação adequada, o que torna a comunidade em situação de vulnerabilidade social.

#### **4.5.8 Acesso à geração de emprego e renda**

Para finalizar a descrição e detalhamento dos dados coletados em relação ao acesso das famílias da Comunidade Mumbuca às políticas públicas em 2003 e 2010, apresentamos informações sobre o indicador de geração de emprego e renda. Esse indicador é fundamental na análise da questão da insegurança alimentar e nutricional tendo em vista que a renda da família proporciona recursos para a compra de alimentos. Na perspectiva da vulnerabilidade social, existência de uma fonte de renda reduz a fragilidade da família.

Nesse sentido, incluímos no formulário de questões a pergunta: qual a principal fonte de renda dos residentes desta moradia? O formulário apresentava sete opções de atividades e uma possibilidade de resposta aberta. O resultado está expresso na tabela abaixo:

**Tabela 19 - Fonte de emprego e renda das famílias do Povoado Mumbuca em 2003 e 2010**

<b>FONTE DE EMPREGO E RENDA DAS FAMÍLIAS DO POVOADO MUMBUCA EM 2003 E 2010</b>		
Qual a principal fonte de renda dos residentes desta moradia?	<b>2003</b>	<b>2010</b>
1. Criação de gado	05	05
2. Criação de galinhas	04	04
3. Roça (feijão, mandioca, arroz)	08	08
4. Extração do capim dourado	04	05
5. Venda do capim dourado	01	02
6. Produção de peças de artesanato do capim dourado	04	09
7. Venda de produtos alimentícios: especificar	01	01
8. Aposentadoria	02	05
9. Outras: merendeira, braçal.	02	02
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>41</b>

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

O primeiro dado a explicitar na tabela 19 é que a somatória das colunas deveria ser 26 caso cada Colaboradora tivesse apontado uma única resposta para o ano de 2003 e uma única resposta para o ano de 2010, já que a questão era: “qual a principal fonte de renda”. No entanto, diante da constatação de que o problema estava na forma que pesquisadora estruturou a questão que não era compatível com a realidade que se apresentava, não foi possível manter a rigidez na resposta.

Os dados dão conta da realidade local e não prejudicam os resultados quantitativos da pesquisa tendo em vista que as famílias desenvolvem em média, três atividades para garantir a renda ao final do mês. Outra questão importante é que os colaboradores têm dificuldade de saber qual é a principal fonte de renda porque é um dado variável que depende das atividades do mês e do calendário da economia local.

Analisando a tabela 19 verifica-se a variedade de atividades desenvolvidas na Comunidade Mumbuca para a garantia de renda. Do universo de 26 famílias pesquisadas, chegamos a um total de 10 atividades diferentes que estão na área da agricultura, da pecuária, do extrativismo, do comércio e da prestação de serviços públicos concursados.

No ano de 2003 a agricultura era a principal atividade exercida na comunidade e o número de famílias que a exercem se mantém em 2010, no entanto, em 2010 a principal atividade exercida para a geração de renda passa a ser a produção de peças de artesanato do capim dourado.

Quando estabelecemos uma comparação entre os dados das colunas de 2003 e 2010, percebemos que o número de famílias que exerciam as atividades de criação de gado (5), criação de galinhas (4) e produção na roça (8), sem manteve inalterado. A variação do número de famílias que desenvolviam a atividade de extração do capim dourado é pouca: de 4 em 2003, para 5 em 2010. No entanto, o crescimento da atividade de produção de peças de artesanato do capim dourado é significativo: de 4 em 2003, para 9 em 2010.

Outro detalhe a citar é o crescimento do número de aposentadorias na comunidade: sobe de 02 em 2003, para 5 em 2010. Esses números ainda são pequenos frente ao número de trabalhadores da Comunidade Mumbuca que já atingiram a idade para se aposentar, exercem atividade rural em regime de economia familiar, têm direito à aposentadoria especial, mas não possui documentos necessários para a comprovação obrigatória no momento de pedir a aposentadoria no INSS.

Durante a pesquisa de campo foi possível constatar que uma pessoa aposentada garante renda mínima para os seus familiares, conforme descreveu um senhor aposentado sobre sua família: “(...) *agora já tem mais esperança porque tem aposentadoria*”. Essa expressão “esperança” traduz a vulnerabilidade social.

A vulnerabilidade social das famílias e a insegurança alimentar e nutricional são fenômenos que estão ligados às instabilidades e incertezas expressas na variedade de atividades exercidas pelos moradores para garantir um valor mínimo de renda, conforme relato um artesão: “*Capim: R\$300,00. Buriti: 200,00. Só no mês de julho é possível fazer esse dinheiro, a gente passa dois meses sem ver dinheiro nenhum*”. Nos meses em que o dinheiro não circula as famílias começam a fazer trocas: “(...) *julho, aproximadamente entre R\$300,00 e R\$600,00, em outros meses não vende quase nada*”. “*Troco peças por alimentos (arroz, feijão, óleo, cebola)*”.

Esses comentários são demonstrações explícitas da vulnerabilidade social e, principalmente, da insegurança alimentar e nutricional que as famílias estão expostas. A troca de peças de capim dourado por alimentos, não garante o preço justo do trabalho desenvolvido pelos artesãos e também não garante a qualidade do alimento que está sendo trocado. Essa é uma ameaça do direito humano à alimentação adequada e ao princípio da soberania alimentar e nutricional das famílias pesquisadas.

Na sequência apresentamos os resultados da aplicação da escala EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional, às famílias quilombolas do povoado Mumbuca, vejamos os resultados em relação à qualidade de vida, na qual vimos desenvolvendo nossa investigação.

#### 4.6 ESCALA BRASILEIRA DE MEDIDA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)

A Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) é um dos instrumentos utilizados no Brasil para mensurar a percepção das famílias em relação ao acesso aos alimentos e identificar qual o grau de satisfação das necessidades alimentares. Para fins dessa pesquisa, incluímos as questões da escala EBIA no formulário aplicado nas entrevistas realizadas com 26 famílias da Comunidade Mumbuca no mês de julho de 2011.

Essa escala foi criada originalmente pelo Departamento de Agricultura dos EUA na década de 1990 e aprimorada no Brasil em agosto de 2010<sup>118</sup> pela Oficina Técnica para a análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar que reduziu as perguntas para 14, excluindo a questão referente à perda de peso por falta de comida.

Considerando que essa pesquisa iniciou-se em 2008 e utilizou como parâmetro o referencial teórico da PNAD de 2004, optamos por manter os critérios de 2004 com o questionário contendo 15 questões. Formulamos a pergunta referente à perda de peso de forma objetiva, deixando evidente que a questão referia-se a perda de peso por falta de comida e não por questões de dieta, saúde ou questões religiosas. O quadro 5 exhibe o formulário utilizado no processo de investigação realizado na Comunidade Mumbuca no mês de julho de 2011:

---

<sup>118</sup> Atualização da EBIA contou com a participação do grupo de pesquisadores que elaborou a EBIA, dos pesquisadores envolvidos na criação da escala norte-americana, IBGE, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, Universidades Federais do MT, PB, BA e RJ; Universidade de Brasília, Conselho Municipal de Segurança Alimentar de BH/MG, técnicos do MDS lotados na Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI.

QUADRO 6 - PERGUNTAS DA ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EBIA) ÀS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS DO POVOADO MUMBUCA NA CIDADE MATEIROS – TOCANTINS

NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES EM SUA CASA...		SIM	NÃO
1.	Houve preocupação que os alimentos acabassem?		
2.	Você esteve sem dinheiro para alimentação saudável?		
3.	Você preparou a alimentação com apenas alguns tipos de alimentos?		
4.	A criança não teve alimentação saudável e variada?		
5.	Os alimentos acabaram antes de ter dinheiro para comprar?		
6.	Algum adulto diminuiu a quantidade ou pulou refeições?		
7.	Algum adulto comeu menos do que achou que devia?		
8.	Algum adulto sentiu fome mas não podia comprar comida?		
9.	Algum adulto perdeu peso por falta de comida?		
10.	Algum adulto fez apenas uma refeição ou ficou o dia sem comer?		
11.	Alguma criança não comeu quantidade suficiente de comida?		
12.	Alguma criança teve a quantidade de alimentos diminuída?		
13.	Alguma criança deixou de fazer alguma refeição?		
14.	Alguma criança sentiu fome mas não tinha o que comer?		
15.	Alguma criança ficou o dia inteiro sem comer		

FONTE: Elaborado com base na PNAD de 2004.

O quadro acima demonstra que o método da Escala EBIA coleta a informação prestada pelo entrevistado tendo como referência a realidade vivida nos últimos três meses anteriores ao dia da entrevista e a resposta abrange todos os moradores da família.

Pode-se observar que a escala foi composta por 15 perguntas fechadas com alternativas dicotômicas (Sim ou Não). As perguntas possuem pontos de corte para avaliar se o domicílio está em situação de segurança alimentar ou insegurança alimentar (leve, moderada, grave). Os pontos de corte possuem pesos diferentes para a quantidade de respostas (SIM) onde os domicílios possuem ou não menores de 18 anos conforme quadro abaixo:

QUADRO 7 - PONTOS DE CORTE PARA A CLASSIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO QUANTO À SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR.

CLASSIFICAÇÃO	PONTOS DE CORTE PARADOMICÍLIOS COM PELO MENOS UM MORADOR MENOR 18 ANOS	PONTOS DE CORTE PARADOMICÍLIOS COM SOMENTE MORADORES DE 18 ANOS OU MAIS IDADE
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1 – 5	1 – 3
Insegurança alimentar moderada	6 - 10	4 – 6
Insegurança alimentar grave	11 - 15	7 – 9

FONTE: Elaborado com base na PNAD de 2004.

Na primeira coluna do quadro 7, encontra-se a classificação da percepção do entrevistado em relação à segurança alimentar e nutricional do domicílio em graus:

- Segurança alimentar quando o entrevistado responde não para todas as questões, indicando que nos últimos três meses a família teve acesso à alimentação adequada e saudável sem restrição em relação à quantidade e à qualidade de alimento consumida no domicílio.

- Insegurança alimentar leve refere-se a uma pequena percepção de restrição alimentar que varia em relação à quantidade e à qualidade do alimento.

- Insegurança alimentar moderada refere-se à percepção que o entrevistado tem em relação à necessidade de reduzir a quantidade dos alimentos com a sensação ou não de fome.

Insegurança alimentar grave refere-se à percepção que o entrevistado possui em relação à falta de alimento em seu domicílio causada pela falta de recursos. No caso da Comunidade Mumbuca essa falta de recursos pode ser financeira, pode ser falta de condições para a produção do alimento no próprio território, pode ser falta de infraestrutura para a compra em outro município ou pode ser todos esses fatores junto.

Nas segunda e terceira colunas do quadro 6 são encontrados os pontos de corte para os domicílios com a presença ou não de menores de 18 anos. Esse diferencial deve-se ao fato de que uma família com menores de 18 anos encontra-se em situação de maior vulnerabilidade social tendo em vista que nos padrões da sociedade brasileira, essa faixa etária ainda não faz parte da população economicamente ativa do país, portanto não contribui com o orçamento da família.

#### **4.6.1 Descrição da investigação sobre segurança alimentar no Povoado Mumbuca segundo os critérios da Escala EBIA**

A investigação sobre a segurança alimentar nos domicílios do Povoado Mumbuca consistiu na formulação das perguntas da Escala EBIA e na observação da reação dos moradores frente à questão em si, que provoca relatos de fatos e

experiências nem sempre agradáveis para o entrevistado, por isso a necessidade de serenidade por parte da pesquisadora.

No processo de tabulação dos dados da Escala EBIA, foi constatado que dos 26 domicílios pesquisados no Povoado Mumbuca, 15 possuem pelo menos um menor de 18 anos residente, em detrimento de 11 domicílios que não possuem residentes menores de 18 anos. Ao transformarmos esses dados absolutos em percentuais, temos 57,5% de domicílios que possuem pelo menos um menor de 18 anos residente contra 42,5% que não possuem residentes menores de 18 anos.

O quadro 08 exibe a realidade do Povoado Mumbuca:

**QUADRO 8 - PRESENÇA OU NÃO DE RESIDENTES MENORES DE 18 ANOS. NOS DOMICÍLIOS DO POVOADO MUMBUCA NO ANO DE 2011**

<b>PRESENÇA OU NÃO DE RESIDENTES MENORES DE 18 ANOS. NOS DOMICÍLIOS DO POVOADO MUMBUCA NO ANO DE 2011.</b>			
<b>DOMICÍLIOS QUE POSSUEM RESIDENTES MENORES DE 18 ANOS.</b>		<b>DOMICÍLIOS QUE NÃO POSSUEM RESIDENTES MENORES DE 18 ANOS.</b>	
Números absolutos	Percentuais	Números absolutos	Percentuais
15	57,5%	11	42,5%

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Dentro do grupo de menores de 18 anos, é possível auferir o número absoluto de crianças (um total de 34 no universo de 104 pessoas residentes nos domicílios pesquisados)<sup>119</sup>, mas não fizemos o levantamento do número de jovens residentes no Povoado. Essa é uma lacuna apresentada na pesquisa quantitativa, tendo em vista que a observação feita durante a pesquisa etnográfica constatou a presença de quantidade razoável de jovens efetivamente atuantes na comunidade.

Respeitando os critérios do método de aplicação da Escala EBIA, a pesquisa apontou três níveis de insegurança alimentar e nutricional nos domicílios do Povoado Mumbuca, não existindo um único domicílio em situação de segurança alimentar, dentre os 26 pesquisados conforme os dados exibidos abaixo:

<sup>119</sup> Esse dado foi apresentado na tabela 1 – “Caracterização das famílias pelo total de pessoas que vivem no domicílio, número de crianças e tempo de moradia na Comunidade Mumbuca”, p.

**QUADRO 9 - CLASSIFICAÇÃO DOS DOMICÍLIOS DO POVOADO MUMBUCA QUANTO À SITUAÇÃO DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ANO DE 2011**

<b>GRAU DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS DO POVOADO MUMBUCA SEGUNDO A ESCALA EBIA</b>	<b>Nº DE FAMÍLIAS</b>	<b>PERCENTUAL DE FAMÍLIAS</b>
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	4	15%
Insegurança alimentar moderada	11	42,5%
Insegurança alimentar grave	11	42,5%
Total	26	100%

FONTE: Pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias da Comunidade Mumbuca.

Os dados dão conta que 100% dos domicílios pesquisados na Comunidade Quilombola de Mumbuca estão em situação de insegurança alimentar. A insegurança alimentar grave e moderada é prevalente e apresenta o mesmo percentual de 42,5% cada uma, atingindo 85% do total das famílias pesquisadas. A insegurança alimentar leve atinge o percentual de 15% das famílias pesquisadas.

Em 2004 e 2009, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), fez o levantamento dos dados sobre a situação da segurança alimentar no Brasil e os dados publicados nos ajudam a estabelecer uma comparação para com a situação apresentada nos domicílios pesquisados no Povoado Mumbuca.

Para fins dessa análise comparativa, apresentaremos os dados do Brasil em geral, do Brasil rural, da Região Norte, do Estado do Tocantins geral e por recorte de raça; ambos com referência para os anos de 2004 e 2009, comparados com a os dados coletados no Povoado Mumbuca em 2011.

**Tabela 20 - Dados sobre a segurança alimentar e nutricional no Brasil, Região Norte, Estado do Tocantins e Povoado Mumbuca no município de Mateiros, por domicílios particulares**

<b>LOCAL</b>	<b>%</b>	<b>SAN</b>	<b>(IN)SAN</b>	<b>(IN)SAN LEVE</b>	<b>(IN)SAN MODERADA</b>	<b>(IN)SAN GRAVE</b>
Brasil	2004	65	34,9	18	9,9	7
	2009	69,8	30,2	18,7	6,5	5
Brasil Rural	2004	56,4	43,6	20,1	13,9	9,6
	2009	64,9	35,1	19,6	8,6	7
Região Norte	2004	53,6	46,4	21,2	13,4	11,8
	2009	59,7	40,3	21,7	9,3	9,2
Tocantins	2004	53,3	46,7	26,3	12,2	8,1
	2009	56,6	43,4	26,6	11,4	5,3
Mumbuca	2011	0	100	15	42,5	42,5

FONTE: Dados do Brasil e da Região Norte extraídos da PNAD 2004 e PNAD 2009. Dados de Mumbuca extraídos da pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias residentes no Povoado.

A objetividade dos números questiona a realidade por si só. Os percentuais de prevalência de segurança alimentar e nutricional tiveram uma significativa melhora de 2004 para 2009 no Brasil, na zona rural do território nacional, na Região Norte e no Estado do Tocantins. A questão que se levanta é: por que os dados descritos para os domicílios do Povoado Mumbuca apresentam uma diferença tão significativa? Por que a Comunidade Mumbuca apresenta percentual zero de domicílios em situação de segurança alimentar? A grande incógnita aponta para a total ausência do Estado na Comunidade.

Quando comparamos os percentuais para a prevalência da insegurança alimentar, o pior dado é o da Comunidade Mumbuca com 100%. A diferença também é significativa em relação ao percentual de 46,7% de insegurança alimentar no Estado do Tocantins em 2004.

O mesmo acontece com os percentuais para a prevalência da insegurança alimentar grave e moderada que atinge o patamar de 42,5% nos domicílios do Povoado Mumbuca, sem nenhuma proximidade na comparação com os outros dados registrados na tabela, nem mesmo no ano de 2004.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, buscamos os dados de prevalência de segurança alimentar para o Estado do Tocantins por domicílios particulares com recorte de cor ou raça da pessoa de referência:

**Tabela 21 - Prevalência de segurança alimentar para o Estado do Tocantins por domicílios particulares com recorte de cor ou raça da pessoa de referência**

%	TOCANTINS	SAN	(IN)SAN	(IN)SAN MODERADA OU GRAVE
2004	Branca	62	22	15,8
	Preta/parda	43,2	31	25,8
2009	Branca	62,2	25,6	12,2
	Preta/parda	48,6	30,9	20,6
2011	Mumbuca	0	100	42,5%

FONTE: Dados do Tocantins extraídos da PNAD 2004 e PNAD 2009. Dados de Mumbuca extraídos da pesquisa realizada pela autora sobre 26 famílias residentes no Povoado.

A tabela 21 explicita que a cor ou raça dos moradores dos domicílios provoca um diferencial nos dados percentuais no que tange a mensuração do grau de

insegurança alimentar e nutricional dos municípios pesquisados. A desigualdade racial é uma realidade no Brasil e também no Estado do Tocantins.

Os dados demonstram que o percentual de segurança alimentar dos domicílios onde a pessoa de referência é branca se mantém inalterado nos anos de 2004 e 2009, atingindo 62% dos domicílios. A diferença se torna significativa quando analisamos os dados dos domicílios onde a pessoa de referência é preta ou parda. O percentual de segurança alimentar era de 43,2% em 2004 e teve uma melhora subindo para 48,6 % em 2009.

A insegurança alimentar dos domicílios onde a pessoa de referência é branca era de 22% em 2004, elevando para 25,6% em 2009. Nesse caso, houve uma piora do índice. No entanto, quando a análise é para os percentuais de insegurança alimentar dos domicílios onde a pessoa de referência é preta ou parda, os percentuais se mantiveram quase 31% em 2004 e 30,9% em 2009.

É perceptível que as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional executadas no Estado do Tocantins, nos anos de 2004 e 2009, não proporcionaram nenhum impacto significativo para a população do Estado tendo em vista que o patamar permaneceu inalterado de forma positiva para os domicílios onde a pessoa de referência é branca e de forma negativa para os domicílios onde a pessoa de referência é preta ou parda.

Esse argumento ainda não é suficiente quando se analisa os dados apresentados para os domicílios do Povoado Mumbuca, onde na maioria dos domicílios a pessoa de referência é preta ou parda e o percentual de segurança alimentar é 0 (zero).

No caso dos domicílios do Povoado Mumbuca, a disparidade é muito grande e a compreensão do fenômeno da vulnerabilidade social e da insegurança alimentar e nutricional só poderá ser alcançada se partirmos do princípio da complexidade (MORIN, 2010) que envolve o início da história da comunidade que nasce no período pós-abolição; perpassa o processo de invisibilidade das famílias ao longo de 8 décadas e culmina nos conflitos socioambientais que foi desencadeado na última década.

#### 4.7 ANÁLISE DOS RESULTADOS SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO

Em julho de 2011 realizamos a pesquisa de campo quantitativo-descritiva nos domicílios do Povoado Mumbuca com a aplicação do método de procedimento estatístico utilizando a técnica de formulários e entrevistas. A pesquisa envolveu o universo de 26 famílias e abordou questões referentes ao acesso às políticas públicas do governo municipal, federal e estadual e o grau de satisfação das famílias ao longo dos anos de 2003 a 2010.

Buscando aprofundar a questão do aprofundamento da vulnerabilidade social tendo em vista a presença/ausência do Estado, foram incluídas as questões referentes às ações propostas pelo Programa Brasil Quilombola. No que tange à classificação dos domicílios quanto a insegurança alimentar, foram utilizados os critérios da Escala EBIA.

A pesquisa atingiu um quantitativo de 104 pessoas, 26 famílias e 34 crianças residentes no Povoado Mumbuca. A declaração de maior tempo de residência no Povoado foi de 74 anos e o menor foi de 3 meses.

O grau de insatisfação das famílias em relação aos serviços públicos e às condições de vida prevalece nos anos de 2003 e 2010, sendo que o indicador de saneamento causa a maior insatisfação atingindo 19 indicações para o ano de 2003 e 16 para o ano de 2010. A falta de saneamento no Povoado, a ausência de banheiro, o consumo de água sem tratamento e o destino inadequado do lixo é indício da ausência do Estado no Povoado Mumbuca e potencial causa de vulnerabilidade social que impacta diretamente no alto índice de insegurança alimentar e nutricional grave e moderada (42,5%).

O grau de satisfação é bem menor e atinge o indicador de acesso a bens duráveis, sendo que em 2003 o número de colaboradores que assinalaram esse indicador era de 11 e subiu para 18 em 2010. Importante citar que o acesso aos bens duráveis, principalmente geladeira, televisão e motocicleta não corresponde à ação direta dos serviços públicos, mas impacta na melhoria das condições de vida das famílias.

A pesquisa registrou uma grande deficiência do atendimento público de saúde na Comunidade Mumbuca, sendo que o acesso ocorre principalmente na cidade de Mateiros, onde existe somente uma Unidade Básica de Referência. O Povoado conta com um agente comunitário de saúde, com campanhas de vacinação e com visitas do clínico geral e de uma técnica de enfermagem, mas ambos atendem prioritariamente as pessoas idosas e aquelas que sofrem de hipertensão.

Exames médicos e consultas com médicos especialistas, internação e outras necessidades específicas somente nas cidades de Porto Nacional e Palmas.

O indicador de saúde impacta diretamente na situação de insegurança alimentar e nutricional dos moradores da comunidade tendo em vista a existência de pessoas portadoras de necessidades especiais, pessoas portadoras de doenças mentais e pessoas que sofrem de depressão crônica que deixam de comprar alimentos para comprar remédios, conforme declarações prestadas durante a pesquisa: *“Dinheiro vem, paga a dívida que deve e remédio“; “Não posso trabalhar, por isso o dinheiro vai para remédio e condução.”*

O direito humano à alimentação é violado quando um titular de direito deixa de se alimentar para suprir outra necessidade básica: *“Às vezes o dinheiro não dá: tiro prá saúde, tiro prá energia e para pessoas trabalhar.* Nesse caso a família destina a renda para o pagamento de energia e transporte.

Há casos em que a insegurança alimentar e nutricional é evidenciada porque a família deixa de consumir um alimento que é do seu costume, conforme outra declaração de um morador: *“A carne e o arroz tá mais caro”*. Em casos como esses, a família substitui o arroz pela farinha e não coloca nada no lugar da carne.

A pesquisa registrou que a situação dos serviços públicos da área da educação é inadequada porque os alunos que residem no Povoado Mumbuca não conseguem terminar o Ensino Fundamental na escola existente na comunidade. É necessário cursar o 8º ano no município de Mateiros. Sendo assim a vulnerabilidade social dos menores de 18 anos é aprofundada tendo em vista que a obrigatoriedade de viajar 35 km de estrada de terra para ter acesso ao Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A dificuldade torna-se maior quando analisamos as dificuldades de acesso ao ensino técnico e ao ensino superior, que só são possíveis nas cidades de Porto

Nacional e Palmas. Essa realidade inibe o desenvolvimento de muitos talentos que nascem na Comunidade e ceifa dos moradores do Povoado um dos principais direitos sociais garantidos pela Constituição Brasileira.

A pesquisa demonstrou que não houve grandes mudanças nas características dos domicílios: eram 14 casas de adobe em 2003 e o número elevou-se para 18 em 2010. O indicador das condições de moradia influencia de forma direta na questão da vulnerabilidade social das famílias, durante a entrevista com o agente comunitário de saúde, colhemos a seguinte declaração:

A estrutura de moradia tem umas muito fraca, né. Muito fraca. Outras tá melhor, mais... tem que ter um cuidado, né? Segurança, né. Nas casa não tem porta. Muita criança dormindo no chão, você encontra ainda, né. Muita criança numa cama, tamém. Conta muito. Mas antes que vinha atrás vivia bem, né? Mas hoje tem alguns casos de doença que pode ta transmitindo. Se a mãe vai cuidar de um caso vai cuidar de dois. Uma cama pra cada. Quando eu passo na casa. Do peso altura. Todo mês é assim. Mas hoje tem alguns casos Mas enquanto isso, ta mais ou menos, tudo por aqui. Porque todo mundo já ta. Antes todo mundo tinha uma casa muito fraca. Hoje já tem uma casa melhor. Os donos mesmo, os moradores, eles se preocupam com o inseto. (Entrevista realizada no dia 03/07/2011).

A declaração de que a estrutura é fraca está relacionada ao fato de que uma casa construída com palha e adobe tem duração média de apenas 10 anos, sendo necessário construir outra porque a casa realmente cai. A não existência de portas é característica da arquitetura das casas de adobe, as famílias colocam cortinas nas entradas dos quartos para preservar a privacidade.

Considerando que no ano de 2003 a pesquisa apontou que a maioria das casas do povoado eram construídas com até 2 cômodos e no ano de 2010 as casas passaram a ser construídas com uma quantidade maior (de 3 a 4 cômodos), para o ano de 2003, 16 colaboradores dos 26 pesquisados, declararam estar insatisfeitos com as condições de moradia e esse número caiu para 8 quando a referência foi o ano de 2010.

Durante a pesquisa etnográfica foi investigado que a ação de construção de moradias nas comunidades quilombolas previstas no Programa Brasil Quilombola não foi aceita pelos moradores de Mumbuca. Esse dado traz um desejo de manutenção da cultura tradicional que pode implicar na situação de vulnerabilidade social das famílias.

O indicador das condições sanitárias do Povoado Mumbuca foi investigado e constatou-se uma pequena melhora na forma de destinação do lixo que no ano de 2010 passou a ser recolhido periodicamente pela prefeitura. No entanto a utilização da água para beber e para o consumo doméstico foi feita sem nenhum tipo de tratamento por parte da maioria das famílias se comparados os anos de 2003 e 2010.

A ação do Estado é inexistente nessa área, pois a maioria dos domicílios não possui água encanada, cisterna, privada e fossa (18 domicílios em 2003 e 15 em 2010). Esse indicador é preocupante e coloca em risco a segurança alimentar e nutricional das famílias.

Houve um processo de evolução no acesso aos bens duráveis: 50% das famílias pesquisadas tiveram acesso aos bens duráveis pertencentes ao grupo I (bicicleta, rádio, fogão a gás, máquina de costura e ferro de passar) no ano de 2003 e 46% tiveram acesso aos bens duráveis pertencentes ao grupo III (carro de passeio, caminhão, trator, videocassete, DVD e máquina de lavar roupa).

Quanto ao acesso a recreação e lazer houve um destaque para o futebol e os brinquedos na praça em 2010. Em 2003 a recreação e o lazer eram atividades que faziam parte dos hábitos e costumes tradicionais e foi detalhadamente registrado pela pesquisa.

Em relação às políticas de segurança alimentar e nutricional, houve uma significativa melhora no acesso das famílias quando são comparados os dados de 2003 e 2010. O fato é que a pesquisa elencou ações e programas de governo que atingem as pessoas que estão institucionalizadas, mas excluem as demais. Percebe-se que chega na ponta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sendo acessado por 16 famílias em 2003 e 17 famílias em 2010.

Considerando que as políticas de segurança alimentar e nutricional receberam uma atenção especial do governo federal na gestão de 2003 a 2010, as ações e programas foram acessados em maior ou menor grau, mas há que se pensar em políticas públicas efetivas que possam impactar diretamente na vida dos moradores de Mumbuca para que possamos superar as dificuldades que foram relatadas pelos colaboradores da pesquisa e discutidas a seguir.

#### **4.7.1 Insegurança alimentar e condições naturais, físicas e geográficas do meio**

No processo de desenvolvimento da pesquisa foi possível detectar junto aos moradores que os principais fatores que causam a insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca são as condições naturais, físicas e geográficas do meio que afetam a produção, distribuição, acesso e consumo do alimento.

A falta de água e de pastagem prejudica a forma tradicional de criação de animais, onde o gado não é criado preso, é solto para buscar pastagem: *“Gado está na queimada, pastando porque aqui não tem nem água. Tira o gado, deixa no arraial e volta porque se não ele passa fome.”*

A regularidade na produção do leite é condicionada às condições em que se encontram as vacas leiteiras: *“Ela (a vaca) vai dar leite se tiver parida, mas ela precisa pastar, por isso uma semana tem, outra não.”* Esse exemplo é um indicativo de que as famílias da Comunidade Mumbuca consomem pouco leite ou reservam o pouco que tem às crianças.

Os moradores da comunidade encontram dificuldade no abastecimento do comércio devido à localização geográfica: *“Acabou o arroz na cidade, só em Mateiros. Falta lugar pra comprar.”* A pesquisa etnográfica demonstrou que as famílias expressam a falta de um gênero alimentício verbalmente quando já não se encontra em nenhum domicílio da comunidade, enquanto uma família tem, ela dá (ou empresta) para a outra, por isso as mulheres afirmam: *“Sempre falta o alimento no local, mais do que o dinheiro”*, sinal de que a solidariedade entre as famílias é o principal recurso para lutar contra a insegurança alimentar que é constante na comunidade.

#### **4.7.2 Estratégias de sobrevivência das famílias**

As famílias da Comunidade Mumbuca possuem uma dieta alimentar baseada essencialmente no consumo de farinha, arroz e feijão. Em situação de emergência

elas buscam estratégias para suprir a falta de algum tipo desse alimento conforme as falas dos colaboradores da pesquisa: *“Quando falta, mata uma galinha e come. Vou no rio pegar uma piaba<sup>120</sup>.”* Nesse caso o consumo da carne de galinha e peixe não é regular, mas emergencial.

A mudança nos hábitos alimentares torna-se obrigatória, mas não deixa de ser uma estratégia de sobrevivência das famílias: *“Quando tem a carne a gente come a carne, o frango. Falta o pão né, a gente toma só o café.”* Nesse caso, a falta do alimento afetou qualidade da dieta.

Outra estratégia utilizada pelas famílias é o preparo do prato com apenas alguns tipos de alimentos: *“Baião de três: tem o feijão e o arroz, falta a carne de sol; tem o arroz e a carne, falta o feijão.”* Nesse caso, a falta do alimento afeta a cultura alimentar.

#### **4.7.3 Sustentabilidade da família e despesas com alimentação**

A pesquisa constatou que 15% dos domicílios pesquisados convivem com a preocupação ou a incerteza de que os alimentos serão suficientes até a nova oportunidade de auferir renda, tendo em vista que não podemos afirmar que seria uma incerteza até o final do mês. O conceito de final do mês é inadequado para os moradores da Comunidade Mumbuca, pois o salário não é a principal fonte de renda das famílias.

A falta de dinheiro é um dos fatores que levam as famílias a conviver com a quantidade insuficiente de alimentos para os adultos e para as crianças: *“Dinheiro não dá para chegar lá não... (no final do mês) a criança nunca ficou o dia inteiro sem comer não, mas passa o dia só com uma coisinha...”* Nesse caso as três refeições não foram garantidas.

Quando a família esgota todas as possibilidades de garantia de alimentação na comunidade, utilizam o crédito conquistado junto aos donos dos armazéns e mercearias da cidade de Mateiros: *“Compro fiado no armazém de Zezé em*

---

<sup>120</sup> Piaba é um tipo de peixe que os moradores conseguem pescar nas proximidades.

*Mateiros.*” Esse exemplo é uma das estratégias mais utilizadas para o acesso ao alimento através da compra.

Existe outra forma de comprar alimento a crédito na Comunidade Mumbuca: *“A cesta terminei de pagar. Em agosto vou pagar outra. Coisa de comida mesmo, só não tem a carne.”* Trata-se de um comércio ambulante. Entra um caminhão enorme na comunidade com chapa do município de Corrente, Estado da Bahia. O vendedor oferece uma cesta de alimentos no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), que deverão ser pagos no mês seguinte. As pessoas assinam uma nota promissória. Segundo informações dos moradores de Mateiros, aquela cesta pode ser comprada por R\$ 70,00 (setenta reais) na cidade de Palmas.

A sustentabilidade da família que possui uma pessoa aposentada é considerada regular pelos moradores: *“Aposentou e aí nunca mais faltou.”* Nesse caso as famílias esperam a data de receber o benefício para ter acesso ao alimento através da compra: *“O menino foi tirar o meu dinheiro em Mateiros, eu encomendei o leite e a verdura. Faltou a carne.”* Mas a aposentadoria não garante a segurança alimentar porque a família não tem todas as necessidades satisfeitas.

#### **4.7.4 Alimentação Inadequada**

Constatamos que 42,5% dos domicílios pesquisados convivem com a quantidade insuficiente de alimentos e a qualidade inadequada. A situação de vulnerabilidade social de insegurança alimentar e nutricional é descrita pelo próprio entrevistado nos seguintes termos: *“Demais! Não sei quantas vezes, falta até a cebola e nem que tenha dinheiro não acha.”*

Muitas famílias descrevem a impossibilidade de manter uma alimentação saudável: *“Falta verdura, arroz, feijão e carne. Algum dia um inhame ou uma mandioca. Não posso comer feijão, farinha e ovos.”* Nessa passagem é possível perceber que o inhame e a mandioca, que são alimentos produzidos na comunidade é uma alternativa que supre a necessidade do alimento, mas não resolve a questão da qualidade.

Durante a pesquisa de campo foi possível perceber a ausência de verduras no cardápio das famílias. Registramos as observações feitas principalmente pelas mulheres: *“Mandioca sem verdura, falta arroz e vai vivendo...”*; *“Faltando verdura, faltando leite”*; *“Come regular arroz, carne e frango, não acha verdura”*; *“Falta principalmente verdura, só come a carne pesada do gado.”* O problema está no acesso e na produção porque não existem hortas na comunidade.

Alguns discursos apontam para a gradativa naturalização da insegurança alimentar expressa na convivência diária com uma alimentação inadequada: *“É o comum nosso, sempre faz uma comida e falta outra”*; *“Às vezes tem só a farinha, tem só a carne, só o arroz. É difícil ter tudo junto”*; *“Às vezes tem necessidade de leite e não tem.”*

Existe a crença de que a falta do alimento não é uma situação emergencial: *“Tá com necessidade e não dá. Falta o arroz e espera a hora que dá certo.”* Nesses casos a família faz apenas uma refeição ou fica o dia sem comer, conforme foi relatado por alguns colaboradores da pesquisa: *“Tira a merenda.”*; *“Deixa de fazer a merenda pra fazer só o almoço.”*; *“Cameu besteirinha.”* Nestes casos a merenda refere-se à primeira refeição, ao café da manhã, por isso é comum só encontrar café na mesa de manhã.

#### **4.7.5 Insegurança alimentar grave**

A pesquisa apontou que 42,5% dos domicílios do Povoado Mumbuca convivem com o sentimento ou não da fome, expressa no limite quantitativo ou na ausência total dos alimentos. Quando nessas famílias constata-se a presença de crianças, configura-se a insegurança alimentar grave.

A descrição dessa situação por parte das famílias expressa o grau de privação: *“Um ovo pra todos os meninos”*. O consumo do ovo na comunidade é expressão de emergência porque ao fritar um ovo, a família perde a possibilidade futura de ter uma galinha.

Considerando que as famílias resolvem entre si a falta de alimentos, quando o resultado é negativo, elas afirmam que *“amanhece o dia e não tem nada para dar*

*para os filhos.*” Em outros casos a insegurança alimentar grave se manifesta porque a criança não comeu a quantidade suficiente de comida: - *“Mãe, quero mais! Não tem, não dá.”*

Uma estratégia que algumas mães da comunidade utilizam é oferecer alimento para as crianças de acordo com a idade: *“Segue o desenvolvimento da criança: cresce mais, come mais.”* Nesse caso a criança teve a quantidade de alimentos diminuída e as mães relatam que isso é frequente: *“O que mais acontece é isso, se não o outro não ganha.”*

As crianças mais velhas, por sua vez, saem de suas casas e vão para outras casas tentar conseguir o alimento, mas ouvimos dois relatos que demonstram que nem sempre é possível encontrar: *“Passa muita criança querendo coisa e não acha.”*; *“Tem demais! Aqui mesmo o menino chora e tem vez que não acha.”* Talvez essa seja a manifestação mais cruel da insegurança alimentar e nutricional grave.

A análise dos resultados da investigação sobre a vulnerabilidade social e insegurança alimentar na Comunidade Mumbuca nos permite constatar a total ausência de situação de segurança alimentar nos domicílios pesquisados e caracterizar a prevalência dos três graus de insegurança alimentar: insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave, segundo os critérios da Escala EBIA, tendo como referência o ano de 2011.

Não houve por parte dos moradores, nenhuma menção ao dever do Estado no que tange a garantia do direito humano a alimentação e nem mesmo a outro tipo de legislação que prevê direitos para as comunidades quilombolas como o Decreto 4.887/2003 e a Portaria nº 127/2008 do Ministério da Fazenda, que regulamenta o procedimento para a implementação das políticas públicas para as comunidades quilombolas tituladas pelo INCRA ou certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, da leitura dos textos ao trabalho em campo, houve inúmeras situações que, seguramente, não são passíveis de serem traduzidas em palavras. Todavia, a seguir serão feitas algumas considerações e recomendações, respeitados os limites do trabalho acadêmico e as discussões que foram feitas nas seções anteriores.

Consideramos que a primeira manifestação do fenômeno da vulnerabilidade social e da insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca ocorreu na origem do Povoado que remonta o século XIX. Na memória dos moradores o fenômeno é expresso no relato da história da migração forçada de uma família que saiu da Bahia fugindo da seca, da fome e da escravidão e se instalou no Norte de Goiás dando origem ao Povoado, conforme descrição feita na seção 2.1.1 deste estudo.

O potencial de organização e resistência dos moradores de Mumbuca foi historicamente expresso na mobilização dos recursos advindos do conhecimento tradicional para abrir os caminhos do Povoado, organizar o espaço residencial e estruturar as relações internas de solidariedade e parentesco que são as bases da Comunidade nos dias atuais.

A pesquisa etnográfica demonstrou que a Comunidade Mumbuca é a grande família que habita o Povoado ou o tem como referência. São pessoas que conhecem o território e os segredos que a ele pertence.

As famílias mumbuquenses estabelecem relações de produção comunitária, professam a fé em uma mesma religião e definem quem faz e quem não faz parte do grupo. As relações de parentesco são estabelecidas através do casamento prioritariamente no interior do próprio grupo familiar ou religioso. São famílias que constituem um quilombo porque possuem formas e processos de organização social e política próprias dos grupos étnicos, nos termos adotados por Weber (1998) e Barth (1998).

Um sinal diacrítico (CUNHA, 2009) da etnicidade do grupo é a cultura expressa nos costumes tradicionais, na arquitetura das residências e na produção do artesanato do capim dourado que se destacou como principal fonte de renda das famílias no final da década de 1990, temas que foram debatidos nas seções 2 e 3.

Demonstramos na seção 3 que a extração do capim dourado e do olho do buriti atrelados à técnica da produção do artesanato, permitiu maior visibilidade para os moradores da Comunidade Mumbuca que, de agricultores familiares, passaram a ser reconhecidos como artesãos.

O aumento da produção e da venda do artesanato culminou na criação da Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado de Mumbuca, ocorrida no ano de 2000. A Associação tornou-se entidade representativa responsável pela organização dos artesãos e pela centralização da venda do artesanato em espaço central da comunidade.

No início do século XXI, o capim dourado tornou-se o principal instrumento de interlocução da Comunidade Mumbuca com o Estado, o mercado e a sociedade. A organização política da particularidade cultural da comunidade foi canalizada para produção do artesanato.

Ainda nesse tema, constatamos na seção 3.2.3 que a produção de materiais relacionados ao capim dourado, as peças, o olho de buriti, não garantiu aos moradores da comunidade um nível de renda capaz de suprir as necessidades básicas, como as necessidades de comida, por exemplo.

Em janeiro de 2001 o território da Comunidade Mumbuca foi ameaçado pela criação do Parque Estadual do Jalapão. Por força de lei a área ocupada e seus arredores tornou-se área de preservação ambiental integral, conforme discussão feita na seção 2.4. Consideramos que a transformação do território pela Comunidade Mumbuca em área de preservação integral consiste na violação do direito que os moradores possuem a alimentação adequada.

Concluimos que a criação do Parque Estadual do Jalapão provocou o agravamento do fenômeno da vulnerabilidade social e da insegurança alimentar vivenciada pelas famílias residentes na Comunidade Mumbuca, pois impediu o uso costumeiro da terra para a produção do alimento e do meio para a manutenção da sobrevivência das famílias, afetando diretamente a forma tradicional de trabalho baseada na agricultura, criação de animais e extrativismo.

A ameaça ao território provocou conflitos entre a Comunidade Mumbuca, o NATURATINS e o ICMBio e gerou uma intervenção direta por parte do Estado traduzida no controle rigoroso da ação dos moradores por parte dos órgãos de preservação ambiental.

A reação da Comunidade Mumbuca foi o fortalecimento da estrutura organizativa já existente (a Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado de Mumbuca) e a solicitação à Fundação Cultural Palmares da certidão de reconhecimento como comunidade quilombola. Essa ação foi fundamentada no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, conforme descrição feita na seção 2.4.

A vulnerabilidade social e a insegurança alimentar dos moradores de Mumbuca se agravaram no período de transição entre a instalação do conflito causado pela criação do Parque e a situação de negociação gerada pelo reconhecimento da comunidade como quilombola.

O Estado, aqui como ente que executa as políticas tanto ambientais quanto sociais, quase sempre não se faz presente quando tem de garantir seus deveres. Todavia, como foi relatado pelos moradores, na hora de aplicar multas e disciplinar a colheita do Capim Dourado é vigilante e atende de pronto.

A principal estratégia de luta da Comunidade Mumbuca foi reafirmar a cultura como sinal diacrítico e instituir a Festa da Colheita do Capim Dourado como um momento de comunhão e confraternização das famílias. Na seção 3.3 descrevemos que a Festa da Colheita do Capim Dourado simbolicamente representa a festa da colheita do alimento, tendo em vista que a venda do capim dourado é a principal forma que os moradores de Mumbuca têm para o acesso ao alimento que, paulatinamente, deixa de ser produzido internamente para ser comprado.

A Festa da Colheita do Capim Dourado encontra-se em sua terceira edição. Foi reinventada pelos membros da Comunidade e realizada nos anos de 2009, 2010 e 2011, como forma de afirmação da particularidade cultural da comunidade na região. É também uma maneira de divulgação do capim dourado e de fortalecimento do turismo local.

Contudo, em que pese o aumento da venda do capim dourado, a renda auferida é sazonal e não garante a segurança alimentar e nutricional das famílias pesquisadas, fato este que foi demonstrado no estudo estatístico apresentado na seção 4.

Uma contradição detectada no estudo de campo foi que a Comunidade Mumbuca se autodeclarou Comunidade Quilombola e tornou-se portadora do direito garantido pelo Decreto 4887/2003. No entanto, a morosidade no processo de reconhecimento desse direito por parte do Estado, imobiliza a Comunidade que está à espera de uma decisão do INCRA em relação à definição dos limites do território, para a separação definitiva da área que deverá fazer parte do Parque Estadual do Jalapão.

Considerando que a Comunidade habita a localidade há mais de um século, tanto a criação do Parque, quanto à auto definição como quilombola foram eventos que modificaram em pouco espaço de tempo, a perspectiva de vida e de luta desse povo, que antes desses eventos levava uma vida em outros moldes.

Os conflitos ambientais e a identidade quilombola impuseram uma rotina de frequência em reuniões, consulta aos livros, documentos escritos, elaboração de atas das reuniões da associação, mediação de conflitos com entidades do governo e da sociedade civil. Todavia, esse novo modo de ser, além de impor a língua escrita sobre a língua oral, produz também desânimo com a dinâmica própria da burocracia estatal, como nos disseram algumas pessoas entrevistadas sobre o funcionamento da associação e dos conselhos de participação social nas seções 3.4.1 e 3.4.2.

A pesquisa empírica demonstrou que a vulnerabilidade social manifesta-se pela privação das liberdades expressa na ausência do Estado no que tange à prestação de serviços essenciais como saúde, educação, habitação, transporte e infraestrutura.

Entendemos que a vulnerabilidade social existente na Comunidade Mumbuca pôde ser comprovada porque encontramos um resultado negativo quando estabelecemos relação entre a disponibilidade de recursos materiais e simbólicos produzidos pelas famílias mumbuquenses *versus* o acesso que essas famílias têm às oportunidades sociais, econômicas e culturais emanadas do Estado e da sociedade.

É preciso considerar que a condição de vulnerabilidade a que estão submetidos não é devida a falta de esforços da comunidade. A comprovação desta hipótese se dá pelo histórico abandono do Estado àquelas famílias. Desde os fins do Século XIX, a família de origem que migrou para aquela região o fez em busca de melhores condições de vida: fugiam da fome ou da privação de liberdade. Por isso, até o momento desta pesquisa, é inconcebível que essas famílias ainda sofram, por exemplo, com a falta de alimentação.

Já em relação à ausência do Estado, conforme atestam os altos índices de insatisfação da comunidade em relação à oferta dos serviços, é possível considerar que há uma falsa inclusão da Comunidade Mumbuca. Conforme Lavalle, “encerra certa ironia histórica o reconhecimento da diferença, porém sem equidade” (LAVALLE, 2003, p. 76). De um lado, tanto a criação do Parque, quanto o título de comunidade remanescente de quilombos permitiu maior visibilidade aos conflitos, mas por outro lado, as atenções, especialmente do Estado, se voltaram mesmo para a questão ecológica e para a preservação do Parque.

Por isso, tem de ser considerado também que a produção de peças de capim dourado pode ser uma forma de a comunidade conseguir renda, mas também de manter a comunidade sem tempo de luta. Como foi discutido na seção 3.2, durante parte do ano as pessoas precisam confeccionar as peças e nesse trabalho se ocupam tanto, que se tiverem reuniões ou Assembleias é certo que haverá ausências, uma vez que tempo parado é menos dinheiro.

Além disso, a produção de peças de capim dourado é demanda pelo mercado, como já foi discutido. Isso pode significar que ao invés de um trabalho artístico, pode ser um trabalho quase fabril e repetitivo, vez que as peças não são confeccionadas pelo apelo estético, antes pelo apelo do mercado.

Por outro lado, o Estado do Tocantins usa a imagem do Parque como atributo ecológico das políticas de Estado e faz uso da cultura dos moradores de Mumbuca como sendo um respeito deste Estado às diferenças, à diversidade e aos direitos. Como nos diz Lavalle, os moradores de Mumbuca, “investidos com capacidade legal de usufruí-los, encontra-se hoje diante de uma encruzilhada de caminhos incertos”

(LAVALLE, 2003, p. 75). Desse modo, há por parte do Estado como ente público, um discurso que não se manifesta como atendimento mínimo das necessidades, embora as reconheça.

Em face dessas considerações é preciso fazer algumas recomendações. A primeira recomendação refere-se às políticas de segurança alimentar e nutricional de caráter emergencial tendo em vista que a aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional ao estudo dos hábitos alimentares das famílias mumbuquenses demonstrou que prevalece na Comunidade Mumbuca a insegurança alimentar e nutricional moderada e grave, marcada, essencialmente, pela incidência da privação do alimento na maioria das famílias.

A segunda recomendação refere-se à necessidade de execução das políticas de segurança alimentar e nutricional. Constatamos na seção 4.5 que os dados em relação ao acesso das famílias mumbuquenses às políticas públicas no ano de 2003, comparados ao ano de 2010 expressam uma modesta evolução.

A terceira recomendação refere-se ao trato do Estado com a Comunidade Mumbuca no que tange a manutenção do território e a morosidade no processo de titulação das terras da comunidade. Até o momento o Estado tem sido unilateral e não conseguiu representar os interesses da Comunidade Mumbuca tendo em vista que os entraves que se colocam ao andamento do processo (falta de antropólogos no INCRA, mudança constante de governo e falta de continuidade das ações).

A quarta recomendação refere-se à necessidade de diferenciação do que vem a ser a promoção da autonomia da Comunidade Mumbuca e a manutenção do assistencialismo do governo em suas esferas municipal e estadual. As políticas públicas são dever do Estado e direito da Comunidade.

A quinta recomendação refere-se ao papel reivindicatório que deve ser exercido pela Comunidade tanto no âmbito legal, quanto no âmbito das políticas públicas. Essa discussão passa pelo entendimento de que a representatividade da Comunidade não se efetiva somente com a eleição de vereadores ou a ocupação de cadeiras nos conselhos municipais e estaduais; passa pelo princípio da participação social, da construção de uma plataforma política que respeite a especificidade da Comunidade.

A sexta recomendação refere-se à necessidade de potencialização dos recursos simbólicos expressos na música, no teatro, na religião e na Festa da Colheita do Capim Dourado que no contexto atual, constituem em mecanismos de fortalecimento da identidade da Comunidade Mumbuca que ainda está em fase de consolidação.

A sétima recomendação, em termos da especificidade das famílias residentes no Povoado Mumbuca, há que se pensar em políticas públicas para famílias que se constituem de uma única pessoa, políticas específicas para idosos, mulheres,

jovens, adolescentes e crianças. São diversos agrupamentos que compõem a comunidade e que se não forem atendidos em suas necessidades específicas, perpetua-se a vulnerabilidade social já historicamente constatada.

Finalmente com este trabalho pude auferir a hipótese principal de minha tese de que a Comunidade Mumbuca, como outras comunidades quilombolas do Estado do Tocantins e demais comunidades espalhadas pelo Brasil, sofrem na sua maioria da insegurança alimentar e, portanto vivem esta vulnerabilidade social apontada em todo o trabalho.

A negligência e o desconhecimento dos diversos órgãos do Estado Brasileiro e das diferentes instâncias governamentais presentes nas esferas federal, estadual e municipal impedem o atendimento das demandas concretas e lógicas da Comunidade Mumbuca como outras no país. São essas as manifestações do fenômeno e do processo denominado de racismo institucional cometido pelas diversas agências e agentes públicos.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002 a.

\_\_\_\_\_. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003 a.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003b.

\_\_\_\_\_. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003c.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ABRAMOWAY, M. et al. **Juventude, violência e Vulnerabilidade Social na América Latina; desafios para políticas públicas**. Brasília, DF: UNESCO; BID, 2002.

ALMEIDA, A. W. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALTVATER, E. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, A. et al. **A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto/Corecon, 1999. p. 109-153.

ANDRADE, et al. Perfil sociolinguístico e socioeconômico das comunidades remanescentes de quilombolas do Estado do Tocantins. **Entre Letras**: Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT. Palmas, n.1, 2010.

APOLINÁRIO, J. R. **Escravidão Negra no Tocantins Colonial**: vivências escravistas em Arraiais (1739-1800). Goiânia: Editora Kelps, 2007.

ARNON, et. al. Campo do turista. **Violinha de vereda viola de buriti**. Arnon & Mauricio. Comunidade Mumbuca. Voz e performance na tessitura das palavras e do capim dourado: as manifestações dos artesãos do Tocantins. Faixa 16, Funarte/CEULP/ULBRA. s/d. 1CD-ROM.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bartrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 64, de 5 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 fev. 2010, seção 1, p.1.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.356, de 11 de novembro de 2005. Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a promover as desapropriações dos imóveis rurais de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter as áreas de Reserva Legal e preservação permanente previstas na Lei n 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 nov. 2005, seção 1, p.67. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/857737/dou-secao-1-11-11-2005-pg-67>>. Acesso em: 06 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 21 nov. 2003, seção 1, p.3. Disponível em: <[http://www.palmares.gov.br/0005/00502001.jsp?ttCD\\_CHAVE=145](http://www.palmares.gov.br/0005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=145)>. Acesso em: 06 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: 04 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.html)>. Acesso em: 26 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 27 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/94674/decreto-6135-07>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.261, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 21 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/94342/decreto-6261-07>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

BRASIL. **Decreto 6.872**, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Igualdade Racial – PLANAPIR e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6872.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6872.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto 7.272**, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.html)>. Acesso em: 30 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 21 out. 2003 – Convertida em Lei. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/2003/132.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria da Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS: ParticipaSUS**. 2. ed. 1ª impressão. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_estrategica\\_participasus\\_2ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_estrategica_participasus_2ed.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 648**, de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários da Saúde (PACS). Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM648\\_20060328.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM648_20060328.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 992**, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992\\_13\\_05\\_2009.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html)>. Acesso em: 12 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria nº 47**, de 26 de novembro de 2008. Estabelece as condições e procedimentos para a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. N. 9 (2008) – **Políticas sociais e chamada nutricional quilombola**: estudos sobre condições de vida nas comunidades e situação nutricional das crianças. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Guias e Manuais 2010. **Guia de atuação das instâncias de controle social do Programa Bolsa Família**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de políticas sociais quilombolas**: serviços e benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004**: Segurança alimentar. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Segurança alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Tocantins. **Inquérito Civil Público – ICP nº 1.36.000.001003/2006-56**. Apenso I - Volume I. Palmas: MPF, 2011. 136 f.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**: Comunidades quilombolas brasileiras, regularização fundiária e políticas públicas. Brasília, DF: SEPPIR. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos/pbq.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2010.

BURLANDY, L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**: Revista da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p. 63-72, 2011.

BUSSO, G. Vulnerabilidad Social: nociones e implicancias de políticas para latinoamerica a inicios del siglo. In: SEMINARIO INTERNACIONAL: LAS DIFERENTES EXPRESIONES DE LA VULNERABILIDAD SOCIAL EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 21., 2001, Santiago de Chile, 20 y 21 de junio de 2001. **Anais eletrônicos...** Santiago de Chile: [s.n.] 2001. Disponível em: <<http://www.eclac.org>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9.ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CARNEIRO, S. A universidade e a educação para a diversidade. Entrevista com Sueli Carneiro. In: **Etnos Brasil Cultura Sociedade**. Publicação semestral do NUPE – Núcleo Negro da UNESP Para Pesquisa e Extensão, São Paulo, Ano I, nº 1. Mar. 2002, p. 29-38.

\_\_\_\_\_. Universidade e a educação para a diversidade. **Revista Ethnos Brasil Cultura e Sociedade**. Ano I, n.1, mar. 2002, p. 35.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Capim dourado: costuras e trançados do Jalapão**. Coleção Sala do Artista Popular. Museu do Folclore Edison Carneiro, vol.145. Brasília, DF: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular; Iphan/ Ministério da Cultura, 2011.

COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. **Política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais: 2008 – Balanço das ações para povos e comunidades tradicionais**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Lei de segurança alimentar e nutricional. Conceitos**. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Brasília, DF: CONSEA, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Orçamento de Segurança Alimentar e Nutricional pelo CONSEA (PPA 2008-2011)**. Brasília, DF: CONSEA, 2010. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/2010/seminario-indicadores-e-monitoramento-da-realizacao-do-direito-humano-a-alimentacao-adequada-no-brasil/documentos/orcamento-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-pelo-consea-ppa-2008-2011>>. Acesso em: 11 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: CONSEA, 2004.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Seminário Segurança Alimentar e a População Negra**. Brasília, DF: CONSEA, 2003.

\_\_\_\_\_. CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2. **Temas...** São Paulo: Centro de Artes Gráficas – SESC São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2. **Relatório Final. 2ª Versão**. Brasília, DF: CONSEA, 2004.

\_\_\_\_\_. CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 3. **Documento Base**. Brasília, DF: CONSEA, 2007.

CONEXÃO TOCANTINS. **Ex-prefeito de Mateiros é condenado por não prestar contas de recursos destinados à merenda escolar**. Palmas, 07 out. 2011. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2011/10/07/ex-prefeito-de-mateiros-e-condenado-por-nao-prestar-contas-de-recursos-destinados-a-merenda-escolar>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

CUNHA, M. C. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

EVANS-PRITCHARD. E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1999.

FILGUEIRA, C. H. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. In: SEMINARIO INTERNACIONAL: LAS DIFERENTES EXPRESIONES DE LA VULNERABILIDAD SOCIAL EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 21., 2001, Santiago de Chile, 20 y 21 de junio de 2001. **Anais eletrônicos...** Santiago de Chile: [s.n.] 2001. Disponível em: <<http://www.eclac.org>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

FONSECA, D. J. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

FREDRYCH, T. V. O. **Comunidade Mumbuca**: vivendo os entraves e desafios por ter seu território incorporado ao Parque Estadual do Jalapão-TO. 2009. 136f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins, Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente, Palmas, 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Resolução FNDE/CD/nº 32 de 10 de agosto de 2006**. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Instrução normativa nº 16, 24 de março de 2004**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <[http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/legislacao/legislacao-docs/quilombola/instr\\_normat\\_16.pdf](http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/legislacao/legislacao-docs/quilombola/instr_normat_16.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Instrução normativa nº 20, de 19 de setembro de 2005. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinstituição, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Edição nº 185, de 26 de setembro de 2005, seção 1, p.79.

INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS. **Portaria nº 362, de 25 de maio de 2007**. Adota as medidas de ordenamento à coleta e ao manejo do capim dourado (*Syngonanthus nitens*) nas regiões que especifica. Disponível em: < <http://NATURATINS.to.gov.br/conteudo.php?id=604> >. Acesso em: 14 ago. 2011.

JACCOUD, L. et al. Assistência social e segurança alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008). In: **Boletim Políticas sociais - acompanhamento e análise**. v.1. nº 17. 2. ed. Brasília, DF: IPEA, 2009. p. 75-250.

JACCOUD, L. (Org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20**. Brasília, DF: IPEA, 2009.

JAMESON JÚNIOR, D. M. A economia de Goiás no século XIX. In: GIRALDIN, O. (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora da UFG, 2002. p. 203-227.

KARASH, M. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 240-262.

LANGON, M. Diversidade cultural e pobreza. In: Sidekum, Antônio. (org.) **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

LAVALLE, A. G. Cidadania, igualdade e diferença. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 59, São Paulo, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-4452003000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-4452003000200004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 04 jun. 2012 fev

\_\_\_\_\_. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, São Paulo, 2006, p. 49-103.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.16, n.3, set./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**. Lisboa – Portugal, v. IV, n.2, p. 333-354, 2000.

LEWIS, O. **Antropologia de la pobreza: cinco famílias**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

LINHARES, L. F. R. **Terra de preto, terra de santíssima**. 1999. 143f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Sociais, São Luís, 1999.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MEDINA, J; SANTINHA. Tema do capim dourado. In: MEDINA, M. F. (Coordenadora da pesquisa.); MEDINA, J. (Direção musical); BORGES, T. (Gravação). **Cantigas de Roda**: Comunidade Mumbuca. Funarte/CEULP/ULBRA. s/d. 1CD. Faixa 14.

MEU CAPIM, MEU CAPIM DOURADO. (Música adaptada por Genésio Tocantins e pela Comunidade Mumbuca a partir do canto Alecrim Dourado). In: MEDINA, M. F. (Coordenadora da pesquisa.); MEDINA, J. (Direção musical); BORGES, T. (Gravação). **Cantigas de Roda**: Comunidade Mumbuca. Funarte/CEULP/ULBRA. s/d. 1CD. Faixa 5.

MONEGO, E.T. et al. (In)segurança alimentar de comunidades quilombolas do Tocantins. In: **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v.17, n.1, p. 37-47, 2010.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, O. M. **O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras**. 2005. 396f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2005.

OLIVEIRA FILHO, J. P. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 da OIT, de 07 de junho de 1989**. Convenção relativa aos povos indígenas e tribais em países independentes. Disponível em: < [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/international\\_labour\\_standards/pub/convencao%20169\\_2011\\_292.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/international_labour_standards/pub/convencao%20169_2011_292.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2012.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. (Org.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAMPAIO, M. B. et al. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do capim dourado e buriti**. Brasília, DF: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010.

SANTINHA. Pau pereira. Intérprete: executado pelo grupo. In: MEDINA, M. F. (Coordenadora da pesquisa.); MEDINA, J. (Direção musical); BORGES, T. (Gravação). **Cantigas de Roda**: Comunidade Mumbuca. Funarte/CEULP/ULBRA. s/d. 1CD. Faixa 11.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. In: **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v.16, n.2, p. 1-19, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARTZ, S. B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás – Bahia, 1814. In: **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 373-406.

TOCANTINS. Fundação Cultural. Diretoria de Patrimônio Cultural. **Capim Dourado Trançando a Tradição**. Palmas: Fundação Cultural, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.483, de 26 de julho de 2005. Institui o Comitê Gestor do Programa Brasil Quilombola e Comunidades Tradicionais no Estado do Tocantins. **Diário Oficial [do] Estado do Tocantins**. Palmas, TO, Edição nº 1973, de 29 de julho de 2005, Atos do Poder Executivo, p.2.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1.203, de 12 de janeiro de 2001**. Cria o Parque Estadual do Jalapão, e adota outras providências. Disponível em: <[http://www.al.to.gov.br/arq/AL\\_arquivo/11254\\_Lei1203\\_01.pdf](http://www.al.to.gov.br/arq/AL_arquivo/11254_Lei1203_01.pdf)>. Acesso em: 06 fev. 2011.

TOCANTINS. Lei nº 1.560, de 05 de abril de 2005. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC e adota outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Tocantins**. Palmas, TO, Edição nº 1896. Disponível em: <<http://NATURATINS.to.gov.br/conteudo.php?id=603>>. Acesso em: 11 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual de Planejamento e Meio Ambiente. **Projeto de ocupação e desenvolvimento sustentável do Jalapão**. Nível de pré-viabilidade (versão preliminar para revisão). Palmas, abr. 1999. In: Anexo ao Inquérito Civil Público – ICP nº 1.36.000.001003/2006-56. Apenso I - Volume I. Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Tocantins, f. 9-44.

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual de Planejamento e Meio Ambiente. Centro Estadual de Usuários do Tocantins (CEU-TO). **Mapas temáticos do Tocantins**. Disponível em: <<http://www.ceuto.seplan.to.gov.br>>. Acesso em: 26 fev. 2011.

TOCANTINS. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS. (Boletim Jus Brasil). **TCE divulga lista de possíveis inelegíveis**. Palmas, 30 jun. 2008, p.3. Disponível em: <<http://tc-to.jusbrasil.com.br/noticias/978610/tce-divulga-lista-de-possiveis-inelegiveis>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

TRECCANI, G. D. **Terras de quilombo**: caminhos e entraves no processo de titulação. Belém: Girolamo Domenico Treccani, 2006.

VALENTE, F. L. S. **Direito humano à alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, v.12, n.1, p.51-60, jan-jun 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/08.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2012.

WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. In. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1. 4.ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 267-277.

\_\_\_\_\_. Sociologia da dominação. In. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 2. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. p. 187-580.

## APÊNDICE A – Modelo de formulário<sup>121</sup> – Pesquisa da campo

FORMULÁRIO– PESQUISA DE CAMPO - Aluna: Ana Lúcia Pereira - Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca - Programa de Doutorado em Sociologia na FCLAr/UNESP/SP

Caracterização socioeconômica e qualidade de vida da Comunidade Quilombola Mumbuca, município de Mateiros (TO). Avaliação dos efeitos da criação do Parque Estadual do Jalapão e da introdução do capim dourado como fonte de renda, nos níveis de qualidade de vida dessa população.

Nº do questionário:  _____  Data:  _____
Número total de pessoas que moram no domicílio _____
Número de crianças que moram no domicílio _____
Desde quando mora na comunidade _____
Nome do entrevistado: _____

### I - INDICADOR SAÚDE

#### 1. Os residentes nesta moradia têm acesso a quais serviços de saúde ?

##### 1.1 – Em 2003 ?

- (1) Ausência de posto de saúde. Acesso em que cidade?
- (2) Ausência de atendimento por agente de saúde. Acesso em que cidade?
- (3) Serviços básicos: Vacinação, primeiros socorros. Maternidade. . Acesso em que cidade?
- (4) Hospital da rede pública. . Acesso em que cidade?
- (5) Tem plano de saúde/atendimento particular. Sim |\_\_| Não

##### 1.2 – Em 2010 ?

- (1) Ausência de posto de saúde. Acesso em que cidade?
- (2) Ausência de atendimento por agente de saúde. Acesso em que cidade?
- (3) Serviços básicos: Vacinação, primeiros socorros. Maternidade. . Acesso em que cidade?
- (4) Hospital da rede pública. . Acesso em que cidade?
- (5) Tem plano de saúde/atendimento particular. Sim |\_\_| Não |\_\_|

2. Qual o grau de satisfação quanto à estrutura de serviços de saúde que os residentes nesta moradia têm acesso ?

##### 2.1 - Em 2003?

- (1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório |\_\_|

<sup>121</sup> Modelo de formulário baseado no trabalho de Romildo Carneiro Rolim.

2.2 – Em 2010?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório |\_\_|

## II - INDICADOR EDUCAÇÃO

1. Dentre os itens abaixo, qual o acesso aos serviços de educação prestados aos residentes nesta moradia ?

1.1 – Em 2003 |\_\_| ?

(1) Ausências de escola |\_\_| Acesso em que cidade?

(2) Escolas de 1º grau |\_\_| Acesso em que cidade?

(3) Escolas do 2º grau |\_\_| Acesso em que cidade?

(4) Escolas técnicas |\_\_| Acesso em que cidade?

(5) Faculdades |\_\_| Acesso em que cidade?

1.2 – Em 2010?

(1) Ausências de escola |\_\_| Acesso em que cidade?

(2) Escolas de 1º grau |\_\_| Acesso em que cidade?

(3) Escolas do 2º grau |\_\_| Acesso em que cidade?

(4) Escolas técnicas |\_\_| Acesso em que cidade?

(5) Faculdades |\_\_| Acesso em que cidade?

2. Qual o grau de satisfação quanto aos serviços de educação que os residentes na moradia têm acesso ?

2.1 - Em 2003 ?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório |\_\_|

2.2 – Em 2010?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório |\_\_|

## III - INDICADOR CONDIÇÕES DE MORADIA ( HABITACÃO)

1. Qual a quantidade de cômodos existentes na moradia(excluindo corredores e áreas externas – alpendres, área de serviço externa, varandas) ?

1.1 Em 2003

1.2 Em 2010

(1) Até 02 (dois) cômodos |\_\_| |\_\_|

(2) De 03 (três) a 04 (quatro) cômodos

(3) De 04 (quatro) e 06 (seis) cômodos

(4) Acima de 07 (sete) cômodos

2. Qual o tipo de construção da moradia ?

	2.1 Em 2003	2.2 Em 2010
(1) Casa de palha	__	__
(2) Casa de adobe		
(3) Casa de tijolo		
(4) Casa de adobe, reboco		
(5) Casa de tijolo, reboco		
(6) Casa de tijolo, reboco e piso		
(7) Casa de tijolo, forrada, reboco e piso		
(8) Outros. Especificar: _____		

3. Qual o tipo de energia utilizada ?

	3.1 Em 2003	3.2 Em 2010
(1) Lâmpião a querosene/ lamparinas e velas	__	__
(2) Lâmpião a gás		
(3) Energia com gerador/bateria		
(4) Energia elétrica		

4. Qual o grau de satisfação quanto às suas condições de moradia (número de cômodos, tipo de construção e tipo de energia) ?

4.1 - Em 2003 ?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório |\_\_|

4.2 – Em 2010 ?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório |\_\_|

#### **IV – INDICADOR CONDIÇÕES SANITÁRIAS**

1. Que tipo de água para beber é utilizada na moradia ?

	1.1- Em 2003	1.2- Em 2010
(1) Água sem tratamento	__	__
(2) Água com tratamento (filtrada, fervida, com cloro)		

2. Que tipo de água para outros consumos domésticos é utilizada na moradia ?

	1.1- Em 2003	1.2- Em 2010
(1) Água sem tratamento	__	__
(2) Água com tratamento (cloro, filtro, fervida)		

3. Que destinação é dada ao lixo do domicílio ?

3.1- Em 2003      3.2- Em 2010

(1) Lixo jogado nas ruas, canais e superfícies

(2) Parte do lixo é enterrado ou queimado

(3) Parte do lixo é recolhido por carros da prefeitura

4. Que tipo de instalações sanitárias são utilizadas na moradia ?

4.1 – Em 2003 4.2 - Em 2010

(1) Não possui água encanada, cisterna, privada e fossa

(2) Possui fossa e privada

(3) Possui fossa, banheiro e privada

(4) Possui fossa, água encanada, banheiro e privada

5. Qual o grau de satisfação quanto às condições sanitárias na sua moradia?

**5.1 - Em 2003 ?**

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório

**5.2 – Em 2010 ?**

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório

## V – INDICADOR ACESSO A BENS DURÁVEIS

1. Quais os bens existentes na moradia ?

	Em 2003	
Grupo I	Grupo II	Grupo III
<input type="checkbox"/> Bicicleta	<input type="checkbox"/> Televisão	<input type="checkbox"/> Carro de passeio
<input type="checkbox"/> Rádio	<input type="checkbox"/> Som	<input type="checkbox"/> Caminhão
<input type="checkbox"/> Bicicleta	<input type="checkbox"/> Geladeira	<input type="checkbox"/> Trator
<input type="checkbox"/> Fogão a gás	<input type="checkbox"/> Liquidificador	<input type="checkbox"/> Vídeo Cassete
<input type="checkbox"/> Máquina de costura	<input type="checkbox"/> Moto	<input type="checkbox"/> DVD
<input type="checkbox"/> Ferro de passar	<input type="checkbox"/> Máquinas Agrícolas	<input type="checkbox"/> Máquina de Lavar Roupas



(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório |\_\_|

#### **VI – INDICADOR RECREAÇÃO E LAZER**

1. Que tipo de áreas de recreação e lazer os residentes desta moradia têm acesso ?

1.1- Em 2003. 1.2- Em 2010.

|\_\_| |\_\_|

- (1) Somente acesso ao centro comunitário
- (2) Campo de futebol
- (3) Brinquedos na praça.
- (4) Campo de futebol, centro comunitário, brinquedos na praça.

2. Qual o grau de satisfação que os residentes desta moradia têm com relação ao acesso a áreas de recreação e lazer?

2.1 - Em 2003?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório |\_\_|

2.2 – Em 2010 ?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório |\_\_|

#### **VII – ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAN**

1. Que tipo de política pública de SAN os residentes desta moradia têm acesso?

1.1- Em 2003. 1.2- Em 2010.

- |  |    |    |
|--|----|----|
| (1) Programa nacional de alimentação escolar | __ | __ |
| (2) Programa Bolsa Família                   | __ | __ |
| (3) Programa Saúde da Família                | __ | __ |
| (4) Cesta de alimentos                       | __ | __ |
| (5) Compra direta local                      | __ | __ |
| (6) Aposentadoria                            | __ | __ |
| (7) Pensão                                   | __ | __ |
| (8) Cadastro único.                          | __ | __ |

2. Qual o grau de satisfação que os residentes desta moradia têm com relação aos programas citados acima?

2.1 - Em 2003?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório |\_\_|

2.2 – Em 2010 ?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório |\_\_|

#### **VIII – GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

1. Qual a principal fonte de renda dos residentes desta moradia?

1.1- Em 2003.

1.2- Em 2010.

(1) Criação de gado |\_\_| |\_\_|

(2) Criação de galinhas

(3) Pesca

(4) Extração do capim dourado

(5) Venda do capim dourado

(6) Produção de peças de artesanato do capim dourado

(7) Venda de produtos alimentícios: Especificar \_\_\_\_\_

(8) Outras: Especificar \_\_\_\_\_

#### **IX – CONFLITOS COM O PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO**

2. Qual a principal dificuldade enfrentada pelos residentes desta moradia após a criação do Parque Estadual do Jalapão?

---



---



---



---

#### **X – INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Nos últimos três meses em sua casa...

1. Houve preocupação que os alimentos acabem? ( ) Sim ( ) Não
2. Você esteve sem dinheiro para alimentação saudável ( ) Sim ( ) Não
3. Você preparou a alimentação com apenas alguns tipos de alimentos? ( ) Sim ( ) Não
4. A criança não teve alimentação saudável e variada? ( ) Sim ( ) Não

5. Os alimentos acabaram antes de ter dinheiro para comprar? ( ) Sim ( ) Não
6. Algum adulto diminuiu a quantidade ou pulou refeições? ( ) Sim ( ) Não
7. Algum adulto comeu menos do que achou que devia? ( ) Sim ( ) Não
8. Algum adulto sentiu fome mas não podia comprar comida? ( ) Sim ( ) Não
9. Algum adulto perdeu peso por falta de comida? ( ) Sim ( ) Não
10. Algum adulto fez apenas uma refeição ou ficou o dia sem comer? ( ) Sim ( ) Não
11. Alguma criança não comeu quantidade suficiente de comida? ( ) Sim ( ) Não
12. Alguma criança teve a quantidade de alimentos diminuída? ( ) Sim ( ) Não
13. Alguma criança deixou de fazer alguma refeição? ( ) Sim ( ) Não
14. Alguma criança sentiu fome mas não tinha o que comer? ( ) Sim ( ) Não
15. Alguma criança ficou o dia inteiro sem comer? ( ) Sim ( ) Não

**APÊNDICE B - Roteiro da entrevista aplicada aos técnicos do governo.**

1. O(a) senhor(a) conhece as comunidades quilombolas do Tocantins? Sabe quantas são, onde estão localizadas e quais são reconhecidas e/ou certificadas?
2. Nesse órgão, existem políticas públicas ou programas voltados para essas comunidades? Em caso positivo, quais são essas políticas ou programas e em que áreas elas estão situadas?
3. Qual o montante de recursos recebidos do governo federal para a execução dessas políticas ou programas? De quais ministérios chegam esses recursos?
4. Qual o montante de recursos recebidos do governo estadual para a execução dessas políticas ou programas? De quais secretarias chegam esses recursos?
5. Qual o montante de recursos alocados pelo governo municipal para a execução dessas políticas ou programas? Em quais secretarias estão esses recursos? Como são aplicados?
6. O que o(a) senhor(a) entende por segurança alimentar e nutricional?
7. O(a) senhor(a) conhece a Lei 11.346/2006 – Lei de Segurança Alimentar e Nutricional? Há alguma relação entre o conteúdo dessa Lei e suas atividades relacionadas às comunidades quilombolas do Tocantins?
8. Se o(a) senhor(a) pudesse classificar a situação das comunidades quilombolas do Tocantins, em que situação elas se encontrariam hoje:

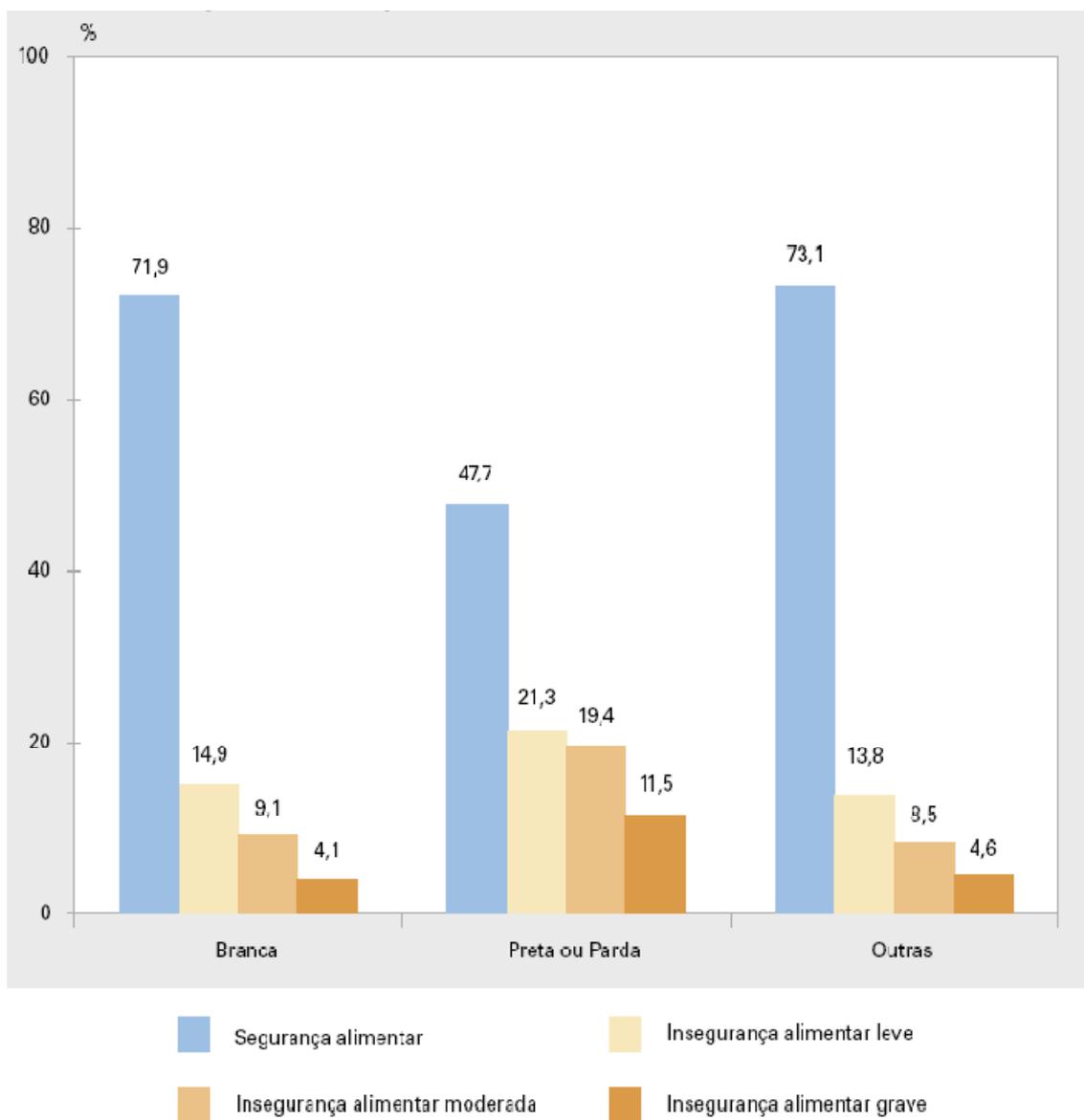
- ( ) Em situação de segurança alimentar e nutricional
- ( ) Em situação de insegurança alimentar e nutricional leve
- ( ) Em situação de insegurança alimentar e nutricional moderada
- ( ) Em situação de insegurança alimentar e nutricional grave

Por que?

9. O(a) senhor(a) conhece, promoveu ou executou alguma política ou programa que envolve a questão da segurança alimentar e nutricional para as comunidades quilombolas? Se sim, cite algum exemplo. Se não, por quê?

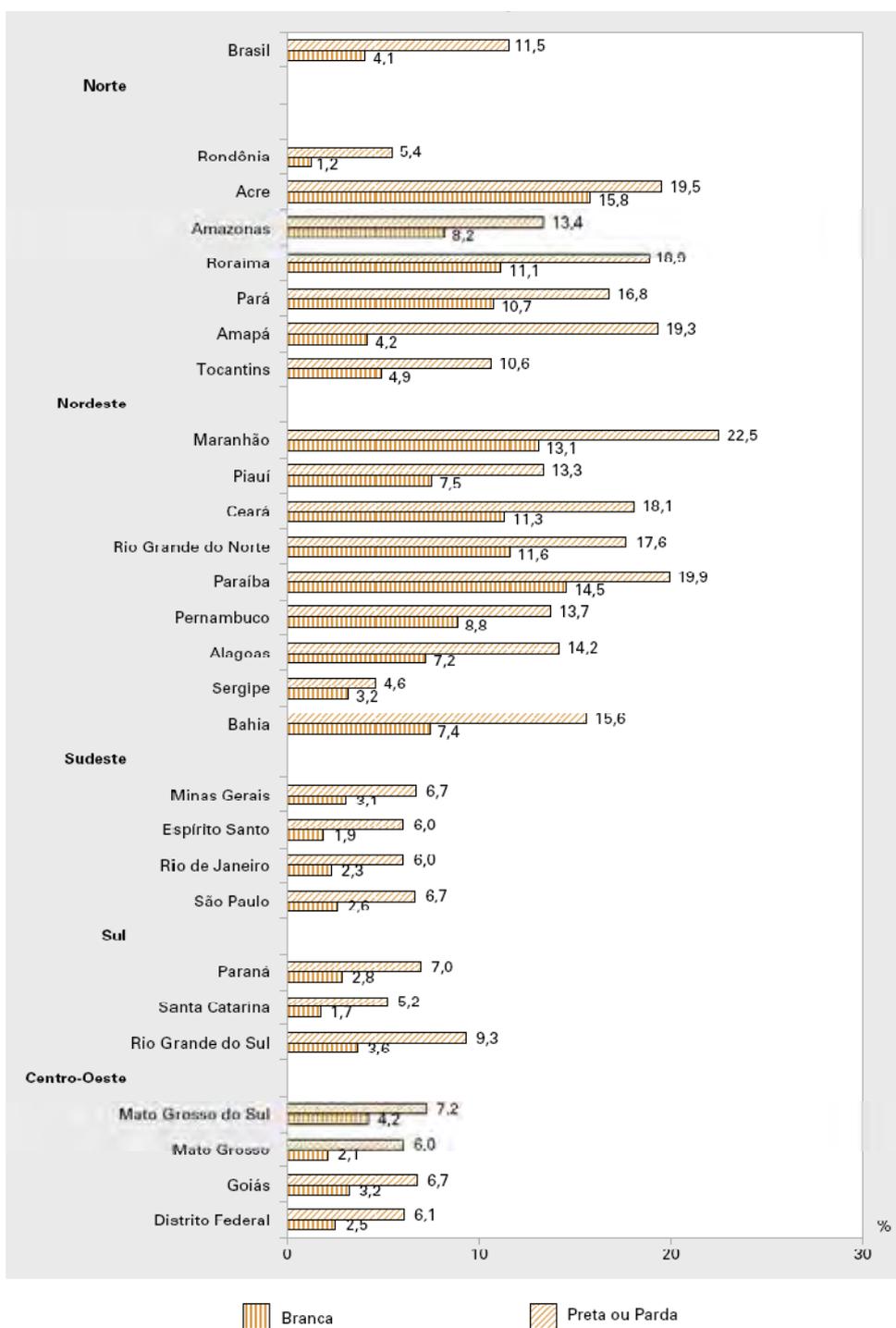
10. O(a) senhor(a) já recebeu ou ofereceu alguma capacitação para o trabalho com as comunidades quilombolas ou políticas públicas com a temática étnico-racial? Em caso positivo, o(a) senhor(a) poderia me relatar?
11. O que os responsáveis pelos governos federal/estadual/municipal, têm disponibilizado para a formação/capacitação das lideranças quilombolas no sentido de orientá-las quanto às políticas públicas que possuem foco específico para esse público?
12. Qual o seu maior impasse/dificuldade para trabalhar com as comunidades quilombolas do Tocantins?
13. No campo específico da segurança alimentar e nutricional, existem diferenças entre as comunidades na produção, acesso e consumo dos alimentos? Se sim, cite alguma. Se não, por quê?
14. No campo específico da segurança alimentar e nutricional, existe participação das comunidades quilombolas na construção das políticas públicas executadas por este órgão? Se sim, cite como. Se não, por quê?
15. O(a) senhor(a) teria a nos dizer mais alguma coisa que julga importante para nossa pesquisa ?



**ANEXO B – Distribuição da população residente, por cor ou raça, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio – Brasil 2004**

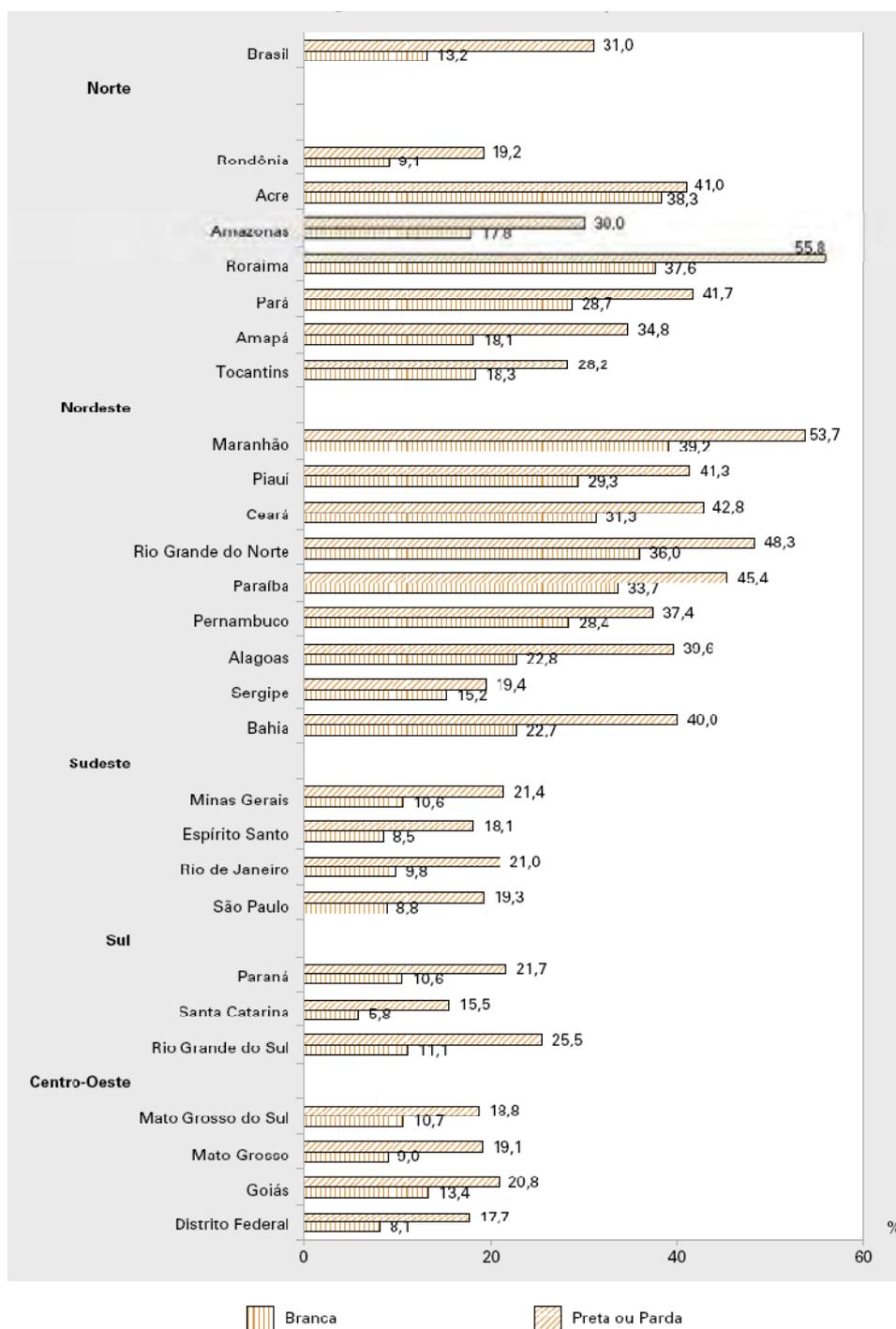
FONTE – PNAD, 2004.

**ANEXO C – Percentual da população residente, com situação de insegurança alimentar grave existente no domicílio, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2004**



FONTE – PNAD, 2004.

**ANEXO D – Percentual da população residente em situação de insegurança alimentar moderada ou grave existente no domicílio, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2004**



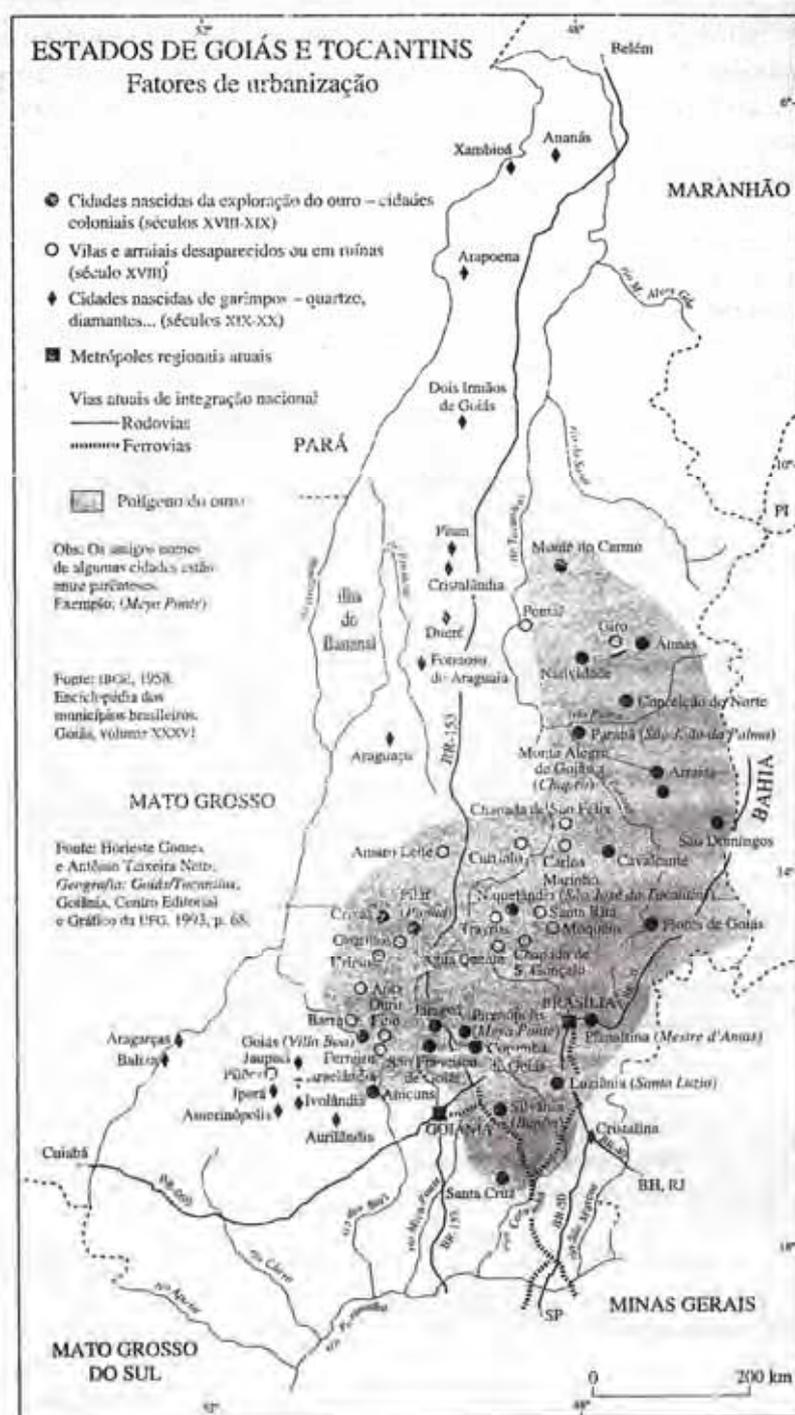
FONTE – PNAD, 2004.

## ANEXO E – ÁRVORE GENEALÓGICA – COMUNIDADE MUMBUCA



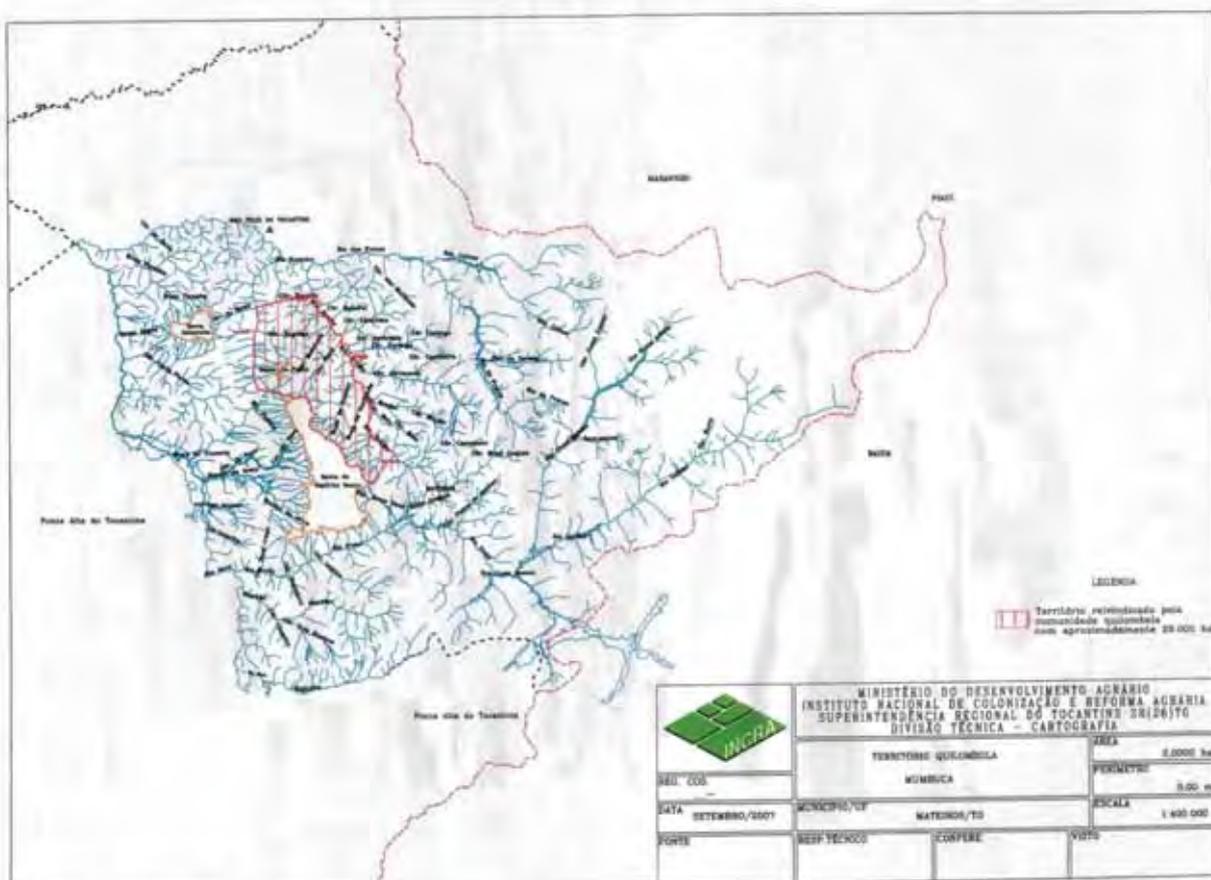
FONTE:FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS, 2008.

## ANEXO F – Estados de Goiás e Tocantins – Fatores de Urbanização



FONTE: KARASH, M. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 243.

## ANEXO G – TERRITÓRIO REIVINDICADO



FONTE – INCRA, 2007.

## **ANEXO H - ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS E EXTRATIVISTAS DO POVOADO DA MUMBUCA**

### **DA FINALIDADE, SEDE E JURISDIÇÃO.**

Art. 1º - A Associação de Artesãos e Extrativistas do povoado da Mumbuca, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade orientar e dirigir os trabalhos, ações e esforços com vista a promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social e cultural da comunidade.

Parágrafo único - A Associação tem sede e jurisdição no Povoado Mumbuca, Município de Mateiros - TO, com duração por tempo indeterminado.

Art. 2º - A atuação da Associação com vista a atingir os objetivos de que trata o artigo anterior, abrangerá principalmente as áreas de:

- I - Saúde, meio ambiente e assistência social;
- II - Educação, cultura e desporto;
- III - Economia e desenvolvimento urbano e rural sustentável.
- IV – Turismo em sua modalidade sustentável.

§ 1º – A Diretoria de Projetos tratada no artigo 11 (onze) elaborará projetos para cada área referida neste artigo.

§ 2º – A Diretoria de Projetos submeterá à aprovação da Assembleia Geral, os projetos bem como os membros ou outras pessoas indicadas para sua execução.

§ 3º – A Associação dispensará atenção especial, quanto à assistência e apoio à infância, aos adolescentes, aos idosos, aos migrantes, às pessoas carentes e portadores de necessidades especiais.

§ 4º – À Associação será vedada:

- I - distribuição de lucros ou dividendos aos seus associados;
- II - manter atividades econômicas ou comerciais, objetivando lucro;
- III - privilegiar seus dirigentes e associados.

§ 5º – A Associação poderá estabelecer convênios ou contratos junto aos Governos Federal, Estadual e Municipal, bem com organismos nacionais e

internacionais de apoio à Saúde, ao Turismo, à Economia, ao Meio Ambiente e Assistência a comunidades e pessoas de baixa renda.

#### DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 3º - A estrutura básica da Associação compreende:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria;

III - Conselho Fiscal;

#### DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 4º - A Assembleia Geral é o órgão máximo e soberano de deliberação da Associação.

Art. 5º - À Assembleia Geral compete:

I - eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;

II – decidir sobre a extinção da entidade;

III – decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;

IV - aprovar o regimento interno;

V - deliberar sobre o relatório de atividades, balanços e demais contas da Associação, a serem apresentado pela Diretoria, precedido de parecer do Conselho Fiscal;

VI – propor e aprovar a admissão e demissão de sócios.

VII – estabelecer o montante da anuidade dos sócios.

§ 1º – Compete privativamente á Assembleia Geral:

I – destituir os administradores;

II – alterar o estatuto social da Associação.

§ 2º – O quorum para instalação e deliberação da Assembleia Geral a que se referem os incisos I e II do parágrafo anterior será de: 2/3 (dois terços) dos associados em condição de votar, em primeira convocação; maioria simples (cinquenta por cento mais um) dos associados, em segunda convocação.

§ 3º – Não havendo quorum mínimo para deliberação, após o horário da segunda convocação, a Assembleia geral destinada a destituir administradores ou alterar o estatuto deverá ser convocada novamente, com antecedência mínima de oito dias, mediante edital e carta circular endereçada a todos os sócios.

#### DA DIRETORIA

Art. 6º - A Diretoria será composta de:

I - Diretor Executivo;

II - Diretor Administrativo;

III - Diretor Financeiro;

IV - Diretor de Projetos;

V – Câmara de Representantes das Comunidades.

Parágrafo único – A Diretoria será eleita por um período de dois anos, podendo seus membros serem reeleitos por igual período.

Art. 7º - À Diretoria compete:

I - representar a Associação;

II - cumprir o Estatuto;

III - decidir sobre a aplicação dos recursos ao atendimento das operações e serviços decididos em Assembleia;

IV - elaborar regimento interno e submeter à aprovação da Assembleia Geral;

V - propor criação de cooperativa, comitês e grupos de trabalho;

VI - contratar pessoal, serviços e adquirir máquinas e equipamentos;

VII - celebrar convênios, acordos e contratos com entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais com vista à consecução dos objetivos da Associação;

VIII - supervisionar e orientar as atividades das Comissões;

IX - prestar contas semestrais ao Conselho Fiscal;

X - propor à Assembleia Geral modificações no Estatuto;

XI - apresentar à Assembleia Geral, até março, relatório anual do Exercício do ano anterior.

## COMPETÊNCIA DOS MEMBROS DA DIRETORIA

### DIRETOR EXECUTIVO

Art. 8º - Ao Diretor Executivo compete:

I - convocar e presidir reuniões da Assembleia Geral e da Diretoria;

II - contratar e dispensar servidores, após aprovação da Assembleia Geral;

III - representar a Associação em juízo e fora dele;

IV - autorizar despesas;

V - abrir conta bancária e assinar cheques, juntamente com o Diretor Financeiro;

VI - suspender das atividades sociais o associado sobre o qual pese denúncia, até manifestação da Assembleia Geral, na forma do item VI do Art. 5º deste Estatuto;

VII - preparar os relatórios anuais;

VIII - exercer outras atribuições pertinentes ao cargo.

### DO DIRETOR ADMINISTRATIVO

Art. 9º - Ao Diretor Administrativo compete:

I - substituir o Diretor Executivo em suas faltas e impedimentos pelo período de até 90 (noventa) dias;

II - substituir o Diretor Financeiro em suas faltas e impedimentos pelo período de até 90 (noventa) dias;

III - desempenhar tarefas específicas determinadas pelo Diretor Executivo;

IV - secretariar as reuniões, lavrando as atas respectivas;

V - manter em arquivo os documentos da Associação, bem como controlar toda correspondência recebida e expedida;

VI - manter o controle dos bens patrimoniais da Associação;

VII - executar outras atribuições inerentes ao cargo.

## DO DIRETOR FINANCEIRO

Art.10 - Ao Diretor Financeiro compete:

I - substituir o Diretor Administrativo nas suas faltas e impedimentos pelo período de até 90 (noventa) dias;

II - proceder à escrituração bancária do movimento financeiro e contábil da Associação;

III - elaborar a prestação de contas e apresentar ao Conselho Fiscal;

IV - manter sob guarda os valores porventura existentes;

V - manter o controle das contas bancárias;

VI - abrir conta bancária e assinar cheques juntamente com o Diretor Executivo;

VII - exercer outras atribuições pertinentes ao cargo.

## DO DIRETOR DE PROJETO

Art. 11 - Ao Diretor de Projetos compete:

I - receber propostas de projetos e avaliar as propostas de acordo com os objetivos da Associação;

II - assessorar os associados na elaboração de projetos;

III - acompanhar a execução de projetos;

IV - manter atualizado os relatórios de andamentos dos projetos, juntamente com os respectivos coordenadores para apresentar à Assembleia Geral.

## DA CAMÂRA DE REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES

Art. 12 – Cada comunidade existente na circunscrição territorial que a associação abrange poderá ter nela um representante.

I - Aos Representantes das Comunidades Compete:

A – Representar as comunidades diante da Assembleia Geral;

B - Repassar para as comunidades as decisões tomadas pela Assembleia Geral e Diretorias;

C – Participar das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias;

D – Convocar a Assembleia Geral para inserção de membros de suas comunidades na Associação.

#### DO CONSELHO FISCAL

Art. 13 -O Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes, será eleito pelo mesmo período e nas mesmas condições da Diretoria.

Art. 14 - Ao Conselho Fiscal compete:

I - receber e analisar as contas da gestão financeira da Diretoria, aprovando-as ou rejeitando-as;

II - representar à Assembleia Geral, atos de improbidade de membros da Diretoria e associados;

III - conferir o saldo de numerário existente em caixa;

IV - verificar se os extratos das contas bancárias conferem com a escrituração da Associação;

V - acompanhar e fiscalizar a correta aplicação dos recursos financeiros de execução dos projetos;

VI - cuidar pelo cumprimento do presente Estatuto;

VII - preparar relatórios e recomendações ante a plenária para a correção dos erros cometidos na execução dos projetos;

VIII - recepcionar e verificar as reclamações dos associados.

Parágrafo único – O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente bimestralmente e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 15 -A nenhum membro da Diretoria e do Conselho Fiscal, seja a que título for, será concedida gratificações ou qualquer forma de remuneração.

#### DOS FUNDADORES E DO INGRESSO DE ASSOCIADOS

Art. 16 -Serão considerados Sócios Fundadores, com direito a voto, aqueles participantes da reunião de criação da Associação.

Parágrafo único – O ingresso de novos associados será feito após aprovação da Assembleia Geral.

## **DOS SÓCIOS: DIREITOS E OBRIGAÇÕES.**

Art. 17 - A associação será constituída por sócios de ambos os sexos, maiores de 16 anos de idade ou emancipados na forma da lei, que sejam residentes nas comunidades supramencionadas ou que nela tenham parente até o terceiro grau ou domicílio, e que sejam aprovados pela Assembleia Geral.

Art. 18 - Os sócios não responderão, sequer subsidiariamente, por obrigações assumidas pela Associação.

Art. 19 - Os sócios que por quaisquer motivos saírem da Associação não receberão indenizações a qualquer título.

Art. 20 - São direitos dos sócios:

I - votar e ser votado para cargos eletivos;

II - solicitar informações e esclarecimentos a respeito das atividades da Associação;

**III - apresentar sugestões, propostas e planos de trabalho de interesse da Associação;**

IV - gozar de todos os benefícios que a Associação venha a conseguir;

V - tomar parte das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que tratarem;

VI - desligar-se da Associação quando lhe convier.

Art. 21 - São obrigações dos Sócios:

I - pagar as contribuições regularmente determinadas por deliberação da Assembleia Geral;

II - comparecer às reuniões e Assembleias para deliberação de interesse da Associação;

III - zelar pelo bom nome e patrimônio da Associação;

IV - respeitar as resoluções baixadas pela Diretoria e as deliberações das Assembleias Gerais.

Art. 22 - A admissão de novos sócios será indicada por um associado à Assembleia geral, que aceitará ou não a sua inclusão no quadro respectivo.

Art. 23 - Será desligado da Associação o sócio que:

I - pedir seu afastamento;

II – falecer;

III - Se, por motivo grave for excluído do quadro social por deliberação da Assembleia Geral;

IV - Faltar por mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou seis durante o ano, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado e aceito pela Assembleia Geral.

#### DO PATRIMÔNIO

Art. 24 - As receitas da Associação são formadas por:

I - contribuições dos associados;

II – subvenções, recursos e/ou doações de instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais devidamente autorizadas;

III - receitas provenientes da prestação de serviços aos associados e outros usuários;

IV - rendas obtidas pela aplicação dos recursos financeiros em títulos e valores mobiliários.

#### DAS PENALIDADES

Art. 25 - Os membros da Associação estão sujeitos às seguintes penalidades:

I - Advertência, quando com atitudes ou palavras cometerem faltas, contrariando os interesses da Associação, mas consideradas de menor gravidade pela Assembleia Geral;

II - Suspensão temporal, quando reincidir em atitudes anteriormente citadas ou cometerem faltas consideradas graves pela Assembleia Geral;

III - Exclusão, quando cometerem faltas consideradas gravíssimas pela Assembleia Geral.

Parágrafo único – Será sempre assegurado ao sócio acusado de cometer falta que implique qualquer tipo de penalidade, o amplo exercício do direito de defesa, através do contraditório.

Art. 26 - Os membros da Diretoria que contrariarem os interesses da Associação poderão ser afastados de seus cargos por decisão da Assembleia Geral.

Art. 27 - Os membros da Diretoria que forem candidatos a cargos eletivos partidários, serão afastados de seus cargos.

#### DA DISSOLUÇÃO

Art. 28 - No caso de dissolução da Associação, seu patrimônio será transferido para entidades similares no município. Caso não existam tais associações, o referido patrimônio deverá ser transferido para outra associação da mesma natureza que tenham sede no Estado do Tocantins.

#### DAS ELEIÇÕES

Art. 29 - A data e a hora da eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal deverão ser anunciadas com pelo menos quinze dias de antecedência.

Art. 30 - No dia da eleição, na hora marcada, se não houver associados suficientes para a realização do pleito, deverá haver uma tolerância de uma hora, após o que será realizada uma segunda chamada para a eleição, podendo então ser eleita a Diretoria através da maioria simples dos votos daqueles que se fizerem presentes.

Art. 31 - Não poderão ser postulantes a cargo da Diretoria os associados que tenham cargos políticos partidários, ou que sejam candidatos aos mesmos.

Art. 32 - As chapas para concorrerem às eleições deverão ser apresentadas com antecedência mínima de uma semana da data prevista para as eleições.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 - O presente Estatuto só poderá ser reformado no seu todo ou em parte pela vontade da maioria dos associados, reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim, na qual deverão estar presentes no mínimo, dois terços dos sócios em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 34 - Os casos omissos no presente Estatuto, bem como a interpretação de artigos ou parágrafos que possam deixar dúvidas, serão resolvidos em Assembleia Geral.

Art. 35 - O presente Estatuto, anexado ao Livro de Atas da Associação, entra em vigor regularmente a partir da data de seu registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Mateiros, 05 de Março de 2000.